

Temas em Saúde Coletiva 9

# Saúde nos Quilombos

ISBN 85-88169-01-0 Coleção Temas em Saúde Coletiva  
ISBN XXXXXXXXXXXX A Saúde nos Quilombos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborado por: Ana Maria da Silva

Saúde nos Quilombos/ Editado por Anna Volochko e Luís Eduardo Batista. – São Paulo: Instituto de Saúde – SESSP, São Paulo: GTAE – SESSP, 2009.

304 p. (Temas em Saúde Coletiva, 9)

ISBN xx-xxxxx-xx-x

1. Quilombos 2. Etnia e Saúde 3. Legislação sobre Quilombos  
4. Programas de Saúde em Quilombos I. Volochko, Anna, ed.  
II. Bastista, Luis Eduardo, ed. III. Série.

**Instituto de Saúde**  
Rua Santo Antonio, 590 – Bela Vista  
São Paulo -SP CEP: 01314-000  
[www.isaude.sp.gov.br](http://www.isaude.sp.gov.br)

## Saúde nos Quilombos

**Governador:**

José Serra

**Secretário de Estado da Saúde de São Paulo:**

Luiz Roberto Barradas Barata

**Coodenador de Ciência, Tecnologia e Insumos  
Estratégicos em Saúde:**

Ricardo Oliva

**Diretora do Instituto de Saúde:**

Luiza Sterman Heimann

**Comissão Editorial:**

Lenise Mondini

Marisa Fefferman

Monique Cerqueira Borba

Olga Sofia F. Alves

Regina Figueiredo

Sandra Greger Tavares

Silvia Bastos

Teresa Etsuko C. Rosa

# Organizadores:

Anna Volochko

Luís Eduardo Batista

# Sumário

## **Apresentações**

Luiz Roberto Barata Barradas – Secretário de Estado da Saúde de São Paulo .....	9
Anna Volochko e Luís Eduardo Batista – Organizadores .....	11

## **Parte I – Reconhecimento, titulação e desenvolvimento**

Quilombos Paulistas, Justiça e Cidadania – Gustavo Ungaro .....	17
Reconhecer e titular os quilombos em São Paulo – Um grande desafio – Carlos Henrique Gomes .....	27
Considerações sobre o passado e o presente – Gabriela Segarra Martins Paes.....	31
Desenvolvimento Local Sustentável: a contribuição das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – Raquel Pasinato e Karin Ingrid Rettl .....	43

## **Parte II – Entrevistas**

### **A – Quilombolas**

Benedito Alves da Silva – Ditão – Ivaporunduva .....	59
Iracema Pereira de Almeida – Praia Grande .....	71
João Paulo Pereira de Almeida – Praia Grande.....	81
Juliana Dias dos Santos – Pedro Cubas.....	89
Sonia Mara Pereira França – Sapatu .....	99
Vandir de Souza e Osvaldo dos Santos – Porto Velho.....	107

## **B – Técnicos Itesp**

Reconhecimento e titulação – Maria Ignez Maricondi .....	117
Projetos de desenvolvimento – Geni Barros da Silva .....	135

## **Parte III – Saúde nos Quilombos**

A Saúde nos Quilombos – Anna Volochko .....	147
Importância da pesquisa do traço falciforme e da anemia falciforme nos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira-SP – Regina Célia Mingroni-Netto, Maria Teresa B.M. Auricchio e João Pedro Vicente .....	169
Doenças modernas nos antigos quilombos: a obesidade e a hipertensão no Vale do Ribeira-SP – Regina Célia Mingroni-Netto, Cláudia Blanes Angeli, Lilian Kimura, Maria Teresa B.M. Auricchio e João Pedro Vicente .....	179

## **Parte IV – Propostas na Saúde**

Saúde nos quilombos: propostas de intervenção governamental – Luís Eduardo Batista e Elisângela Martins de Queiroz .....	195
Formação dos Profissionais da Saúde e Gestores que atuam com Comunidades Quilombolas – Elisângela Martins de Queiroz; Luís Eduardo Batista; Maria Lúcia da Silva; Maria do Carmo Monteiro; Luci Emi Guibu e Cecília Maria C. A. Heinemann .....	197
Saúde bucal em comunidades Quilombolas: uma proposta de educação em saúde bucal – Aylton Valsecki Junior; Luís Geraldo Vaz e Raquel M. Scarel Caminaga .....	205
Saúde da População Quilombola: Construção e avaliação de um programa de controle populacional de cães e gatos na comunidade quilombola São Pedro, Eldorado/SP, Brasil – Rosely Bianca S. Kuroda, Luciana Hardt Gomes, José Soares Ferreira Neto, Ricardo Augusto Dias, Rita de Cássia M. Garcia e Fernando Ferreira .....	217

## **Parte V – Legislação**

### **A. Legislação federal**

1. Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003: Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. ....	235
--	-----

2. Instrução Normativa nº 20, de 19 de Setembro de 2005. Dou nº 185, de 26/9/05, Seção 1, p.79: Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. ....	243
3. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.....	253
4. Instrução Normativa nº 49, de 29 de Setembro de 2008: Procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. ....	261

### **Legislação estadual**

1. Decreto nº 40.723, de 21 de março de 1996: Institui Grupo de Trabalho para os fins que especifica e dá providências correlatas .....	277
2. Decreto nº 41.774, 13 de maio de 1997: Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo e sua regularização fundiária ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos, implantando medidas sócio-econômicas, ambientais e culturais. ....	281
3. Lei nº 9.757, 15 de setembro de 1997: Legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos. ....	289
4. Decreto nº 42.839, 98: Regulamenta a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.....	291
5. Decreto nº 48.328, de 15 de dezembro de 2003: Institui a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes .....	293
Sobre os Autores .....	299

# Apresentação

Luiz Roberto Barradas Barata

Secretário de Estado da Saúde de São Paulo

Desde 2003 a Secretaria de Estado da Saúde estruturou um programa de ações no campo da saúde da população negra. Uma das primeiras ações da secretaria foi investir no Programa de Saúde da Família dos municípios que possuem comunidades remanescentes de quilombos.

No ano de 2003 foi definida a extensão do programa denominado Projeto QUALIS. O principal objetivo desta decisão foi dotar essas comunidades quilombolas de atenção integral à saúde, de maneira continuada e hierarquizada, dentro dos parâmetros de atuação específicos para a comunidade negra.

O programa foi implantado nos municípios de Barra do Turvo, Cananéia, Capivari, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itapeva, Miracatu, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Roque, Ubatuba e Votorantim. Anos depois o Ministério da Saúde também passou a destinar recursos para os municípios que possuem comunidades remanescentes de quilombos. Todavia, ainda se faz necessário identificar as reais necessidades de saúde destas comunidades, seu perfil epidemiológico e assistencial.

A saúde da população negra de São Paulo mereceu um cuidado especial do Plano Estadual de Saúde 2008-2011, e como consequência, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo decidiu aplicar estratégias específicas para melhorar o acesso a serviços de saúde as populações remanescentes de quilombos.

O objetivo deste documento é relatar os primeiros resultados do trabalho de campo realizado pelo Instituto de Saúde. Este trabalho juntamente com estudo do perfil epidemiológico e da assistência a comunidade subsidiam ações do “Plano de Ação Quilombola” e a política estadual de inclusão social e cidadania dos grupos socialmente vulneráveis.

# Apresentação

Anna Volochko e Luís Eduardo Batista

O Brasil e em especial o estado de São Paulo se orgulham de ser um cadinho multi-étnico, multirracial e multicultural. Nestes tempos eivados de extremismos, fundamentalismos e nacionalismos temos como valor a convivência pacífica entre povos, classes e credos.

Essa primeira impressão de harmonia se desfaz ao mergulharmos em estudos históricos que revelam relações sociais originais bastante conflituosas entre os principais componentes da nacionalidade brasileira - os europeus invasores, os indígenas nativos e os africanos escravizados.

Por outro lado economistas e sociólogos tem produzido dados e análises que demonstram a persistência de importantes desigualdades socioeconômicas de grupos populacionais caracterizados por classe social, gênero, raça e idade.

O reconhecimento das iniquidades levou os governantes brasileiros a ratificar em 27 de março de 1968 a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas e posteriormente a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

A permanência dessas desigualdades no interior da sociedade brasileira levou os constituintes a incorporar na Constituição de 1988 alíneas e parágrafos destinados a preservar os direitos humanos de grupos de pessoas particularmente vulneráveis pela implementação conjunta de medidas de combate à discriminação (estratégias negativas ou punitivas) e de promoção da igualdade (estratégias positivas ou afirmativas).

De início as políticas públicas anti discriminatórias enfatizaram o aspecto repressivo com penalização de práticas racistas. (Lei 1.390/51 –



---

Afonso Arinos) Mas a Constituição Cidadã introduziu também de ações afirmativas entre as quais destacam-se o reconhecimento e titulação das terras onde residem remanescentes de quilombos.<sup>1</sup> .

A despeito da extensa e antiga<sup>2</sup> produção na área de ciências humanas sobre relações raciais e desigualdades nas condições de vida é recente a preocupação da saúde com o tema. Os primeiros trabalhos datam do fim do século XX e início do XXI. Nem poderia ser diferente pois o registro da cor para dados de mortalidade se tornou compulsório em 1996 e para dados de morbidade somente no fim de 2007.

As análises dos dados de mortalidade no país e nos estados produzidos por diversos autores e pelo ministério da saúde confirmam a sobremortalidade de pretos em relação a brancos mas não a de pardos. Estudos de esperança de vida ao nascer revelam que negros (pretos e pardos) morrem mais precocemente que brancos. Esses trabalhos inauguraram uma série de estudos e intervenções na área da saúde e pesquisadores do Instituto de Saúde estão entre os pioneiros.

Em consonância com a orientação geral das políticas públicas nacionais o Plano Estadual de Saúde para 2008-2011 da Secretaria de Estado da saúde de São Paulo, tem como objetivo geral a redução de diversos aspectos das desigualdades na saúde entre os quais os referentes à população negra e quilombola.

Ampliando e aprofundando as investigações e estudos realizados sobre saúde da população negra o Instituto de Saúde volta-se também para essa parcela da população negra detentora de direitos afirmativos constitucionais que é a população quilombola.

Dada a ausência de informações específicas e correntes sobre condições de vida e saúde dessa população, capazes de informar sistemas de monitoramento e avaliação da situação de saúde e das ações de saúde, o Instituto de Saúde estabeleceu parceria informal com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) para troca de informações e trabalho exploratório de fontes de dados, de estudos realizados e publicados e do campo com visitas a gestores regionais e municipais de saúde e aos

---

1 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68.

2 A primeira edição de Casa grande e senzala, de Gilberto Freyre é de 1933 assim como Os africanos no Brasil de Nina Rodrigues, embora este último o tenha escrito no início do século 20 posto que faleceu em 1906.

escritórios regionais do Itesp. Todos os quilombos paulistas reconhecidos foram visitados em calendário previamente agendado por técnicos do Itesp envolvendo conversas com as lideranças locais.<sup>3</sup>

Duas décadas após a promulgação da Constituição, esta publicação inicia uma avaliação da articulação entre duas políticas públicas por ela contempladas – o Sistema Único de Saúde e o Reconhecimento e Titulação de Quilombos. Este volume representa uma sistematização de parte dos resultados do trabalho acima citado sendo o primeiro de uma série no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Enfatizamos seu caráter parcial pois tomamos conhecimentos e entramos em contato com diversos outros atores e estudiosos dos quilombos que por limitações temporais nossas ou deles não puderam contribuir para esta publicação mas que serão convidados para as subsequentes.

Consideramos que os diversos aspectos aqui apresentados cumprem o papel de introduzir ao conhecimento da realidade de vida e saúde de uma parcela da população que muitos percebem como mito histórico.

O presente volume é composto por 5 partes e uma apresentação.

A **Apresentação** do Secretário de Estado da Saúde colocam a saúde dos quilombos na perspectiva do gestor estadual de saúde e a dos editores resume o conteúdo da publicação.

Na parte I, **Reconhecimento, titulação e desenvolvimento** o diretor do Itesp, Gustavo Ungaro, resume a atuação institucional no âmbito dos quilombos paulistas ao passo que o acessor de quilombos Carlos Henrique Gomes se detém sobre as complexidade jurídicas da titulação. Gabriela Segarra Martins Paes, técnica do escritório de Eldorado do Itesp, apresenta a perspectiva histórica das comunidades do Vale do Ribeira enquanto Raquel Pasinato e Karin Ingrid Rettl, do Instituto Socioambiental, discorrem sobre a vocação sócio ambiental do Vale e sua articulação com o quilombos.

A parte II **Entrevistas** estabelece um diálogo virtual entre quilombolas a partir de um roteiro de entrevista focado sobre as perspectivas de jovens e mulheres nos quilombos. Benedito Alves da Silva (Ditão) do quilombo Ivaporunduva é uma das lideranças quilombolas incontestes, uma vocação organizativa e política admirável. Dona Iracema Pereira de Almeida mora

---

3 À época das visitas preliminares em fins de 2007 eram 21 as comunidades quilombolas reconhecidas, que em dezembro de 2008 eram 22.

---

no quilombo Praia Grande. Foi ex coordenadora da associação e representa os mais velhos enquanto seu filho João Paulo Pereira de Almeida, é o atual coordenador de uma comunidade com enormes carências. Juliana Dia dos Santos do quilombo Pedro Cubas e Sonia Mara Pereira França do Sapatú são jovens lideranças de suas comunidades e discorrem sobre jovens e mulheres quilombolas. Vandir de Souza e Osvaldo dos Santos do Porto Velho, irmãos, o primeiro o atual coordenador da comunidade e o segundo o coordenador anterior. Em seu depoimento sobre jovens quilombolas fica clara a preocupação com a sustentabilidade das comunidades. As entrevistas foram agendadas e realizadas por Anna Volochko e Gabriela Segarra Duas técnicas do Itesp relatam e comentam sua vivência com as comunidades quilombolas, a arquiteta Maria Ignez Maricondi no âmbito dos trabalhos de reconhecimento e titulação e Geni Barros Silva no de desenvolvimento social em entrevistas concedidas à Anna Volochko.

Na parte III **Saúde nos Quilombos** Anna Volochko apresenta um panorama geral sobre os quilombos reconhecidos e os quilombos em potencial apresentando informações sobre condições de vida e situação de saúde a partir de dados secundários. Regina Célia Mingroni-Netto geneticista do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo apresenta duas investigações genéticas nas comunidades quilombolas, a primeira sobre anemia falciforme em conjunto com Maria Teresa B.M. Auricchio e João Pedro Vicente e a segunda sobre obesidade e hipertensão com Cláudia Blanes Angeli, Lilian Kimura, Maria Teresa B.M. Auricchio e João Pedro Vicente.

Na parte IV, **Propostas na Saúde** Luís Eduardo Batista e Elisângela Martins de Queiroz apresentam as diversas propostas de intervenção governamental: um projeto de formação de profissionais de saúde e gestores que atuam com Comunidades Quilombolas de Elisângela Martins de Queiroz; Luís Eduardo Batista; Maria Lúcia da Silva; Maria do Carmo Monteiro; Luci Emi Guibu; Cecília Maria C. A. Heinemann; um de educação em saúde bucal de Aylton Valsecki Junior; Luís Geraldo Vaz e Raquel M. Scarel Caminaga enquanto Rosely Bianca S. Kuroda, Luciana Hardt Gomes, José Soares Ferreira Neto, Ricardo Augusto Dias discorrem sobre um programa de controle populacional de cães e gatos em comunidades quilombolas.

Na V e última parte **Legislação** são apresentados leis, decretos federais e estaduais relacionados com o tema.



# PARTE I

## Reconhecimento, Titulação e Desenvolvimento

# Quilombos Paulistas, Justiça e Cidadania

Gustavo Ungaro

**“Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão.” Joaquim Nabuco**

## Antecedente Histórico

O ano era 1884, no Brasil vigorava o Império, e a escravidão se mantinha como o esteio da economia nacional. A sociedade política ainda convivia com a aberração ética de negar a condição humana a uma pessoa em virtude de sua cor de pele, desconsiderando a dignidade essencial que irmana a todos os seres humanos e excluindo largo contingente populacional da tutela jurídica própria.

Joaquim Nabuco, aclamado como o patrono da raça negra, valoroso bacharel que recolheu lições de Direito nas Arcadas do Largo de São Francisco, disputava, àquela época, mandato eletivo no Estado de Pernambuco e pregava em praça pública a necessidade de dotar o ordenamento pátrio de uma lei agrária, que estipulasse a democratização do solo como medida fundamental e complementar à emancipação dos escravos:

*“A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado.”*

Já se vislumbrava, com clareza e contundência, antes mesmo da conquista da abolição da escravatura, quão imprescindíveis seriam medidas necessárias à plena vigência da liberdade e da igualdade, que extrapolassem o plano da legalidade formal e se revelassem capazes de superar o complexo legado dos séculos de escravidão entranhada na vida brasileira.

A advertência estava dada: urgia proibir o regime escravocrata, recusando que pessoas continuassem sendo tratadas como se coisas fossem, e ao mesmo tempo dever-se-ia adotar providências concretas capazes de enfren-

tar as mazelas perpetradas contra os negros e suas múltiplas consequências, realçando-se de pronto a posse da terra como fator vital à subsistência dos libertos.

### Avanços Legais

A áurea Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, afinal extinguiu a escravidão no Brasil, mas foi somente um século após, em 5 de outubro de 1988, que a Lei Maior de nosso país cuidou expressamente de assegurar terras aos descendentes de escravos.

Assim, a Constituição em vigor encampou a proposta abolicionista por meio do artigo 68 de suas Disposições Transitórias, com a seguinte dicção: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Impôs-se, portanto, a obrigação de o Poder Público atuar em favor daqueles descendentes dos antigos escravos, a fim de assegurar a titularidade das terras ancestralmente ocupadas, para que não fossem privados dos meios essenciais para sua sobrevivência física e cultural.

### Cronologia Paulista

No Estado de São Paulo, a fim de tornar realidade o dispositivo constitucional, instalou-se Grupo de Trabalho junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio do Decreto Estadual nº 40.723/96, que realçou conceitos, estabeleceu diretrizes e concluiu pela oportunidade de criação de um programa governamental voltado à identificação, discriminação, legitimação e regularização de terras devolutas estaduais ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, que cuidaria, também, da implantação de medidas sócio-econômicas, ambientais e culturais.

Sobreveio, em 13 de maio de 1997, o Decreto Estadual nº 41.774, que criou o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta entre Secretarias Estaduais e outras instituições, motivado pela prioridade governamental conferida à identificação e regularização fundiária das áreas ocupadas por remanescentes quilombolas, bem como pelo propósito de proteção dos ecossistemas, desenvolvimento sócio-econômico-cultural, preservação da tradição histórica e de resgate da cidadania dessas comunidades.

Para implementação do Programa, instituiu-se um Grupo Gestor vinculado ao Gabinete do Governador, composto por representantes das Secretarias da Justiça, Casa Civil, Cultura, Meio Ambiente, Educação, Agricultura, da Procuradoria Geral do Estado, do Itesp, da Fundação Florestal, do Condephaat, do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, da OAB-SP e do Fórum Estadual de Entidades Negras. Atualmente, a coordenação do Grupo é exercida pelo Diretor Executivo do Itesp, nomeado representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, e são realizadas reuniões mensais.

A Lei Estadual nº 9.757/97 sucintamente disciplinou a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades de quilombos, determinando a expedição dos correspondentes títulos, sem qualquer ônus às associações legalmente constituídas para representar a coletividade beneficiada. O Decreto nº 42.839/98 regulamentou-a, indicando os procedimentos necessários ao reconhecimento, previamente à legitimação de posse.

### Papel do Itesp

A iniciativa de criação do Programa e seu Grupo Gestor, inédita, buscou organizar a atuação estatal paulista e viabilizar as complexas providências necessárias, envolvendo e impulsionando a ação dos diversos órgãos relacionados à questão quilombola. Por certo que a disposição do Governador Mario Covas, assessorado pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Belisário dos Santos Júnior, e seu Adjunto, Edson Luiz Vismona, teve fundamental importância para a decisiva participação do Governo do Estado na tarefa de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas bandeirantes.

Coube ao Itesp realizar os trabalhos fundiários, com levantamentos de perímetros e glebas, medição e demarcação, identificando as características de posses em terras devolutas, bem como elaborar e implementar normas e métodos voltados à exploração agrônômica e extrativista, além de proporcionar assistência técnica e capacitação a fim de propiciar a melhoria da qualidade de vida das famílias quilombolas.

Em 8 de janeiro de 1999, com a promulgação da Lei Estadual nº 10.207, ganha o Itesp – até então uma Coordenadoria da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com modesta estrutura administrativa, operacional e de recursos humanos – grande impulso institucional, transformando-

se em fundação pública e dispondo de melhores condições para buscar as finalidades almeçadas, dentre as quais figuram, expressamente, no artigo 3º, a promoção da identificação e da demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como buscar seu desenvolvimento sócio-econômico e prestar assistência técnica.

O novo Estatuto do Itesp, aprovado pelo Decreto Estadual nº 44.944, de 31 de maio de 2000, estabelece que a Diretoria Executiva conta com um Titular e quatro Diretores Adjuntos, com atribuições especificadas no Regulamento Geral, aprovado pelo Conselho Curador em 2 de dezembro de 1999: Administração, Finanças e Recursos Humanos; Recursos Fundiários; Políticas de Desenvolvimento; Formação, Pesquisa e Promoção Institucional. Para a atuação com foco nas comunidades quilombolas, além da necessidade de ação de praticamente todas as áreas administrativas e técnicas da entidade, foi destacada uma unidade específica, a Assistência Especial de Quilombos, incumbida de articular internamente, acompanhar e contribuir para o êxito das políticas públicas direcionadas aos quilombos.

O Governo de São Paulo, como se vê, encampou a responsabilidade pública da defesa da cidadania das comunidades quilombolas e conferiu ao Itesp missão estratégica nessa histórica seara.

### Reconhecimento, Titulação, Apoio ao Desenvolvimento

A atuação junto aos quilombos paulistas inicia-se com a abertura de processo administrativo no Itesp, com vistas aos estudos e providências relacionadas ao reconhecimento oficial de determinada comunidade, cujos integrantes provocam a atividade estatal por meio da apresentação de auto-declaração.

Contrata-se, em seguida, a elaboração de Relatório Técnico-Científico sobre as origens da comunidade e suas características antropológicas, genealógicas, históricas, geográficas e culturais, dentre outras, aferidas por antropólogo e devidamente detalhadas e fundamentadas, apontando conclusão quanto à configuração de núcleo remanescente de antigo quilombo.

As providências relacionadas ao território demandado são adotadas pela Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários, que produz os levantamentos em campo, elabora os mapas e plantas necessários.



Concluída a etapa inicial do trabalho de reconhecimento, manifesta-se a Assistência Especial de Quilombos, composta por profissionais efetivos do quadro multidisciplinar do Itesp, analisando o processo e todos os seus aspectos, para apresentar ao Diretor Executivo a síntese do quanto compilado nos autos e recomendar a decisão cabível.

A Advocacia e Consultoria Jurídica do Itesp também é chamada a apreciar o feito, verificando o cumprimento das normas aplicáveis e a adequada instrução dos autos, emitindo o competente parecer jurídico.

Por fim, encaminha-se o processo de reconhecimento ao Grupo Gestor de Quilombos, com inclusão em pauta e apresentação oral, com oportunidade para conhecimento dos documentos recolhidos e formulação de questões.

Havendo conclusão favorável, torna-se possível o reconhecimento oficial da Comunidade Quilombola pelo Estado de São Paulo, que se materializa em publicação da decisão do Diretor Executivo do Itesp no Diário Oficial do Estado, conforme o mais recente ato exarado, em 19 de novembro de 2008, que reconheceu a Comunidade Quilombola de Ribeirão Grande, no Município de Barra do Turvo, na região do Vale do Ribeira:

*“Despacho do Diretor Executivo – Novembro de 2008 – Aprova o Relatório Técnico Científico de Reconhecimento dos Remanescentes da Comunidade Quilombola de Ribeirão Grande/Terra Seca, situado no Município de Barra do Turvo, no Estado de São Paulo.*

*O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 3º, inciso VI, da Lei Estadual nº 10.207/99, e o artigo 7º, item 27, do Regulamento Geral da Fundação Itesp, e tendo em vista o contido nos autos do Processo Itesp nº 170/2007, em especial o parecer conclusivo do Relatório Técnico-Científico a respeito da condição quilombola da comunidade negra de Ribeirão Grande/Terra Seca, os trabalhos técnicos de demarcação do território realizados pela Diretora Adjunta de Recursos Fundiários, o Termo de Anuência assinado pelos líderes da comunidade, em obediência ao parágrafo único do artigo 4º do Decreto Estadual nº 42.839/98, o parecer jurídico exarado pela Advocacia e Consultoria Jurídica, a manifestação favorável da Assistência Especial de Quilombos e, por fim, submetido à apreciação do Grupo Gestor de Quilombos, instituído pelo Decreto Estadual nº 41.774/97, DECIDE:*

*APROVAR o Relatório Técnico-Científico elaborado pelo antropólogo Rubens Alves da Silva, referente à identificação étnica e territorial dos Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Ribeirão Grande/Terra Seca, situado no Município de Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal vigente, dos artigos 215 e 216, também da Constituição Federal, do artigo 3º da Lei Estadual nº 9757/97 e dos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 42.839/98, ratificando a conclusão dos estudos contidos no Relatório e os trabalhos técnicos de demarcação, a fim de*

*RECONHECER a Comunidade Negra de Ribeirão Grande/Terra Seca e seu Território como Remanescente de Quilombo.*

*DETERMINO a publicação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do presente despacho da Diretoria Executiva, do Parecer da Assistência Especial de Quilombos, do Resumo apresentado pelo Antropólogo responsável pelo Relatório Técnico-Científico e do Memorial Descritivo Geral elaborado pela Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários.*

*OFICIAR: Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal, Fundação Florestal, Secretaria da Cultura, Conselho do Desenvolvimento do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico – CONDEPHAAT, Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Conselho Estadual de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, Fórum de Entidades Negras do Estado de São Paulo, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, para ciência desta decisão.*

*OFICIAR também: à Fundação Cultural Palmares – FCP e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para ciência e manifestação a respeito das áreas de domínio particular inseridas no território quilombola ora reconhecido; à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, para conhecimento e demais providências afetas às esferas de suas respectivas competências.*

*Em 19 de novembro de 2008.”*

Obtido o reconhecimento oficial, entram em campo os profissionais de assistência técnica e extensão rural do Itesp – agrônomos, assistentes sociais, veterinários, técnicos agro-pecuários – os quais auxiliarão as famílias em seus cultivos de subsistência, na produção de artesanato, realização de

cursos, obtenção de créditos financeiros, acesso a direitos sociais e a programas públicos de investimentos.

Em paralelo às ações de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, seguem as providências de regularização fundiária, em busca da titulação definitiva da área, tarefa extremamente complexa e sinuosa.

A titulação será feita pelo Estado quando o território reconhecido como quilombola encontrar-se em área devoluta estadual, hipótese em que se expede título de domínio à associação dos remanescentes da comunidade quilombola, documento garantidor da propriedade sobre a área discriminada, gravado com cláusula de inalienabilidade, impedindo futura comercialização.

Porém, nem todas as situações poderão ser resolvidas no âmbito do Poder Executivo Estadual, visto que algumas delas demandam a propositura de ações judiciais, discriminatórias, reivindicatórias ou desapropriatórias, inclusive a cargo de órgãos federais, como o Incra.

## Panorama Atual dos Quilombos Paulistas

Vinte anos após o mandamento da Constituição Federal, e a se completar a primeira década de existência do Itesp como Fundação, contabiliza-se, em território paulista, 41 comunidades quilombolas apontadas para o reconhecimento, das quais 23 foram oficialmente reconhecidas e como tal declaradas publicamente, sendo que 6 delas puderam receber o título de domínio de seus territórios.

As comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado são as seguintes: no Vale do Ribeira: município de Eldorado – Ivaporunduva, Pedro Cubas, Galvão, São Pedro, Nhunguara, André Lopes, Sapatu, Pedro Cubas de Cima, Poça; município de Iporanga – Maria Rosa, Pilões, Praia Grande, Porto Velho; município de Cananéia – Mandira; município de Barra do Turvo – Ribeirão Grande/Terra Seca; município de Iguape – Morro Seco; município de Itaóca – Cangume. No Vale do Paraíba, município de Ubatuba – Camburi e Caçandoca. Na Região Sudoeste, nos municípios de Itapeva – Jaó, e de Salto de Pirapora – Cafundó. Na Região Leste: município de Itatiba – Brotas; município de Capivari – Capivari.

## Relação das Comunidades Remanescentes de Quilombos reconhecidas pelo ITESP

Comunidade	Município	Área total (ha)	Área devoluta	Área particular	Famílias	Ano de Reconhecimento
1. Ivaporunduva	Eldorado	2.754,36	672,28	2.082,07	98	1998 *
2. Maria Rosa	Iporanga	3.375,66	3.375,66	0,00	25	1998 *
3. Pedro Cubas	Eldorado	3.806,23	2.449,39	1.356,84	40	1998 *
4. Pilões	Iporanga	6.222,30	5.925,99	296,31	63	1998 *
5. São Pedro	Eldorado/ Iporanga	4.688,26	4.558,20	130,07	39	1998 *
6. Cafundó	Salto de Pirapora	209,64	0,00	209,64	24	1999
7. Caçandoca	Ubatuba	890,00	discriminatória	discriminatória	50	2000
8. Jaó	Itapeva	165,77	0,00	165,77	53	2000
9. André Lopes	Eldorado	3.200,16	3.049,20	76,14	76	2001
10. Nhunguara	Eldorado/ Iporanga	8.100,98	8.100,98	0,00	91	2001
11. Sapatu	Eldorado	3.711,62	1.584,06	2.127,56	82	2001
12. Galvão	Eldorado/ Iporanga	2.234,34	1.942,83	291,50	34	2001*
13. Mandira	Cananéia	2.054,65	área não discriminada	área não discriminada	16	2002
14. Praia Grande	Iporanga	1.584,83	4 16,68	1.104,26	34	2002
15. Porto Velho	Iporanga	941,00	0,00	941,00	19	2003
16. Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875,22	3.074,97	3.800,24	22	2003
17. Capivari	Capivari	6,93	0,00	6,93	17	2004
18. Brotas	Itatiba	12,48	0,00	12,48	32	2004
19. Cangume	Itaóca	724,60	0,00	724,60	37	2004
20. Camburi	Ubatuba	972,36	discriminatória	discriminatória	39	2005
21. Morro Seco	Iguape	164,69	0,00	164,69	47	2006
22. Poça	Eldorado/ Jacupiranga	1.126,14	0,00	1.126,14	41	2007
Total					979	

\* Comunidades tituladas

Encontram-se em andamento os trabalhos de reconhecimento de outras 7 comunidades: Fazenda, Cazanga, Bombas, Biguazinho, Reginaldo, Cedro, Pedra Preta.

Em benefício das mais de mil famílias quilombolas assistidas, o Itesp investe na infra-estrutura com obras de abastecimento de água e saneamento, melhoria de estradas, construção de galpões de múltiplo uso e de espaços comunitários, de centro de apoio a visitantes, de tanques para piscicultura, de quadras poliesportivas; até mesmo a balsa que atravessa o rio Ribeira de Iguape, na região próxima da divisa de Eldorado com Iporanga, foi feita pelo Itesp para facilitar a comunicação e acesso das comunidades mais distantes.

Também são preparados e apresentados projetos e iniciativas em busca de parcerias e investimentos, em especial junto a órgãos estaduais (Programa Pró-Lar Moradia Quilombola, da Secretaria da Habitação, Programa de Microbacias e FEAP – Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Esportes e Lazer, Secretaria da Cultura, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação), federais (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Fundação Palmares, Incra) e não-governamentais (Instituto Sócio-Ambiental – ISA, Fundação Orsa, Comissão Justiça e Paz), entre outros, cujo objetivo principal é o fortalecimento das atividades produtivas, a preservação cultural e ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Outra estratégia do Itesp é realizar feiras de produtos das comunidades quilombolas, aliadas a apresentações culturais e a depoimentos orais. Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro de 2007, realizou-se, no Parque da Água Branca, na zona Oeste da Capital, a Feira dos Quilombos em São Paulo, com participação de mais de cinquenta quilombolas do interior e do litoral paulista, os quais trouxeram para a capital desde alimentos como mel, pães, banana, ostras e farinha de mandioca, até artesanatos fabricados a partir da folha de bananeira e objetos de decoração em madeira, conchas e palhas. Danças como o maculelê, tradição da comunidade quilombola do Jaó, localizada no município de Itapeva, ilustraram o evento e atraíram a atenção das pessoas que caminhavam pelo parque público, propiciando rica interação e convivência entre os paulistanos e os paulistas descendentes de africanos.

Publicações oficiais foram produzidas para registrar as políticas formuladas e a realidade quilombola paulista, valendo mencionar apenas duas basilares, editadas pelo Itesp e disponíveis no site [www.itesp.sp.gov.br](http://www.itesp.sp.gov.br). “Quilombos em São Paulo – tradições, direitos e lutas”, e o número 3 da série Cadernos Itesp, intitulado “Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território”, com segunda edição de outubro de 2000.

A edição de 2008 da revista “Fatos da Terra”, número 20, dedica matéria de capa às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

## Conclusão

Com a libertação dos escravos, importante conquista jurídica construída politicamente durante as décadas do século XIX, foram os negros lançados nas impiedosas marés revoltas da exclusão social e econômica, desprovidos de efetiva cidadania, alijados de patrimônio, imersos numa sociedade marcada pelo racismo.

Algumas famílias de descendentes de escravos remanescem, ainda hoje, em áreas ocupadas por seus ancestrais, e foram contempladas com a previsão de garantia da propriedade de suas terras, assegurada pela Constituição de 1988.

O Estado de São Paulo, por meio do Itesp, vem atuando para tornar realidade o preceito constitucional, com a edição de normas específicas e a formulação e implementação de um programa governamental amplo e articulado, contemplando medidas que possibilitaram o reconhecimento de 23 comunidades quilombolas, e a titulação definitiva de 6 delas, propiciando ações voltadas ao desenvolvimento e à promoção da cidadania.

Contudo, o legado da escravidão, presente em diversas expressões de preconceito, desigualdade e injustiça, ainda está a demandar decidida atuação da sociedade e do Estado, e o caminho já percorrido deve servir de estímulo aos demais passos que precisam ser dados, em busca da efetividade dos direitos humanos, para todos.

# Reconhecer e Titular os Quilombos em São Paulo – Um Grande Desafio

Carlos Henrique Gomes

Há dez anos foi reconhecida a primeira comunidade remanescente de quilombo no Estado de São Paulo, não foi um trabalho fácil, menos pela motivação e determinação das pessoas envolvidas na empreitada, mais pela complexidade que reveste o tema e dificuldade de se encontrar parâmetros factíveis que pudessem subsidiar a ação que em última instância buscava resgatar um direito elementar daquela população que tanto sofreu por conta da escravidão e viu na promulgação da Constituição Federal de 1988 a possibilidade de uma pequena reparação.

Quase não existindo mais reminiscências físicas que pudessem balizar os levantamentos para subsidiar a expedição de títulos das terras de que trata a Constituição, em seu artigo 68 das Disposições Transitórias, optou-se aqui no Estado de São Paulo pela construção do reconhecimento por meio de Relatório Técnico-Científico, que tem como elemento essencial a finalidade de autorizar o ente público a expedir os devidos títulos de propriedade. Faça referência ao procedimento adotado pelo Governo Paulista, porém, muito semelhante ao que foi implementado pelo Governo Federal por ocasião da edição do Decreto Federal Nº 4887, de 20 de novembro de 2003.

Decorridos vinte anos da promulgação da Constituição Federal, muito pouco se fez em nível nacional para materializar o direito líquido e certo destes brasileiros. O já citado artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é cristalino, determinando, e não sugerindo, que o Estado emita os títulos das terras quilombolas –

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.*

Aqui o Estado, em letra maiúscula e no singular, refere-se à União, porém, tanto os estados membros quanto os municípios são solidários no cumprimento do mandamento Constitucional.

Assim, o objetivo precípua da Lei Maior foi de garantir a propriedade dos remanescentes de quilombos, bem como a preservação do pleno exercício de seus direitos culturais e a valorização das manifestações e tradições.

Voltando ao procedimento estadual, premido pela necessidade de resolver a questão da terra quilombola, optou o Estado de São Paulo pela solução da construção do reconhecimento por meio de relatório de cunho antropológico e que em essência traduz a história oral das famílias quilombolas buscando reconstituir o território histórico, por meio de depoimentos que na grande maioria dos casos se configuram como elemento fundamental no processo de reconhecimento.

Os quilombos que grosso modo são bairros rurais, em sua grande maioria, onde as famílias têm vínculos de parentesco com descendentes de escravos e preservam a cultura e o modo tradicional de vida, muitas delas vivendo basicamente da agricultura de subsistência, tem como primeira necessidade a restituição das terras, levando-se em conta sempre a preservação da forma de vida vinculada às tradições.

No Estado de São Paulo, a Fundação Itesp é responsável pelo reconhecimento dos remanescentes de quilombos e promove a titulação, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, das terras devolutas julgadas em Ações Discriminatórias ou próprios públicos estaduais de outra natureza, em favor das associações quilombolas legalmente constituídas.

Para entender melhor o procedimento de legitimação de terras quilombolas é importante salientar que a atribuição de promover o reconhecimento decorre, como já dito, do Dispositivo Constitucional, previsto no artigo 68 – ADCT.

Corroborando com a aplicação do preceito constitucional, os artigos 215 e 216 da mesma Carta Magna garantem o pleno direito às manifestações culturais e definem como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial relativos aos territórios quilombolas.

Seguindo-se os vetores acima mencionados, o dispositivo previsto no inciso IV do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.207/99, atribuiu à Fundação Itesp, “promover a identificação e demarcação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, para fins de regularização fundiária”. E os trabalhos de reconhecimento e titulação atendem aos ditames da Lei 9.757, de 15 de setembro de 1997, Decreto 40.723, de 21 de março de 1996, Decreto 41.774, de 13 de maio de 1997 e Decreto 42.839, de 04 de fevereiro de 1998.



O reconhecimento baliza-se em critérios de auto-identificação e dados histórico-sociais, escritos e ou orais, por meio do consagrado Relatório Técnico-Científico (RTC), que leva em conta os espaços de moradia e aqueles destinados às manifestações culturais, cultos religiosos, lazer, entre outros.

Após a etapa do reconhecimento, inicia-se o processo de legitimação, ou seja, o processo de regularização fundiária para emissão dos títulos de propriedade em nome das associações remanescentes dos quilombos legalmente constituídas, contendo cláusula de inalienabilidade e imprescritibilidade, instrumentos mormente consagrados na normativa estadual, porém, igualmente previsto na legislação federal.

O procedimento a ser adotado a partir desse momento depende da característica jurídica das terras que compõem a área, se devolutas, não discriminadas ou particulares.

Terras devolutas são aquelas cujos registros públicos não foram admitidos por algum vício, como terras particulares, as não discriminadas não passaram pelo procedimento administrativo e judicial utilizado com o fim de extermar as terras particulares das terras devolutas.

Sendo o caso de terras devolutas, após a concordância da associação com relação aos memoriais descritivos, ou seja, concordância com o território apresentado pelo reconhecimento, o Itesp providencia a implantação dos marcos topográficos em campo e, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado emite o título de propriedade à associação.

Nas terras presumivelmente devolutas, mas ainda não discriminadas, o Itesp prepara o estudo dominial correspondente, encaminhando-o à PGE para o ajuizamento da ação discriminatória, conforme estabelece o Decreto 41.774/97, sendo que, incidindo áreas particulares o INCRA é informado para procedimentos de arrecadação.

No caso de terras presumivelmente devolutas, ainda pendentes de decisão judicial, no nosso entender, nada obsta a ação de império da União na desapropriação visando solução rápida, o que viria a ser um grande avanço evitando maiores conflitos entre terceiros não quilombolas e quilombolas, decorrentes da convivência nada pacífica.

É entendimento do Governo do Estado que os ocupantes irregulares de áreas quilombolas só poderão ser retirados de suas posses após o pagamento de indenização das benfeitorias mediante aceite de acordo ou decisão judicial,

o que é estabelecido de forma expressa como cláusula suspensiva contida nos títulos de domínio emitidos em favor da associação quilombola.

Após a entrega do título, com os valores da indenização das benfeitorias depositados judicialmente, inicia-se a liberação das áreas objeto da cláusula suspensiva, quando o ocupante aceita os valores e levanta o depósito. Caso contrário, aguarda-se decisão definitiva por parte do judiciário.

O trabalho realizado pelo Governo Paulista de forma pioneira criou normas e mecanismos para o atendimento dos remanescentes de quilombos. O procedimento realizado nos últimos dez anos rendeu frutos – vinte e três áreas reconhecidas e seis títulos de propriedade expedidos em favor dos quilombolas.

O grande desafio que se coloca é o de garantir os territórios naquelas áreas onde o Estado não pode titular e que já tiveram o seu reconhecimento realizado, pois de outra forma corremos o risco de novamente impor a estas famílias o prejuízo irreparável da perda de suas propriedades. E a sociedade perderá um fragmento importante da cultura brasileira.

# Considerações sobre o Passado e o Presente

Gabriela Segarra Martins Paes

Este ensaio tratará da questão do desenvolvimento nas comunidades quilombolas. Minhas considerações foram elaboradas a partir da minha experiência como pesquisadora na área de História e, também, como técnica de campo da Fundação ITESP, com atuação nas comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Ribeira - região que concentra o maior número de quilombos do Estado de São Paulo.

O Vale do Ribeira abrange uma extensa região localizada no extremo sul do Estado de São Paulo, limitando-se ao sul e sudoeste com o Estado do Paraná, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste e noroeste com a Serra da Paranapiacaba. As nascentes do Rio Ribeira de Iguape localizam-se no Paraná. Suas águas penetram no Estado de São Paulo pelo município de Apiaí, correndo ao longo da Serra do Mar e desaguando no Atlântico, no município de Iguape, após percorrer 520 km.

O Rio Ribeira de Iguape foi o caminho natural para as bandeiras em busca de ouro, e foi percorrido por diversas expedições desde o século XVI. Assim, vários núcleos mineradores foram formados ao longo desse rio nos séculos XVII e XVIII. Uma das mais importantes áreas de mineração corresponde ao local onde hoje se localiza um grande número de quilombos – a região entre os atuais municípios de Eldorado e Iporanga<sup>1</sup>. A mineração gerou os recursos necessários para a importação da mão-de-obra africana na região.

A segundo metade do século XVIII testemunhou, no entanto, o processo de decadência e esgotamento da mineração, assinalando o decréscimo da população branca na região. Muitos brancos, impossibilitados de arcar com os custos da manutenção da escravaria, alforriaram ou abandonaram seus cativos, e foram em busca de melhores oportunidades em áreas mais dinâmicas.

---

<sup>1</sup> Atualmente, essa região conta com as seguintes comunidades quilombolas: Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, André Lopes, Nhunguara, Ivaporunduva, Galvão, São Pedro, Maria Rosa e Pilões.

Os cativos libertos, abandonados à própria sorte, ou mesmo fugidos da escravidão transformaram-se em pequenos produtores rurais autônomos. Ocuparam terras abandonadas e também desbravaram áreas florestadas. A escravidão, porém, não deixou de existir, pois passou a coexistir na região unidades escravistas e não escravistas.

Os camponeses negros, além de garantir a própria subsistência, também foram responsáveis pelo fornecimento do principal produto da região no século XIX – o arroz.

Além de atuante do ponto de vista econômico, a população negra também participava do cenário político de Eldorado. Podemos citar, então, sua participação nas disputas de poder relacionadas à construção de uma nova sede da freguesia. Destruída por uma grande enchente no começo do século XIX, era necessário reconstruir a freguesia juntamente com a Igreja Matriz. A população da freguesia dividiu-se em dois grupos: um favorável à mudança do local da freguesia e outro contrário a mudança. Foi determinado, também, que todos os moradores da freguesia deveriam contribuir com as obras, pagando um alqueire de arroz pilado por ano. Contrários à mudança da freguesia, os negros pararam de fazer contribuições e, em consequência, as obras na sede foram paralisadas. Assim, evidenciava-se o poder de decisão dos negros nos assuntos da região.

Integrados à economia da região, não escaparam da grave crise da rizicultura ocorrida no final do século XIX, motivada pela forte retração da demanda de arroz. Com a ausência de um novo produto voltado para a agricultura comercial, o trabalho na lavoura foi canalizado para as roças de subsistência, cultivadas de forma itinerante. A população espalhou-se na imensidão da floresta na busca contínua por novas terras.

A população camponesa, majoritariamente negra, permaneceu ao longo do século XX cultivando gêneros de subsistência. Apresentavam um modo de vida designado pelos pesquisadores como tradicional ou “caipira”. Conforme Maria Isaura Pereira Queiroz, a “civilização caipira” foi dominante no Estado de São Paulo até o século XIX. Começou a sofrer os primeiros abalos pelo “Império do Café” - baseado na mão-de-obra do imigrante europeu e na grande propriedade – e, em seguida, pela industrialização.

O Vale do Ribeira manteve-se à margem do “Império do Café” e, também, não passou por um processo de industrialização significativo. Permaneceu com um modo de vida tradicional. Desta forma, quanto mais algumas regiões do Estado de São Paulo prosperavam, mais se diferenciavam do

Vale do Ribeira, e mais olhavam com descrença para essa região. O Vale do Ribeira, próximo ao século XX, era apontado como uma região de natureza exuberante e riquezas minerais, mas um exemplo de insucesso perante as demais regiões do Estado de São Paulo. Uma das principais preocupações de pesquisadores, de setores do governo e da sociedade civil era quanto às causas da falta de integração do Vale do Ribeira, e formas de superá-la.

Algumas iniciativas foram adotadas nas primeiras décadas do século XX, como o incentivo à bananicultura e a criação de colônias. Essas ações não causaram impacto nas populações localizadas na região de Eldorado e Iporanga. Alterações significativas nessa região só aconteceram a partir dos anos 50. Nessa época, o governo Juscelino Kubitschek priorizou a construção de estradas. A BR-116 (Regis Bittencourt), ligando São Paulo a Registra, foi construída em 1958. Em 1969, foi construída a estrada que liga o município de Eldorado a Iporanga.

As terras cortadas pela estrada de rodagem foram, repentinamente, valorizadas, e interesses econômicos foram despertados pela disponibilidade de imensas extensões de terras. Com a valorização das terras, surgiu os “terceiros” - pessoas que não nasceram na região e que adquirem terras no local, seja através da compra por preços muito baixos, seja através do uso da violência. A presença desses “terceiros” contribuiu para a intensificação dos conflitos e para abalar o modo de vida tradicional das populações estudadas.

Outro acontecimento que alterou o modo de vida tradicional foi a extração do palmito juçara. A partir dos anos 50, a demanda pelo palmito aumentou, e a ampla cobertura florestal presente possibilitou essa atividade. Muitos moradores da região abandonaram o trabalho na roça e passaram a comprar os produtos que antes produziam.

A partir de 1958, com a implantação de áreas de preservação ambiental na região e a transformação do corte de palmito em delito, a situação tornou-se ainda mais difícil. No entanto, como tanto a demanda quanto a quantidade de palmito era muito grande, esse recurso florestal continuou sendo explorado.

Considerando-se que sobraram apenas 7% da cobertura inicial da Mata Atlântica, que os maiores remanescentes de Mata Atlântica concentram-se no Vale do Ribeira, que essa região também possui muitas terras devolutas (terras não tituladas, portanto, pertencentes ao Estado) e que o movimento ambientalista fortaleceu-se, o governo implantou vários parques e áreas de preservação ambiental, como o Parque Estadual do Alto Ribeira, em 1958,

o Parque Estadual de Jacupiranga, em 1969, e o Parque Intervales, em 1995. Em 1984, foi criada a APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra do Mar. Numa APA é permitida a ocupação humana, e o uso da biodiversidade não é totalmente vetado (como nas áreas de parque), mas há controle dos recursos naturais.

As áreas de parque e a APA da Serra do Mar se sobrepõem à região estudada, alterando o modo de vida tradicional, pois a restrição ao uso do solo contribuiu para a redução da autonomia do pequeno lavrador, impedido de fazer o seu roçado. As roças não foram totalmente proibidas, porém, passaram a ser rigidamente controladas. A abertura de novas áreas exige guias de autorização do órgão estadual competente, as quais nem todos conseguem obtê-las. No entanto, muitos continuaram fazendo suas roças, mesmo sem autorização e correndo risco de serem multados. Ao abalar profundamente o modo de vida tradicional dessas populações, sem apresentar uma alternativa econômica, um dos resultados foi o êxodo de muitos moradores.

Outro problema enfrentado pelas populações da região é a ameaça de serem atingidas por barragens. Desde a década de 30, debate-se sobre a construção de barragens ao longo do Rio Ribeira, no entanto, a discussão intensificou-se no final dos anos 70, com o interesse da Companhia Energética de São Paulo (CESP) em pesquisas de viabilidade técnico-econômica da Bacia hidrográfica do Rio Ribeira. Além disso, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pertencente ao grupo Votorantim, também manifestou interesse pela construção de uma barragem no Rio Ribeira, e obteve a outorga da concessão da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, projetada para ser construída na divisa entre São Paulo e Paraná. Como o rio Ribeira atravessa dois Estados, em 1994, a licença concedida pelos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente do Paraná e de São Paulo foi suspensa, ficando definido que a atribuição deveria ser do órgão competente da esfera federal, ou seja, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e das Riquezas Naturais Renováveis (IBAMA).

Em 1997, a CBA solicitou novamente licença para a construção da Hidrelétrica Tijuco Alto, mas o IBAMA indeferiu o pedido no dia 25 de setembro de 2003. A CBA, porém, continua ativa e, segundo a ONG Instituto Socioambiental (ISA): “o IBAMA continua dando andamento ao processo de licenciamento ambiental, dando claros sinais de que pretende permitir a construção dessa obra tão prejudicial ao riquíssimo patrimônio ambiental, social e cultural da região”. (ISA, 2007)

Dessa forma, os projetos de construção de barragens ao longo do Rio Ribeira de Iguape representam uma fonte de preocupação e insegurança. Ameaça não apenas a presença dessas populações na região, mas a própria preservação do ecossistema.

Mobilizando-se contra as adversidades, as populações negras da região estudada se auto-identificaram como membros de comunidades remanescentes de quilombo, lutando assim para garantir a propriedade definitiva de suas terras, conforme assegura a Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>. Segundo Fábio José Bechara Sanchez, quatro questões estavam diretamente relacionadas com o reconhecimento da identidade quilombola das comunidades da região: a questão fundiária, a questão ambiental, o desenvolvimento e as barragens.

Em 1994, representantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Ivaoporunduva pleitearam, junto à Justiça Federal de São Paulo, a titulação de suas terras. No ano seguinte, demandaram o apoio institucional da Procuradoria da República, e noticiaram a existência de outras comunidades negras na região. No mesmo ano, o Ministério Público Federou visitou a comunidade de Ivaoporunduva. A partir desse momento, intensificaram-se os contatos entre diferentes órgãos do Estado e as comunidades negras:

Nos anos seguintes, o Governo do Estado de São Paulo editou decretos visando à aplicabilidade do artigo 68 da Constituição Federal em solo paulista e, em 1997, decretou a Lei n° 9757, determinando que o Estado de São Paulo emita títulos de propriedade às comunidades quilombolas que estejam ocupando terras devolutas.

Assim, desde os anos 90, ao identificarem-se como comunidades quilombolas, ganharam visibilidade e começaram a atrair a atenção de vários segmentos governamentais e da sociedade civil. Cada vez mais se alargam as redes de contato formadas pelas comunidades negras e diferentes atores sociais, como Igrejas, ONGs, universidades e representantes de órgãos públicos. Muitas destas intervenções visam ao desenvolvimento sócio-econômico da região. Objetivam garantir que os quilombolas possam permanecer, com qualidade de vida, no seu território. Ganham destaque iniciativas que propõem atividade de geração de renda e mecanismo de acesso à políticas públicas.

---

<sup>2</sup> Artigo 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Constituição Federal de 1988: "Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos".

Como várias iniciativas foram propostas desde o final dos anos 90, seria oportuno analisar algumas ações e seus resultados.

Podemos começar abordando a questão previdenciária. Essa iniciativa foi liderada pela Fundação ITESP que, em 2001, ao deparar-se com a grande desinformação acerca dos direitos do trabalhador rural, iniciou uma ampla discussão sobre esse tema. Como a Constituição Federal reconhece os direitos previdenciários do trabalhador rural que sobrevive graças a sua roça de subsistência, denominado “segurado especial”, caso da maioria dos quilombolas, o primeiro passo foi esclarecer direitos previdenciários, e o segundo foi estreitar o relacionamento com a Previdência Social. Reuniões foram agendadas com a Previdência Social, nas quais foi discutida a questão quilombola e o papel da Fundação ITESP. Especial destaque foi dado ao processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola. Para obter esse reconhecimento, é necessário que a Fundação ITESP elabore um laudo constando dados históricos, antropológicos e o rol de ocupantes da comunidade em questão. Esse laudo precisa ser publicado no “Diário Oficial”. A Previdência Social passou a ter uma cópia desses laudos, chamados de RTC (Relatório Técnico-científico), e os quilombolas que constam nesse documento passaram a ter um documento aceito como indício de prova da condição de “segurado especial”, não excluindo a necessidade de atender outras exigências, como a apresentação de documentos pessoais e entrevista. Desde 2002, vários benefícios foram concedidos, melhorando a qualidade de vida dos quilombolas e contribuindo para que direitos constitucionais sejam postos em prática.

Outra ação bem-sucedida é o acesso dos quilombolas aos programas de transferência de renda tanto do governo federal quanto do estadual. As prefeituras (Eldorado e Iporanga) são gestoras do Bolsa-Família (governo federal), e a Fundação ITESP é gestora do “Renda Cidadã” (governo estadual). Embora a ampla participação dos quilombolas revele sérias dificuldades econômicas, é positivo que esses programas sociais atinjam a população da região.

Quanto à saúde, foi implantado o PSF (Programa da Saúde da Família). Há um(a) agente de saúde para cada comunidade e a equipe médica faz visitas rotineiras aos quilombos. No entanto, as visitas da equipe médica nem sempre ocorrem, seja pela alta rotatividade dos médicos contratados, existindo períodos em que o quadro não está completo, seja pela precariedade das estradas, que se tornam intransitáveis nos períodos de chuva. Outros problemas levantados são as dificuldades para encaminhamentos e realização de exames e a falta de medicamentos.



Uma das doenças mais freqüentes é a verminose. Essa doença, assim como vários outros problemas de saúde, está relacionada com a inexistência de saneamento básico. Não há água tratada nem esgoto em nenhuma comunidade. As águas usadas na cozinha e nos banheiros são lançadas em cursos d'água próximos, que também estão sendo contaminados por fertilizantes e agrotóxicos, tornando a água imprópria para o consumo. Assim, a demanda por saneamento básico precisa ser priorizada.

Quanto à destinação do lixo, a maioria das comunidades não conta com coleta. O lixo é predominantemente queimado. Pode ser, também, enterrado ou deixado a céu aberto. Em relação à moradia, na maioria das comunidades, as casas são de alvenaria com partes de pau-a-pique (cozinha) circundadas por quintais, onde são criados animais de pequeno porte e cultivadas frutíferas, hortaliças e plantas de uso medicinal. Levando em consideração a precariedade de um grande número de moradias, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) está construindo casas nos quilombos que já foram titulados – Pedro Cubas, Pilões, Maria Rosa e São Pedro. Certamente, esse fato é muito positivo, no entanto, os outros quilombos também esperam ser contemplados.

Quanto às estradas, no geral, são precárias. A estrada Eldorado-Iporanga é asfaltada, mas apresenta alguns trechos problemáticos, com apenas metade da pista. A situação é ainda mais difícil para as comunidades que estão longe dessa estrada. É necessário atravessar por balsa o rio Ribeira e percorrer uma estrada de terra para alcançá-las. A travessia nem sempre é tranqüila, pois se há chuvas intensas na região ou nas cabeceiras do rio Ribeira (Paraná), o rio sobe e impossibilita que os carros entrem na balsa. Além disso, fortes chuvas deixam as estradas de terra intransitáveis para os carros que não tenham tração nas quatro rodas. Levando-se em consideração que é uma região úmida, a precariedade das estradas contribuiu para o isolamento das comunidades mais afastadas nos períodos de chuva.

Outro problema para essas comunidades mais afastadas é a ausência de oferta de transporte. Os quilombolas dessas comunidades, para chegarem até a pista (Estrada Eldorado-Iporanga), só contam com o transporte escolar e, assim, ficam isolados nos finais de semana, feriados e nos meses de férias. Portanto, não só as estradas, mas a ausência de linhas de ônibus é um problema ainda não solucionado.

Em relação à telefonia, não há sinal para aparelho celular e, até três anos atrás, não existiam telefones públicos. No entanto, a partir dessa data, foram instalados dois telefones nas seguintes comunidades: Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, Ivaporunduva, São Pedro, André Lopes e Pilões. As outras comunidades esperam ser atendidas.

Outro avanço foi a conquista de salas de informática nas comunidades de Ivaporunduva, Pedro Cubas, Sapatu, São Pedro e André Lopes. A partir da parceria entre diferentes ongs's e o governo federal, foram instalados computadores com acesso à internet (via satélite), possibilitando a inclusão digital. Novamente, vale destacar que as comunidades não beneficiadas também esperam ser atendidas.

Quanto à energia elétrica, podemos observar que nos últimos anos a situação melhorou graças à inclusão, com o apoio da Fundação ITESP, de novas famílias no programa “Luz para todos”<sup>3</sup> do governo federal. Em todas as comunidades<sup>4</sup> há luz elétrica, embora nem todas as famílias sejam atendidas.

Em relação à educação, todas as comunidades<sup>5</sup> contam com escolas que oferecem ensino infantil (pré-escola) e ensino de 1º a 4º série em classes multiseriadas (todas as séries do I Ciclo do ensino fundamental numa mesma sala). Há uma escola, localizada no Quilombo André Lopes, que oferece ensino fundamental completo e ensino médio, e atende seis quilombos do entorno. Em 2007, ao ser avaliada pelo Saesp<sup>6</sup>, essa escola não apresentou bons resultados. Num primeiro momento, podemos imaginar uma educação deficitária, no entanto, devemos lembrar que essa escola foi inaugurada em 2006, e que os resultados obtidos são a consequência de vários anos. Espera-se que melhores resultados sejam obtidos em avaliações futuras. Também devemos destacar que a existência dessa escola é uma conquista dos quilombolas. Com nome escolhido pelos próprios, em homenagem a uma quilombola que viveu no começo do século XX e que ainda é guardada na memória dos mais velhos, a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa existe há muitos anos no papel, inclusive com seu nome publicado no

---

3 O Governo Federal iniciou em 2004 o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos” com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita.

4 As comunidades de Praia Grande e Bombas, localizadas em Iporanga, não têm acesso. Não há estrada para Praia Grande e seu único acesso é pelo rio Ribeira. Bombas localiza-se no Parque Estadual Alto Ribeira (PETAR).

5 Com exceção de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.

6 Saesp é o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Desde sua criação, em meados da década de 90, vem avaliando sistematicamente o sistema de ensino paulista, verificando o rendimento escolar dos alunos de diferentes séries e períodos e identificando os fatores que interferem nesse rendimento.

“Diário Oficial”. Porém, só depois de muita pressão é que passou a existir de fato. Os quilombolas depositam nessa escola suas esperanças de um ensino de qualidade e que preze a sua história. A direção e o corpo docente da escola, juntamente com a Fundação ITESP, desde 2007, planejam e executam atividades de valorização da história e da cultura quilombola.<sup>7</sup>

Outra ação relevante é a autorização para abrir novos roçados. Como relatado anteriormente, a legislação ambiental vigente restringe o uso do solo, criando sérios obstáculos ao sistema de cultivo tradicionalmente praticado pelos quilombolas (sistema de coivara). Com restrição à abertura de novas áreas, em 1998, o ITESP iniciou o trabalho de demarcação de roças de subsistência. Consiste num minucioso trabalho de campo realizado pelos seus técnicos, que percorrem todas as áreas solicitadas, elaborando mapas com o local das roças indicado e preparando toda documentação exigida pelo DEPRN<sup>8</sup>. Após a verificação da documentação, o DEPRN expede uma autorização, permitindo o corte da vegetação da área requerida. Essa ação revelou-se importante do ponto de vista cultural, pois possibilita que os quilombolas plantem conforme suas tradições, do ponto de vista econômico, pois ao plantar para a subsistência diminuem as despesas da família, e do ponto de vista ambiental, pois a alternância de períodos de cultivo e pousio permitem a regeneração da área. Os procedimentos adotados, no entanto, são dependentes em demasia da posição dos técnicos do DEPRN do escritório regional e não de instâncias hierarquicamente superiores. Além disso, esse órgão passou por muitas mudanças estruturais desde 2007, e a consequência, para os quilombolas, foi que nenhuma autorização foi expedida desde então. Assim, segundo Marta Organo Negrão (engenheira florestal da Fundação ITESP): “Há uma certa fragilidade nos procedimentos adotados, uma vez que o processo de licenciamento para plantio de alimentos para subsistência não recebe diferenciação legal dos processos de autorização de corte de vegetação para outros usos, trazendo prejuízos à prática de plantio devido à atrasos burocráticos e exigências inadequadas. O aspecto cultural não é considerado, sendo concebido apenas se há compreensão pessoal dos técnicos do DEPRN

7 Essas atividades de valorização cultural e histórica são integradas no Projeto Peteca – parceria entre a Fundação ITESP e a escola.

8 O Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) é o órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, vinculado à Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais-CPRN, responsável pelo licenciamento das atividades e obras que impliquem na supressão de vegetação nativa, corte de árvores nativas, intervenção em áreas de preservação permanente e manejo da fauna silvestre

acerca de sua importância. O desafio é a construção de ferramentas legais apropriadas e eficientes, que garantam a realização das roças tradicionais pelas comunidades quilombolas com a atenção que lhe é devida” (Negrão, 2007). Outra questão que precisa ser debatida é a geração de renda. Se observarmos o levantamento realizado pelo ISA, perceberemos que há dificuldade nesta área, pois grande parte dos recursos das famílias é proveniente da Previdência Social e dos programas sociais do governo (Bolsa-Família e Renda-cidadã). Esse levantamento aponta a produção de banana como a atividade produtiva que mais gera renda, destaca a produção de artesanato e também sublinha que o maracujá e o palmito pupunha estão sendo cultivados com recursos oriundos do PRONAF<sup>9</sup>.

Outra atividade praticada é o corte do palmito. Porém, se antes era abundante, o palmito está cada vez mais escasso. Exige viagens cada vez mais longas e penosas. Mesmo assim, ainda muitos praticam essa atividade, pois o palmito juçara é um produto nobre e muito demandado pelo mercado consumidor. Além de todos os problemas decorrentes da prática de uma atividade ilegal, a existência dessa atividade lucrativa acaba fazendo concorrência com projetos de desenvolvimento implantados e, assim, diminui o número de pessoas que a eles se dedicam.

Os projetos de desenvolvimento apresentam vários obstáculos. Para que sejam bem-sucedidos - gerem renda - é necessário que várias metas já tenham sido alcançadas. Por exemplo, para conseguir uma boa comercialização para determinado produto agrícola, é imprescindível contar com estradas que possibilitem o escoamento da produção. No entanto, como o mercado está cada vez mais competitivo, outras exigências se apresentam. Se pensarmos, então, no caso do artesanato, não só estradas, mas também é fundamental garantir bons canais de comunicação, seja para divulgar os produtos, seja para efetuar todas as fases da comercialização. O turismo, explorado em algumas comunidades, necessita de boas estradas e comunicação e, também, políticas públicas eficientes relacionadas à educação e saneamento básico.

Além disso, precisa existir demanda para o produto/serviço a ser explorado, senão não será possível comercializá-lo ou serão obtidos preços insatisfatórios.

---

9 Programa Nacional da Agricultura Familiar - linha de microcrédito produtivo, concedida pelo governo federal, orientada para financiar investimentos de atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural.

E, por fim, é necessário pesquisar as potencialidades/limitações da região. No caso dos quilombos do Vale do Ribeira, a região caracteriza-se por possuir uma vasta área de cobertura florestal. Se, por um lado, isso representa uma dificuldade, pois foram criadas leis que restringiram o uso dos seus recursos, por outro lado, com o interesse pela preservação ambiental destacando-se no cenário nacional e internacional, medidas visando garantir a sobrevivência das florestas tem sido adotadas. Uma dessas medidas é o incentivo ao desenvolvimento sustentável, entendido como o uso racional e não predatório dos recursos naturais, assegurando-os para as gerações futuras. No caso do Vale do Ribeira, seria interessante atrair iniciativas que apoiem o manejo do palmito juçara. Seria a possibilidade de legalizar e tornar sustentável uma atividade existente há anos, com mercado consumidor garantido e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação da Mata Atlântica.

Portanto, as atividades de geração de renda, por envolver muitas variáveis, como a interação com outras metas, as leis do mercado e as potencialidades/limitações da região, são de alta complexidade. Outra demanda de alta complexidade e, também, apontada como relevante para o desenvolvimento é a titulação das terras - principal demanda dos quilombolas. Para que isso ocorra, além da realização de um laudo antropológico, é necessária a caracterização jurídica das terras da comunidade. Podem ser particulares, devolutas ou não discriminadas. As comunidades que compõem seu território com áreas devolutas estão em melhor situação. As que contam com áreas particulares ou não discriminadas enfrentam uma batalha mais árdua e sofrem com a morosidade da Justiça. A titulação das terras e o fim da ameaça de construções de barragens ao longo do Rio Ribeira de Iguape proporcionariam segurança e gerariam uma atmosfera positiva para o sucesso dos projetos de desenvolvimento.

Acima de tudo, o que será determinante para o desenvolvimento sócio-econômico dessas comunidades é o seu protagonismo, como se movimentam no jogo político e fazem valer seus direitos. A titulação e o acesso à políticas públicas dependem da organização dessas comunidades e do seu poder de influência. Os projetos de desenvolvimento não podem ser impostos, e só serão bem-sucedidos se as comunidades determinarem os caminhos que desejam trilhar.

## Referências Bibliográficas

- Andrade, Tânia; Pereira, Carlos AC e Andrade, Márcia RO. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território - 2. Ed. – São Paulo: ITESP: 2000 – (Cadernos do ITESP; 3).
- Carril, Lourdes FB. Terra de Negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência, 1995. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP.
- Isa, [www.sociambiental.org/inst/camp/tijuco](http://www.sociambiental.org/inst/camp/tijuco) acesso em 15/01/2007
- Paes, Gabriela. A Recomendação das Almas na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP.
- Queiroz, Maria IP. Bairros Rurais Paulistas. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- Negrão, Marta O. Trabalho apresentado no seminário “Caminhos de Ater para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar”, realizado em Bauru, entre os dias 27/08 e 01/09, em 2007.
- Queiroz, Renato S. Negros do Vale do Ribeira. Um estudo de antropologia econômica. São Paulo: Edusp, 2006.
- Sanchez, Fabio JB. Identidade e conflito: a construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP.
- Santos, Kátia M, P e TATTO, Nilto. Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – Instituto Sociambiental, 2008.

# Desenvolvimento Local Sustentável: A Contribuição das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Raquel Pasinato, Karin Ingrid Rettl

**“O futuro está no desenvolvimento negociado.”  
Ignacy Sachs**

## 1- Conceituando Desenvolvimento Local Sustentável

Historicamente, as políticas econômicas são orientadas para o crescimento do produto interno bruto - PIB baseado no uso indiscriminado dos recursos naturais e humanos e sustentado pela falácia de que as nações subdesenvolvidas atingiriam o desenvolvimento econômico através do aumento de sua produção. As consequências deste modelo convencional e insustentável são a tônica das discussões atuais e vem crescendo a preocupação da comunidade científica e da opinião pública na busca de alternativas de modelos de desenvolvimento mais respeitosos ao meio ambiente, socialmente justos, politicamente aceitáveis e viáveis economicamente (Costabeber e Caporal, 2003).

O Relatório Brundtland (1987) sugere o conceito de desenvolvimento sustentável, e difunde a idéia de que, para ser *sustentável*, o desenvolvimento precisa compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental. Definindo desenvolvimento sustentável como: *“aquele que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”*.

Segundo Sachs (2001) para pensar desenvolvimento é preciso considerar as especificidades de cada território e para isto é necessário dar voz para as diferenças. Dowbor, em seu artigo Inovação Social e Sustentabilidade menciona:

*“Não só precisamos olhar para as dinâmicas sociais de maneira mais ampla, como temos de voltar a dar uma importância central para a organização de processos decisórios participativos”* (2007).

Jará (1998) define desenvolvimento local como:

*“Processo de crescimento descentralizado, baseado nos municípios e*

*comunidades, cimentado em uma nova institucionalidade que possa traduzir-se em articulação e parcerias criativas entre estado, municípios e sociedade civil organizada, preocupado com a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente dos grupos mais pobres e marginalizados, que busque o pleno aproveitamento dos recursos e potencialidades locais, comprometido com a geração de empregos e de ocupações produtivas e com a sustentabilidade”.*

Um ponto positivo da dinâmica do desenvolvimento local é o caráter participativo e democrático, ocorrendo em diferentes instâncias políticas de debate como fóruns e conselhos (Soares, 2006). No Vale do Ribeira estão instalados vários destes fóruns, muitos com a participação de lideranças das comunidades locais (CONSAD, Comitê de Bacias, Pólo de Biotecnologia, Codivar e outros), além da presença dos movimentos sociais (SINTRAVALE, EAACONE, MOAB, pastorais da igreja católica) que procuram contribuir com este debate político.

Mas, se por um lado, esta forma de desenvolvimento é positiva para as populações de territórios com uma diversidade socioambiental como as do Vale do Ribeira, por outro lado há certos fatores que colocam em risco sua efetividade, como fragilidades metodológicas, superposição de programas e projetos de diferentes instituições e construção externa de estratégias de desenvolvimento local, como coloca Fischer (2002). Em função de fatores limitantes, os projetos de desenvolvimento local e principalmente na área rural da região, muitas vezes não tem continuidade. Outro problema que se observa é a falta de preparo técnico das organizações locais em executar seus projetos O que pode ser atribuído, nesta região, à dificuldade de acesso e qualidade da educação formal e às restritas opções de capacitação regional.

Outro aspecto, é que, quando o desenvolvimento local é pensado sem considerar a visão planetária, ele naturalmente se esvazia. O desafio é buscar o equilíbrio entre as ações locais e globais, buscar as relações e interações que ocorrem entre localidades e regiões.

A conservação e o uso sustentável da biodiversidade, um tema global da sociedade contemporânea, é a vocação do Vale do Ribeira e sua importância está materializada nas ações e projetos executados por organizações governamentais e não governamentais.

## 2- A vocação socioambiental do Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira está inserida no bioma da Mata Atlântica, um dos mais ameaçados de extinção do planeta, só perdendo para as florestas



de Madagascar. Localizado em dois dos estados mais urbanizados do País – São Paulo e Paraná – o Vale do Ribeira detém 2,1 milhões de hectares de florestas que equivalem a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no Brasil, transformando-o na maior área contínua desse bioma. Nesse conjunto de áreas preservadas são encontradas não apenas florestas, mas 150 mil hectares de restingas e 17 mil hectares de manguezais (PROCHNOW, 2008, pg.144).

Em 1999, a reserva de Mata Atlântica do sudeste distribuída por 17 municípios do Vale do Ribeira foi considerada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como Patrimônio Natural da Humanidade. Esta área abriga uma série de unidades de conservação: Mosaico da Juréia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Mosaico do Jacupiranga, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, Parque Estadual da Campina do Encantado, Estação Ecológica dos Chauás, Parque Estadual de Intervales.

Nesse contexto regional, além da biodiversidade, há uma sociodiversidade considerável. Na região encontram-se populações tradicionais<sup>1</sup>: quilombolas, caiçaras, e indígenas, grupos étnicos que compartilham sua identidade, história, memória e formas de uso e ocupação de seus territórios; além de pequenos agricultores que praticam agricultura de subsistência. Embora rico em diversidade cultural e em biodiversidade, o Vale apresenta baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e conflitos socioambientais.

O equacionamento da questão fundiária é um dos maiores desafios para a instalação de um processo de desenvolvimento sustentável na região. Os conflitos relativos à posse de terras sempre existiram e intensificaram-se com a criação das unidades de conservação (UCs), que sobrepujaram seus territórios aos das populações tradicionais que ali habitavam. Este processo iniciou-se em 1958 com o decreto que criou o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), seguido pela criação de outras UCs nos anos seguintes.

A legislação ambiental<sup>2</sup> regulamenta o uso e ocupação das áreas no entorno e no interior das UCs de acordo com sua categoria – de proteção integral ou de uso sustentável.

---

1 Populações tradicionais é como têm sido chamados aqueles povos ou grupos que, vivendo em áreas periféricas à nossa sociedade, em situação de relativo isolamento face ao mundo ocidental, capitalista, construíram formas de se relacionar entre si e com os seres e coisas da natureza muito diferentes das formas vigentes na nossa sociedade. Esterici, N. Almanaque Brasil Socioambiental, 2008. p.223.

2 SNUC – Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo Ferreira (2004) há autores que defendem que estas populações são aliadas da biodiversidade porque apresentam valores éticos e culturais que valorizam a qualidade ambiental de seus territórios; outros afirmam que esta é uma abordagem que naturaliza os indivíduos e é politicamente excludente e aqueles que dizem ser esta uma abordagem estática e limitada da cultura; e os que afirmam que existem evidências empíricas de que a caça e a alteração dos *habitats* pelo uso do fogo, foram os responsáveis pela extinção da megafauna na pré-história da humanidade.

O Vale do Ribeira tem a agricultura como uma importante atividade econômica, com predomínio de pequenas propriedades. Os agricultores familiares e as populações tradicionais que ao longo de várias gerações adquiriram conhecimentos sobre os ecossistemas regionais, para garantir sua subsistência e reprodução cultural, obtiveram como resultado o estado de preservação de um espaço natural extremamente importante para o equilíbrio ambiental da região e do bioma Mata Atlântica (Isa, 2007).

Construir políticas de desenvolvimento local sustentável para o Vale do Ribeira, que incluam os vários aspectos e particularidades locais se constitui no maior desafio das organizações e dos programas de governo que atuam na região.

Uma questão observada em campo é a falta de diálogo das instituições que trabalham na região. Ironicamente elas promovem seminários, palestra e vários fóruns que debatem “*cooperativismo e associativismo*”, mas quase nunca conseguem estabelecer uma parceria funcional, que apresente resultados concretos para seu público-alvo, as comunidades locais (quilombolas, caiçaras, indígenas, pequenos agricultores).

Paracriar este ambiente virtuoso de debate é importante considerar a influência da territorialidade<sup>3</sup> na criação de programas e projetos de desenvolvimento local e seu inter-relacionamento com o contexto regional e nacional.

Estes programas deveriam articular diversos agentes/atores sociais que ao desempenhar seus papéis contribuiriam para a elaboração de políticas referenciadas pelo conjunto de arranjos econômicos, sociais e políticos espacialmente localizados (Vieira, 2002).

---

3 Territorialidade aqui refere-se às relações entre indivíduos, grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas diferentes esferas geográficas, uma localidade, uma região, um país e expressando um sentimento de pertencimento e, um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. Em nível coletivo a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade

### 3. As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e seus territórios

Os registros de extração de ouro no Rio Ribeira de Iguape datam de meados do século XVII, e mantiveram-se até o início da mineração na região das Minas Gerais. Nos primeiros anos do século XIX a atividade entrou em decadência e muitos dos fazendeiros e exploradores de ouro da região abandonaram suas terras, muitas já habitadas por ex-escravos. Estes ex-escravos formaram comunidades negras que habitam territórios às margens do Rio Ribeira até os dias de hoje, entre os municípios de Iporanga e Eldorado. As populações descendentes de escravos mantiveram seus laços históricos e de parentesco, como é o caso das comunidades de Nhunguara, Pilões, Maria Rosa, Sapatu, André Lopes, Pedro Cubas e Ivaporunduva (ISA, 2008).

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP<sup>4</sup> identificou, 57 comunidades quilombolas localizadas no Litoral Norte, na região de Sorocaba e na região Sul (Vale do Ribeira), onde estão concentradas a maior número das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo - 41. Os municípios onde essa concentração é mais significativa são Itaóca e Iporanga, localizados no Alto Vale, Eldorado, no Médio Vale, Iguape e Cananéia, no Baixo Vale.

Estudos antropológicos afirmam a existência de comunidades quilombolas com até 300 anos, como a comunidade de Ivaporunduva.

### 4. Planejamento territorial x desenvolvimento local: uma proposta quilombola

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira vêm desenvolvendo seu planejamento territorial contemplando as questões ambientais, sócio-culturais e econômicas locais, na perspectiva de implantar um processo de planejamento contínuo para seu desenvolvimento local sustentado.

O primeiro passo foi a publicação da Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira que envolveu 14 comunidades, cujo processo de construção centrou-se na discussão e sistematização dos conhecimentos e percepções coletivas sobre as formas de uso e ocupação de seus territórios, bem como no levantamento das principais necessidades e desafios destas comunidades.

---

<sup>4</sup> De acordo com os dados oficiais do Itesp, até 2007 foram reconhecidas no Estado de São Paulo 21 comunidades quilombolas, das quais 15 estão localizadas no Vale do Ribeira e destas, 6 foram tituladas. Outras 10 estão na fase de reconhecimento







A tabela 1 apresenta, em valores relativos, as formas de ocupação dos territórios quilombolas. Devemos considerar que os territórios destas comunidades estão, em sua maioria, localizados em zonas de amortecimento de UCs categorizadas como de proteção integral – parques (Figura 1). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC define Zona de Amortecimento como “*o entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas as normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.*” (artigo 2º, inciso XVIII).

O planejamento territorial, portanto, deve procurar estabelecer um processo de desenvolvimento que contemple as especificidades socioambientais e econômicas locais. Nos territórios das comunidades quilombolas aproximadamente 65% de sua área é ocupada por matas nativas e 11% por vegetação em estágios primários e secundários de regeneração (capoeiras), como demonstrado na tabela 1.

As atividades produtivas e socio-culturais ocupam cerca de 24% de seus territórios, e são basicamente agrícolas e pastoris<sup>5</sup>, voltadas para subsistência como a roça. As áreas destinadas à habitação e transporte não superam os 2% destes territórios.

Considerando as formas existentes de uso da terra e a imensa diversidade biológica das áreas florestadas que os territórios apresentam, há diversas possibilidades, destas populações reorganizarem seus espaços territoriais na busca de um desenvolvimento local sustentável. Podemos por exemplo pensar nas alternativas de delimitação das reservas legais<sup>6</sup>.

A legislação determina que todas as áreas rurais devem estabelecer suas reservas legais., mesmo em terras coletivas como é o caso das terras quilombolas. Onde há ocorrência de Mata Atlântica, as reservas legais devem ocupar uma área correspondente á 20% da propriedade. Nas terras quilombolas, a implantação da reserva legal só será efetivada quando ocorrer sua averbação definitiva e titulação, apesar de existirem de fato já que 65% destas áreas mantém sua cobertura vegetal.

Mas o planejamento de um desenvolvimento sustentável está direta-

---

5 A tabela 1 mostra que as maiores áreas ocupadas para pastagens estão em Poça, Cangume e Porto Velho. Estas comunidades ainda têm seus territórios ocupados por terceiros, cuja atividade econômica é a criação de gado.

6 Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. (Código Florestal Brasileiro, artigo 2º, inciso III)

mente relacionado com a capacidade de diálogo destas comunidades com seus *stakeholders*. Ao estabelecer as áreas de reserva legal o diálogo com o poder público e os responsáveis pelas UCs vizinhas é estratégico, já que poderiam, por exemplo, contribuir para a implantação de corredores ecológicos que são de vital importância para a preservação da biodiversidade local.

Nesse sentido, não só as reservas legais, mas também as outras legislações ambientais específicas, como as áreas de proteção permanente – APPs<sup>7</sup>, por exemplo, precisam ser especializadas e mapeadas facilitando o diálogo com os órgãos ambientais competentes, e auxiliando no processo de titulação dos territórios, na obtenção de licenças para roças e no planejamento da reorganização e redimensionamento das áreas voltadas às atividades econômicas.

À medida que as comunidades se apropriam de informações sobre as possibilidades e oportunidades relacionadas às alternativas de uso de seus territórios e compartilham estas informações com seus pares, poderão gerar conhecimento e tecnologias sociais que possibilitem o equacionamento de suas demandas, no médio e longo prazo.

As 14 comunidades que participaram da elaboração da Agenda Socioambiental elaboraram conjuntamente um quadro de demandas, produto das discussões internas e intercomunidades. As demandas apresentadas na tabela 2 foram selecionadas de um quadro mais amplo. Os critérios de seleção adotados foram:

- frequência, ou seja, do universo de comunidades que participaram processo, quantas apresentam a mesma demanda;
- nível de classificação de prioridade, as comunidades listaram suas demandas e atribuíram, segundo uma escala pré-estabelecida, um valor para a prioridades. Selecionamos, deste universo, aquelas que representam 20% do total de demandas apresentadas e que a elas foram atribuídas o maior valor na escala de prioridades.

A maior parte das demandas não representa necessariamente alteração no espaço físico ocupado pela comunidade. Por outro lado, o atendimento

---

7 Definição de Área de Proteção Permanente: área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. (Código Floresta Brasileiro, artigo 2º, inciso II)

Tabela 1. Distribuição das formas de uso existentes nas terras quilombolas, em valores relativos (%).

Classes de uso da terra	André Lopes	São Pedro	Sapatu	Bombas	Calvão	Ivaporunduva	Mandira	Nhunguara	Pedro Cubas	Morro Seco	Pedro Cubas de Cima	Peça	Cangume	Porto Velho
roça de colvára	1.22	0.25	0.58	1.69	0.17	1.86	0.02	0.21	0.2	0	0.21	0	4.23	1.35
bananal	0.37	0.22	3.15	0	0.38	3.09	0.5	0.47	0.33	16.22	0.02	44.7	0	0.9
cultivos diversos	0.05	0.22	0.11	0	0.2	0.03	0	0.06	0.14	9.12	1.09	0.15	0.04	0.84
pastagem	4.41	3.94	4.07	0.93	7.69	4.51	0.04	7.44	2.13	0	4.69	24.15	61.47	36.77
vegetação rasteira	2.97	0.72	2.63	0.28	1.24	1.25	1.33	3.55	0.3	12.6	0.88	2.4	20.71	6.57
capoeira	15.31	12.76	10.33	13.23	8.3	12.36	2.51	15.78	3.91	11.54	5.28	1.7	11.66	29.52
mata	74.45	81.57	76.8	83.87	81.08	76.36	87.11	72.03	92.8	49.29	87.6	25.71	0	20.73
mangue	0	0	0	0	0	0	1.44	0	0	0	0	0	0	0
restinga	0	0	0	0	0	0	6.04	0	0	0	0	0	0	0
vila/estrada	0.51	0.27	0.22	1.15	1.15	0.34	0.8	0.33	0.19	1.19	0.08	0.44	1.69	0.51
corpos d'água	0.72	0	1.89	0	0.71	0.06	0.21	0.11	0.04	0.04	0.15	0.06	0	0
repovoamento de palmito/ concentração de caixeta/ manejo de espécies para arte- sanato	0.47	0.74	0	0	0.34	2.17	6.22	0.13	1.5	3.09	0.01	0	0	2.71
outros	0	0.05	0.22	0	0.08	0.14	0	0.02	0.12	0	0	0.69	0.2	2.81
área total da comunidade (ha)	3,200.16	4,688.26	3,711.62	1,200.00	2,234.34	2,754.36	2,054.65	8,100.98	3,806.23	150.00	6,875.22	Sem dados	724.60	941.00
reserva legal estimada 20% em (ha)	640.03	937.05	742.32	446.88	446.88	550.87	410.93	1,620.20	761.25	30.00	1,375.04		144.92	188.20

Fonte: Adaptada de: Agência Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

Fonte: Agência Socioambiental de comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. ISA, 2008. Adaptada pelas autoras.



das demandas que resultam em interferência nas formas de uso da terra pode ser negociado, como por exemplo, a autorização para a abertura de áreas de roça. As alternativas para o atendimento destas demandas não passa apenas por acordos relacionados a desmatamento e queimadas, mas também pela pesquisa e disseminação de tecnologias sociais que já existem e que possibilitem o melhor aproveitamento dos espaços.

O desenvolvimento local sustentável não pode ser planejado isoladamente e deve contar com a colaboração e capacidade de negociação de todos os *stakeholders* envolvidos. É necessário aprender a trabalhar em rede, desenvolver nossas capacidades de diálogo e negociação para construir um modelo de desenvolvimento que realmente produza poupança de capital natural e humano, garantindo desta forma a sobrevivência das próximas gerações.

## 5. Considerações Finais

O levantamento realizado pelo pesquisador, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, identifica 2.847 comunidades quilombolas distribuídas em 24 estados da federação. Já o movimento Quilombola Nacional e outros pesquisadores falam em mais de 3.500 comunidades remanescentes quilombos.

A questão quilombola foi inserida no cenário da política nacional com a Constituição Federal de 1988, que instituiu em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o artigo 68: *“Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”*; os artigos 215 e 216 estabelecem a proteção ao patrimônio histórico-cultural dessas comunidades de forma abrangente.

Além de não avançar no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e de seus territórios, ainda há outros problemas e dificuldades que vêm preocupando as comunidades. Há ausência de políticas públicas que promovam alternativas econômicas compatíveis com a diversidade cultural e ambiental capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades e de seus territórios. Há ainda ameaças permanentes de retrocesso no marco legal que garante os direitos constitucionais destas comunidades, como a nova Instrução Normativa do INCRA (IN 49 PUBLICADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2008) que traz um retrocesso na garantia de direitos reconhecidos pela Constituição Federal, pela Convenção 169 da OIT e pelo Decreto 4.887/2003 .

Tabela 2. Quadro das demandas de alta prioridade das comunidades quilombolas.

Demandas	Impacto na ocupação territorial		Número de comunidades com a mesma demanda	% de comunidades que tem a mesma demanda	Justificativa da demanda
	Sim	Não			O que motivou esta demanda?
Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade		x	14	100%	A falta de participação de jovens
Fortalecimento do artesanato quilombola		x	14	100%	Promover geração de renda e resgate do artesanato tradicional
As comunidades terem um planejamento socioeconômico e ambiental sustentável		x	14	100%	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades
Instalação de rede de esgoto e tratamento	x		14	100%	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade
Curso de formação para cidadania		x	14	100%	Devido à necessidade de conhecimento sobre este assunto
Acabar com a ameaça das barragens no Rio Ribeira de Iguape	x		13	93%	Perda da biodiversidade e sócio-diversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais
Retirada dos terceiros do território	x		13	93%	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais
Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico		x	13	93%	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades
Melhoria na qualidade do serviço de saúde		x	13	93%	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades
Cursos profissionalizantes para jovens		x	13	93%	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos
Adequação da legislação ambiental de forma a permitir a abertura de área para roça de acordo com os critérios dos quilombolas, exemplo: em área onde a vegetação está em estágio médio (capoeira) e uso de fogo para abertura de roça de subsistência	x		13	93%	Obedecer ao que diz a Código Florestal em seu artigo 215/216. Porque são áreas íngremes sem condição de mecanização. Afirmar o que diz a ciência, como lavoura de mínimo impacto
Divulgação das coisas tradicionais da comunidade		x	13	93%	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e a necessidade de resgate cultural
Manutenção de estradas existentes na comunidade		x	13	93%	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente para os alunos da escola
Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade		x	12	86%	A falta de opções de trabalho nas comunidades
Curso de informática		x	12	86%	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens
Regularização Fundiária/ Titulação	x		12	86%	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade

Fonte: Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

O equacionamento das questões fundiárias brasileiras pode passar por um processo de planejamento territorial que privilegie as premissas necessárias à implantação de um desenvolvimento local sustentável buscando, de forma participativa e negociada, alternativas de modelos de desenvolvimento mais respeitosos ao meio ambiente, socialmente justos, politicamente aceitáveis e viáveis economicamente.

### Referências Bibliográficas

- Costabeber, JA; Caporal, FR. Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável. In: Vela, Hugo (Org): Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Palloti, 2003. p.157-194.
- Brundtland, GH. Our Common Future: World Commission on Environment and Development, Oxford University Press, Oxford. 1987.
- Dawbor, L. Inovação social e sustentabilidade. <http://dowbor.org/artigos.asp> (capturado em 15 de novembro de 2008). 23p. 2007.
- Ferreira, LC. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, BRASI. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004.
- Fischer, Tânia. Poderes locais, Desenvolvimento e Gestão – introdução a uma agenda. In: A gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Tânia Fischer (coord.). Salvador, Bahia: Ed. Casa da qualidade, Salvador, BA, 2002.
- Jara, C J. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Recife: IICA, 1998.
- Prochnow, M. Mata Atlântica. In: Almanaque Brasil Socioambiental. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2008.
- Sachs, 2002. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Coleção Idéias Sustentáveis. Editora Garamound, Rio de Janeiro, 2002.
- Santos, KMP; Tatto, N (editores). Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2008.
- Vieira, ROC. Os programas de desenvolvimento integrado e sustentável das mesorregiões diferenciadas: a materialização de um novo paradigma no desenvolvimento regional brasileiro. In: IVII Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct.2002.
- Lages, V; Braga, C; Morelli G (Org.). Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Brasília/DF, SEBRAE, 2004, p.28.)

Stuchchi, D (coord.).1998.Laudo Antropológico. Comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Ministério Público Federal, São Paulo.

# PARTE II

## Entrevistas

A – Quilombolas

B – Técnicos do Itesp

# Entrevista com Ditão

## Quilombo do Ivaporunduva

**Nome** - Benedito (Ditão) Alves da Silva

**Idade** - 53 anos.

**Escolaridade** - cursando o 1º ano do ensino médio em Eldorado à noite.

**Ocupação** - Presidente da Associação de Ivaporunduva e da EAACONE<sup>1</sup>. Lavrador, monitor ambiental, palestrante. Dou palestra de história da região e da nossa luta. O monitor ambiental tem dois trabalhos: um dentro e outro fora da comunidade. O primeiro é receber, fazer palestras e acompanhar visitas de escolas e grupos. É um trabalho para a Associação e dela recebe pelo serviço prestado. Também trabalhamos no Petar, no Parque Jacupiranga e Intervalles como guia e recebemos por hora ou por dia.

Pela nova lei não se pode mais entrar livremente nas cavernas. As novas regras limitam o número de pessoas e precisa agendar. Está difícil porque estão fazendo o plano de manejo. Fecharam as cavernas que só foram reabertas depois de muita luta. Todos os guias dos parques lutaram para reabrir. Tem prazo para entregar o plano. Enquanto isso tem que cumprir as regras, senão o Plano não sai e fecha de vez.<sup>2</sup>

**E quando o Plano precisa ficar pronto?**

Não sei. A Fundação Florestal de São Paulo é a responsável mas tem bastante gente da região, os monitores ambientais, ajudando no Plano. Umhas 8 pessoas daqui estão trabalhando na Caverna do Diabo, ajudando para elaborar rapidamente o Plano. Haverá regras claras, agora é um plano emergencial.

<sup>1</sup> Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras, com importante ação organizativa no vale do Ribeira.

<sup>2</sup> As áreas de reservas ambientais devem, segundo legislação federal, possuir um plano de manejo com demarcação, sinalização de áreas de visitação, regras e vias de segurança, etc.

Essa região tem história antiga de movimento popular mas como começou a história do reconhecimento e titulação dos quilombos?

O movimento quilombo é antigo. Aqui começou há 400 anos, quando o negro não aceitou o trabalho escravo, fugiu e formou grupos de pessoas livres. Por muito tempo foi um movimento escondido, devido à repressão. Digo por mim. Nos anos 70 a gente ia lá pra São Paulo lutar com os grupos de consciência negra. O padre escondia a gente na igreja e fechava a porta porque ninguém podia saber. Era a época da ditadura. Em 75 já tinha luta – tímida, mas tinha. A partir de 88 pegou força pelo direito garantido na lei.

Naquele momento, lutavam os movimentos sociais urbanos e rurais. O movimento rural era difícil, tinha dificuldade de comunicação. O negro do mato não tinha rádio, nem televisão, nem jornal, não sabia o que acontecia lá fora. Aqui quem trazia notícias era a igreja. Mas a gente sabe que no Rio, São Paulo, Bahia, nas cidades, havia um movimento, as pessoas estavam no rádio, na televisão. E tinha a música. Muitos foram reprimidos. Existia uma luta para garantir o direito do negro no futuro.

Todo mundo sabia que havia muitos negros no Brasil sem direitos garantidos como o de outras raças que ocuparam o Brasil. Todos tem direito a tudo – estudo, emprego, estar no banco, viajar de avião, ou estar dentro de uma grande empresa com trabalho bem remunerado enquanto o negro urbano está na favela, sem direito à escola, analfabeto, fumando maconha, usando cocaína, matando para pagar suas contas, morrendo, indo preso – sem saber a dimensão da situação. E sem saber até mesmo quem ele é e de onde veio.

Então os quilombos, depois de 88, precisaram lutar por todos esses direitos. Aqui a gente centralizou bastante força nesse sentido, porque estávamos isolados. Agora temos aqui televisão, telefone, internet. Há 30 anos, televisão a gente só via na cidade. Quando ia ler um jornal, uma revista, já tinha passado 6 meses, 1 ano. A notícia estava defasada.

Pra entender o que acontecia saímos para apoiar movimentos fora, no Rio, São Paulo, Minas, Pernambuco, Bahia. Todos diziam que se não centralizássemos a luta para melhorar a escola, tanto no nosso local, como fora, demoraria muito mais pra gente ser atendido porque o povo não sabia como buscar seus direitos, não sabia por onde começar.

E até mesmo saber quais direitos tinha, não é?

Exatamente. Direcionamos a força da Associação para buscar curso

pré-vestibular, escola quilombola. Temos nossa faculdade, desde 2001, para os jovens estudar e contribuir não só para o quilombo, mas pra todo o Vale do Ribeira que é isto que conhecemos.

É, essa é a região menos desenvolvida do estado.

No campo da história, da cultura a região é rica. Mas a população que ocupa esse espaço é pobre – não tem documento, não tem nada. O verde é uma grande riqueza. O dinheiro que vem pro Vale, não vem para quem preserva, que mora aqui; vêm para os ricos, empresas, universidades, governos. Vem para quem têm dinheiro e não precisa; para a secretaria do Meio Ambiente, para as grandes ONG. Quem está aqui, no dia-a-dia – que mata borrachudo com a mão; que caça um bicho no mato pra comer; corta umas árvores para plantar um pé de feijão, de alface ou de mandioca – esse não ganha nem um tostão. Tem dinheiro mas não chega onde tem que chegar. É mal distribuído. E a gente só descobre isso através do estudo. Senão não sabe, briga contra o Meio Ambiente, contra a Polícia Ambiental, contra todo mundo sem saber porquê. Estamos dentro da riqueza, a que também temos direito, mas não sabemos usufruir.

Quanto avançou a política de quilombos aqui em São Paulo?

Vejo em São Paulo um grande avanço na organização dos quilombos. O Vale do Ribeira facilitou a organização. Temos aqui mais da metade dos quilombos do estado e eles não são muito distantes uns dos outros. Daqui de Iaporunduva tem 3 quilombos que a gente vai em uma hora, uma hora e meia de viagem. Com isso, além de cada associação, temos também uma organização maior, a EAACONE, que abrange de Miracatu até o Cangume, lá em cima. Essa organização maior, faz com que as políticas públicas caminhem.

É lógico que temos comunidades com dificuldade porque o governo não cumpriu a parte dele. Temos dificuldade, por exemplo, com energia. Agora que conseguimos tirar os quilombos de dentro do parque a energia vai chegar. Temos dificuldade em Iporanga com Porto Velho, Bombas e Praia Grande. Mais em Bombas e Praia Grande que não tem estrada nem energia. E ainda têm problemas com o parque, mas estão articulados com a Eaacone. Sabem que às vezes as coisas não chegam, mas não é culpa da organização, é das políticas implantadas há 50, 60 anos, que estão atrapalhando hoje em dia.



Quando o Parque foi criado, lá em São Paulo, dentro do gabinete, não vieram ver quem já morava. Esta é uma grande dificuldade que enfrentamos hoje, aqui e também no litoral norte. Em Ubatuba tem 4 comunidades quilombolas que sofrem a mesma situação e estão mais isolados que nós, o que dificulta a luta deles. Isso é mais problemático ainda na região Oeste, que começa em Sorocaba e vai até Brotas onde a cidade está crescendo e cercando o quilombo. Os negros estão indo para as favelas, o território quilombola está sendo urbanizado e ninguém está sendo ressarcido.

São dificuldades que estão na nossa frente e não temos como resolver porque o Estado complica. Tem uma lei do Mário Covas para as secretarias de Estado trabalhar pelos quilombos mas não funciona, só está na lei. Quem faz alguma coisa é o Itesp, da secretaria de Justiça e timidamente a secretaria de Cultura. Mas são coisinhas sem nenhum impacto no quilombo, é só mesmo para dizer que estão fazendo. Coisas para melhorar a qualidade de vida, com benefício maior para o quilombo, não têm.

A secretaria do Meio Ambiente só atrapalha. Entendemos que os artigos 215 e 216 da Constituição defendem a cultura quilombola no estado de São Paulo e no Brasil. O trabalho tradicional feito no quilombo é um trabalho cultural – a roça tem uma dinâmica cultural. Esses órgãos do Estado deviam defendê-la e confirmá-la, concordar com ela através de políticas afirmativas. E não fazem isso.

Agora estamos na época<sup>3</sup> de fazer a roça. O Itesp nos ajuda no levantamento dos mapas das roças. Mas chega lá o DEPRN não autoriza. Os técnicos do DEPRN que estava do nosso lado sofreram retaliações e foram mandados embora. A secretaria do Meio Ambiente é a responsável pelo DEPRN. Faz tempo que queremos conversar com o Secretário mas não conseguimos. Desde que o Feldman saiu, nunca mais conseguimos marcar. Para os prefeitos do Vale ele foi o pior secretário, mas pra nós, quilombolas, foi o melhor. Fizemos muita coisa boa na época dele. Agora temos dificuldades gravíssimas.

Com a construção do Rodoanel em São Paulo, muitos jovens dos quilombos estão saindo pra trabalhar lá... Tem um pessoal que mora em Santos e faz ferragens e outras coisas que mandam pronto e tem o pessoal que está trabalhando dentro da obra. De Ivaporunduva, Nhunguara, Sapatú, André Lopes tem muitos. Tem solteiro. Tem casado que deixa a mulher e vai lá

---

3 As entrevistas foram realizadas em agosto de 2008.

buscar 550 contos pra alimentação. Isso não é nada. Tá difícil. Assim é a vida nossa. A política ambiental está bloqueando a nossa roça. As ONGs vêm fazer aqui fazer levantamentos de coisa, levantamento de loisa mas ajudar a plantar comida e defender esse direito, não tem ninguém. Também estão trabalhando com o dinheiro do Ambiente, então é melhor não defender.

**E no Brasil? Você acha que a política de quilombo avançou?**

Nesse último governo a política avançou. O *Luz para Todos* está chegando nos quilombos e o Bolsa-Família também. Tinha tempo que a gente passava fome. Fui, a pouco tempo, na reunião da CONAQ<sup>4</sup> em Brasília, falar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>5</sup>, e o pessoal de Pernambuco contou que almoçavam e não jantavam para deixar comida pros filhos. Depois que a PPA chegou, o pessoal planta e vende, a comida chegou.

Uma coisa que não avançou e atualmente está ainda mais difícil é a titulação do território e São Paulo é um dos piores estados. Brecou a conversa de vez.

**Você está dizendo o Incra ou Itesp?**

Pelo decreto 4887 de 2003 o Incra é o responsável nacional e pensamos que tem que ter convênio com o Itesp. A lei estadual determina que ele pode trabalhar com quilombo mas o dirigente da Justiça fala: “*O Itesp titula mas só terra devoluta.*” Particpei na secretaria de Justiça como conselheiro, por dois mandatos. Tivemos uma vitória na época. Foi a maior festa. No Vale do Ribeira foram titulados São Pedro, Pedro Cubas, Pilões e Maria Rosa porque era terra devoluta, nenhuma outra foi titulada. Precisa ter afinção de governo para governo. Na nossa opinião o Itesp tinha que trabalhar junto com o Incra que não tem funcionário. O Itesp tem bastante gente e podia fazer mais coisa.

4 Coordenação Nacional Quilombola

5 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. É uma política pública instituída pelo artigo 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto 6.447, de 7 de maio de 2008. O Grupo Gestor é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e formado pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fazenda e Educação. O PAA adquire alimentos sem licitação, por preços de referência não superiores nem inferiores aos dos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto no Incentivo à Produção e Consumo do Leite, com limite semestral. Os alimentos destinam-se às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O governo do estado não está do lado dos pequenos, é a favor de que continue tudo igual. Já nós entendemos que devia fazer a reforma no campo. É como o Viater, demarcam a terra dos assentados e ao mesmo tempo assinam papel passando pros canavieiros plantar cana. Pego a terra e passo pra você arrendamento de 20, 30 anos, pagando salário de quinhentos contos. A terra vai pro latifúndio e fico sem terra de novo. Vou pra cidade morar na favela, alugo uma casinha, o que ganho não dá para comer e vou mendigar.

Quando é pra ajudar nas questões efetivas do quilombo não ajudam. Estamos numa batalha pelo registro da terra titulada. O governo da Noruega se dispôs a pagar o registro do título no cartório, mas não pode ser registrado porque tem título antigo, de 50, 60 anos atrás, título de pessoas que nem existem mais mas estão lá. Em vez de ajudar nisso, chamando o juiz para resolver a questão juntando os titulares e fazendo um acordo nada acontece. Mas existe má vontade muito forte na questão da titulação no Brasil.

**A situação de São Paulo é melhor ou pior?**

O RTC<sup>6</sup>, o reconhecimento que o Itesp faz é mais rápido. Mas aí pára.

**Isso é porque tem muito terceiro<sup>7</sup> nas área?**

Tem o problema dos terceiros mas o maior problema é o título sobre título. O Itesp faz o levantamento da área, acerta tudo, mas quando chega nos terceiros o cartório barra.

**Aí tinha que entrar o Incra, não é?**

É, mas eles alegam que não tem dinheiro e o Itesp não tem força pra fazer. Vi o que aconteceu em São Pedro. O Itesp foi lá e pagou uns terceiros que saíram mas o Amadeu entrou com ação na justiça. A Codesp foi lá por causa das nossas reivindicações e abriu a estrada, fez pontes, tudo. Já pensou se o Amadeu ganhar a causa? Fica pra ele de graça.

**Gabriela - Os terceiros continuam brigando para ficar com a terra. Se for indenizado tem que pagar também as benfeitorias.**

**Ditão - Aqui a gente pagou umas áreas pro Rosário. Nós fomos a primeira comunidade de quilombo no Estado a buscar em 94, via judicial, os**

---

6 RTC – Relatório Técnico Científico de caráter antropológico e geográfico, elaborado pelo Itesp, fundamenta o reconhecimento oficial da comunidade remanescente de quilombo.

7 Terceiros são posseiros que adquiriram, através de compromisso de compra e venda a posse de terreno no interior do território quilombola, antes do quilombo ser reconhecido.

direitos entrando com uma ação no Ministério Público de São Paulo. Na primeira leva de reconhecimentos da Fundação Palmares, em 97, em que entraram Rio das Rãs, Flexal e outros quilombos de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará, também fomos reconhecidos. Nesse processo houve muito conflito. Nós demos início à luta na região. Éramos matéria de jornal todo o dia. Os políticos criticavam dizendo que atrapalhávamos o desenvolvimento do Vale do Ribeira.

Nosso primeiro passo foi ocupar as fazendas aqui em baixo, do lado e a da curva do rio, quase na mata. Era uns 50 alqueires. Isso não se fez em nenhum estado, ocupar fazenda particular, de terceiros. Nós ocupamos tudo.

**E o pessoal não reagiu?**

Quando ocupamos a terra o Hélio veio reclamar e mostramos que estávamos com a lei. “-Aqui é tudo nosso. Tudo ocupado com banana...” Ocupamos e fizemos um plano: “aqui vai para o plantio, ali para o pasto; acolá pra recuperação da mata ciliar.” Não reagiram porque não tinham documento. “Nós chegamos primeiro. O governo federal reconheceu que é nosso, saiu publicado no Diário Oficial. Se é nosso vamos usar, não pode ficar tudo para vocês. Se vocês têm documento provando que é de vocês, vão atrás do governo, é um direito constitucional.” Hoje não tem como mexer. Foram conversar com o Itesp, que reconheceu nossas benfeitorias. Temos o domínio de quase 100% do território. Só lá embaixo é de um dono de São Paulo, mais ou menos 40 alqueires.

**Ditão, o que facilitou o avanço da luta quilombola?**

A organização e o apoio dos movimentos. Têm muitas organizações, inclusive urbanas em São Paulo que apóiam. E as leis. É um direito legal.

Mesmo o direito legal tem que batalhar. Nada é garantido. Tá escrito, mas se não vai atrás...

De graça ninguém dá nada. Se você matar a lei te prende na hora. Se você assaltar, cadeia na hora. Mas o governo cumprir um direito constitucional, aí demora e mesmo sendo legal, às vezes não consegue.

**O que está faltando para finalizar e ficar nos conformes?**

O que falta faz tempo e não tem é a titulação. Tudo que você precisa esbarra na titulação. Vai no banco pedir crédito pra lavoura tem dinheiro mas sem título não consegue.

### **Mas Ivaporunduva não é titulado?**

Temos o título, mas não conseguimos registrar! O maior documento é o registro, porque o título está aí. Mas no cartório tem registro no Rio de Janeiro, um documento de 1953 da empresa Lagoinha, que não existe mais.

### **E aí, o que é que tem que fazer?**

O cartório de Eldorado tem que anular o título. Legalmente a empresa não existe mais, segundo o Ministério Público Federal de São Paulo. Até 1960 tinha o título na agência federal, depois acabou, não existe mais.

**Então é uma terra cujo título é de ninguém, porque não existe mais, e não é de vocês.**

É uma segurança que a gente quer ter. Mas isso acontece no Brasil inteiro. Querem dar um título que a gente não quer, que é o de uso capião. O governo está propondo uma forma de quebrar o artigo 68.

### **Por que o uso capião quebra o artigo 68?**

Quebra porque o artigo 68 é o reparo pela escravidão que aconteceu com a gente no passado. O uso capião é um direito de todos. Não é a mesma coisa. Em 98 houve muito barulho na África do Sul. O governo FHC falou que estava pagando o reparo através de políticas públicas. Mas na verdade quebrou a gente, porque reduziu, através da Medida Provisória, o direito quilombola, que só a Palmares podia conceder. Alguns estados saíram na frente criando leis, como São Paulo que criou o decreto através do Covas; em Pernambuco criaram umas coisinhas. No Pará criaram a secretaria de anti-racismo e o Iterpa também trabalhou bastante. Avançou, mas foi só isso.

### **Avançou e parou.**

Parou porque troca o governo e tem governo do DEM, a bancada ruralista que defende o latifúndio. Eles não conseguem ver que se sair daqui cem pessoas, vai ser um estorvo na cidade. Vou sempre a São Paulo. Mas vou e volto. Não sei viver lá, não estou preparado. Não sei viver na favela debaixo do lixão, catando lixo para viver. Sei que é um trabalho digno, mas não sei fazer. Sei plantar arroz, feijão, banana. Cortar, colher, isso eu sei. Pescar no rio, criar uma galinha, um porco – isso eu sei, aprendi a fazer. Mas viver na cidade, mexer com computadores – não sei. O que é que vou fazer lá? Falo “eu”, mas estou falando de todos. Não estamos preparados para viver lá. Quem sair daqui pra viver lá, vai sofrer. Um quilombola ter 4, 5 filhos é normal; não é igual na cidade, que tem 1 ou 2.

Como viver na cidade? A luta ganha força por conta da necessidade nossa. Já vivi fora. Andei pelas fazendas entre São Paulo e Campinas, na década de 70; morei na Barra Preta do Rio 10 meses. Meu pai morreu em 79, saí em 80 e fiquei em Miracatu cuidando da banana até 90. Sei como é lá fora: não tem nada para ninguém. Se você tem, compra e come; se não tem, morre de fome – é um dos dois. Aqui não. Aqui se você não tem comida vai à vizinhança. Pega um litro de feijão (é a linguagem daqui, litro); pega um pouco de arroz. Vai no mamoeiro, colhe mamão, faz quibebe e come bem acebolado, apimentado; colhe taioba e faz salada. Ontem fui buscar chuchu pros meus porcos. No chão tinha uns 700 quilos perdendo porque ninguém vende. Plantei 5, 6 pés do chuchu grandão e agora vamos vender. Também tem mandioca, então ninguém passa fome. Se você tem dinheiro, come; se não tem, a vizinhança não deixa passar fome.

Aqui nunca aconteceu de uma pessoa passar fome. Mesmo que não tenha o que comer em casa, como no caso de doença, a vizinhança se organiza: “-*Olha o companheiro está com problema.*” Cada um traz uma coisa – um pouco de açúcar, de arroz, de feijão, de café e junta, traz um montão de alimentos para comer uns dois, três meses, até sarar. Tivemos o caso de um senhor com doença de pulmão, (foi a Gabriela que encostou ele<sup>8</sup>) e a família com um montão de crianças – uns 7 filhos. Sustentamos eles e lutamos para encostar porque seu problema é crônico. Enquanto não encostava ele, nós ajudamos, fazíamos o ‘domingo do quilo’, cada um trazia uma coisa. Então existe solidariedade entre nós, não tem as dificuldades de São Paulo, Santos. Se não tiver dinheiro passa fome e acabou. Morre ou vai roubar para comer. Vai roubar, entra na bala, vai para a cadeia.

É uma coisa que a gente não fala, mas é bom falar. A gente entende que essa política de quilombo, essa organização que tem no Brasil, no Estado, no local – é importante para fortalecer e para garantir que o pessoal do quilombo não saia.

Bom, você já respondeu sobre a qualidade de vida. Essa qualidade de vida baseada na solidariedade e o apoio quando as pessoas em dificuldades recebem.

É, estamos trabalhando com políticas públicas também. Temos alguns projetos de geração de renda e estamos nos preparando para o

---

8 Encostar – aposentar

futuro. No tempo do Covas, tinha mais recursos e a comunidade teve muitos benefícios.

Essa semana chega um grupo bom aqui, a gente cobra entrada e hospedagem<sup>9</sup>, tira os gastos e o dinheiro fica aqui. Um grupo de 40, 50 pessoas. O recurso é da comunidade não é de uma pessoa. Temos uma forma de distribuir, um planejamento feito. Ainda é tímido mas está melhorando. Temos o PAA, de entrega urbana planejada para mais 4 anos, da prefeitura de Campinas. A cada 15 dias entregamos umas tantas caixas, é aquele projeto de geração de renda por família, por mês.

Temos projeto de 130 mil reais para plantar banana. Pega a nota, vai ao Banco do Brasil e traz o dinheiro.

Há o projeto do artesanato que o pessoal vende. Estão em Bauru vendendo e distribuindo em Piracicaba e Campinas. Estão sempre levando, expondo e vendendo. Boa parte da produção, uns 70% vende aqui mesmo. Ajuda porque é difícil uma família sem pelo menos um artesão. Não é uma renda muito grande mas ajuda.

Estão criando uma central de abastecimento em Registro e nos chamaram pra ajudar a organizar porque não conseguem fazer funcionar. Tem o prédio, um monte de caminhão que conseguiram do governo federal, mas não conseguem juntar os municípios para ter o produto ali dentro. Queremos discutir a distribuição de alimentos e produtos da roça pras escolas no estado inteiro. Pega todos os produtos dos municípios, leva ao mercado central e dali distribui. Vamos ver se dá certo.

O que é ótimo porque vocês aprimoram sua experiência de gestão.

Temos parceiros pra ajudar, não entramos sozinhos. Temos parceria com as irmãs da igreja; com o Instituto Sócio-Ambiental, com o Itesp. Cada um contribui como pode. Se os técnicos percebem falta de capacitação, vão buscá-la e a coisa anda.

O pessoal do PAA de Eldorado está sofrendo. Começaram este ano. Nós estamos há 4 anos no projeto e nunca recebemos uma crítica da Conasp.

Participamos de uma licitação em Suzano no ano retrasado e conseguimos ganhar no pregão. Entregamos banana por um ano mas agora perdemos. Na vez passada só tinha uma pessoa do Ceagesp de São Paulo que con-

---

9 Ivaporunduva possui uma pousada para hospedar visitantes.

corria com 5 de 9 itens e nós só entramos com a banana. Ele deu um preço alto e nós demos 5% menor, foi para o pregão e ganhamos. O advogado da comercialização, o Glauco nos defendeu no pregão. O concorrente era da pesada e precisamos do advogado. Vencemos e vendemos por um ano.

Agora tinha mais concorrentes. Ele deu 25% de desconto, nós demos 15% e perdemos. Sabíamos que isso ia acontecer. Os outros dois, deram 17% e 18% de desconto e não foram ao pregão. Fomos com a banana e o maracujá. Ele pode perder nesses dois itens, mas no resto ganha a diferença. A idéia é a gente começar a concorrer nas licitações.

Se a Marta<sup>10</sup> ganhar em São Paulo o espaço vai abrir. Esse prefeito só quer comprar de empresas, mas a Marta tem um modelo diferente. Na sua gestão ela comprou direto das comunidades e cooperativas. O produto chega mais barato na prefeitura e o produtor lucra mais. O pequeno produtor rural vende a banana por 15, 16 contos a caixa e o atravessador paga 4, 5 conto. Então veja a diferença. A Marta fez a organização do pequeno produtor melhorar e mas prefeitos como o Kassab fecham o espaço porque não querem ter trabalho. Um empresário sozinha pega 40, 50 mil caixas e acaba com os pequenos.

E os quilombos tem apoio de vereador?

Gabriela - Tem o Zé Rodrigues, vereador.

Sabemos que vai ser difícil colocar 3 vereadores nossos em Eldorado. São 9 no total. Precisamos colocar pelo menos dois. Agora prefeito está difícil.

Gabriela – É política é difícil mesmo.

É, mas, infelizmente, se a gente não entrar no meio... Nós dependemos dela. Tudo é ruim? Vamos votar no menos ruim. Tem um bom, vamos votar nele.

Anna - Todos os interesses são representados pelos vereadores e deputados. O quilombo tem que ter quem represente seus interesses.

Tem que participar do processo. Infelizmente, uma parcela grande de pessoas não liga para a política. Eles esquecem que é a política que decide! Se a política é ruim tem que saber que não presta. Se é boa, tem que saber o que está acontecendo. Tem que colocar a opinião, brigar, questionar. Tem que participar. Faço isso e cobro deles o mesmo.

---

10 Marta Suplicy, candidata a prefeita de São Paulo pelo Partidos dos Trabalhadores em 2008.



Nem sempre se consegue tudo o que quer. Às vezes tem que dar passos pequenos, saber negociar.

É, mas de qualquer forma tem que saber por onde anda.

Para finalizar, Ditão o que é pra você ser quilombola?

Orgulho! É orgulho da minha raça! É o maior orgulho eu conhecer a minha origem e buscar o respeito porque, infelizmente, no Brasil uma boa fatia da sociedade ainda não aceita os quilombolas. Não é tratado de igual para igual. Mas imponho meu respeito para que as pessoas me respeitem de igual para igual. Estou defendendo a minha raça. Sou brasileiro, sou negro. Tenho orgulho da minha raça. A nossa história, do nosso ponto de vista, é uma história bonita – nós demos de graça o alicerce do país, ninguém pagou nada. Para o país é uma história feia porque costuma esconder. Mas com lei 10.069 vai trazer essa história à tona, que é a lei da história da África na escola. A gente está trabalhando a lei 10.069 aqui no turismo, na educação porque não tem no material didático. Tem a história camuflada. A verdadeira história, do pelourinho, do recados, da negra... ninguém sabe. Aqui nós temos pessoas que contam o que é que aconteceu. Então eu tenho orgulho.

# Entrevista com Dona Iracema

## Praia Grande

**Nome** - Iracema Pereira de Almeida

**Idade** - 58 anos

**Escolaridade** - fundamental incompleto

**Ocupação** - agricultora, quilombola

**Nº de filhos** - 11 filhos, 10 vivos

Anna – Dona Iracema, como é a vida das mulheres aqui nos quilombos?

Olha, a vida das mulheres nos quilombos, nos tempo dos escravos, foi bastante difícil. Foi sofrido para sobreviver porque tinha que trabalhar na roça. Hoje já facilitou porque elas só ficavam em casa trabalhando, trabalhando e não saíam pra nada; festinha quase ninguém saía. Hoje é diferente. Hoje muitas mulheres têm saído até para fazer negócio e fazer as compras da casa.

Mesmo as mulheres de Praia Grande?

Mesmo as de Praia Grande. Não todas, mas muitas saem para fazer a parte que o homem fazia antes. Às vezes o marido fica trabalhando na roça e a mulher sai. Muitos tem que fazer isso. E antes não era assim, era muito difícil. Hoje é difícil do marido não gostar da mulher sair de casa. Antes só podia ser ele, porque era homem, a mulher não podia sair de casa. E hoje ainda existem muitas pessoas que pensam assim, sabe? Tem muitos homens que não deixam a mulher sair para ir numa reunião, fazer uma viagem, buscar alguma reivindicação da comunidade.

Por que a senhora acha que mudou a atitude dos homens e das mulheres?

Acho que mudou depois que a gente teve toda uma caminhada com o pessoal do Itesp. A gente participava de muita reunião e eles nos instruíam através de uma cartilha. Eu me incentivei dessa maneira. Continuei lendo e

conversando dentro de casa com o marido, para que a gente pudesse também ter os mesmos direitos dele.

**Gabriela - Que cartilha é essa, dona Iracema?**

É uma cartilhinha de orientação, que teve bem no começo, e eu sempre lia muito. Tinha coisa boa nos livros e a gente não valorizava; e às vezes a gente pegando, lendo, vê que tem muita coisa que ajuda. Acaba pensando. E a gente procura sair com as companheiras, para conhecer, e aí uma vai passando incentivo para a outra. Para mim, valeu muito.

**E tem muita violência na família?**

Olha, a gente não vai dizer que um casal fica sem ter uma discussãozinha, mas de estar batendo na nossa comunidade ainda não chegou a esse ponto.

**E nas outras, a senhora sabe?**

Essa coisa, de marido bater em mulher, a gente sabe que acontece, só que quase não fala porque o pessoal é conhecido e é ruim de ficar falando. Antes acontecia muito, agora é bem menos.

**E tem programa, da secretaria municipal de saúde que lida com os casos de violência doméstica contra a mulher ou contra a criança?**

Aqui ainda não tem. Deve ter, só que a gente também não fica sabendo.

**A senhora acha que o jeito que os homens e as mulheres se tratam melhorou?**

Acho que melhorou um pouco.

**Tem mais amizade?**

Tem mais amizade, mais confiança.

**As meninas e os meninos são educados do mesmo jeito que eram educados antes, ou agora é diferente?**

Não, é muito diferente porque agora tem uma lei. Através da lei, o próprio filho pode chegar: “- Mãe, se você me bater eu levo para o Conselho.”

**Então também tem menos pai e mãe batendo nas crianças?**

Tem menos pai batendo nas crianças.

**As brincadeiras das meninas são iguais às brincadeiras dos meninos?**

Algumas. Num jogo de futebol às vezes as meninas estão jogando junto com os meninos. (Hoje em dia as meninas estão ganhando.<sup>1</sup> Então eles estão brincando juntos. A gente vê em vários lugares que meninos e meninas estão juntos, subindo em árvore, fazendo tudo juntos.

**Os meninos ajudam dentro de casa? As meninas ajudam o pai na roça? Ou as meninas ajudam a mãe e os meninos ajudam o pai?**

Minha menina me ajuda mais em casa do que na roça. E os meninos tem a escola. Não vou dizer que eles ajudam muito o pai numa roça. E vou falar a verdade: eles não são muito de roça, não. Não são todos os meninos, estou falando dos meus. Tem alguns que têm outras atividades pra fazer e não tem tempo de ajudar o pai.

**A senhora está dizendo que alguns não têm muito interesse na roça?**

É. Eles querem procurar outras atividades.

**Como o que?**

Como, se empregar, trabalhar fora, ganhar seu dinheiro. Eles acham que no sítio, na roça é difícil. Eu me criei na roça e vivo lá, gosto do meu lugar, mas sofri muito. Com 10 anos de idade eu ajudava a minha madrinha a cevar cana, a fazer o pão de cada dia. Meus filhos tão aí com 12, 13, 14, 15 e até 20 anos e muitos não sabem nem querem saber desse tipo de trabalho.

**Quantos filhos a senhora teve?**

Tive 11 filhos, mas vivos são 10.

**A senhora queria mais filhos, menos ou era esse tanto que a senhora queria?**

O que Deus me preparou foi isso. Mas se fosse menos seria melhor, porque era mais fácil de educar, de cuidar. Mas Deus me preparou dessa forma, criei os 10, e graças a Deus, não me arrependi. Nunca tomei comprimido. Nenhum foi por cesárea, tive todos normal e cuidei dos meus filhos todos no leite materno.

---

<sup>1</sup> A entrevista coincidiu com as Olimpíadas de Pequim em que a seleção feminina de futebol ganhava os jogos com facilidade enquanto a masculina penava.

**E a senhora teve os seus filhos onde?**

Tive 5 no sítio, com parteira e 5 na cidade.

**Como foi melhor, no sítio ou na cidade?**

Depois que tive 5 no sítio, achei que na cidade, no hospital foi melhor, porque a gente não ficava lá preso, dona Anna do Céu. Em casa, quando saía do quarto, saía vendo estrelinha. Ficava morrendo de fraqueza. Então foi muito mais melhor na cidade, no hospital.

**A senhora teve menos dor quando teve na cidade, ou foi mais rápido? Ou é porque em casa tinha que levantar e já trabalhar e no hospital podia descansar?**

Em casa foi mais demorado e mais sofrido. Em termos de parto, os sofrimentos são iguais, tanto em casa como no hospital. Mas no hospital a gente descansa mais e eles cuidam da gente com remédio. No sítio a gente não sabia se estava com a pressão alta ou com a pressão baixa. Às vezes a gente estava quase morrendo de pressão alta e não sabia. E no hospital a gente é bem cuidada.

**A senhora teve seus filhos no hospital de Pariquera ou Registro?**

O Sula tive em Pariquera, uma tive em Apiá e o resto foi aqui mesmo, em Iporanga.

**Ah, naquele tempo a Santa Casa funcionava e fazia parto?**

Hoje não tá funcionando não sei porquê.

**Gabriela - Quando chegava na época de ter, a senhora vinha e ficava aqui em Iporanga?**

É. Quando estava perto de ganhar, vinha para Iporanga. Da última vez que saí de lá com dor.

**E como a senhora sabia que estava na época de ganhar?**

A gente sabia pelo movimento da criança, e pelas contas. A gente sentia que a criança estava se esforçando para nascer. Tinha contração. E aí já percebia e começava as dorzinhas também. Quando era para chamar a parteira, a gente deitava a noite, tomava seu banhinho e falava: “- *Olha, maridão, vai lá buscar alguém pra ficar comigo que eu não estou bem.*”

A senhora acha que as meninas estão tendo filho mais cedo ou mais tarde?

Acho que estão tendo filho muito cedo. A gente vê, meninas com 15, com 17 anos tendo filho.

E porque está acontecendo isso?

Não sei. Acho que é falta de incentivo. Ou é a educação, de hoje. Muitas crianças não ouvem a gente. A gente fala: “-*Não faça isso.*” E ele vai e faz, prejudicando a si mesmo.

As meninas estão tendo filhos com meninos da mesma idade? Ficam juntos e constituem família, ou não?

É, às vezes ainda gosta de ficar junto. Já casa. Às vezes não casa, só fica com o filho para cuidar, às vezes o pai mesmo some e não se sabe para onde que vai.

E isso aumentou?

Aumentou muito sim. Antigamente, a pessoa casava, depois tinha filho.

Tem caso de sexo forçado?

Acho que não. Acho que é porque quer, porque tem como evitar, né? É só não querer e pronto. E às vezes a pessoa não se cuida e acaba acontecendo.

A senhora foi coordenadora lá da Praia Grande, não foi?

É. Desde 2001.

E como aconteceu? Naquela época não tinha muita mulher coordenadora de quilombo, tinha?

E até hoje não tem. Não vou dizer que seja assim nas outras comunidades, mas na minha, as únicas mulheres que entraram de coordenadora foi só eu e minha tia. Ainda tem esse preconceito de que as outras não assumem responsabilidade. Não sei porque. Porque homem também é outra coisa. Acham que homem é melhor porque tem mais tempo para sair e mulher é mais complicado, não está sempre disponível. Acham melhor jogar a carga pro homem. De vez em quando tem um que assume bem.

Quem foi coordenadora primeiro, a senhora ou sua tia?

Primeiro fui eu. Mas uma acompanhava a outra, inseparáveis.

O que aconteceu da senhora ser coordenadora da primeira vez?

Olha, doutora Anna, só não me senti muito satisfeita de ser coordenadora porque não foi por votação. Tudo bem que tem o seu porquê. Eu achava que tinha que fazer votação para que todo mundo escolhesse se era a gente mesmo que eles queriam. Fui posta praticamente meio forçado, porque quem me colocou foi outra pessoa, que foi coordenador e me indicou – foi lá, fez o papel e colocou meu nome. Foi assim.

O pessoal reclamou de ter sido assim, ou o pessoal achou que estava bom?

Não. Aqui é assim na hora não reclamam. Depois, passa um ano as coisas mudam. Eles querem que concorde com tudo e tem coisas que a gente tem que discordar.

Por exemplo, o quê?

No tempo que coordenei, a gente sempre se juntava. Às vezes queriam alguma coisa na comunidade: “-Ah, quero fazer uma roça, para nos se juntar e plantar todo mundo, né?” Até fizemos uma conta no banco, que estava bastante alta, e a gente não sabia como fazer. Quando entrei combinei com o pessoal: “- Vamos fazer uma roça e vamos plantar. Tudo o que a gente colher, a gente vai vender, inteirar o dinheiro, e daí a gente vai jogar nessa conta.” Nessa época todo mundo concordou e fizemos a roça. Até chegou a perder um pouco de feijão porque na época de carpir, nem todos participaram. Na colheita foi a mesma coisa – uns iam, outros não, e os poucos que iam não deu conta de tudo e perdeu um pouco também. Mas foi bom porque deu para a gente aproveitar um pouco. A gente pegou o feijão, preparou o feijão, vendeu, pegou o dinheiro e demos para o agente de saúde. Então foi assim que foi feito, todo mundo ajudando.

Vocês usaram dinheiro para pagar o agente de saúde?

Naquele tempo ele não era agente de saúde, era membro da comunidade e fazia as negociações com a MAE e pagava as contas porque tinha mais intimidade com o João Turino.

Quando a senhora foi coordenadora seu marido lhe ajudou ou lhe atrapalhou?

Não. Ele ajudava também. Só não gostava muito que eu saísse.

Podia ser coordenadora, desde que fosse lá dentro.

Ele não gostava. Mas daí foi indo e nessa parte, eu desobedecia ele. Eu falava: “- Eu também tenho o povo. Preciso ajudar. Não tem essa não!” Ele se

convenceu e agora está tudo bem, embora de vez em quando ele goste de dar uma bronquinha.

### A senhora participa de movimentos fora da Praia Grande?

O único que participei foi da Organização de Mulheres, Gênero e Autoestima. Fui a muitas reuniões e foi muito bom. A gente pegou mais experiência e conheceu coisa que foram boas para a gente. Só, dra Anna, depois, pra gente repassar na comunidade foi difícil porque não tivemos apoio. A comunidade achava que era bobagem. Não todos, mas teve gente que *'desincentivava'*.

### Quem desincentivava, a mulher, o homem, ou os dois?

A mulher e o homem também. Achavam bobagem. Como para mim não é, eu luto.

### Tem algum outro movimento que a senhora participa? a Pastoral da Criança?

Na Pastoral da Criança estamos um pouco paradas, mas também participo. Sou agente comunitária. A gente faz a sopa, tem uma escala. Estou um pouco parada porque tenho um menino deficiente, que levo no Cemae. Estou querendo tirar ele porque não vou mais poder levar. É meu filho antes do caçula. Ele não se desenvolve na escola. Estudou até a 4ª série mas não fazia o nome nem nada. Não sei se foi falta de atenção para ele mas entendo que o professor não pode ficar só com uma criança e deixando a maioria de lado. Como achei que a situação estava difícil a professora me encaminhou pra psicóloga, que me encaminhou pro Cemae de Apiaí. Mas acho que vou cair numa depressão, porque é muito cansativo.

### Onde que é?

É lá em Pinheiros, em Apiaí. O ônibus vai super lotado, de ponta a ponta, e às vezes precisa ir em pé – porque é ônibus da linha. E não é um ônibus próprio para as crianças, e isso eu acho que tinha que ter, um carro próprio para levar.

### Tem muitos aqui?

Acho que tem uns 5. Por aí tem mais, mas os que ia de ônibus eram 5. Depois ficaram 4. E agora tou sabendo que outra também já saiu. Estou querendo levar ele de volta pra escola normal pra ficar lá mais um pouco. Meu marido também não tem muita saúde e tem idade. O coitado fica lá



no sítio e aí eu fico aqui, pensando lá. Além disso, fica um pouco pesado porque são duas despesas: no sítio e aqui.

A Cemaé é o que, é uma escola especial?

É uma escola só para deficientes - Centro Municipal de Atendimento Especializado.

**Precisa ver direito com a prefeitura porque se tem mais outras crianças, talvez pudesse conseguir um auxílio. E precisava saber porque isso está acontecendo.**

Foi um parto difícil, demorado?

Foi. No primeiro mês que fiquei grávida dele, eu já sentia um negócio esquisito. Tipo uma coisa 'descorada. Essa gravidez não foi uma gravidez igual às outras.

Ele nasceu de baixo peso?

Não. Nasceu com o peso normal, aqui em Iporanga mesmo, só que o umbigo dele ficou um mês e pouco sem cicatrizar. Não sei porquê, se a moça que não soube cuidar ou ele já estava com problema. Mas acredito que nasceu com problema. Depois que nasceu, ele chorava demais. Quando completou um ano e dois meses deu a primeira crise. Ele tinha uns desmaios; revirava os olhos, endurecia tudo, tremia, se entortava, babava. E foi indo e tem até hoje. Só que agora tem bem menos porque levo ele no neuro e ele é sempre acompanhado com remédio. Então está bem.

E o médico falou o nome da doença?

Ele não me falou direito o nome da doença, só deu o nome de deficiência.

E ele tem que tomar remédio direto?

Direto.

E ele toma direto?

Toma, toma direto. O gardenal, fenobarbital. Hoje é outro tipo, é outro nome que eles passaram. Como não estava mais fazendo efeito, eles trocaram os remédios e estão sempre trocando. Graças a Deus completou 15 anos e caminha para os 16 anos. Eu até desacorçoei dele, entreguei a Deus, que fizesse dele o que achava que devia ser feito, porque ficava o dia inteiro dando convulsão no menino. Ele ficou assim um tempo. Quando ia dar

convulsão nele, ele ia chorando, choramingando e enquanto não vomitava, não melhorava. Ele vomitava e parava. Então foi indo com todo esse sofrimento. Eu não sei, mas parece que dá convulsão quando tem que dar. Não sei se é quando ele passa nervoso ou quando fica com emoção de alegria. Tem dia que ele está meio agitado, aí passa; e às vezes à noite dá crise nele. Mas está bem melhor também.

A senhora acha que melhorou um pouco com a medicação?

Achei que melhorou bem.

Ele é manso ou é agitado?

Ele é neutro, é bonzinho. Que ninguém tire ele fora do sério. Se fizer qualquer coisa que irrita ele, ele fica agitado e marca aquela pessoa. Depois vai conversando e ele se acalma. Ele não conversava muito, mas hoje já conversa bem.

Gabriela – E ele estudou na escola?

Ele estudou na escola normal até a 4ª série, só que não aprendeu nada, nada, nada.

Gabriela - Porque tem aquela escola até a 8ª, lá na Praia Grande.

Tem.

Terceira pessoa – Mas ele não fez nada?

Ele ficou até passar para a 4ª e aí eu mudei ele pra Cassiano. Mas eu estou querendo tirar, porque está mais complicado para mim. Vou falar de volta com o pessoal lá e mudar ele pra lá. Quando melhorar e trazer essa escola especial pra cá ou colocar um carro para levar até lá. Porque eu passo o dia todo à toa. Nós vamos com o ônibus da linha. Chegamos às 9 horas, 9 e pouco que ele vai pra escola e sai às 11h 30. Eu fico lá esperando o ônibus até 4 horas da tarde para poder ir embora. Acho que vou tirar ele de lá.

Dona Iracema acho que sua experiência de vida, comparando o que acontecia antes com o que acontece hoje e o fato ter tido muitos filhos e ter essa convivência com jovens e saber o que eles querem é uma experiência muito rica. Para terminar o que significa pra senhora ser quilombola?

É ser aquela gente que nasceu naquele lugar, se criou naquele lugar, viveu a vida naquele lugar. As atividades da comunidade, desde que fossem

coisas boas que a gente aprendeu, para mim já é uma coisa boa. Eu me sinto assim quilombola também pela raiz, o antepassado da gente, de uma raiz negra. Então eu tenho muito orgulho de ser quilombola.

Então, há 30 anos atrás, a senhora já sentia, já sabia o que era quilombola?

Não. Não porque os antepassados não falavam essas coisas para a gente, não explicavam. Através dos livros, a gente lendo. No tempo da minha escola também não tocavam nessas coisas. Não sei porquê não gostava de falar na raça negra. Depois que veio a ameaça para nós da barragem, aí começou um trabalho dentro da comunidade, da Moab e o pessoal incentivando a gente. E procurando os dados na própria igreja foi que a gente encontrou a realidade e aí a gente ficou sabendo que a gente é mesmo da raiz negra.

Tem muita discriminação contra quilombola e contra negro?

Teve muito, dona Anna. Eu mesma, uma vez, dentro da igreja, mas também não vou saber se foi por causa da minha cor. Eu sentei na igreja, a mulher levantou e falou: “-*O que essa menina veio sentar perto de mim.*” Eu era criança. Faz muito tempo. Não pensei nada mas hoje eu penso: “-*Ah, acho que foi por causa da minha cor.*”

A outra vez foi em 2003. Eu estive em São Paulo na casa do meu tio, foi fazer uma consulta lá, aí precisei ir pro pronto-socorro rapidinho porque me deu uns piripagues. Chega lá uma mulher bem loira, bem loira ... eu já tava com vergonha; a gente já fica assim... Não são todas as pessoas que assim, atendem bem. E eu me perguntei: “-*Será mulher vai me atender bem...*” E eu tomei bem banho, dona Anna, viu? Ela chegou e encostou aqui e bateu bem batido a mão e tornou a bater a mão dela. E eu pensei “-*Ué, será que minha cor vai passar na mão dela?*”

Passou?

Não passou não. Mas eu me senti também muito discriminada.

# Entrevista com João Paulo

## Quilombo Praia Grande

**Nome** - João Paulo de Almeida.

**Idade** - 29 anos.

**Escolaridade** - Fundamental completo.

Você estudou até que série?

Fiz o ensino fundamental completo. Andei por São Paulo e fiz três séries lá. Quando voltei passou a ter a 8ª série no Praia Grande e terminei a 8ª série lá. Vim para a cidade e arrumei trabalho na padaria, aqui em Iporanga e comecei a fazer o secundário. O patrão começou a não me pagar, me obriguei a sair da aula e voltar para o bairro. Tentei estudar no Paraná também, mas saía de casa ao meio dia de casa, pegava o ônibus às 4 horas, ônibus não, uma Toyota coberta de lona para ir à escola, em Porto Novo. Muitas vezes a Toyota quebrava no meio do caminho e tinha que voltar a pé até em casa; saía da escola às 22:30 e chegava à 1 hora da madrugada.

Mas não tem escola secundária aqui em Iporanga?

Tem mas eu tenho que ter um emprego para a gente poder se manter.

Gabriela – É porque não tem o barco para quem mora na Praia Grande.

Agora tem barco e o pessoal está vindo estudar, mas para mim não dá porque ele vem de manhã e eu tenho que trabalhar. A escola tem que ser à noite, mas à noite não tem condições de vir. Por isso eu teria que arrumar um emprego aqui, para ficar por aqui e terminar o estudo. E eu pretendo. Agora que saí da Associação, eu vou dar um jeito de estudar. Tenho que estudar porque está me fazendo muita falta.

Qual é o tempo de duração da coordenação?

Dois anos.

### Você está para sair?

Terminou em janeiro. Estou tentando fazer uma reunião lá, mas ninguém quer assumir compromisso na comunidade. Por isso ainda estou eu, tapando buraco. Tem que reunir para definir quem vai ficar, porque aí eu saio para poder fazer as minhas coisas. A gente fica correndo, a coisa não anda, não temos apoio e a própria comunidade acaba não ajudando, então é difícil.

### Você trabalha com o quê?

Trabalho na roça. Para dizer a verdade, ando mais a serviço da comunidade do que pra mim. Agora estou dando um curso de alfabetização, mas não é um emprego, é um biquinho. A gente assinou um termo como voluntário, e ganha R\$ 250,00 por mês por 8 meses como ajuda de custo. Tem gente na comunidade que fala: “-Ah, esse cara anda a toa, pra lá e pra cá.” Mas não é verdade, eu estou em atividade, a serviço da comunidade.

### Quantos filhos você tem?

Nenhum.

### Qual a sua avaliação da qualidade de vida no quilombo?

Acho que é boa. Não ótimo, mas boa. Temos várias deficiências na saúde, no saneamento básico. A Funasa falou que Praia Grande, Porto Velho, Maria Rosa e Pilões estaria dentro do chamado Pacto Quilombola. Tivemos uma reunião no começo do ano passado com a coordenadora da Funasa, a Ângela. Ela convocou o prefeito e chamou um representante de cada comunidade e disse que iriam trabalhar nessas comunidades. Mas até agora não foi ninguém da Funasa lá na Praia Grande.

Entramos em contato com a Funasa de São Paulo para saber seus projetos em relação aos quilombolas, mas não conseguimos achar quem pudesse responder. Faz mais de um ano que ninguém responde pelo Saneamento Básico.

Na questão do saneamento entra o Departamento de Águas também, para trabalhar a questão da captação e do tratamento da água.

A Praia Grande para quem gosta de ficar no meio do mato é uma maravilha. Porque você sai do quilombo e vem estudar e trabalhar na cidade?

É por conta do dinheiro que a comunidade está perdendo bastante jo-

vens, que saem para arrumar emprego fora. As pessoas mais velhas não tinham uma preocupação com roupa. Tinha a necessidade, mas não uma preocupação. A geração de hoje vê esse mundo tentador e quer também. A visão da cidade está indo para a comunidade e os jovens querem viver esse mundo, e acabam optando por sair para arrumar um dinheiro. Na comunidade é difícil ver dinheiro. Feijão e arroz se planta para manter a casa mas pros jovens isso não é suficiente. Os jovens querem ter uma roupa, e outras coisas.

Isso que você falou é interessante, porque “nem só de pão vive o homem”. Você citou roupa. Tem alguma outra aspiração que as pessoas têm?

Alguns jovens que saem pensam além, mas outros não tem uma visão da vida, não tem um plano. Tem aqueles que buscam uma casa boa, às vezes um carro, se vestir bem, ter uma vida estável. Na comunidade tem uns que estão por aí, pra lá e pra cá, estudando, mas sem saber direito o que querem. Se os jovens que estão estudando estivessem entrosados com a comunidade, participando das reuniões e conversando estariam se auto-ajudando. Mas eles só vêm aqui quando tem uma festinha e vão embora.

Há pessoas que estão trabalhando pela comunidade e outras estão apenas batalhando o delas.

Precisamos ver porquê eles estão assim. Acho que não acreditam na comunidade porque nada acontece. Há muita promessa não cumprida que afeta as gerações mais novas, que são as que deviam tomar conta da comunidade porque os mais velhos vão acabar. Os mais velhos ajudam agora mas vão deixar pros jovens fazer a comunidade andar.

Então tem uma participação pequena dos jovens.

Muito pequena. Temos essa preocupação porque precisamos de liderança, pessoas para assumir a coordenação da Associação, porque estou saindo e não encontramos. Nas reuniões só vêm os mais velhos os jovens não vem.

Para ter participação maior dos jovens precisa de duas coisas: escolaridade maior para entenderem do que se trata e esperança de que as coisas vão acontecer. A comunidade precisa ser coordenada pelos mais velhos enquanto os moços procuram seu rumo na vida. Eles saem mas em geral voltam.

Em geral é isso o que acontece. Eu mesmo saí para São Paulo e trabalhei lá três anos lá. Fui com a ilusão, cheguei pensando que seria possível achar

um emprego e ganhar um salário adequado para sobreviver, mas me deparei com uma realidade completamente diferente. Cheguei em São Paulo com a 5ª série. Pra competir com as pessoas de lá é difícil porque estão bem preparadas. Trabalhei na construção civil, como “gato”, sem ser fichado, sem nada, enfrentando a Imigrantes de bicicleta, que comprei em 12 prestações pra ir trabalhar sem pegar ônibus, senão ia trabalhar só pra pagar o transporte. Mas fui assaltado, roubaram minha bicicleta e fiquei pagando a prestação sem nada na mão. Foram 3 anos e meio na construção civil. Aí pensei: *“-Não, vou embora. Na comunidade a gente não tem o dinheiro que precisa, mas a vida está preservada.”* Lá (São Paulo) a gente fica com medo de tomar um tiro a qualquer hora, ser atropelado na Imigrantes, ser assaltado, como fizeram comigo. Então acabei voltando.

Essa experiência de vida fez com que você valorizasse mais o que tem e lhe proporcionou uma visão melhor do rumo para alcançar uma situação melhor. Hoje sem escolaridade está muito complicado.

Muitos saíram, para São Paulo, Minas, Curitiba, Apiaí, Cesário Lange.

O que você gostaria de fazer profissionalmente?

Gostaria de participar na questão social, me identifico bastante com ela.

Como assistente social? Tem um caminho comprido pela frente.

Tive experiências na comunidade e gostei muito. Muita gente critica, faz piadinhas. Mas estou a serviço da comunidade e gosto de ajudar coletivamente as pessoas. Gosto de conversar com os idosos, de poder ajudar. Eu queria fazer alfabetização mas nunca pensei em fazer sozinho, sem ajuda de ninguém e ficar só eu enfrentando e dando a cara a tapas, para ajudar a comunidade. As pessoas têm vontade de ler e escrever. Então veio o projeto de alfabetização e foi melhor ainda, aí que entrei fundo na questão. Gostei do projeto ter vindo e estou trabalhando com eles. É assim que eu gostaria de trabalhar.

Essa experiência é transitória. Seria bom se você pudesse fazer isso de uma forma mais profissional, mais estável. Como você acha que pode realizar isso?

Acho que é questão da formação.

Se você trabalhasse no Itesp ou no ISA poderia estar fazendo isso.

No Itesp, não sei como que é o trabalho social, mas tem uma cartilha

pronta para seguir. Essa que é a minha visão com relação ao Itesp. Podia ser na prefeitura, por exemplo, como assistente social. O Itesp e o ISA também trabalham com a parte social.

O trabalho na comunidade não é remunerado é um trabalho voluntário. O gosto que você tem para fazer isso precisa se transformar em profissão. Precisa fazer um plano, ver onde tem esse emprego e o que precisa fazer para chegar lá. Você acha que está no caminho para realizar esse sonho profissional?

Acho que sim. Nunca se deve querer pular lá na frente, tem que subir de degrau em degrau, para alcançar – sem passar por cima de ninguém. No trabalho na comunidade há barreiras que a gente enfrenta e vai enfrentar, mas tem que ultrapassá-las estudando mais e se formando. A gente trabalha na comunidade, mas não tem formação nenhuma. Pra adquirir emprego nessa área social tem que estar formado.

O fato de você ter assumido o posto de coordenador da comunidade lhe ajudou a ver mais claro o que queria da vida, não é?

Com certeza. Eu tinha pouca visão. Depois que passei a ser coordenador, comecei a ter uma visão diferenciada do que é trabalhar o social, as dificuldades das pessoas. A visão que eu tinha é a que o jovem tem. Mas eles precisam se entrosar para poder conhecer isso. Eu não sabia direito o que era trabalhar em comunidade, e ainda não sei tudo, mas aprendi bastante.

Você acha que tem como chamar e estimular os jovens a participar ou eles têm que ir para fora, sofrer desilusões para depois voltar e valorizar o que têm?

Não sei se deveriam fazer isso, mas ajuda um pouco. A comunidade teria que ter um incentivo quanto à educação, por exemplo, à internet; a criança tem vontade de mexer com computador, mas a comunidade não tem acesso. Eles têm que sair pra ver isso.

E a sua comunidade ainda não tem luz, não é?

Não tem. Só temos energia solar. Ganhamos um sistema de energia solar de Furnas. Mas é complicado. Pegamos porque não tínhamos nada, mas é um sistema caro e dá problema toda hora.

Vocês têm energia solar para iluminação ou para aquecimento?

Para iluminação é arco voltaico.



### E por que dá problema?

Queima fuzível, queima peça. Muitas vezes alguns indivíduos na comunidade usam alguns equipamentos – eletroeletrônicos, por exemplo – que não deveriam usar, porque o sistema é fraco, tem limitação de uso de energia e queima a peça. Em Praia Grande ganhamos o sistema, mas quebrou a peça e ela custa R\$ 500,00. A comunidade não tem dinheiro para comprar a peça a todo o momento. Uma lâmpada é cara; a bateria tem que ser trocada a cada quatro anos, são 16 baterias secas e cada uma custa R\$ 500,00!

### Agora vocês têm um barco que leva e traz as crianças para a escola, mas por quanto tempo?

Quem paga o combustível do barco é a prefeitura de Iporanga. Agora é troca de prefeito, depois ninguém sabe o que vai acontecer. E não é só a questão do barco. Tem a questão da saúde mesmo – nessa vacinação contra rubéola, foi avisado que teria vacina para pessoas de 29 anos para baixo lá na Praia Grande. Vieram todos dessa faixa etária. Tinha dentista, farmacêutico, fotógrafo de jornal, enfermeira e auxiliar e disseram que ia ter uma palestra sobre a questão de saúde bucal. Eles não conseguiram trazer a vacina e não teve vacinação naquele dia. Na hora de embora, a dentista disse: “- *Vocês podem esperar um pouco? Vamos falar sobre saúde bucal.*” Ficamos esperando. Chegou na hora o farmacêutico falou umas três frases, a dentista perguntou se alguém tinha ido lá orientar quanto à escovação; falou uma meia dúzia de frases e acabou. Agora olhei no jornalzinho e estava: “Equipe médica vai à Praia Grande para dar orientação de saúde bucal.” Está no jornal. Mas que palestra foi essa? Só convidaram as pessoas que foram para ser vacinadas! Eles foram uma vez, mas no jornal parece que estão indo direto. Vou levar a matéria pros meus alunos de alfabetização ler e para formalizar alguma resposta.

Não deve estar do jeito que você gostaria.

Está perfeito. Você está mostrando as dificuldades que têm. Sua comunidade é particular nesse sentido. Não tem luz, não tem telefone, celular não pega, estrada não tem! A moçada olha pra ela e não quer ficar. Como estudar de noite se não tem luz?

Não tem carro para trazer, não tem estrada. A estrada está lá parada, no DEPRN.

### A estrada foi feita?

Tem o pedido de licença da estrada, mas nunca sai.

É porque é parque, não é?

Não, lá não é parque.

Você está mostrando como é difícil a vida na sua comunidade. Como é que você pode falar outra coisa, se é isso que você vive? Você só pode mostrar as dificuldades mesmo.

Apesar das dificuldades e considerando sua experiência de viver fora, para você, o que significa ser quilombola?

Com todas essas dificuldades, a gente é feliz, porque violência não tem na comunidade. É um lugar tranquilo que você se sente bem à vontade.

Você vê alguma coisa positiva em ser quilombola ou preferia não ser?

Não, eu prefiro ser quilombola. A gente sabe da história da gente, sabe o sofrimento e não pode deixar isso para trás. É orgulho que tenho da origem, história e tradição. A gente tem uma história para trás e o governo tem que rever isso, porque a gente foi massacrado. Hoje o governo tenta fazer reparos para minimizar, porque reparar totalmente essa injustiça social não é possível. Ser quilombola para mim é ter também várias dificuldades. Ser quilombola é não ter resolvido ainda o saneamento básico, é não ter resolvido o problema das casas morar adequadamente, porque várias pessoas moram em casa de sapê e têm dificuldades com banheiro. Não temos água tratada. Eles fazem poço, encanam a água e essa água vem cheia de sujeira, barro, folhas.

Então pela Constituição e pelos decretos todo o quilombo e os quilombolas não deveriam ter mais esses problemas, deveriam ter escola boa para os alunos, ter saúde adequada – com médico fazendo atendimento. Isso é que deveria ser quilombola.

# Entrevista com Juliana

## Quilombo Pedro Cubas

**Nome** - Juliana Dia dos Santos

**Quilombo** - Pedro Cubas.

**Idade** - 25 anos.

**Escolaridade** - Superior, formada em Gestão Ambiental, em dezembro de 2007.

**Ocupação** - Estou em busca desta ocupação.

**Nº filhos** - Não tem.

Como é a qualidade de vida no seu quilombo.

De um lado é bom porque as pessoas ainda têm onde plantar, comem coisas mais saudáveis, mas poderia ser melhor.

O que está faltando para essa qualidade de vida ser melhor?

Mais desenvolvimento, mais projetos de geração de renda – para as mulheres e principalmente para os jovens.

Tem muito jovem quilombola com curso superior ou colegial completo?

Em Pedro Cubas só eu terminei. Mas o Anderson e o Antonio Jorge estão estudando. É bem difícil concluir o curso superior. Não tem de onde tirar dinheiro pra pagar a faculdade, tem que conseguir bolsa. Eu não esperei a bolsa. Passei no vestibular e dei um jeito. Saí da comunidade, vim morar na cidade. Consegui estágio no Itesp e concluí o curso. Mas é difícil sair da comunidade e ficar fora. Tem que se desligar pra estudar. Pra mim que faço parte da liderança da comunidade, foi difícil. Mas foi bom porque consegui um trabalho... Meu estágio era voltado para as comunidades, então eu estava sempre lá. Mas nem todos tem essa oportunidade.

### E na prefeitura não tem oportunidade de estágio?

Tem estágio de um ano na prefeitura mas não consegui nem conheço ninguém das comunidades que tenha feito estágio na prefeitura. Em um curso de 4, 5 anos não é difícil só a mensalidade mas também o transporte. Não tem como chegar, estudar e voltar no mesmo dia ao bairro. É bem difícil chegar na universidade e se manter lá. Mas hoje têm uns 13 jovens das várias comunidades, que passaram na Educafro e estão quase se formando.

### Gabriela –Explicar um pouquinho o Educa-Afro daqui.

É um cursinho para vestibular. Fizemos um grupo em Ivaporunduva para quilombolas. Conseguimos professores, ajuda da prefeitura, ônibus pra levar os alunos de outras comunidades para Ivaporunduva porque a escola municipal não tinha ficado pronta. Todo sábado tinha aula e a Gabriela dava aula também. A gente passava o dia estudando. Prestei vestibular e fiz faculdade aqui em Registro mas, uns 3 ou 4 do grupo foram fazer faculdade na PUC de São Paulo e já se formaram. Essa foi a primeira turma de quilombolas com curso superior.

### E o pessoal voltou pra comunidade depois?

Alguns voltaram mas não tem trabalho aqui. Fiz Gestão Ambiental porque quero trabalhar aqui no Vale. Quero continuar envolvida com a comunidade. Gostaria de conseguir trabalho nessa área. Não precisa ser na minha comunidade, mas que esteja trabalhando pelos quilombolas.

### Você faz parte da liderança do quilombo. Como é o trabalho na comunidade?

Sou a Secretária da Associação mas a gente faz de tudo um pouco – participa de reuniões fora, discute projetos para levar para a comunidade, divulga projetos, incentiva jovens a participar, a buscar coisas fora, a ter visão de dentro da comunidade pra fora e não viver sem perspectiva. Meu trabalho é mais com jovens de outras comunidades.

A gente sempre se reúne com estudantes para ver o que fazer na comunidade com eles, formas de incentivar sua participação; buscar jeitos de estudar, de sair do quilombo, trabalhar e estudar fora e voltar pra comunidade para contribuir para ela, ajuda-la a se desenvolver e não sair, esquecer e não voltar mais.

Para que eles voltem é preciso ter oportunidade de trabalho não é ?

E aqui a gente não tem oportunidade de trabalho.

E quais são as aspirações dos jovens, eles querem continuar sendo quilombolas ou querem abandonar o quilombo?

Muitos jovens e pessoas que se casam e saem em busca de trabalho. Muitos vão para São Paulo e Santos. A gente aconselha a fazer um curso, buscar coisa melhor enquanto estiver fora, e não só trabalhar de empregado, de doméstica, porque depois é mandado embora e volta pra comunidade sem conquistar nada.

Antes era difícil. Na sala de aula havia muito preconceito. A gente chegava e eles falavam que a gente tinha cheiro de fumaça. Aí a gente chegava e ficavam todos lá atrás.

Era por ser negro ou por ser quilombola ou por causa das duas coisas?

É, por causa das duas coisas: porque era pobre, porque era negro. Hoje todo mundo conhece as leis contra racismo, sabe que não pode fazer isso, então está melhor.

Você sente diferença no tratamento que as pessoas lhe dão?

Ainda sinto um pouco, nem tanto e nem em todo o lugar. Tem as pessoas que falam que sou clarinha; que não sou negra, que sou morena, que não sou quilombola. Na minha classe na faculdade, tinha 3 quilombolas – eu, a Meire e o Paulão. Quando discutíamos políticas públicas e desenvolvimento sustentável, alguém sempre questionava quando se falava de quilombos sobre preservação das matas e rios. Na aula de sistema agro-florestal quando o assunto era parques alguém sempre questionava a presença das comunidades ao redor dos parques. Até hoje há quem faça piadinhas. Tem que saber conviver com isso mas não pode deixar ninguém abusar.

Você perguntou sobre a perspectiva dos jovens. Antigamente as mulheres casavam muito cedo nas comunidades. Tinham muitos filhos. Hoje diminuiu o número de filhos e tem mais oportunidade de estudar. Não tinha ônibus e só concluíam até a 4ª série.

Então as jovens quilombolas estão fazendo mais planejamento familiar?

Hoje em dia sim.

**E qual é o principal método que elas usam?**

Hoje tem o Programa Saúde da Família. É bem deficiente – não tem palestras mas tem o anticoncepcional, que dão no posto, a agente de saúde que vai às casas. Então têm acompanhamento e tem menos filhos. Na minha comunidade a agente busca outros meios, fora do PSF. Tem uma entidade que trabalha com crianças sobre saúde bucal. A gente busca palestras sobre alcoolismo e coisas assim. Mas não é sempre. Nas férias um pessoal da igreja vem e faz trabalhos com crianças, mulheres e homens.

**A igreja influi no planejamento familiar?**

Acho que a igreja católica não proíbe.

**Gabriela - Não se fala disso**

Mas ainda tem mulheres que não tomam anticoncepcional nem fazem nada. E tem bastante filho por causa da religião.

**São mulheres mais velhas ou tem muita mulher moça fazendo isso ?**

Não são muitas mulheres novas que fazem isso, mas tem. Pecado é colocar uma criança no mundo para sofrer. Não fui criada pela minha mãe. Fiquei num orfanato e depois me criei com madrasta. Desde os 7, 8 anos tinha que fazer minhas coisas, lavar minha roupa. Com 10 anos ia pra roça. Estudava, mas chegava em casa e já ia trabalhar. Não tinha bolsa para levar pra escola... Faltava tanta coisa... Sofri muito. Não quero para mim a vida dos meus avós. Quero melhorar a vida pra ter filhos. Tenho vontade de ajudar meu sobrinho. Sempre falo que ele vai ser alguém quando crescer. É o que tento passar pros jovens: tem que melhorar. Não pra ficar atrás da mesa no escritório mas para ficar no quilombo, ter mais contato com a terra, preservar nossa cultura e desenvolva o lugar.

Casei cedo, mas por causa dos estudos não deu muito certo. O estudo atrapalhou o casamento porque saí da comunidade e fui pra cidade. Meu marido ficou com ciúmes. A família, os homens acham que mulher tem que ir pra roça, cuidar da casa. Já fiz tudo isso – trabalhei na roça, mas que não quero só isso pra mim. Meu marido tem a cabeça um pouco diferente da do povo. Quando ficar mais velha, quero ter uma casa melhor. Não quero trabalhar de dia pra comer à noite – antigamente os mais velhos faziam uma roça que chegava de uma colheita a outra. Hoje com as leis ambientais está mais difícil de sobreviver plantando. Precisamos buscar outras coisas.

É mais barato comprar arroz e feijão na venda, do que trabalhar de sol a sol.

Mas a gente tem que plantar. Temos terra, temos que plantar, ter verdura, coisas assim, mas tem coisas que é mais fácil comprar como carne.

**Como é a participação dos jovens na vida do quilombo?**

Em Pedro Cubas precisa incentivar os jovens porque muitos não participam. A participação das mulheres dentro do bairro é grande, mas para representar a comunidade fora, é pequena. É o que mais precisa. Isso tem que vir também das lideranças mais velhas que saem para reuniões fora. No Pedro Cubas, jovens que participam fora sou eu e o Anderson. Tem uns que participam dentro, mas tem que incentivar mais os jovens. Temos que tem que se organizar e discutir coisas pra juventude, porque não tem muita coisa.

**Tem que ser coisa do interesse deles. Eles precisam elaborar as propostas que sejam aceitas pela comunidade. A moçada tem feito propostas de participação?**

Sim. Dentro da comunidade, nas reuniões e assembléias a gente busca ver o que as pessoas querem. Estamos buscando coisas que interessam os jovens. Agora, estou envolvida em fazer um salão de beleza onde as meninas aprendam a fazer trança, penteados e cortes afro. E fazer limpeza de pele com produtos locais.

**Isso vai ser muito bom porque é uma forma de gerar renda e de manter a cultura. E música e dança?**

A gente ensaia com as crianças músicas como as do seu Adão, músicas de colheita; músicas feitas na comunidade, tradicionais. E tem as danças. A gente já fez apresentação em São Paulo, na Faculdade de Saúde Pública e no Revelando São Paulo. Não tem muita coisa. Capoeira mesmo não tem. Tem um menino que está ensaiando... Participam mais os moleques. Mas ele não é professor, aprendeu um pouquinho, então ensina. Mas a gente não tem instrumento e não tem condições de aprender r dança afro na comunidade.

**Mas há várias oportunidades na cultura que poderia envolver os jovens; eles poderiam até compor música, né?**

É. Porque senão os mais velhos vão acabando e vai se perdendo o que já têm. Muita coisa hoje já se perdeu.

### **A qualidade de vida das mulheres nos quilombos melhorou?**

Melhorou um pouco. Principalmente quando iam ter filhos, que não tinha como chegar ao hospital. Era bom também, que tinha parteiras. Hoje tem mais acesso ao hospital e ao planejamento familiar. Também melhorou a auto-estima. Fizemos oficinas para ensinar as mulheres a desenvolver o trabalho que querem; levantar o que querem fazer na comunidade – se é costura, curso de reaproveitamento de verduras e legumes, fazer artesanato de fibra de banana, palha de milho, pão. Então temos algumas coisas em mente, não só o trabalho na roça e na casa. Mas esse é só o começo. Precisa agora melhorar o que já faz, como o artesanato e ter mais oficinas para tratar com sementes, palhas, coisas assim.

### **O relacionamento entre homens e mulheres é mais igualitária? Os homens ainda reclamam das mulheres saírem de casa para fazer trabalho na comunidade?**

Melhorou um pouco, mas muitos homens ainda acham que o lugar das mulheres é em casa. As mulheres já têm a cabeça aberta para ver que não é isso, que não é só aceitar o que eles acham. Tem que ter voz ativa. Você tem que casar, mas não ter a posse do outro. Cada um precisa ter seus objetivos e buscá-los. Mas ainda existe bastante machismo sim.

### **As mulheres têm lutado contra o machismo ou muitas ainda são submissas?**

Olha, hoje em dia acho que não têm muitas mas ainda tem. Antes eram os homens que tomavam a frente das coisas. Hoje já tem muita participação das mulheres. Tem pouca liderança feminina por causa dos filhos, tem que cuidar deles, não dá pra sair tanto. Então são mais as mulheres jovens que participam.

### **Tem muita violência doméstica nos quilombos?**

Não tem mais tantos pais batendo nas crianças porque tem o Conselho Tutelar e telefone nas comunidades. Mesmo que eles não vem quando a gente chama, é trabalho da liderança ficar atenta para a violência. Não são muitos casos, mas tem alguns marido que batem na mulher.

### **A Associação costuma intervir nesses casos?**

A gente conversa mas não dá pra se intrometer tanto. Se é mulher, a gente vai lá, a dona Diva, eu, a Salete; chega, conversa, fala dos direitos, das leis que existe pra isso.



**E vocês falam com os homens também?**

A gente informa as agentes de saúde, que tem esse trabalho de chegar e falar com o homem ou com a mulher. Não tem casos de machucar, mas se acontecer tem de registrar queixa. Mas hoje isso já está bem mais calmo.

**As meninas são educadas de maneira igual ou diferente que os meninos?**

Eu fui educada de maneira diferente: não podia brincar com meninos; só com menina; e quando eu era moça tinha que ver com quem eu andava. Meu pai não me deixava brincar com qualquer menina; com as mais assanhadinhas não podia ter amizade. Era da casa pra igreja; pro campo – eu jogava futebol. Fui educada assim, um pouco diferente. As meninas vão pra roça com as mães e os meninos ajudam os pais. É diferente. As meninas ajudam no trabalho doméstico mas para fazer uma coisa mais pesada como buscar lenha os meninos também ajudam.

**E as brincadeiras eram comuns?**

Em Pedro Cubas tem bastante criança e a gente faz atividades que envolvam todos juntos, cada um respeitando o outro mas todos são iguais. Mas tem algumas brincadeiras só de meninos, né?

**Você acha que tem mais adolescentes tendo filho hoje do que antes?**

Antes as mulheres casavam cedo e tinham filho. Hoje não precisa nem casar. No meu bairro tem 2 adolescentes; uma com 14, outra 17 anos.

**E quem cuida dessas crianças, as mães ou as avós?**

Ou casam com o namorado ou a avó ajuda a criar. Às vezes saem pra trabalhar fora e aí ficam com a avó, ou trabalham lá mesmo, ajudam a mãe e cuidam dos filhos.

**Hoje ninguém mais quer casar, né?**

Não é casamento como antigamente, que faziam festa. Em Pedro Cubas ainda tem casamento. Até na dona Cacilda os filhos têm que casar. É casamento no fim do ano, festa pra comunidade toda, com amigos e parentes que vem de fora. Vai até amanhecer o dia!

**Tem caso de sexo forçado nas comunidades?**

Não, não tem. Tanto a mulher como o homem casam com quem quise-

rem. A gente fala pras meninas que saem muito novas pra trabalhar (sempre tem família ou parente, que leva pra trabalhar fora) para se cuidar e não ser vítima de abuso sexual ou trabalho escravo.

Há um tempo atrás fui para a Noruega falar sobre tráfico de seres humanos e o trabalho que fazíamos nas comunidades de incentivar os jovens a não sair e quando sair, ter em mente essas coisas. De não ser escravo de ninguém, principalmente as meninas. Pode ter patrão que quer abusar. É quietinha, bobinha e não tem contato com essa realidade.

No Nordeste as próprias famílias vendem as meninas para prostituição, em Recife, Natal. Isso também acontece aqui?

Não acontece. Mas aqui é um lugar de difícil acesso. Se fosse um lugar com turismo mais desenvolvido ... Tem as cavernas, mas não é tão desenvolvido. Se viesse muita gente de fora teria que pensar nesse risco, principalmente das meninas.

Você está na coordenação da associação. Seu marido incentiva você?

Ele também participa. Ele é quieto; não gosta de falar em público. Também morro de vergonha, mas tento deixar a vergonha de lado. Não sei pedir as coisas. Falo que tenho que fazer tal coisa e pronto. A gente tem que saber o lugar da gente, até onde pode chegar, não ficar pedindo para alguém. Antes, quando eu participava só dentro da comunidade, aprendi com as mais velhas. A dona Diva me puxava, me incentiva, me levava pra reunião, falava que eu tinha que falar em público. Eu sempre me espelha-va em alguém. Eu achava bonito sair, discutir as coisas da comunidade; ter conhecimento.

Você participa de eventos fora da esfera dos quilombo?

Hoje os movimentos sociais um dá força ao outro. Junto com o MST, que tem política diferente da nossa. Eles têm terra e lutam pela reforma agrária. A gente ainda luta pelo direito à terra. Mas um apoia o outro. Participei de uma mobilização em São Paulo em que o MST e os quilombolas lutavam pela energia elétrica e pelo preço da alimentação. Aí 'ferveu'. Nunca vi coisa igual. Chorei muito! Foi revoltante. Nem receberam a gente. A mídia fala que o MST chega quebrando, fazendo baderna. Nada! Foi a Tropa de Choque que chegou e colocou todo mundo pra fora, jogando gás lacrimogêneo. Primeiro deram tiros de bala de borracha na porta e quebraram os vidro. Aí o pessoal se revoltou e acabou de quebrar. Nem dava pra que-

brar nada com aquele monte de polícia lá dentro. Eu nunca tinha ido a uma manifestação assim, de botar todo mundo pra fora, com arma apontada.

**Então os quilombolas são mais bem tratados que o MST?**

É. Mas o MST consegue muita coisa porque eles chegam e enfrentam; se tiver que protestar, protestam. A gente faz um movimento mais pacífico. Acho que a gente tinha que ser um pouco mais como eles, cobrar; exigir.

**O que é pra você ser quilombola?**

Me vejo uma pessoa normal. Temos dificuldades maiores para conseguir o que queremos. Somos discriminados, não só como quilombolas mas como negros. Temos uma vida difícil mas temos os mesmos direitos e queremos as mesmas oportunidades, queremos lutar, trabalhar. A diferença é que moramos na comunidade, em contato com a natureza, com a terra. Como vou te dizer? Vivemos num mundo um pouco diferente. Você vive numa comunidade de difícil acesso, mas é igual às outras pessoas. A gente é uma população da qual tiraram os direitos. A gente não tinha identidade mas não tiraram nossa vontade de lutar e buscar esses direitos. Não taparam nossos olhos. Corremos atrás dos nossos objetivos e vamos buscar nossas oportunidades.

# Entrevista com Sonia

## Quilombo Sapatu

**Nome** - Sonia Mara Pereira França.

**Idade** - 31 anos.

**Escolaridade** - segundo grau completo

**Ocupação** - Artesã e lavradora.

**Nº filhos** - 1

**Quilombo** - Sapatu.

Sonia, qual é a sua avaliação da qualidade de vida das mulheres de Sapatu?

Tem melhorado porque começaram a participar mais das organizações. Os tempos mudaram e agora se adquire mais conhecimento. No tempo da minha mãe era diferente. Ainda existe mulher dependente do marido, mas de uns anos para cá houve avanço na participação das mulheres. Apesar disso a saúde ainda não é muito boa. Tem equipe de PSF, mas não tem acompanhamento de saúde em geral nem de saúde da mulher.

Por que aumentou essa participação?

Devido a luta pela sobrevivência na terra, a luta contra as barragens. Aprendemos a cuidar melhor dos filhos com a Pastoral da Criança. A igreja, através das irmãs, fizeram reuniões estudando a mulher na bíblia. Com isso as mulheres foram obtendo conhecimento. Para a maior participação das mulheres foi importante o trabalho das freiras.

Como você avalia o relacionamento entre homens e mulheres em Sapatu?

Por mais que pense que não há preconceito, discriminação, machismo, ainda existe. Mesmo na diretoria da associação é difícil ter mulher, apesar

de no quilombo a maioria ser mulher. Agora não estou participando de forma ativa<sup>1</sup>, mas sou a única mulher na diretoria.

**É por machismo ou as mulheres que não querem participar?**

Existe o machismo e também a gente ainda não acredita em nós mesmas. Ainda não se confia na mulher.

**Meninos e meninas são educados da mesma forma?**

Ainda tem força do menino ser azul e a menina cor-de-rosa; menina tem que brincar de boneca e menino de carrinho, mas está diminuindo. Acho que isso acontece porque o quilombo é uma comunidade rural, tem a influência dos mais velhos. Por exemplo a dieta das gestantes. A criança nasce e até o 7º dia tem de ficar no quarto fechado, sem visitas e sem sair para não pegar o mal do 7º dia. É uma melhora porque antes a mulher tinha que ficar de resguardo por 45 dias sem sair de casa.

**Como são divididas as tarefas domésticas das meninas e meninos?**

Os meninos costumam ir pra roça e as meninas ficam mais em casa. Mas na família dos meus pais meus irmãos também fazem o serviço de casa.

**Você acha que isso acontece de forma geral?**

Pode ser que para os mais novos esteja mudando mas para os mais velhos, ainda são os homens que vão para a roça e as mulheres ficam em casa. Mas em casa meu irmão mais novo o Gilson, sempre foi de fazer café, fazer bolinho, um bolinho até melhor que o meu.

**Antigamente as mulheres tinham mais filhos ou isso está mudando?**

Depende da educação, porque ainda tem mulheres com bastante filhos. As que têm menos são as que querem estudar e a família apóia. Mas mesmo moças novas, com 15 anos. Eu tive com 31, mas é raro ter nessa idade. O pessoal da minha idade teve filho bem antes, eu é que tive mais velha.

**Pressionaram você para ter filhos logo?**

Não forçavam. Vinham os outros e perguntavam: “- *Quando você vai casar?*” Depois que casa perguntam “- *Quando você vai ter filho?*” Perguntaram pro meu pai, e ele falou: “- *Eles que sabem da vida deles.*”

---

1 Sonia está com um filho recém nascido. Tinha 15 dias no momento da entrevista.

Qual o momento bom de ter filhos, em sua opinião?

Eu pensava em me casar entre 20 e 25 anos e ter filho com 25. Mas acabei casando com 27 e tive filho com 31 anos.

Isso foi mais ou menos calculado?

Foi. Sempre pensei que depois de casar esperava uns 2, 3 anos para ter filho.

Você disse que as meninas estão estudando mais, é isso?

É. Tem a questão do estudo e a questão da educação dos pais também. Tem menina que engravida durante o estudo, aí não sei se vem da família ou é opção mesmo.

Tem muita gravidez de adolescente no Sapatú?

Tem.

E por que você acha que isso acontece?

É difícil dizer porque hoje, com a educação que tem – tem divulgação de preservativos, tudo. Não sei dizer por que.

As meninas do Sapatú têm acesso a planejamento familiar?

Não sei de que forma isso é passado para elas. Acho que elas têm vergonha. Tem esse ensino de prevenção, mas acabam tendo vergonha de procurar o preservativo e aí acontece a gravidez.

Tem violência doméstica nos Quilombos?

Acho que tem, mas é escondido. Mas tem situações em que dá pra dizer que sim. A violência é pouca, mas tem bastante machismo. A mulher quer participar de alguma coisa e o marido não gosta. Não dá para saber sobre a violência porque a mulher não comenta sobre isso. Às vezes a gente percebe, mas ela esconde para não ficar ruim para ela.

E contra as crianças há violência?

Por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente os pais não sabem e acabam não batendo. Alguns pais até falam: “-Com essa lei fica pior.” Eles acham que com essa lei não pode bater, mas não é só isso, a lei ensina que não é batendo que se educa.

Você acha que a vida das mulheres melhorou ?

Acho que sim.

Mas a saúde ainda não dá a necessária atenção.

Não tem a atenção que deveria ter. Minha irmã está grávida de 8 meses e ainda não fez ultra-som. Tenta marcar e não consegue. A gente sabe que precisa fazer 3 ultra-sons.

Sua irmã não está mais no Sapatú?

Não, mas faz parte do quilombo e continua sendo atendida lá.

No PSF não tem médico?

Agora tem, mas ficou um bom tempo sem. Vários meses. Então ela veio direto no posto de saúde da cidade.

E por que não fizeram o ultra-som?

Falaram que não tinha vaga. Veio marcar no começo de agosto e já não tinha vaga. Ela disse que estava com 8 meses e não tinha feito nenhum ultra-som ainda, aí fizeram como urgente. ncaixar. Ela está pedindo o ultra-som desde os 6 meses. Teve acompanhamento com enfermeira, consulta, tudo mas ela não pediu.

E só vai fazer em 26 de agosto, com 8 meses? Então ela não faz idéia de como está a criança?

Não.

Como deveria ser a saúde?

Devia ter mais funcionários, estrutura e equipamento na comunidade. Tem o posto, mas falta remédio, ou outra coisa. Por exemplo esse acompanhamento – se a mulher tem direito a pelo menos 3 ultra-sons, que esse direito aconteça. Eu mesma só fiz, na minha gestação, um. O médico que me atendeu, falou que tinha que fazer 3 ultra-sons: um aos 4 meses, outro aos 6 e o último mais para o final.

Quais são suas atividades na comunidade?

Sou segunda secretária da Associação de Sapatu e uma das coordenadoras do artesanato. Sempre participo do movimento de mulheres e sou tesoureira da Eaacone.

### Como seu marido vê a sua participação?

Ele não gosta muito porque na diretoria sou só eu de mulher. Ele era de outra comunidade; só agora está comigo no quilombo e não faz parte da Associação. A Associação toma muito meu tempo. Às vezes fico nervosa, quero resolver as coisas e não consigo. Por isso ele não gosta. Ele vê que ando preocupada, fico nervosa, e talvez por isso ele não aceite. Ele até apóia, mas às vezes fica nervoso de ver que fico saindo sempre.

### Seu marido não gosta que você se aborreça, não é ciúmes nem machismo?

É, ele não gosta que eu me aborreça e que saia muito. Não é ciúme, é porque toma muito do meu tempo e acabo deixando um pouco a casa. Agora com o meu filho está mais tranqüilo, porque quase não saio. Antes era mais difícil.

### É uma coisa que ele não gosta mas também não briga.

Ele não briga por isso. No começo chegou a falar para eu não participar, mas eu disse que ele sabia da minha luta antes de se casar comigo, e ele acabou me apoiando. É difícil outras mulheres participarem. Deveria ter mais mulher na diretoria.

### Os outros homens não acham que é um problema as mulheres participarem?

Não ouvi comentário sobre isso. Sei que tem mulher que o marido não gosta mesmo, então fico pensando que talvez eles pensem a mesma coisa de mim.

### Você participa de algum outro movimento?

Particpei da Omaquesp, (Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo) e do Conselho da Condição Feminina.

### Como foi a participação na Omaquesp?

Começou com um encontro de mulheres assentadas organizada pelo Itesp. Como a luta pela terra das mulheres quilombolas e das rurais era parecida o Itesp montou essa organização conjunta para discutir questões de gênero, saúde, educação e cidadania. Como eu tinha participado do encontro anterior, me colocaram como vice-presidente. A presidente era dos assentamentos, do outro lado do estado. Tive dificuldades com a distância.



No quilombo não tinha acesso fácil e não houve comunicação nem entrosamento. Ficou difícil de se reunir e estou na Omaquesp só de nome.

Talvez o Conselho da Condição Feminina talvez tenha a ver com a Omaquesp, porque foi através dela que me indicaram para o Conselho. A participação no Conselho também foi difícil. Eu tinha que representar as quilombolas do estado de São Paulo mas não tinha recurso para me reunir com quilombolas e muito menos com as assentadas para levar suas reivindicações.

**Eles financiavam sua participação no Conselho da Condição Feminina?**

No começo reembolsavam a passagem. Depois ficaram um bom tempo sem pagar, mas me chamaram de novo. Reembolsavam a passagem mas só depois que eu voltava. Além disso, é distante, para ir à reunião eu perdia uns 3 dias. De início pagavam hotel e me traziam de volta. Depois acabou o recurso e eu não tinha como ir. E deixaram de me convidar. Falaram que não tinha dinheiro para me reembolsar e depois não me convidaram mais. Fiquei sem resposta. Não tinha recurso para ficar em contato com as mulheres e levar suas reivindicações, então nem compensava ir às reuniões.

**Você entrou em contato com a presidente da Omaquesp?**

Tentei mas o celular dava fora de área e eu não conseguia. Não sei se ela retornava porque onde moro não tinha telefone. Agora tem, mas o telefone é difícil. Ela tem meu e-mail, mas por e-mail ela não manda.

**E o que vocês fizeram em relação a Omaquesp?**

Em dezembro de 2007 ajudei a organizar a reunião de mulheres quilombolas do Vale do Ribeira e tive oportunidade de falar sobre a Omaquesp e sobre o Conselho da Condição Feminina e o que estava acontecendo. Muitas mulheres nem conheciam essas organizações e decidimos que nos desligaríamos da Omaquesp, por falta de informação e comunicação. Fizemos uma carta, com a assinatura das mulheres presentes, pedindo o desligamento. Essa carta foi enviada para a Omaquesp e o Conselho através do Itesp, mas nunca tivemos resposta.

**De forma geral o que reivindicam as mulheres do Vale do Ribeira?**

Elas reivindicam qualidade na saúde e na educação. No encontro algumas mulheres falaram do acesso das crianças à escola. Também falaram da cidadania e de projetos de geração de renda para as mulheres. Discutimos

as questões que envolvem a comunidade. Lutamos contra a barragem do Tijuco Alto, porque direta ou indiretamente, acabaria com o meio ambiente e com nossas comunidades.

**As mulheres estão nessa luta contra as barragens há muitos anos, não é?**

É. Há muitos anos que participamos de movimentos e manifestação contra as barragens. Sempre que ameaça, a gente está na luta para que isso não aconteça.

**Para terminar, o que significa, para você, ser quilombola?**

Ser quilombola é assumir a negritude. É a vida. É ter o pé no chão e o pé na terra.

# Entrevista com Vandir e Osvaldo

## Quilombo Porto Velho

**Nome** - Vandir de Souza.

**Idade** - 31 anos

**Escolaridade** - segundo grau completo

**Profissão** - Lavrador e apicultor

**Nº de filhos** - Uma

**Nome** - Osvaldo dos Santos.

**Idade** - 41 anos

**Escolaridade** - segundo grau completo

**Profissão** - Lavrador e apicultor

**Nº de filhos** - Quatro

Como é a qualidade de vida aqui no quilombo?

**V** – A qualidade de vida é muito boa, pela diversidade de alimentos e a condição de vida na comunidade melhorou 100% depois que fomos reconhecidos como quilombo.

Comparando com os outros quilombos ou com as comunidades vizinhas?

**V** – Comparando com os dois. A maioria das outras comunidades não têm a mesma qualidade de vida que a gente tem aqui.

**O** – Acho que cada quilombo é de um jeito. Apesar da cultura ser a mesma tem diferenças. Algumas se desenvolvem melhor por causa da educação. Onde tem educação a gente vê as coisas melhor, enxerga mais longe e cria mudanças na comunidade.

O Vandir atribui a mudança ao reconhecimento do quilombo e o Osvaldo como consequência da educação e da capacidade de ver e planejar melhor o futuro.

*O.* – Isso, planejar melhor e inclusive ir atrás do reconhecimento. A partir do reconhecimento, a gente consegue enxergar um espaço que nunca tivemos, a qualidade de vida de respirar ar puro, de ter diversidade no trabalho, de planejar o futuro. Antes a gente não planejava porque as terras eram de terceiro. A partir do reconhecimento a maré começou a vir um pouco mais pro nosso lado. Pela lei, apesar de não termos conseguido toda a terra esperada, conseguimos 30 alqueires e vamos planejar o futuro dentro disso.

Então já está bom, não precisa mais nada?

*O.* – Precisa sim!

Então a qualidade de vida melhorou, mas ainda tem muito pra melhorar?

*V.* – Melhorou bastante, mas nos planos que temos para o futuro, vamos melhorar muito mais, porque estamos conquistando espaço na sociedade e espaço para trabalhar mais tranquilamente e desenvolver nossos projetos. Se trabalharmos direitinho os projetos iniciados nossa vida vai melhorar ainda mais.

E quais são esses projetos?

*V.* – Temos um projeto de apicultura de construir uma base de mel para a comunidade com o ISA e o Itesp. É um projeto grande, que vai beneficiar todas as famílias da comunidade. Temos um projeto de horta comunitária e vendemos na PAA. Temos um projeto de plantar pupunha que é a longo prazo e outro, a prazo ainda mais longo, de repovoamento do palmito juçara. Temos também projetinhos pequenos - criação de porcos e de pomar. A horta e o pomar são das mulheres. Tentamos trabalhar também com atividades de mulheres. Precisamos incluir as mulheres nas coisas da comunidade.

Há um projeto grande que vai beneficiar todas as famílias, de construção da fábrica de farinha, mas está travada, porque precisamos de mais recursos para concluir a obra. Assim que começar a funcionar vai melhorar muito a condição de vida da comunidade.

Então tendemos a melhorar, se continuarmos lutando e correndo atrás dos governantes, porque se não correr atrás, aqui eles não vêm mesmo.

*O.* – Os projetos para melhorar são a titulação e a melhoraria na saúde.

Quanta terra vocês estão reivindicando?

*V.* – Era 941 hectares, mas ficou uns 900 e pouco ou seja uns 400 alqueires.

E essa terra vocês são posseiros ...?

*O.* – Posseiro eu não digo, nós somos os dono da terra, mas não temos o título. Muitos chamam a gente de posseiro, mas nossos antepassados ocuparam a terra desde 1600, então somos donos. Mas estamos cercados de terceiros, que chamam a gente de invasores, mas na verdade os invasores são eles. Essa é a grande diferença.

Então sua titulação depende do Incra?

*O.* – Depende só do Incra porque é terra particular, recebeu título em 1950.

*V.* – Toda região aqui.

*O.* – Mas os títulos estão perdidos. Nem os terceiros têm o título, eles é que são posseiros na realidade.

É ruim esse negócio de ser posseiro?

*O.* – Os verdadeiros donos somos nós, já estávamos aqui quando eles vieram.

*V.* – E nossos antepassados viveram aqui o tempo todo.

*O.* – E a lei dá esse direito aos nossos antepassados.

E como está a titulação?

*O.* – A titulação está parada porque envolve muita burocracia. Mas é também displicência principalmente do Incra com a gente, que vivemos em área de conflito. O decreto 4.884 prioriza titulação pelo Incra de terras onde há conflitos judiciais e na comunidade, como nós, o Cangume e outras, só que eles não levam isso em consideração.

*O.* – O que atrapalha o desenvolvimento dos quilombos é a falta de titulação pois o próprio Incra, a União e o Estado, não podem criar projetos nas comunidades sem título. Porisso que digo que há displicência da União. Não dá pra fazer? Claro que dá. Mas se quer desenvolver, tem que titular.

Sem título você não encontra parceiros. Se é terra de terceiros e os projetos as beneficiam, eles entram na justiça e querem indenização pelas benfeitorias. Se você põe benefício na terra dele, ele usa a Constituição e vai receber pelo trabalho que a gente fez.

**Mas algumas quilombos já são tituladas, não é?**

**O.** – Tem Ivaporunduva, Maria Rosa, Pilões, Pedro Cubas.

**V.** – Mas mesmo em Pedro Cubas já titulado, tem terceiros que não tiraram e que estão prejudicando a comunidade. Quê adianta titular e não tirar os invasores?

**O.** – Porque isso leva tempo, tem que ver se ele concorda com a indenização, se sai ou não; vai levando judicialmente e o tempo vai passando.

**V.** A gente só não está mais desenvolvido pela falta de titulação. Se tivéssemos a terra todinha, a gente estaria dando pulo de alegria e nem precisava correr atrás de governo, a gente se virava sozinho, porque a comunidade é bem independente. O governo tem a preocupação de ficar mandando cesta básica. A gente não precisa da cesta básica. Nós precisamos é da terra pra sobreviver.

**Quanto de terra vocês têm agora, livre de terceiros, para produzir?**

**O.** – Nossa não tem porque corre a ação judicial de reintegração de posse. Até regularizar demora. A terra está assegurada, mas o fazendeiro tem direito de recorrer. Porisso crítico a falta da titulação. Não podemos ficar nesse desamparo, nessa indefinição. Ação de reintegração de posse é ficar em cima do muro, não sabe para que lado vai pender.

**V.** – Nossos projetos estão sendo desenvolvidos dentro dessa liminar de 30 alqueires dos quais 12 são mata estamos repovoando palmito nela. A beira de rio não podemos mexer porque falta de água e queremos preservar. Alguns espaços são lomba, não dá pra plantar nada. Tem que deixar passagem pros animais e reservar um pedaço para pasto. Se reparar bem, não sobra quase nada pra plantar. Onde vamos plantar daqui a um tempo? A comunidade está crescendo, dobrou o número de famílias. Se a titulação não acontecer mais depressa, a comunidade vai sofrer com isso.

**A comunidade cresceu porque veio gente de fora ou as pessoas foram casando e constituindo novas famílias?**

**V.** – As duas coisas. Das famílias que saíram pela pressão dos fazendeiros; algumas voltaram e outras querem voltar, mas não temos condições de receber todas. E outras famílias é porque constituíram o matrimônio.

### Quais são seus anseios profissionais?

**V.** – Estou bem trabalhando na comunidade, mas nada impede de, se puder, continuar os estudos que parei pela dificuldade de chegar na cidade. Nem sei como terminei o ensino médio porque tive bastante dificuldade financeira. Temos tentado conseguir bolsas de estudo para os jovens, mas fica complicado porque as pessoas não têm condições de fazer cursinho pra ingressar. Não tenho vontade de trabalhar empregado. Gosto do jeito que a gente vive aqui, trabalhando para si e ajudando a comunidade. Quem sai, ajuda a si mas não ajuda a comunidade. Quem entende a situação da comunidade e consegue ver seu desenvolvimento não sai, fica aqui trabalhando. Mas alguns não agüentam e saem para trabalhar de empregado e aí fica mais difícil estudar. O problema é maior com as meninas que saem pra trabalhar de doméstica. As mulheres já conquistaram seu espaço na comunidade, mas não nas cidades. Mulheres, em especial as domésticas, são muitas vezes, desrespeitadas, ninguém acredita em seu futuro. Tentamos fazer elas enxergarem, mas é difícil porque querem ser independentes.

**O.** – Eu estou bem desse jeito. Temos agora que pensar como educar nossos filhos para mantê-los na comunidade. Os projetos que criamos são para que as famílias tenham renda na comunidade. É para isso que a gente trabalha. Mas uma fazenda de 400 alqueires é pouco para uma comunidade. Precisamos mostrar aos jovens que nossa cultura é aqui e que seu espaço também é aqui, mas depende do nós e deles. Mas eles têm que ir à escola.

Muitas pessoas das comunidades vão fazer curso de advogado mas penso que já tem muitos nesse mercado de trabalho. Teria que buscar profissões que a comunidade precisa. De saúde, por exemplo, porque nas comunidades falta médico, enfermeiro. Tem que direcionar as famílias nesse rumo, porque tem emprego na região. Senão as pessoas abandonam a comunidade para arranjar emprego em São Paulo ou outro lugar.

Tem que profissionalizar alguns dos nossos, colocar outros na política para defender nossas necessidades e tem os que vão continuar cuidando da comunidade para suprir nossa ausência, porque não vamos ficar para sempre. Por isso os jovens têm que ser educadas em casa com nossa cultura, nosso modo de vida; achar que isso não é feio, que pegar no cabo da enxada não é feio, é um modo de ser profissional, de ganhar a vida. Mas a gente precisa montar para eles a base, para que possam ter essa visão do futuro.

É, pode fazer cursos de técnico agrícola, engenheiro agrícola ou florestal. Pode mecanizar, a produção aumenta muito e aí tem que cuidar da comercialização.

*O.* – É são coisas que casam, não é?

Vocês têm muitos jovens fazendo o colegial?

*V.* – Todos que atingiram a idade de fazer colegial estão fazendo. Quase 100% dos mais jovens. Os mais velhos não.

Era bom ter gente com nível superior para trabalhar em instituições como o Incra ou Itesp que trabalham direta ou indiretamente pra comunidade.

*V.* – Nossa preocupação é formar para futuramente ajudar a comunidade, que dêem o retorno. A gente tem uma proposta, de que quando conseguirmos ajudar algum jovem daqui a estudar, ele vai ter que ter a responsabilidade de dar retorno, prestar trabalho para a comunidade, como se fosse pagamento do estudo.

Vocês já estão no rumo, planejando como capacitar e educando os jovens em casa, na família. Tem muito jovem que pensa em sair?

*V.* – Não são muitos os que a gente sabe. Tem poucos jovens aqui e vários já têm a cabeça voltada para a comunidade.

E como eles participam da comunidade?

*V.* – Ajudam como podem. Ajudam a desenvolver alguns projetos e dão apoio pra associação, representando a associação em repartições. Estão preocupados com o futuro da comunidade e procuramos mantê-los motivados e participantes. Quando surge uma oportunidade de trabalho na comunidade a gente convida para contribuir.

*O.* – O jovem que saiu da comunidade - já saiu. Os que ficaram são os interessados; e é com esses que a gente tem que trabalhar. E pensar no futuro da moçada nova, das crianças. Não importa que a pessoa saia da comunidade, geralmente amanhã ou depois ela bate na porta de novo.

E vocês recebem de volta ou de vez em quando vocês fazem cara feia?

*O.* – Tem que receber, mas com proposta. Senão fica um entra e sai, como enxame de abelha. Às vezes o jovem sai e volta com vícios, o que não é bom porque ele contamina. Se ele saiu da comunidade, tem que ficar de



olho, ver o quê está fazendo e que oportunidade dar quando volta. Porque a comunidade não é por ser uma associação, ter terra, que vai entrar e sair quando quiser. Alguns que saem já esqueceram sua origem.

**V.** – A partir do instante que sai, já perde um pouco os direitos.

**O.** – Quando volta, volta com cultura diferente, alguns com vícios, outros com mentalidade individualista. Volta para um futuro que não ajudou a construir. A comunidade organizada tem que ter critérios para isso, senão vai achar que tudo pode. Até na família tem coisa que pode e coisa que não pode, tem que ter limite e regra. Que fique bem claro: “- *Está afim de encarar? Então vem. Se não, volta pra onde você estava.*” O próprio artigo da Constituição diz que a pessoa que saiu há mais de 100 anos perde o direito de ser reconhecido como quilombola. Você insere a pessoa na comunidade quando ela se associa senão não é membro da comunidade. Tem que observar o estatuto e se adequar à ele.

Tem proposta dos jovens ou as propostas deles são continuidade das suas?

**V.** – Eles vêm contribuindo com aquilo que a gente trabalha. Temos muitos projetos e projetos à longo prazo, pensando no futuro. Queremos que eles entendam e trabalhem nisso para os resultados futuramente venham a favorecê-los.

Precisamos de um tele-centro. A Internet tem o lado positivo e o negativo, como tudo. Hoje, principalmente para comercializar nossos produtos, precisamos da internet. A gente sabe que o jovem gosta disso. Muitos reclamam de não ter tele-centro e estamos batalhando para conseguir.

**O.** – A inclusão digital tem que ser monitorada. Já estamos pensando em bloquear alguns sites porque se largar à vontade, já sabe o que pode acontecer. Não podemos deixar que o jovem faça o que quiser na Internet, porque só vão fazer as coisas que não são certas, porque o jovem se interessa mais naquilo que não é de proveito mesmo.

Então Vandir e Osvaldo o que significa pra vocês ser quilombola?

**V.** – Na verdade não há diferença. Me reconheço quilombola e a comunidade também porque temos descendência negra. Mas ser quilombola é também saber respeitar e exigir respeito. É buscar nossos direitos na Constituição e trabalhar para que nossa cultura, a cultura negra que é uma cultura rica não se perca.

**O.** – Ser quilombola é me sentir bem sendo quilombola. É erguer a cabeça e recuperar a auto-estima, que já foi bem baixa. É a oportunidade de ver os direitos que a Constituição nos dá e exigir das autoridades reparos pelos danos causados às famílias com descendência afro e trabalhar pelo reconhecimento como cidadão com plenos direitos. Não menosprezar isso, mas respeitar os que não são, orientar quem precisa da nossa ajuda - porque a gente tem um ganho sendo quilombola. Sendo quilombola tive a oportunidade de ingressar com os companheiros nas repartições públicas, ir à secretarias, bater nas porta dos governos, conhecer a lei, nossos direitos, que muitos dos nossos amigos e até políticos da região não sabem nem metade do que a gente sabe. Pra mim - ser quilombola - foi um ganho enorme, porque posso estar aqui no mato, mas tenho uma noção básica da porta onde devo bater, se for preciso; qual o companheiro bom, e qual você tem que ficar olho.

**E para os jovens dessa comunidade, o que é ser quilombola?**

**V.** – Os jovens integrados na comunidade e interessados no trabalho, têm a mesma visão de se auto-reconhecer como afro-descendente, lutar e buscar os direitos. Não é porque somos negros que vamos ficar excluído do resto da população. As pessoas da comunidade se auto-reconhecem e não ficam se escondendo quando alguém pergunta. Ser quilombola é ser cidadão como os outros.

Na verdade a causa quilombola levou vocês à cidadania. Levou vocês a se reconhecerem enquanto portadores de direitos e, portanto, cidadãos; ir atrás dos seus direitos e, portanto exercer a cidadania.

**O.** Exato.

Comparando quilombos com vizinhos não quilombos, o grande diferencial é a organização e participação. A grande contribuição dos quilombolas é se organizar para ir buscar seus direitos. Esse é o grande exemplo dos quilombolas.

**O.** – É. Faço parte do conselho de saúde de Iporanga e sempre comento: *-Autoridade municipal não pode ficar achando que tudo é porque Deus quis porque não é!* Às vezes acho que temos que brigar pelos demais, que não são quilombolas, porque não agüento ver essas coisas e ficar calado. Implico com umas coisas para mostrar pro cidadão que ele também é gente e que precisa se organizar.

**V.** – É verdade, também acompanho no Conselho de Saúde e a gente vê isso nas reuniões que participa. Temos uma coisa do nosso lado, que é a lei que dá mais recursos para município que tem comunidades quilombolas.

Mas isso foi fruto da luta de muitos anos. Não foi de graça!

**O.** – Não tem nada de graça! É brigado!

**V.** – A gente fala nas reuniões que só temos acesso a isso porque a gente lutou e se organizou; sofreu, mas conseguiu. E colocamos pras outras comunidades, que têm que fazer a mesma coisa, porque mesmo não sendo quilombolas, eles têm o direito.

**O.** – Quando vou a São Paulo vejo os movimentos, as comunidades no entorno, que são negras. E também no Rio de Janeiro e por aí fora, o que a gente vê lá é bem pior.

Uma coisa que algumas pessoas do movimento negro estão sugerindo é o quilombo urbano, como um espaço de resistência, de reivindicação da inclusão social. Mas como operacionalizar quilombos urbanos? É bom vocês irem pensando também.

**O.** – É verdade. Isso aí existe. A gente vê que é difícil, não é de um dia pro outro que vai resolver esse caso. E sempre falo, quando a gente conhece a luta, daí em diante tem que botar o pé na estrada e não parar mais.

# Entrevista com Ignez

Itesp – Reconhecimento e titulação

**Nome** - Maria Ignez Maricondi

**Idade** - 57 anos.

**Profissão** - Arquiteta

**Ocupação** - Analista de desenvolvimento agrário.

**Nº de filhos** - Não tem.

Quais são os antecedentes da luta pela titulação dos territórios quilombolas?

Conheci as comunidades trabalhando no Masterplan, o projeto de desenvolvimento do Vale do Ribeira do Plínio de Arruda Sampaio no governo Montoro, de 1982 a 1986. Um dos pressupostos do desenvolvimento é a necessidade da regularização fundiária e o vale tinha o maior conflito de terra. Naquela época conheci algumas das comunidades, que hoje reivindicam reconhecimento como quilombo, – São Pedro, Ivaporunduva, Pilões, Sapatú. Eles nos chamavam por ocasião das disputas para fazer levantamento do território e instruir o processo jurídico contra quem queria tomar suas terras.

Em 1986 saí da SUDELPA e trabalhei uns anos com os índios. Entrei no Itesp em 1997. No início dos anos 90 Ivaporunduva entrou com inquérito civil público dizendo: “-Somos quilombolas, um artigo da constituição diz que temos direito à terra e o governo não fez nada.” É como se o Ministério Público Federal (MPF) questionasse ação estadual.

O MPF montou um grupo de antropólogos coordenado pela Deborah Stucchi para responder à essa demanda. Foi então que comecei a atuar nessa área pois fiz parte desse grupo. Aí se a investigação sobre a existência de quilombos na área.

Quando o MPF solicitou um técnico do Itesp para assessorar o trabalho, o Instituto já tinha publicado o decreto de instituição do grupo que

elaboraria a proposta para cumprir o artigo 68 e já começava a criar a legislação estadual pertinente.

Viajei várias vezes com o MPF<sup>1</sup> assessorando no levantamento do território dos quilombos. Trabalhamos em Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Pedro Cubas. Galvão, na época não, porque foi logo depois da grande enchente. A vila ficou totalmente alagada, as casas ruíram e não havia ninguém. Depois Galvão foi reconstruída. A igreja deu as casas para eles. Do outro lado do rio estudamos, André Lopes, Sapatú e Nhunguara. O MPF fez os laudos certificando que aquela turma era descendente de quilombo.

**Então os primeiros laudos foram feitos pelos antropólogos do Ministério Público?**

Isso. Quando abrimos os processos, pedimos sua autorização para usar o laudo pronto e não precisar fazer tudo de novo. Desmembramos as histórias por comunidade e instruímos os processos de cada comunidade. Na época solicitamos a legitimação de 5 áreas: Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Ivaporunduva e Pedro Cubas. Em janeiro de 2001 titulamos São Pedro, Pilões e Maria Rosa e depois Ivaporunduva e Pedro Cubas.

O estudo do MPF começou em 97. Em 98 fizemos os mapas e montamos os processos individuais de reconhecimento por associação. Essas áreas foram reconhecidas ainda em 98. Montamos o processo de titulação e como era o primeiro trabalhamos junto com a Procuradoria do Estado, porque as terras eram devolutas. O procurador Pedro Ubiratan, hoje secretário adjunto da Secretaria do Meio Ambiente, (SMA) foi quem confeccionou o título.

**Nem havia jurisprudência. Ele teve que desbravar o procedimento.**

O relato dessa experiência encontra-se na nossa publicação *Negros do Ribeira*, Nº 3.

**O MPF já havia feito este trabalho em outros lugares?**

Acho que não. A Deborah coordenadora do grupo, é de São Paulo. Veio uma antropóloga do MPF da Bahia, do Rio Grande do Sul e de Brasília. Não sei se os outros já tinham trabalhado com quilombo mas acho que São Paulo foi pioneiro. Muita gente estudou as comunidades negras, mas para cumprir o artigo 68 foi o primeiro.

---

1 Ministério Público Federal.

Foi esse grupo que montou o modelo dos RTC<sup>2</sup> ?

Eles fizeram um estudo antropológico e histórico detalhado e pediram minha ajuda na delimitação das áreas, localização, mapeamento das construções e a superposição com o parque. Ficamos meses no Vale fazendo isso. O laudo comprova a história e a genealogia deles. Depois o Itesp avançou e o RTC foi sendo aprimorado. Para a titulação é importante o retrato da situação fundiária, que faltava no relatório deles, com informações sobre quem eram as pessoas, se a terra era devoluta ou particular, se havia superposição com áreas dos parques estaduais, se tinha fazendeiros, posseiros ou índios. Tínhamos que fazer o retrato e fomos aprimorando o trabalho. Hoje, o laudo é um retrato do quilombo – tem a ficha de todo mundo, famílias, genealogia, história, procedência, como vivem – porque isso fundamenta o trabalho do desenvolvimento social.

O Vale do Ribeira foi palco de disputas de terra. Quais eram os principais interesses em jogo ?

Nos anos 80 havia 80 e tantos pontos de conflito no Vale do Ribeira. Temos aqui esse mapa, que é uma relíquia. A disputa por terras devolutas em locais mais afastados, cortada pela BR-116, sempre existiu, é posseiro, grileiro, fazendeiro ...

Havia um projeto de prolongamento da BR-101 passando pela Juréia, Iguape, Cananéia. Os conflitos mais pesados na época ocorreram no litoral de Cananéia, por causa da BR-101, com o Milrel trazendo jagunços. Foi em Registro e Sete Barras. Teve muito conflito com fazendeiro invadindo as posses – porque posseiro não tem título, não tem proteção, não tem nada – é terra de ninguém. Tudo por conta da BR-101, que afinal não saiu. Houve briga feia para que a BR-101 não fosse construída. No litoral norte a BR-101 rasgou as praias e expulsou os caiçaras. A briga por terras sempre envolve dinheiro. A criação da SMA, em 84, pelo Montoro, foi um marco para garantir áreas de preservação ambiental protegidas da especulação imobiliária. Antes tinha o Consema - Conselho do Meio Ambiente, os parques existiam mas estavam abandonados. A criação da SMA amenizou os conflitos. Ando muito pelo Vale e não vejo tanto conflito como naquela época.

O Vale é uma área inóspita, de difícil acesso, com muita montanha. Não despertava interesse para desenvolver, pela própria geografia. Olho o Vale e

---

2 RTC – Relatório Técnico Científico – estudo antropológico e histórico que fundamenta o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.

acho que foi a geografia que segurou aquela beleza toda. De uns anos para cá abriram muitas estradas, mas quando a gente andava lá, em 82, para chegar a certos lugares era de Toyota ou a pé.

**Qual a ligação entre o MOAB e a luta pelo reconhecimento dos Quilombos?**

Na questão da ameaça da barragem, a estratégia de usar os quilombos foi fundamental. Em algum momento se deram conta. “*-Espera aí. Somos quilombolas. A Constituição garante a gente. Vamos lutar por aí.*” Já brigavam contra a barragem há tempos mas é mais forte ser de um grupo cujo direito à terra é garantido pela Constituição.

A luta quilombola fortalece o MOAB. De vez em quando acho que são uma coisa só; não são, mas são. No Vale todos os quilombos são ameaçados pelas barragens e todos fazem parte do MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens. São 16 comunidades reconhecidas, com território demarcado, a Constituição garantindo o título da propriedade. Há quem diga que sou ingênuo – quem pode ganhar do poder econômico da hidrelétrica? Talvez os quilombos não detenham a hidrelétrica mas é um movimento mais forte e tem a Constituição do seu lado. O grande lago será no Paraná, onde o Antonio Ermírio comprou tudo, uma pobreza danada. É entre Ribeira (São Paulo) e Adrianópolis (Paraná). Em São Paulo seriam 3 barragens, para fazer lagos menores. A grande usina seria construída lá em cima; uma barragem seria na Praia Grande, que ficaria totalmente submersa, outra no Ivaporunduva e a terceira no Batatal, onde é Pedro Cubas.

**Pra que comprar terra para ser inundada por uma barragem?**

A barragem é particular do Antonio Ermírio. Suas indústrias de alumínio precisam de energia, ele tem dinheiro e pode fazer a barragem, mas o IBAMA precisa aprovar. Ele gera sua própria energia, sai da rede e ainda vende o excedente. Vai construir a barragem em área particular. Comprou as terras de todos os posseiros da área e a barragem vai inundar tudo. Faz 15 anos que ele tenta aprovar o projeto e o Ibama não aprovava. Ele apresenta relatórios de impacto ambiental (RIMA) cada vez mais elaborados, atendendo as exigências colocadas. Agora foi aprovado. Vai ser um desastre ambiental – vai ter muita caverna inundada, muitas comunidades serão afetadas. O movimento quilombola fortaleceu o MOAB. Não que vá impedir, mas são várias comunidades que lutam pelo título que a Constituição

garante. Perguntei ao Zé Rodrigues<sup>3</sup>, de Ivaporunduva, e ele disse “-Precisamos do título, nem que seja pros nossos filhos. Não sei o que será das nossas vidas se vier a barragem mas a discussão vai ser outra. Não é um bando de sei lá quem. Não, nós somos proprietários.” Se a barragem for prioritária eles terão que sair mas o governo terá que indenizar pelo preço justo porque senão vai pra justiça. Em uma reunião sobre barragens, uma mulher de um país da América Latina perguntou: “-Se a empresa der as casas para vocês, vocês não saem?” O Zé respondeu “-Se eles levarem nossos dois cemitérios, nossa igreja de 360 anos, nossas terras e nossas roças aí nós vamos.” Eles estão lá há muitos anos mas andam pelo mundo, não são isolados. Trabalham fora, plantam tomate em Apiaí, várias mulheres trabalham em São Paulo. Mas lá é o lugar deles.

### O Ibama aprovou o EIA/RIMA?

Parece que sim, só não sei se o MPF barrou. Na apresentação feita no Vale o MPF estava presente e questionou o tempo todo. Hoje em dia tem audiência pública e todo mundo se manifesta. Quem sabe bem a história da barragem é o ISA.

### Qual é o trabalho do Itesp ?

O Itesp trabalha com regularização das terras no estado. Onde tem terras sem domínio particular? No Vale do Ribeira, litoral norte, Sorocaba e Pontal do Paranapanema. O resto é particular. O Vale é muito grande e lá correm várias ações discriminatórias para identificar o que é área devoluta o que é particular. O fundiário do Itesp trabalha nessas regiões legitimando assentamentos estaduais, posses e quilombos. Somos o braço técnico da Procuradoria Geral do Estado. É ela que têm o patrimônio das terras e que titula.

O estado tem patrimônio no Pontal de uma terra devoluta, faz um projeto e assenta as famílias. Faz levantamento da ocupação - verifica se as famílias estão lá mais de 5 anos, não pode ter mais de 100 hectares, a terra tem que ser produtiva. O Itesp trabalha com a Procuradoria Geral do Estado na legitimação dos assentamentos. Os técnicos do Itesp também participam da discriminatória, fazendo os trabalhos preliminares para o juiz julgar se as terras do perímetro são devolutas ou particulares. Através de convênio, faz o cadastro urbano de prefeituras para regularizar seus moradores. Também

3 O Zé Rodrigues é vereador em Eldorado.



trabalhamos nos parques, se os moradores são quilombolas, estudamos formas de alterar seus limites mediante trabalho conjunto com a SMA.

A legitimação de posseiros é com títulos individuais. Ao criar a lei do título coletivo dado a uma associação, tivemos que adaptar o procedimento, mas ainda é trabalho de regularização fundiária. Nos quilombos hoje são encontrados títulos individuais de processos anteriores, porque o estado já titulou quem cumpria os requisitos naquele perímetro – há 8 títulos lá, Sapatú é um caso. No RCT tudo isso aparece: tem pedaços que ainda não foram julgados, outros pedaços foram julgados por essa lei anterior.

### O Itesp trabalha com demarcação de território indígena?

Não. Uma vez os índios pediram apoio técnico e um pessoal do fundiário participou de grupo de trabalho multidisciplinar para demarcar área guarani na represa Billings, com representantes do Meio Ambiente, Funai e o Centro de Trabalho Indigenista, uma ONG. Mas é da competência da Funai desapropriar ou comprar. Esse trabalho foi feito porque na ocasião o secretário da justiça, prometeu ajudar.

### E os territórios indígenas na Serra do Mar?

A maioria está dentro do Parque que tem um grupo que trabalha essa questão. As áreas de Bertioga e São Sebastião foram homologadas na época do Montoro, antes da criação da SMA. Estão dentro do parque, são demarcadas e homologadas e bem aceitas. Hoje a SMA não aceita a entrada de índio nos parques o que está dando confusão. Os índios entraram em área do Intervales há uns 5 anos, na Ilha do Cardoso há uns 10 e no Morro do Corcovado, em Ubatuba, onde um grupo participou de uma filmagem e não quis sair. Em suma, os índios têm ligação com a SMA, na área de parque e com a Funai.

### Tem muito conflito entre quilombolas e terceiros?

Tem. Alguns venderam suas posses porque era prática corrente no Vale. No Cartório de Notas tem o registro dos documentos de compra e venda. A pessoa está lá, trabalha, tem sua casa, sua roça. Quer ir embora então vende, mesmo que a terra seja particular ou devoluta. Ele nem está sabendo e faz um compromisso de compra e venda da posse. As fazendas dentro do Nhunguara estão lá há 20 anos. Neste caso não foi vendida uma pequena posse para outro posseiro, foi vendida para alguém de fora que detonou o fundo da fazenda. É isso que chamamos de grilagem. Ele compra uma posse

aqui, outra ali, vai juntando e vai entrando na mata, causando estrago – erosão, pasto em topo de morro, nascentes secas. Tudo obra dos fazendeiros que entraram nas terras quilombolas.

Mas o conflito é relativo. O quilombola vendeu a posse e deixou o terceiro entrar. O terceiro contrata mão-de-obra local e todos ficam felizes porque lá é difícil ganhar dinheiro. Ele abre estrada e faz umas benfeitorias. Com esses fazendeiros não há confronto. O fazendeiro invade o fundo livre das fazendas. Desmata e vai destruindo terra devoluta. As duas fazendas dentro do Nhanguara são as mais destruidoras.

O Amadeu Bruno fez o mesmo em São Pedro: abriu estrada, deu emprego a todos. Quando fui delimitar a área do quilombo eles excluíram a área do fazendeiro, dadas as relações de trabalho e amizade. Em Pedro Cubas, o administrador da fazenda do Penteado levou muita mulher grávida para dar a luz na cidade no seu fusquinha. Hoje eles querem que os terceiros saiam. Mas no passado queriam que ficassem. Só quando os quilombolas souberam que o Amadeu Bruno colocou a fazenda à venda, em Registro, é que nos chamaram reivindicando aquele território de volta.

**Todas essas fazenda estão dentro do Parque?**

Algumas sim, outras não. A maior parte das fazendas do Nhanguara fica dentro do Parque Jacupiranga, criado em 1976. Esses fazendeiros entraram quando não tinha fiscalização, o acesso era difícil, não tinha estrada. Esse é o parque mais dilapidado do Estado e a alteração de seus limites foi através de lei da Assembléia Legislativa. O Parque Intervales, foi criado sobre uma antiga fazenda do Banespa a partir de uma foto aérea ampliada para a mata contígua. Acontece que a mata era terra de quilombo. Entramos junto ao Ministério Público e provamos que o Parque estava sobreposto à área quilombola. Na época alteramos o limite através de decreto porque os advogados alegaram que o parque era posterior à Constituição e que sua demarcação tinha incluído território indevido.

**As áreas totalmente desmatadas vistas da estrada são impressionantes.**

É tudo fazenda. Acabamos de redefinir os limites do Parque Jacupiranga – de tão machucado que está. Algumas áreas foram excluídas porque não cabe incluir uma área que virou bairro de cidade. Em Nhanguara e no André Lopes, que estão na área do parque colocaram fogo na mata. O parque e a Polícia Florestal nunca tiveram recursos para fiscalizar. Antes da criação da SMA era tudo abandonado, entrava quem queria. Hoje, apesar das difi-

culdades os parques tem presença – há núcleos, trabalhos de recuperação. As coisas melhoraram e creio ser possível reverter esta destruição.

Mas parece haver dois pesos e duas medidas: a forma incisiva como o parque lida com os quilombolas e a forma indolente como não lida com os fazendeiros.

As fazendas estão sedimentadas. O parque devia ter entrado logo com pedido de reintegração de posse mas não fez e a coisa foi se avolumando.

Por que tem diferença em relação aos quilombolas? Porque eles usam o sistema de coivara, rodiziam, derrubada de mata de 6 anos mais ou menos, com árvore de mais de 10 cm de diâmetro que o código florestal proíbe derrubar. O Código Florestal é antigo, mas não era aplicado. Hoje há mais fiscalização e recai sobre quem desmata hoje. As fazendas de gado, que são um grande pasto, destruíram a mata há muito tempo.

Havia relações de amizade com terceiros mas havia também graves conflitos. Em 82, teve um que barbarizou em São Pedro. Comprou no papel uma área de 1.500 hectares em Iporanga e entrou dizendo que era dele. Os quilombolas estavam lá, é área deles, ele pôs fogo na mata. Matou o sobrinho do seu Vadir, que era o presidente da associação na época, queimou as casas da roça. Foi julgado e condenado e nunca mais apareceu mas deixou lá um empregado e tem uma área lá.

Tem caso de posseiro amigo, aceito pelos quilombolas como o seu Geraldino, um italiano de olho azul, mais quilombola que os próprios, é da Associação, vai às reuniões; mora lá, adora lá e vai morrer lá. Tem os que não são aceitos e os que esperam receber indenização e ir embora. Em Pilões, Maria Rosa e São Pedro já tiramos todo mundo; as indenizações foram pagas e o pessoal está usando área. Essa desocupação foi interessante. Teve um tempo em que achei que não fosse acontecer, mas deu certo.

Há conflito entre os quilombolas sobre ser ou não quilombola?

Tem. Já foi pior. Agora, depois de 10 anos, a compreensão é outra. A gente chegava na área pra conversar e eles nunca tinham ouvido falar de quilombo. Não era como Ivaoporunduva, que estava organizado e lidava com a Constituição – mesmo em São Pedro e Galvão que são lá perto. Os mais isolados, como Pilões e Maria Rosa, diziam “-somos descendentes de índio.” Imagina entrar em comunidades que não sabiam do seu direito! Precisava explicar do zero. Até hoje tem gente que não entende.

Outro problema foi com o título coletivo. Uns diziam: “- *Quero minha área porque vou embora.*” Sapatú foi bem difícil. Lá já tinha tido um processo de legitimação. Os lotes tinham sido recortados pelo estado, no primeiro levantamento da malha fundiária, isso antes de 88. A comunidade já tinha na cabeça o lote demarcado, mesmo que não titulado. Lá uns donos do título individual querem abrir mão dele para entrar no título coletivo mas tem quem não quer saber de quilombo e não abre mão do título. Em Sapatú isso é agravado pelo viés religioso, evangélicos versus católicos, que não conseguiram se unir.

A divisão religiosa foi importante no início do trabalho. Quem iniciou a mobilização foi o MOAB, ligado à igreja católica e os evangélicos se excluía. Mas há casos interessantes. Em Nhunguara, o primeiro que compreendeu o espírito do quilombo foi seu Aparício, pastor evangélico e presidente da Associação, muito inteligente. Ele faz reuniões mensais alternando igreja católica com a dele. No começo eram 17 famílias associadas e hoje são 100, quase todas. No André Lopes tem 3 igrejas e a maioria está junto. Eles conseguem ver que quilombo é quilombo e igreja é igreja.

Em Sapatú os evangélicos se excluem do trabalho e até hoje mandam carta ao secretário dizendo que têm outra associação, que não fazem parte da associação oficial e reivindicam demarcação separada de seu território. E acredito que isso vá acontecer porque eles também são quilombolas, são da família. Eu defendo que a titulação de Sapatú deva ser para duas associações para não acirrar o conflito interno.

No Camburi, em Ubatuba, havia dois grupos: o dos pescadores e dos quilombolas, casados entre si. A gente mostrava a genealogia para eles: “-*Olha Moisés você casou com a Maria, que é neta do escravo. Se você quiser ser, você pode ser.*” Levamos anos para fechar a demarcação de seu território. No fim, excluimos do território quilombola a área dos pescadores, cujas mulheres quilombolas ficaram do lado dos maridos que não quiseram ser quilombolas porque eram índios, que entraram lá nos anos 60.

Em Caçandoca acho que será preciso titular duas associações.

### E o Cafundó?

O Cafundó é complicado. Quando fiz o trabalho lá a presidente da associação era a dona Cida. Era outra história. Hoje entrou uma pessoa que nem mora lá, mas não acompanhei e não vou saber explicar.

É briga entre irmãos acirrada pelo pessoal federal que elaborou uma relação de portadores de direitos sem consultar o RTC do Itesp. São listas diferentes. .

É verdade. No Vale do Ribeira é um pouco menos. No litoral norte o interesse pela terra é diferente, tem turista. No Vale a terra particular está sob domínio deles. No litoral estão em cima de um título particular que o Incra tem que desapropriar, mas são eles que vivem lá. No Caçandoca possivelmente há terras devolutas que estão em discriminatória e cuja ação ainda não foi julgada.

Nos outros quilombos os conflitos são menores, eu chamo de disputa pelo poder: É mais leve. O ser humano é assim: sempre disputa poder. Vejo isso em todos os lugares – um grupo domina e o outro que fica chateado. No Vale os conflitos são menores, briga de vaidades, não como no Cafundó e no Caçandoca, briga feia que vai dividir território.

No Camburi dentro do território reconhecido há uma área que é dessa turma de índios, aceita pelos quilombolas formando uma ilha no mapa. Normalmente as áreas são reconhecidas inteiras. Mas dentro delas há problemas que a gente está resolvendo.

O Camburi foi o primeiro que a gente reconheceu com uma área não quilombola no meio, com o aval dos quilombolas. Fizemos uma Câmara Técnica com a SMA e o MPF. Depois de conhecer o quilombo, a Câmara Técnica concordou que a área fosse dividida ao meio, para a vila do Camburi e para o quilombo Camburi e dentro da área quilombola reconhecida, permitiram a exclusão da área da família de pescadores. Hoje fazemos reuniões sempre com os dois grupos; o representante quilombola e o pescador. Quando mudar o limite do parque ou sua categoria (isso está parado) tudo será resolvido com ambos os grupos. Esse foi um caso único, os demais a gente reconhece tudo, vê a confusão fundiária e vai resolvendo-a por partes.

**Ainda há várias comunidades tradicionais nessas áreas.**

Tem, especialmente no litoral.

**Algumas delas têm políticas públicas, outras não. Quando você reconhece um território caçara você está fazendo jurisprudência.**

Claro. Mas os caçaras foram abandonados. Na última reunião do quilombo da Fazenda, um quilombo em fase de reconhecimento estava uma

pessoa da ONG que cuida da Trindade, do Guadalupe e também o pessoal Campinho<sup>4</sup>, e estava admirada com a quantidade de direitos dos quilombolas têm. E perguntou: “- *E os caiçaras? Onde a gente vai buscar esses direitos?*” ...tem que ir atrás.

A política pública do quilombo entrou na constituição com força. Por que esse política cresceu tanto? Porque o Movimento Negro se organizou, se fortaleceu e foi atrás. É o que ouço falar. Tem ajuda do Movimento Negro urbano e rural. E tem o movimento da barragem também. Então o quilombo se fortaleceu bastante politicamente.

Entrou na Constituinte, então o pessoal passou a ter alguém lá representando.

Parece que tem legislação que protege essas comunidades. Você conhece bem o litoral, sabe que lá existem comunidades caiçaras. Quando se faz a genealogia se vêem laços familiares muito fortes que estão lá há muito tempo. Essa é uma definição simplista de comunidade mas que funciona empiricamente. Agora restam poucas, foram dizimados pela ocupação imobiliária do litoral – porque eles viviam na praia; caiçara é pescador. Acompanho essas comunidades desde 76 e vi o estrago.

Cada um que ia lá queria comprar um pedaço de terra e eles vendiam.

E o que sobrou hoje? Camburi e Ubatumirim, mais no sertão. Das comunidades na praia restou a Picinguaba com famílias caiçaras com barcos. No último levantamento que fizemos eram 90 casas de turistas e 90 de pescadores e umas 18 embarcações, o que é bastante. Eles ainda pescam. Você pode considerar Picinguaba e Camburi como núcleos de pesca. A Almada tem alguns, mas menos. O resto das praias não tem mais caiçaras.

Passados 12 anos de atividades, como você avalia a atuação do Itesp?

Tivemos muito ganho. Em 12 anos fizemos 22 reconhecimentos, temos 10 em andamento e 6 titulados. O Itesp fez e está fazendo um belo trabalho. Mas eu gostaria que fosse mais ágil porque tem reconhecimento que espera a titulação há muito tempo. O André Lopes foi reconhecido em 2001. Sete

---

4 Nota da entrevistadora – O quilombo do Campinho da Independência é um quilombo reconhecido e titulado que fica no município de Paraty no estado do Rio de Janeiro, próximo da vila e praia da Trindade.

anos é muito tempo mas a discriminatória não foi homologada, isto é, o Estado não tem a posse da terra para poder titular.

Só não avançamos mais na maioria das áreas porque há pendências que nos impede de continuar. Titulamos as áreas reconhecidas em terra devoluta, que a discriminatória julgou e estão registrada como sendo do estado: Maria Rosa, Pilões, São Pedro, Ivaporunduva, Pedro Cubas e Galvão, cujas áreas em terras devolutas foram tituladas. A única 100% em terra devoluta é Maria Rosa e está 100% titulada. As demais têm pedaços de terra particular, que é da competência do Incra. O Incra ainda não criou mecanismos para titular essas terras.

**O governo do Estado resolveu não assumir o ônus de desapropriar terra particular, porque ele poderia fazer, não poderia?**

Não pode. O Estado só pode trabalhar em terra devoluta. E parece que não pode desapropriar terras particulares. Não tenho competência para falar sobre isso mas me lembro que tentamos fazer isso com o Cafundó, anos atrás. Explicamos ao procurador a situação da área, mostrando a urgência da medida. O Itesp tinha recursos para arcar com o pagamento das terras mas a Procuradoria do Estado vetou. Então hoje só trabalhamos em terras devolutas. Não entramos em terra particular, só em terra de fazenda de área devoluta. Mando uma carta explicando a situação e pedindo autorização para medir a propriedade e pagar benfeitoria por se tratar de terra de quilombo. Em São Pedro, a área particular está lá, não foi mexida – é o Incra que pode entrar. Na ocasião, queríamos pagar a terra, mas o governo do estado não deixou.

**Foi a Procuradoria do Estado que impediu?**

Sim porque o dinheiro era do estado. No processo tem a justificativa jurídica do impedimento legal. Temos morosidade por discriminatórias não julgadas que não sabemos se é terra devoluta ou particular. No Nhunguara, André Lopes e Sapatú, a discriminatória não foi homologada. Pedro Cubas de Cima está atrasado mas já arranjamos equipe técnica para tocar, porque tem terra devoluta.

Mas também não tivemos pernas para tocar todas as nossas intervenções: o quilombo Bombas fica dentro do parque e tem que formar uma Câmara Técnica no Petar. Em Ubatuba nos organizamos e fizemos e avançamos junto com o Parque da Serra do Mar porque eram 4 quilombos e o parque já

trabalhava com as comunidades caiçaras e quilombolas. Há quilombos com muitos domínios particulares – Poça, Morro Seco, Cangume. Os processos estão parados, mas fizemos nossa parte. Faremos um levantamento detalhado da situação uma a uma: André Lopes, Ivaporunduva – tem pedaço particular, competência do Incra. Mas duas áreas estão atrasadas. Em Sapatú podemos titular parte da área, mas tem dissidência na associação. Damos um pedaço para cada? São dúvidas.

Em Sorocaba também há problemas com particulares. No geral, o trabalho não está parado; está andando, mas está lento por problemas fora da nossa alçada.

Com a experiência das 22 áreas reconhecidas e 10 em reconhecimento, trocamos idéias com outros estados como Minas. De um lado ficamos orgulhosos pelos feitos, por outro, aborrecidos pela demora. Penso: “-*Puxa! o juiz não julga essa discriminatória! Nossa, e aquele parque que a gente ainda não fez o trabalho.*” Para agravar o Itesp está desfalcado de técnicos que foi perdendo ao longo do tempo. Esse ano, finalmente, realizou-se concurso para admissão de novos funcionários o que nós dará mais fôlego.

A luta quilombola avançou por causa deles. Eles cobraram muito o Itesp nesses 10 anos, brigaram muito, vinham aqui toda hora e tínhamos que sair correndo atrás. Faziam pressão. Tivemos secretários que abraçaram a causa e outros para quem essa questão não era prioridade. Nesses 12 anos o Itesp viveu épocas gloriosas, envolventes e outras menos. No geral, os maiores entraves estão em outras esferas, como o judiciário. As discriminatórias estão com o juiz e não ousamos cobrar deles. Os procuradores se conhecem e cutucam “-*Olha, tem uma discriminatória com quilombo, tem conflitos na área.*” –no André Lopes está andando. Não que os juízes sejam incomunicáveis, mas têm suas prioridades e é preciso saber como abordá-los.

Normalmente as comunidades solicitam o reconhecimento. Mas essa legislação não é amplamente conhecida. O Itesp trabalha na identificação de áreas para reconhecimento?

No nosso caso eles se auto-apontaram. Em Ivaporunduva, quando o PAC em 95 caiu em cima deles eles se mexeram. Eles conhecem sua história, sabem que são parentes e imediatamente apontaram outras 9 áreas. Ivaporunduva foi o centro de onde os escravos saíam, vagavam por ali, casaram e segundo a lenda, povoavam e formavam outros núcleos. A igreja, que os conhece há muito tempo apontou outras comunidades.



O vale do Paraíba foi região de fazendas que utilizavam mão de obra escrava e deve ter sobrado alguma comunidade remanescente, não é?

Não fazemos essa investigação. Temos que visitar as 20 áreas apontadas no nosso mapa mas não temos pernas para fazê-lo e é um trabalho fundamental. Da nossa lista de 51, tem 20 áreas que não conhecemos. Seria importante ter uma equipe para investigar. No Vale do Paraíba? Deve ter. Tem uma comunidade lá em Guaratinguetá que se autotituiu.

É Tamandaré. Com o tempo a cidade avança e acaba virando quilombo urbano. Outra região é Ilha Solteira. Muitos negros receberam terras do governo federal por terem lutado na Guerra do Paraguai. Deve ter remanescente de quilombo perdido lá.

Deve ter. Mas pode ser que já tenham perdido tudo. O artigo 68 se refere : “**Às comunidades que estejam ocupando suas terras será emitido o título de propriedade.**” Nos quilombos do Vale do Ribeira, ninguém contesta. Estão na mesma área, com todos os problemas, mudança da malha fundiária e gente de fora. Mesmo assim estão há 300 anos no mesmo lugar, na mesma terra. Creio que muitas áreas se desconfiguraram, como em Pilar do Sul, que é dentro da cidade. Eles têm um papel, um título do passado, mas a cidade avançou e eles estão pulverizados no meio da cidade – tem a padaria, o banco e uma família.

Tem mais algum comentário que você queira fazer?

No geral é isso. Pensando no que aconteceu nesses 12 anos de trabalho, vejo que as coisas melhoraram. Você pode perguntar - *O que é melhorar, é comprar televisão?* Não quero discutir isso porque é muito difícil. Mas existe um monte de terra, lugares lindos, com comunidades que tem direito – e poder fazer com que continuem lá, mesmo plantando tomate, é uma satisfação. É um território onde podem viver a vida inteira, criar os filhos. É uma reparação para os negros sem terra.

Eles serão ricos no futuro porque são donos da água, todas aquelas nascentes maravilhosas, principalmente no Vale do Ribeira. É um processo longo porque moramos no Brasil. Em Ivaoporunduva tem telecentro, posto de saúde, escola e a meninada não precisa sair lá. As escolas melhoraram; antes era barracos e hoje são prédios, com professores dedicados.

A luta pela terra trouxe um monte de melhorias e cada comunidade se desenvolve com suas próprias características. Em Ivaoporunduva há o

turismo de escolas, tem uma história bonita para contar, igreja de 300 anos. André Lopes se apegou à Caverna do Diabo, quer fazer co-gestão com a SMA. Nhunguara tem áreas abertas e podem usar a fazenda pra produzir. São Pedro, que está com área disponível, planta e vende pupunha. A questão econômica é importante hoje. Ter um pouco mais de dinheiro, poder ficar na terra, ter casas novas, ter capacitação é um progresso, uma melhoria.

Se comparar com as áreas há 10 anos houve melhorias reivindicadas por eles. Você consegue chegar de carro em Maria Rosa e Pilões, porque eles queriam, e as casas estão melhores. Alguns falam: “-Ah, aquelas casas são horríveis! Era tão legal a casa de barro.” Pode ser para mim e para você, mas para eles não.

Me disseram que as casas em Pilões foram construídas sobre sambaqui. Se isso aconteceu, eu choro porque é muito triste. Se a gente tivesse arqueólogos... Algumas coisas poderiam ter sido feitas melhor.

Mandira também tem um sambaqui lindo. Lá o território está reconhecido, mas o título ainda demora porque tem discriminatória. Eles se fortaleceram ao longo dos anos. Criaram a reserva extrativista de ostra, recebem escolas lá – vão à ruína, à cachoeira, ao mar. Mesmo estando sob domínio de outro, a área está reconhecida, é deles.

Se isso é progredir, acho que houve progresso. Gostaria de voltar a essas áreas daqui a 10 anos e estudar o impacto da titulação. O reconhecimento das 22 já foi um grande avanço. Mas e o título? Qual a diferença entre Pilões que é titulado e o André Lopes que não é? Tiramos os fazendeiros, estão usando a área?

Acho interessante ter o título. Em Maria Rosa sugeri que colocassem uma porteira. Não é uma questão de fechar o território, coisa que podem fazer. Lá não tem mais ninguém só eles. Como tem tido invasões, falei para colocarem uma placa dizendo que é quilombo.

Eles puseram.

Puseram?

Puseram sim.

Fecharam lá então? Que bom! Há uns 2 anos houve uns casos feios. Um cara entrou, acampou, colocou na justiça e falou que era dele.

No Pilões teve um caso interessante. Batalhamos para tirar os fazendeiros, mas quando fui lá eles tinham arrendado para outro fazendeiro. Na ocasião conversei com o Pedrinho e ele disse: “-*Mas a gente estava tão duro. A gente não tinha dinheiro e precisava.*” E uma das áreas está lá com outro fazendeiro. Melhorou porque o fazendeiro paga por mês, mas não deixa de ser um cara de fora. Se Pilões vai por esse viés, não tenho nada a ver com isso porque a terra é deles. Se Ivaporunduva não fez isso, eles mesmo cultivam, bacana pra eles. Se São Pedro pegou a fazenda que entregamos e foi explorar a pupunha – coisa que nunca fizeram, mas lá tem 5 mil pés de pupunha – ótimo.

Então este trabalho demonstra que o avanço dos resultados depende também de cada comunidade. O Estado faz o trabalho; pode ser lento, mas é bom, está sendo cumprido e a Constituição garante terra e o trabalho deles. Tenho certeza que as coisas melhoraram bastante. As crianças estão na escola, as escolas estão melhores, as comunidades estão mais orgulhosas. Não sou antropóloga para analisar, mas pelo que conheço avançou, e o discurso deles também é esse. Mas estamos no Brasil e a pobreza não acaba de uma hora pra outra.

**Qual a sua percepção do que é ser quilombola?**

É muito pessoal. Trabalhei muito com posseiro em diversas áreas. Em 1992 quando entrei lá não vi diferença, os posseiros estavam na roça dedicados à produção de coivara. Com o tempo fui vendo, de tanto trabalhar com antropólogos, a diferença no Vale do Ribeira - eles são comunidades negras com vínculos com a história da escravidão, o que não é o caso de todos. Já me disseram “-*A comunidade só existe na cabeça de vocês.*” Mas ela existe sim. Por mais que não queiram ver, elas existem. É um grupo fechado, não no sentido de não saber nada mas fechados no modo de vida, no território, em uma área com muitos recursos naturais; eles vivem juntos, são família.

O quilombo é isso: vínculo com a escravidão, comunidade negra, miscigenada porque tiveram casamentos, não é pela cor. Mas é fundamental se auto-reconhecerem. Trabalhamos no Biguazinho e não avançamos. Eles não se organizam, não se auto-reconhecem e nós é que tivemos que dizer. Possivelmente o trabalho seja arquivado.

Quilombola têm o vínculo com a história, com os antepassados. É uma definição ampla de quilombo. Quando estudei quilombo era coisa antiga. Era um monte de negros fugidos que se escondiam para ter vida livre. Acabando a escravidão alguns entendem que acabaram os quilombos.

O importante é que vivam bem, do jeito que quiserem porque o Vale é muito pobre. Perguntei a um quilombola se tem fome lá e ele disse que há períodos que tem.

Entrevistei o Ditão e ele comparou o quilombo e a cidade. Na verdade é um monólogo no qual ele desfia argumentos para o jovem voltar depois de ir.

Em Ivaporunduva há um exagero. Há jovens que nunca vão sair, como o Carlinhos, filho do seu Antonio, de Pedro Cubas. Ele tem um emprego na cidade, mas é sitiante e no máximo vai até Eldorado. Mas tem jovem que vai sair e não vai voltar nunca mais. A dona Cacilda do Pedro Cubas foi empregada doméstica em São Paulo 18 anos. O filho do Ditão trabalhou aqui e tem discurso igualzinho ao do Ditão: “-Saí para estudar, mas vou voltar pra dar aula no quilombo.” Está com isso na cabeça e vai fazer. Outro sai para ganhar dinheiro e volta; outro sai porque não gosta de mato. É complicado as pessoas imporem. Eles se mantêm há muito tempo assim e a população permanece sempre a mesma.

Quando o Ditão traçou o paralelo entre quilombo e a cidade, disse que ninguém passa fome no quilombo por conta da solidariedade.

Concordo. Mas também não dá para negar que há pobreza lá. E é uma questão de família; o homem forte sustenta melhor uma família; se ele bebe os filhos padecem. Há solidariedade sim. A dona Elvira, do São Pedro, é o maior coração que já vi. Ela cria os filhos do vizinho, que a mãe morreu, tem uns 8 filhos de criação. Com as aposentadorias entrou dinheiro no quilombo. Em Eldorado estimaram entrada de R\$ 12.000,00 para os aposentados, dinheiro que circula dentro e fora do quilombo. Outras comunidades não conseguiram. Em Ivaporunduva quem ganha: a cozinheira da escola, o barqueiro, o Ditão que faz palestra, o pessoal do artesanato, o hotel. Há uma rede e a possibilidade de todos trabalharem e ganharem é maior.

Cada um se vira a seu modo. Nhunguara é muito pobre, não tem nenhum atrativo. O seu Lorentino é o esteio, sustenta umas 30 pessoas lá. Cuida de todos com sua aposentadoria, mas todos os filhos e genros têm roça e vivem dela. Aquele lugar ainda tem casa de barro. Eles sofrem. Tem uma menina lá que chora de tristeza. Ela fala: “-Esse quilombo não melhorou nada minha vida.” Fiquei chocada. “Os quilombos não melhoraram nada. Estão na mesma miséria, pobre. Não tem comida.. Se não é meu pai para me ajudar...” Mas fizeram um viveiro, colocaram essa família para trabalhar no viveiro e aí deu dinheiro ...

# Entrevista com Geni

## Projetos de Desenvolvimento

**Nome** - Geni de Barros Silva.

**Idade** - 62 anos.

**Escolaridade** - Nível superior.

**Profissão** - Socióloga.

**Ocupação** - Analista de desenvolvimento agrário.

**Nº filhos** - Três.

Qual tem sido seu principal trabalho no Itesp?

Meu trabalho é voltado ao desenvolvimento social das comunidades assentadas e quilombolas. Atuo com grupos de mulheres na elaboração de projetos de geração de renda. Além de complementar a renda, os projetos fortalecem sua auto-estima e independência mostrando que são capazes e que não precisam ficar ligadas só em tarefas domésticas.

Como e quando começou seu trabalho com os quilombos?

Ao sair do Pontal em 2003 fui para Araras trabalhar com assentados. O quilombo Jaó reivindicava alguém da área social para trabalhar com eles. Na falta de técnicos na área, me pediram para fazê-lo, de início quinzenalmente e agora mensalmente, até contratar um técnico para quilombos.

Recentemente você assumiu também o trabalho social no Brotas, não é?

Sim. Ele também pertence ao escritório de Araras. É um quilombo urbano e as mulheres trabalham na cidade. Elas são diferentes das do Jaó, mais independentes, atualizadas e empoderadas. Vou iniciar um projeto de geração de renda.

Fui ao Jaó trabalhar a organização da comunidade. Lá os homens são diaristas nas fazendas vizinhas. As mulheres ajudavam na colheita da batata e levavam os filhos junto causando evasão escolar. Em certas épocas a comunidade ficava vazia. O desafio era como organizar a comunidade, totalmente voltada ao trabalho nas fazendas! Eles não cultivavam sua terra. Eram submissos e

tinham uma relação de trabalho subserviente. Muitos homens são tratoristas sem horário de trabalho. Não eram organizados nem se reuniam para discutir sua vida ou reivindicar algo. A única vez que o governo foi lá foi para construir casas, até hoje inacabadas o que os deixou descrentes do poder público.

Iniciei o trabalho com mulheres porque só elas compareciam às reuniões, os homens só chegavam à noite. Fiz um levantamento de história oral para conhecer suas opiniões, seus sonhos, suas expectativas de vida. Foi interessante pois era uma população cabisbaixa, muda. Foi difícil, mais falei do que ouvi. Percebi que muitas ainda sonhavam e tinham esperanças. Comecei com elas, pois sem esperança é difícil iniciar um trabalho de desenvolvimento. Era um grupo de 12 mulheres, que lidavam na roça, lavavam roupa, eram doméstica e hoje não trabalham mais. Agora participam da oficina de costura.

### Como evoluiu seu trabalho?

Agora, após 4 anos, é que teremos capital de giro. Nas primeiras vezes discutimos o que queriam fazer, porque nunca tinham bordado, costurado ou pintado e o Itesp patrocinou os cursos. Resolveram confeccionar bolsas de juta bordadas. Compravam fitas brancas, tingiam-nas das cores que gostavam e com elas bordavam. Venderam muitas bolsas.

O importante nem era tanto a venda mas o impacto dessa atividade na sua auto-confiança. Itapeva passou a conhecer o Jaó das bolsas de juta. Até então eles eram tidos como preguiçosos, medrosos e outros preconceitos racistas. Ao venderem as bolsas surgiu uma admiração pelas mulheres do Jaó e o pessoal passou a visitar a oficina de confecção.

Satisfeitas com a reconhecimento começaram a reivindicar máquinas de costura. Montamos um projeto de compra de máquinas de costura industriais, administrado pelo Itesp e um financiamento com 40% de desconto. Discutimos e planejamos em conjunto todos os detalhes: o número de máquinas; o orçamento, calculamos o desconto, o total da dívida e o número de parcelas para amortização.

Essa modalidade cria um compromisso com a sustentabilidade do projeto.

E sedimenta a auto-confiança. Sentiam-se capazes de enfrentar o desafio e resolveram antecipar a quitação do empréstimo. Chegadas as máquinas o Itesp patrocinou um curso de estamparia. Agora produzem tecidos estampados e confecções além das bolsas de juta e vendem em feiras, no local e nos eventos em Itapeva para os quais são convidadas.

Como a renda do projeto era reinvestida e não gerasse renda para as participantes, quatro saíram para trabalhar fora. A idéia era transformar a oficina em empresa de prestação de serviço. Com o capital de giro poderá pagar salário a todas e empregará mais pessoas da comunidade.

Agora elas divulgam seu trabalho através de entrevistas ao Globo Rural e TV locais. Só fico sabendo depois. Sempre acolhemos suas propostas mas se são equivocadas discordamos, com transparência. A credibilidade no técnico caminha com a transparência. Hoje chamo a atenção delas se for o caso. Incentivo a reflexão crítica. Há diálogo, troca de saberes. Não se deve impor seu saber, mas realizar uma troca de saberes. Isto é fundamental no grupo de trabalho assim como o respeito mútuo.

Apresentamos um projeto ao MDA<sup>1</sup> junto com o pessoal do agronegócio do Itesp. Esse era um apoio faltava no Itesp mas agora já existe. Delineamos o projeto com a comunidade; o agronegócio estuda a viabilidade e aponta soluções técnicas. O projeto envolve a construção de um prédio de alvenaria porque a oficina atual é de madeira e tememos que as máquinas semi-industriais sejam roubadas. Estamos aguardando o resultado da licitação para iniciar a construção.

Nesse processo concluímos pela necessidade de aprimorar a produção e estabelecer uma identidade para a confecção, estamparia e bordado. É uma proposta de *design* e marketing. Estamos negociando a consultoria com um professor de *design*. A idéia é elaborar uma logomarca. Além dos cursos de marketing e design a partir de outubro, serão treinadas 2 adolescentes e o grupo será ampliado para 18 participantes.

Nesse momento a Fundação Orsa chegou buscando parceria no Jaó. Eles atuam em projetos para eliminação do trabalho infantil e redução da evasão escolar. Em um workshop regional conjunto trocamos experiências e iniciamos uma colaboração. A proposta é o Jaó confeccionar 2.000 uniformes mensais para as empresas Orsa no Brasil, que trabalham com pinho certificado, viveiros etc. Como a oficina necessita de capital de giro que a encomenda da Orsa pode proporcionar os cursos de marketing e design foram adiados. A ORSA contratou uma professora por três meses para treinar em cima dos uniformes a serem feitos. Além das 8 mulheres do grupo foram recrutadas mais 10 na comunidade. Em setembro começará a confecção dos uniformes.

1 Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ficou claro que as 8 mulheres do projeto inicial da oficina de costura serão as coordenadoras do projeto. Elas também trabalharão na oficina e contratarão o serviço das demais segundo a demanda e pagarão por produção. Estão felizes porque mais gente da comunidade obterá renda internamente. A remuneração da coordenação está definida no regimento: uma parcela fica para elas, e 20 a 30% será reinvestido. Elas serão capacitadas em administração e contabilidade e negociarão com a Orsa a remuneração dos serviços.

No Jaó as mulheres lideraram o desenvolvimento da comunidade e a oficina foi um exemplo de união e organização, inspirando os homens a trabalhar as terras.

Com o auxílio técnico do Itesp iniciaram a agricultura. Hoje produzem soja, feijão e milho em parceria com a Orsa e a prefeitura. Estão comprando alguns equipamentos e a prefeitura cede máquinas para pulverizar e outras. Tem vendido sua colheita de soja e feijão Na última vez que estive lá, tinham colhido soja e iam colher feijão e estão vendendo pelo PAA. Quase todas as famílias participam da roça comunitária, muitos homens participam diariamente e os que trabalham fora participam no fim de semana.

Em setembro haverá eleição para a nova diretoria da associação e estão discutindo as chapas. Tem mulher da oficina cogitando se candidatar a presidente.

Também trabalho estimulando os jovens. Trouxe 33 jovens para visita monitorada do Museu da Língua Portuguesa e da Pinacoteca em São Paulo. O Itesp deu dinheiro e os levei para almoçar no shopping. Aprofundamos questões de educação e cultura. Eles tem maculelê e capoeira na escola, um trabalho muito bom. Muitos tinham desistido do colegial, porque era na cidade e não se adaptaram ao colégio. Hoje o pessoal está permanecendo na escola na cidade mas reivindica o segundo grau na comunidade.

Os jovens que concluíram o colegial se inscreveram na prova do ENEM mas não havia transporte. Depois de diversas tratativas os jovens conseguiram um micro-ônibus da secretaria de Educação. Parte dos jovens tinha contatado a diretora da escola técnica profissionalizante de agropecuária de um município vizinho que prometeu matriculá-los caso passassem no ENEM. Outros queriam prestar vestibular mas se não fossem aprovados fariam a escola técnica de agropecuária, gestão ambiental ou florestal.

Duas garotas que entraram na faculdade conseguiram bolsa de 50% mas seus pais não tinham como pagar. Elas foram para a escola técnica junto com outros 10 jovens. O problema era o transporte escolar. A prefeitura



não quis dar porque a escola era em outro município. O Itesp não podia levar porque transporte escolar tem uma série de regulamentações e é da competência municipal e o município vizinho não cedia porque os alunos não eram munícipes. Afinal o coordenador regional do Itesp negociou com o prefeito comprometendo-se a trazer para o Jaó uma ou duas salas da escola técnica no próximo ano em troca do transporte pela prefeitura esse ano. Haverá eleições para prefeito mas espero que esse plano se concretize. O Itesp renovará o convênio com a escola Paula Souza incluindo uma sala de agropecuária e outra de gestão ambiental no Jaó. Os jovens tem ido de manhã e voltam no final da tarde e a escola está fornecendo o almoço.

Em Brotas seguiremos a mesma linha do Jaó com algumas especificidades, por ser um quilombo urbano. O cotidiano deles é na cidade, onde trabalham. A idéia é desenvolver com a comunidade e a Patrícia<sup>2</sup> um projeto de geração de renda em agroecologia e meio ambiente, pois lá há uma nascente contaminada. A proposta é trabalhar com bio-jóia, bio-bijuteria. Iniciaremos trabalhando o meio ambiente, coleta e tratamento da semente e depois o artesanato. A seguir trabalharemos o marketing e o design. Para colocar no mercado queremos introduzir a identidade do quilombo, uma logomarca.

As mulheres de Brotas se interessaram pelo trabalho e algumas já trabalham casca de árvore. Na próxima reunião vamos passear pela mata e catar sementes. Reunimos alguns livros para identificá-las enquanto não temos um consultor. Depois vamos cuidar da nascente. O próprio MPF exigiu providências. Queríamos fazer uma horta, mas antes temos que resolver o problema da contaminação da nascente.

### Como é a relação de gênero nos quilombos?

Brotas conheço pouco mas no Jaó é uma relação de respeito mas já vi mulher se rebelar quando não há respeito. Era uma mulher que trabalhava na horta com o marido e ele vendia as verduras e gastava tudo. Ela se rebelou e foi trabalhar fora.

Elas tomam as iniciativas do trabalho sem consultar os maridos. Quando precisam viajar resolvem na reunião e comunicam os maridos. Quando dizem que não podem não é porque o marido não deixou mas por outro compromisso. Também vejo as mulheres indo a cidade, fazendo compras e resolvendo coisas. São elas que levam as crianças médico.

---

2 Antropóloga do Itesp.

**Os casais fazem planejamento familiar? Para os mais velhos do Vale do Ribeira planejamento familiar não fazia parte de sua vida.**

No Jaó é parecido. Nunca vi planejamento familiar. As famílias têm muitos filhos e muitos casamentos consangüíneos e tem muitos casos de deficiência visual e mental.

Mas parece que isso também está mudando. Nos 4 anos que estou lá foram só dois casamentos de parentes, mas distante: uma foi para São Paulo e outra para Buri. As meninas se interessam mais pelas pessoas de fora, preferem estudar na cidade vizinha. Mas há uma dificuldade. Não é porque eles querem se manter fechados e casar com parentes, mas a comunidade foi isolada pelo racismo.

No ano passado um urologista do município resolveu vasectomizar os homens no próprio quilombo. Ele afirmou que tinha seguido o protocolo de contracepção definitiva e que os quilombolas tinham concordado. A coordenadora da Atenção Básica de Itapeva me consultou sobre o assunto porque havia 10 vasectomias ambulatoriais agendadas para o dia seguinte no posto do quilombo. O procedimento foi adiado e realizamos uma reunião com a equipe de saúde municipal e o Departamento Regional de Saúde do estado para esclarecer o incidente.

Há em Itapeva um assessor de um vereador cuja mulher é presidente de uma associação negra. Ele vivia na comunidade e andou articulando, levando a imprensa e se colocando como representante da comunidade, declarando da TV que o Incra e não o Itesp promovia os projetos de desenvolvimento social no quilombo. Isso saiu em rede nacional e deu um problemão. Estávamos em São Paulo com as comunidades e o pessoal do Itesp questionou as mulheres que negaram ter prestado essas informações. Conclusão: ao voltarem para a comunidade chamaram esse assessor desautorizando-o e cortando as relações com ele. Até a pessoa com quem ele tinha contato mais próximo, o presidente da Associação, se afastou dele.

**E os homens foram vasectomizados?**

Não. Nem soubemos desse incidente. É médico é do PSF<sup>3</sup>?

**Não. É urologista da Unesp e presta serviço à prefeitura.**

Acho que a comunidade nem ficou sabendo.

---

3 Programa de Saúde da Família.

**As mulheres têm acesso a serviços de pré-natal, parto e puerpério?**

No PSF.

**As equipes de PSF visitam as comunidades ou elas têm que ir para a cidade?**

Não. No PSF de Jaó o médico e as enfermeiras não visitam a comunidade, eles ficam só no posto. Quem visita é a agente de saúde, para marcar consulta. Tem posto do PSF na comunidade, duas vezes por semana, com atendimento de médico, enfermeira; tem vacina, pré-natal.

**E o parto é feito onde?**

No hospital, que tem muito caso de pneumonia em criança, por causa do frio e porque muitas casas são de madeira. Sempre que precisam vão ao hospital, são atendidas e ficam com acompanhante.

A dificuldade na saúde é com os exames de especialidade que são marcados muito distantes um do outro e os resultados demoram muito para voltar. Tem uma jovem cujo cabelo começou a cair, esta depressiva e vem desmaiando. Seu eletroencefalograma e o exame de sangue não deram nada mas ela não está bem e não estão encontrando um diagnóstico. Agora, depois de muito tempo conseguiu consulta com dermatologista..

Lá no quilombo também tem muito problema cardíaco.

**Problema cardíaco com adulto ou idosos?**

Não, jovens também já morreram do coração. Lá também nunca foi feito nenhum trabalho sobre o problema da anemia.

**São todos pretos lá?**

Praticamente todos. Só a Conceição, que veio de fora e mais duas são brancas.

**Eles preferem ter filhos do sexo feminino ou masculino?**

Não percebi preferência de sexo do filho.

**Você disse que os pais são distantes nos cuidados de saúde dos filhos. E na educação?**

É a mãe que leva as crianças ao médico mas na educação os homens participam. Participam de reunião de pais e mestres e já teve casos deles irem conversar com os professores sobre os filhos.

**Nos quilombos meninas e meninos são educados da mesma forma?**

Na escola receberem o mesmo tratamento. Na capoeira tanto vai menino quanto menina, assim como no maculelê e na música. Eles gostam muito de música; tem um que já gravou um CD e quer que eu arranje um show pra ele em Piracicaba. Vôlei eles jogam juntos mas futebol só vejo meninos jogando no campinho. Sempre vejo grupos de meninos e meninas juntos, conversando.

A educação dentro de casa não sei. Lógico que elas ajudam a cuidar mais da casa e os meninos ficam mais na roça, na escola, ou vão trabalhar, porque a horta tem aquela parte de viveiro, onde tem tanto mulher como homem. Só nos afazeres domésticos é que só vejo as meninas. Não vejo homem lavando louça lá de jeito nenhum!

Os diretores da escola do Jaó com quem convivi nesses 4 anos tiveram um papel importante para os jovens e os professores são excelentes pois trabalham a história do quilombo. As festas são voltadas para a cultura do negro. Na feira de quilombos no ano passado, em São Paulo, levei o trabalho escolar. As crianças escreveram um livro entrevistando a pessoa mais velha da comunidade contando histórias. O livro é muito bom, com uma menininha negra na capa. Levei também um boneco grande que um artista plástico fez quando entrevistou as crianças e os mais velhos. Levamos também o maculelê, que foi parar no Bom Dia Brasil.

**Tem diferença na escolaridade de meninos e meninas?**

Tem mais menina a partir do colegial. Os meninos não querem ir para a cidade fazer o colegial. Param na 8ª série e não vão para o colegial.

**Você tem ouvido relatos de violência doméstica?**

Chegava por parte de uma família. Com a morte do chefe os irmãos estão agora mais retraídos. Havia também conflito entre as famílias por causa da terra. Hoje em dia, com o desenvolvimento do trabalho agrícola, o conflito cessou e eles estão se unindo. Lá são três árvores genealógica.

Há muitas pessoas que bebem mas isso ocorre nos fins de semana quando a gente não está lá. Não percebi violência contra mulheres ou crianças mas eles são bem discretos. No dia-a-dia vejo muito carinho e preocupação dos pais pelas crianças.

Nos assentamentos a violência doméstica é fortíssima! Tive um caso de assassinato. Me chocou muito. Vivi cenas horríveis de violência nos assentamentos então estou preparada para perceber mas não enxergo isso no Jaó.

Nos quilombos o tratamento dos pais para com os filhos é totalmente diferente do que existe nos assentamentos. Não sei se é porque vivem muito tempo em acampamentos. A situação da criança nos acampamentos é horrível, há muitos casos de crianças estupradas.

Nos outros quilombos é igual. É uma ou outra coisinha, mas nada grave. Que outras diferenças que você vê entre assentamentos e quilombos?

A relação familiar. Apesar de existir alguns conflitos a relação familiar é bem mais coesa nos quilombos. Os assentados não, se tiver problemas de terra, dinheiro ou produção eles sacrificam a família e não estão nem aí.

Você acha que nos assentamentos eles são mais individualistas?

Sim. Não que não haja individualismo nos quilombos mas nos assentamentos é mais exacerbado. Quando se consegue organizar um grupo de mulheres trabalhando junto, a gente comemora. Tem um assentamento em Sumaré que estou adorando, porque elas são bem solidárias. É um grupo pequeno, mas coeso. Os assentados são mais centrados na propriedade deles; se unem quando precisa, mas voltados aos interesses individuais.

Tem aumentando a gravidez na adolescência nos quilombos?

Tem, em parte pelo fato das adolescentes estarem saindo mais para fora do quilombo. No Jaó tem várias meninas solteiras, com filhos. Estão dentro de casa, os pais não as colocam para fora, como acontece muito nos assentamentos. Eles assumem seus netos. É a menina que cria a criança e ajuda dentro de casa com a proteção da família.

Como é para você trabalhar num quilombo?

Eu gosto demais de trabalhar com quilombos. Também gosto dos assentados, mas me identifico com os quilombos. É como “-Ter uma missão a cumprir, como profissional.” Me sinto um pouco como parte daquilo.

Já que você mencionou identificação e missão, como você se auto classifica em relação a cor?

Sou negra, lógico, e me identifico com negra, e não como parda – apesar do meu pai ser negro e minha mãe espanhola. Minha mãe era você toda! Do seu jeitinho.

E você puxou só seu pai, porque seu olho é escuro, seu cabelinho é carapinha!

É. Eu puxei meu pai. Meu irmão, que morreu com 1 ano, puxou minha mãe, que é totalmente branquela e com cabelos bem lisos. Sou muito ligada à família da minha mãe porque meus pais me separaram quando eu tinha 2 anos.

Você conhece a família do seu pai?

Conheço. Meu pai sempre me visitava e eu ia muito pra casa dos meus tios. Mas fui criada pela minha avó e tios maternos, então sou muito ligada a eles. Mas nunca perdi a questão da cor. Tenho um tio materno que também casou com uma negra. Este meu tio tem 12 filhos e uma das minhas primas tem cabelos alourados e olhos verdes, você jamais diria que ela é negra. Minha família é bem miscigenada mas a gente nunca perdeu a identidade.

Na sua opinião o que é ser quilombola?

Ser quilombo é ter território. Isso não significa que eles ainda o tenham, podem já tê-lo perdido no decorrer da história. São remanescentes de escravo que tiveram um território, uma vida em comunidade. Há pouco o Itesp me pediu para investigar a presença um quilombo em Agudos onde uma comunidade reivindica reconhecimento e titulação do território. Eles têm documento de terra passada para os antepassados. Um casal de fazendeiros passou as terras para duas famílias de escravos, para que cuidassem deles até a morte. A partir da década de 60 foram perderam as terras para a ferrovia e hoje têm um pedaço pequeno, de uma das famílias que resistiu lá. Estão juntando o pessoal e reivindicando um território para produzir. São quilombos sim. Isso é a identificação com o território. Podem não tê-lo, mas aquelas 100 famílias se identificam com o território que perderam e são quilombos. Em Rio Claro tem outro, estou esperando o processo. O Carlinhos disse que ia me mandar investigar. A cana está pegando tudo lá.

Acho que no Vale do Paraíba também deve ter uns quilombos.

Em Piracicaba também tem.

As terras dessa região toda foram cultivadas por escravos então deve ter mesmo.

O Itesp não tem pernas para isso e nem é minha função fazer essas investigações. Fui porque o Carlinhos pediu. Fiz o relatório e é o que está sendo usado até hoje, mas acho que está na hora de um antropólogo fazer esse reconhecimento.



# PARTE III

## Saúde nos Quilombos

# Quilombos e Saúde no Estado de São Paulo

Anna Volochko

Passados 20 anos da promulgação da Constituição de 1988 que implantou Políticas Públicas de grande relevância social como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Titulação dos Quilombos, entre outras, este artigo apresenta um breve relato dos progressos da integração dessas duas políticas no Estado de São Paulo.

## A – Quilombos

Os quilombolas do Vale do Ribeira há muito lutam pela titulação de suas terras, disputadas por grileiros e ameaçadas de submersão pela construção de hidroelétricas ao longo do Ribeira do Iguape. Ademais, a criação de parques estaduais ignorou a presença histórica de comunidades negras nas terras devolutas que demarcou. Gleba do quilombo Maria Rosa, foi incorporada ao Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) em 1988. O Parque Estadual (PES) Jacupiranga, criado em 1969, possui em seu território posseiros, loteamentos, fazendas e glebas dos quilombos Sapatu, Nhunguara e André Lopes, cujos direitos não foram regularizadas. O PES Intervales, criado em 1995, anexou glebas de São Pedro, Maria Rosa, Pilões, Pedro Cubas e Ivaporunduva.

As anexações causaram representações de Ivaporunduva e André Lopes ao Ministério Público Federal de São Paulo, que abriu inquérito para fazer adotar pelos órgãos públicos competentes medidas para demarcar o território quilombola, sobretudo das áreas sobrepostas ao PES, prevenindo responsabilidades. (Oliveira Jr et al, 2.000)

Sensíveis aos reclamos da sociedade civil organizada a Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania (SEJ) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) iniciaram, em 1995, gestões que culminaram na criação do Grupo de Trabalho (GT) para operacionalizar a titulação das terras. (Decreto nº 40.723/96)

O GT definiu critérios de identificação e territorialidade; identificou quilombos; conheceu a situação dominial das áreas; sugeriu processos de titulação de áreas particulares, municipais e devolutas estaduais; propôs a compatibilização com políticas ambientais; apontou programas de desenvolvimen-



to sócio-econômico para elevar a qualidade de vida e fomentar a reprodução física e cultural; propôs permissões de uso de áreas estaduais como ações preliminares da titulação e elaborou minutas de projetos, promulgados como Lei 9757 (15/9/1997)<sup>1</sup> – e Decreto 41.774/97<sup>2</sup>. As propostas foram discutidas em audiência pública com cerca de 300 convidados (quilombolas, órgãos públicos e ONGs) em Eldorado no final de novembro de 1996 (Andrade, 1997) Em 1998, antropólogos do Ministério Público Federal realizaram os relatórios técnicos científicos (RTC) de algumas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, firmando os parâmetros antropológicos e históricos da auto-identificação e demarcação territorial.

Da mobilização participaram o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado, o Fórum Estadual de Entidades Negras, a Ordem dos Advogados do Brasil (Subcomissão do Negro da Comissão de Direitos Humanos), quilombolas do Vale do Ribeira, a Pastoral da Terra, o Movimento dos Ameaçados pelas Barragens (Moab), o Instituto Sócio Ambiental entre outras. (Andrade, 1997)

Em 2.000, Anjos contou 43 quilombos em São Paulo e 85 em 2005. (Anjos, 2005 e 2006). No fim de 2007 o ITESP arrolou 49 comunidades e a Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras (EAA-CONE) outras 28. (Santos e Tatto, 2008) É possível que as fontes subestimem o universo quilombola, pois o número de quilombos é provisório, sujeito a mudanças pela identificação e reconhecimento de novas comunidades. Considerando a história e geografia das grandes fazendas que utilizaram negros escravizados como mão-de-obra no estado, espera-se identificar de terras de preto em outros locais das regiões do Vale do Paraíba, Sorocaba e Campinas. Para algumas comunidades a política tardou, tendo a população se dispersado (Rio da Cláudia em Iporanga) ou sido engolfada pela cidade (Tamandaré em Guaratinguetá).

Até o fim de 2008 o ITESP reconheceu 22 quilombos dos quais 6 tiveram seu território em área devoluta titulado – 100% do território de Maria Rosa; 97,2% de São Pedro, 96,9% de Galvão, 95,2% de Pilões, 64,35% de Pedro Cubas e 24,4% de Ivaporunduva. Prevê-se reconhecer em breve mais 3 quilombos - (Ribeirão Grande/Terra Seca, Cedro e Pedra Preta). Os quilombos Fazenda da Caixa e Cazanga completaram os RTC que tramitam pelas instâncias legais. Bombas, Reginaldo e Biguazinho iniciaram os RTC e no Batatal o processo foi suspenso por decisão da associação. (Ver Quadro I e Mapa 1)

1 Lei 9757 – Adequação da legislação paulista para legitimar posse de terras devolutas.

2 Decreto 41.774/97 Programa de desenvolvimento social.

Quadro I. Situação das comunidades quilombolas do estado de São Paulo. Outubro de 2008.

Comunidade	Município	Área em hectares			Nº de Famílias*	Reconhecimento	Titulação	Comentário
		Total	Devoluta	Particular				
1. Maria Rosa	Iporanga	3.375,66	3.375,66	0,0	20	1998	15/01/2001	Titulação terras devolutas
2. Pilões	Iporanga	6.222,30	5.925,99	296,31	51	1998	15/01/2001	Titulação terras devolutas
3. São Pedro	Eldo/Ipo	4.688,26	4558,20	130,07	39	1998	15/01/2001	Titulação terras devolutas
4. Pedro Cubas	Eldorado	3.806,23	2.449,39	1.356,84	40	1998	20/03/2003	Titulação terras devolutas
5. Ivaporunduva	Eldorado	2.754,36	672,28	2.082,07	98	1998	12/09/2003	Titulação terras devolutas
6. Cafundó	Salto Pirapora	209,64	0,0	209,64	24	1999		
7. Caçandoca	Ubatuba	890,00	Sem infor	SI	19	2000		
8. Jaó	Itapeva	165,77	0,0	165,77	53	2000		
9. André Lopes	Eldorado	3.200,16	3.049,20	76,14	76	2001		74,83 ha PES Jacupiranga
10. Nhunguara	Eldo/Ipo	8.100,98	8.100,98	0,0	91	2001		
11. Sapatu	Eldorado	3.711,62	1.584,06	2.127,56	82	2001		
12. Galvão	Eldo/Ipo	2.234,34	1.942,83	291,5	29	2001	2007	Titulação terras devolutas
13. Mandira	Cananéia	2.054,65	Discrim	Discrim	16	2002		
14. Praia Grande	Iporanga	1.584,83	416,68	1.104,26	26	2002		
15. Porto Velho	Iporanga	941,00	0,0	941,00	9	2003		
16. Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875,22	3.074,94	3.800,97	22	2003		
17. Capivari	Capivari	6,93	0,0	6,93	17	2004		
18. Brotas	Itatiba	12,48	0,0	12,48	32	2004		
19. Cangume	Itaóca	724,6	0,0	724,6	33	2004		
20. Camburi	Ubatuba	972,36	Discrim	Discrim	39	2005		
21. Morro Seco	Iguape	164,69	0,0	164,69	47	2006		
222. Poça	Eldorado	1.126,14			44	2.008		
23. Ribeirão Grande/ Terra Seca	Barra Turvo	3.471,04			77			RTC completo
24. Reginaldo	Barra Turvo							RTC iniciado
25. Cedro	Barra Turvo							RTC completo
26. Pedra Preta	Barra Turvo							RTC completo
27. Fazenda da Caixa	Ubatuba				40			RTC completo
28. Cazanga	Ubatuba							RTC completo
29. Boa Esperança (Batatal)	Eldorado							RTC suspenso em 2007
30. Biguazinho	Miracatu							RTC iniciado
31. Bombas	Iporanga				16			RTC iniciado

Fonte : ITESP, 2008



Em paralelo à atuação fundiária o ITESP promove projetos de desenvolvimento sócio-econômico e geração de renda como cultivo orgânico da banana, horta doméstica, manejo do palmito juçara e pupunha, apicultura, piscicultura, artesanato, fábrica de banana passa e chips, artesanato em palha de banana, oficinas de costura e bordado e facilita a comercialização dos produtos em 16 quilombos. Essas atividades são menos intensas nos quilombos fora do vale do Ribeira, exceto Jaó.

O ITESP listou 18 comunidades que solicitaram o reconhecimento através de suas associações (Quadro II). Trabalhos preliminares do MPF na comunidade do Carmo revelaram desinteresse no reconhecimento e visitas à Rio da Cláudia evidenciaram sua dissolução. No início de 2009 serão planejados os RTC das 16 comunidades restantes.

Quadro II. Comunidades apontadas para reconhecimento. Estado de São Paulo. 2008.

Comunidade	Município	Nº de	Comentário
1. Fazendinha Pilar	Pilar do Sul		
2. Os Camargos	Votorantim	5	
3. Fazendinha dos Pretos	Salto Pirapora	50	
4. Carmo	São Roque	70	Recusam reconhecimento
5. Abobral	Eldorado	8	
6. Castelhanos	Iporanga	60	
7. Bananal Pequeno	Eldorado		
8. Chácara dos Pretos	Rio Claro		
9. Jaú	Jaú		
10. Tamandaré	Guaratinguetá		
11. Bairro Peropava	Registro	15	
12. Poço Grande	Iporanga		
13. Anta Magra	Barra Chapéu		
14. Tocos	Barra Chapéu		
15. Piraporinha, Jucurupava, Itinga	Salto Pirapora		
16. Piririca	Iporanga		
17. Ribeirão	Iporanga		
18. Rio da Cláudia	Iporanga		Famílias dispersaram-se

Fonte – Itesp, 2008.

Em resumo, dos 49 quilombos citados pelo ITESP, 6 foram parcialmente tituladas, 16 oficialmente reconhecidos aguardam titulação, 1 desistiu no meio e outro antes de iniciar o processo de reconhecimento, 3 aguardam a publicação oficial do reconhecimento, 2 esperam os trâmites legais pré-reconhecimento de seus RTC, 3 iniciaram o RTC, 1 comunidade se dispersou e 16 aguardam o início dos trabalhos de RTC.

A EAACONE identificou outras 28 comunidades potencialmente quilombolas. Análise do Quadro III abaixo revela predominância de quilombos em municípios do Vale do Ribeira, região de sua atuação.

Quadro III. Comunidades candidatas ao reconhecimento. Estado de São Paulo. 2008.

1. Desidério	Iporanga	15. Capitão Braz	Cajati
2. Engenho	Eldorado	16. Mandira	Cajati
3. Palmeiras	Cananéia	17. Vila Andréia	Cajati
4. Porto Cubatão	Cananéia	18. Fau	Miracatu
5. Itapitangui	Cananéia	19. Patrimônio	Iguape
6. Taquari	Cananéia	20. Pavoá	Iguape
7. Varadouro	Cananéia	21. Itatins	Iguape
8. Ariri	Cananéia	22. Coveiro	Iguape
9. São Paulo Bagre	Cananéia	23. Aldeia	Iguape
10. Rio das Minas	Cananéia	24. Caiacanga	Registro
11. Lençol	Jacupiranga	25. Momuna	Iguape
12. Pe André I	Jacupiranga	26. João Surrá	Iporanga – Paraná
14. Pe André II	Jacupiranga	27. Abóbral	Cajati
14. Manoel Gomes	Cajati	28. Jurumirim	Iporanga

Fonte: EAACONE apud Santos & Tatto, 2008.

Geoprocessamento revelou que João Surra (26) é contíguo a Praia Grande mas situa-se no município de Adrianópolis e vem sendo trabalhado pelo Paraná, reduzindo a lista a 27. O reconhecimento é programado mediante solicitação formal da associação quilombola interessada ao ITESP. Os trâmites burocráticos e rituais associativos podem ser bastante estranhos às comunidades tradicionais implicando em trabalho prévio de sensibilização, informação, empoderamento e organização de lideranças locais. Não há informações sobre trabalhos de desenvolvimento comunitários nos locais apontados pela EAACONE o que não permite prever se e quando

as comunidades estarão prontas para reivindicar a identidade quilombola. Por último, é provável e possível a existência de outras comunidades quilombolas ainda não identificadas no estado.

Em âmbito nacional cabe à Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, identificar oficialmente as comunidades remanescentes de quilombos. Para isso as associações quilombolas solicitam formalmente à Fundação sua identificação, passo inicial do reconhecimento e posterior titulação. A Fundação executa esses processos só ou em parceria com governos estaduais, municipais, núcleos de estudos especializados, instituições de ensino superior ou organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos e dos negros.

O Movimento Quilombola Nacional listou 3.500 quilombos no país e Anjos, q partir de várias fontes arrolou 2.847 (Santos e Tatto, 2008). Possivelmente ambos sub-registrem o universo quilombola, baseado que está em uma identidade em construção.

Página da Fundação mostra identificação oficial de 743 quilombos, dos quais 42 reconhecidos e 29 titulados (quadro IV) (Fundação Palmares, 2008) Mas o quadro é contraditório apontando várias comunidades com pendências judiciais. Não basta a Fundação Palmares ou os institutos estaduais de terras considerarem o quilombo titulado, essa condição deve ser exarada pelo cartório de imóveis. Se ele questiona a titulação encaminhando o processo ao judiciário abre-se uma nova situação. (Ver Legislação, em especial a Instrução Normativa 49/08, pg 263). Assim, os quilombos titulados são 23. A exemplo de São Paulo é possível que essa titulação se refira apenas a áreas devolutas estaduais e federais.

## B – Condições de vida

Considerando que as condições de vida determinam a situação de saúde e são determinadas pelas condições sócio-econômicas locais e regionais apresentamos alguns dados e indicadores sócio-econômicos dos municípios que sediam quilombos reconhecidos ou em vias de reconhecimento. Contudo não são ainda disponíveis, nos sistemas de informações, dados referentes a bairros ou quilombos.

O Departamento Regional de Saúde de Registro abriga 5 municípios (Barra do Turvo, Cananéia, Eldorado, Iguape e Iporanga), o de Sorocaba outros 3 (Itapeva, Itaóca e Salto do Pirapora), o de Campinas 1 (Itatiba), o

Quadro IV. Relação das comunidades quilombolas tituladas no Brasil segundo Fundação Palmares. 2008.

Nº	Quilombo	Município	Estado	População estimada	Área em hectares	Data da titulação	Situação nos cartórios
1.	Itamoari	Cachoeira do Pirai	PA	146 hab	5.377,6	07/07/1998	Registrado
2.	Curiaú	Macapá	AP	538 hab	3.268,9	03/12/1999	Registrado
3.	Barra Bananal, Riacho das Pedras	Rio de Contas	BA	740 hab	1.339,28	22/12/1999	Registrado
4.	Campinho da Independência	Paraty	RJ	295 hab	287,95	21/03/1999	Registrado
5.	Silêncio, São José, Mata Cuece, Apuí, Castanhaduba	Óbidos	PA	445 famílias	17.189,69	08/05/2000	Registrado
6.	Porto Coris	Leme do Prado	MG	65 hab	199,3	08/07/2000	Registrado
7.	Mangal, Barro Vermelho	Sítio do Mato	BA	295 hab	7.615,16	14/07/2000	Registrado
8.	Kalunga	Monte Alegre, Teresina, Cavalcante	GO	4.000hab	253.191,72	14/07/2000	Aguarda desapropriação
9.	Mocambo	Porto da Folha	SE	130 famílias	2.199,54.	14/07/2000	Registrado
10.	Rio das Rás	Bom Jesus da Lapa	BA	300 famílias	27.200	14/07/2000	Registrado
11.	Ivaporunduva	Eldorado	SP	119	3.158,11	14/07/2000	Aguarda desapropriação
12.	Furnas do Dionísio	Jaraguari	MS	500	1.031,89	14/07/2000	Aguarda aval da comunidade
13.	Furnas da Boa Sorte	Corguinho	MS	150	1.402,39	14/07/2000	Cartório levantou dúvidas
14.	Santana	Quatis	RJ		828,12	14/07/2000	Cartório levantou dúvidas
15.	Mangal/Barro Vermelho	Sítio do Mato	BA	295	7.615,16	14/07/2000	Registrado
16.	Castanho	Garanhuns	PE	825	183,6	14/07/2000	Registrado

17.	Mata Cavallo	Nossa Sra do Livramento	MT	17	11.722,46	14/07/2000	Cartório recusou registro
18.	Conceição da Crioulas	Salgueiro	PE	130	2.100,54	14/07/2000	Registrado
19.	Santo Antonio dos Pretos	Codó	MA			14/07/2000	Governo do estado e ITERMA
20.	Eira dos Coqueiros	Codó	MA				Governo do estado e ITERMA
21.	Mocorongo	Codó	MA				Governo do estado e ITERMA
22.	Pacoval	Alenquer	MA				Governo do estado e INCRA
23.	Água Fria	Oriximiná	MA				Governo do estado e INCRA
24.	Bacabal, Aracuam de Cima, do Meio e de Baixo, Serrinha, Terra Preta III, Jarauacá	Oriximiná	MA				Governo do estado e INCRA
25.	Pancada, Aracá, Espírito Santo, Jauari, Boa Vista do Cumina, Varre Vento, Jarauacá e Acapu	Oriximiná	MA				Governo do estado e INCRA
26.	Abacatal	Ananindeua	PA				Governo do estado e INCRA
27.	Maria Rosa	Iporanga	SP				Governo do estado e ITESP
28.	Pilões	Iporanga	SP				Governo do estado e ITESP
29.	São Pedro	Iporanga	SP				Governo do estado e ITESP

Fonte : Fundação Palmares. 2008.



de Piracicaba 1 (Capivari) e o de Taubaté outro (Ubatuba) que sediam quilombos reconhecidos ou em vias de o serem em futuro bem próximo. Há indicações de quilombos em outros municípios mas não se dispõe da programação de seu reconhecimento, não sendo incluídos na presente análise.

Para as condições de vida de uma população pertencer a uma região rica ou pobre é crítico. Na região rica, a multiplicidade de setores produtivos requer ampla diversidade de trabalhadores e oferece formação para qualificá-los. A demanda do mercado de trabalho extrapola os limites municipais espreado-se pelos municípios vizinhos têm impacto imediato na riqueza da regional e até de municípios pequenos mercê da renda e escolaridade que os moradores angariam - caso da região de Campinas.

Na região de Piracicaba ocorre o mesmo, em menor grau e em Sorocaba o parque industrial tradicional, compete com o agronegócio, com oferta sazonal de trabalho não qualificado. Na região de Taubaté o parque industrial é ainda pequeno embora de alta tecnologia e previsão de expansão. A agropecuária é estagnada sofrendo de falta de investimento no setor. A economia do turismo litorâneo e montanhês é predatória, beneficiando poucos e maleficiando muitos. Por fim a região de Registro é a menos desenvolvida das regiões paulistas. O fato de grande parte de seu território ser área de preservação ambiental dificulta a instalação de indústrias e agronegócios dadas as restrições ambientais e insuficiente infraestrutura de transporte.

A análise de indicadores sócio-econômicos mostra mais claramente a situação. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador criado pelas Nações Unidas para comparar países, regiões ou municípios, avaliando as dimensões de riqueza, longevidade e escolaridade. Todos os municípios em que se localizam os quilombos, com exceção de Itatiba, tem IDH menor que a média estadual. (Quadro V)

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) é um indicador construído a partir das preocupações do governo paulista com municípios pobres. Permite mensurar e comparar desigualdades sócio-econômicas inter e intramunicipais classificando a população em 6 categorias de vulnerabilidade (derivadas das dimensões de riqueza, escolaridade e proporção de jovens na população) – nenhuma, muito baixa, baixa, média, alta e muito alta.

O quadro V mostra que a proporção de população sem vulnerabilidade social nos municípios sede de quilombos é muito menor que a média

estadual ao passo que a proporção de população com alta e muito alta vulnerabilidade é muito maior em todos os municípios, exceto Itatiba, que a média estadual, revelando as insatisfatórias condições de vida de grande proporção da população desses municípios e da correspondente escassez de equipamentos sociais disponíveis. O quadro também mostra que dos 11 municípios sede de quilombos 3 são de muito pequeno porte (Itaóca, Iporanga e Barra do Turvo); 5 de pequeno (Cananéia, Eldorado, Iguape, Salto de Pirapora e Capivari) e 3 de médio porte (Ubatuba, Itatiba e Itapeva). Nos municípios de muito pequeno e pequeno porte considerações de escala se impõe na criação e manutenção de equipamentos sociais, em especial se o orçamento municipal é pequeno. Ubatuba é uma exceção entre os municípios de médio porte que geralmente possuem condições de vida muito mais favoráveis.

Quadro V. População, IDH e IPVS dos municípios sede de quilombos.  
Estado de São Paulo. 2.000

Municípios	População Total	IDH	Vulnerabilidade					
			Nenhuma	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Barra do Turvo	8.108	0,663	0	0	17,2	0	77,7	5,1
Cananéia	12.298	0,775	0	11,4	10,4	0	58,9	19,2
Capivari	41.468	0,803	0	21	28,1	14,4	26,2	10,2
Eldorado	14.134	0,733	0	0	27,6	0,1	41,2	31,2
Iguape	27.427	0,757	0	16,9	0	7,7	70	5,4
Iporanga	4.562	0,693	0	0	13,6	0	85	1,4
Itaóca	3.226	0,650	0	0	0	0	100	0
Itapeva	82.688	0,745	2,7	10,1	18,8	9,2	38,7	20,6
Itatiba	81.197	0,828	1,5	28,6	26,9	20	17,8	5,1
Salto de Pirapora	34.217	0,771	0	4,1	28,3	10,8	48,7	8,2
Ubatuba	66.799	0,795	0,4	7,1	23,1	34,8	13,3	21,3
<b>Estado</b>	<b>35.000.000</b>	<b>0,820</b>	<b>6,9</b>	<b>23,3</b>	<b>22,2</b>	<b>20,2</b>	<b>17,6</b>	<b>9,8</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000. \*O IDH varia de zero a um.  
IPVS baseado nos dados do censo de 2.000

## C –Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) implantado pela Constituição de 1988 se pauta pela concepção de que

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (Constituição da República, 1988, Art. 196)

Atribuí-se ao Estado a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde (Art 197) da rede regionalizada e hierarquizada cujas diretrizes são a descentralização, a integralidade no atendimento (a prioridade na prevenção não exclui a assistência) e a participação da comunidade (Art 198).

Nesses 20 anos os avanços organizacionais do SUS foram indiscutíveis. Criou-se uma sólida base de serviços municipais, ampliou-se a cobertura populacional através da estratégia Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), implementaram-se ações de vigilância epidemiológica e sanitária municipais e fortaleceu-se paulatinamente a capacidade gestora e resolutive local.

No processo de universalização do acesso à saúde a partir da atenção básica a estratégia adotada foi a municipalização, que vem sendo aprimorada ao longo destes anos através de inúmeras normatizações. Durante esse período de fortalecimento da instância local o estado passou a priorizar a assistência de média e alta complexidade.

No fim dos anos 90, contudo, ficou claro que um conjunto de municípios paulistas tinha dificuldade de operar a Atenção Básica, em especial a Saúde da Família. Sensível a essa necessidade a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES/SP) iniciou em 2.000 a implantação do Projeto Qualis Interior para 101 municípios considerados vulneráveis<sup>3</sup> Além do recurso financeiro totalizando cerca de R\$ 25 milhões de reais anuais, as regionais de saúde prestavam assistência técnica ao gestor municipal. Os municípios com quilombos oficialmente reconhecidos em seu

---

<sup>3</sup> Os critérios utilizados foram: IDH baixo, território extenso, barreiras geográficas, dificuldade de fixação de profissionais de saúde e presença de populações assentadas, acampadas e remanescentes de quilombos

território que se qualificaram para o projeto foram Cananéia, Itapeva, Iguape, Eldorado, Iporanga, Itaóca, Ubatuba e Salto de Pirapora.

Depois de 4 anos de implantação a SES/SP avaliou o Projeto do Qualis através de auditoria. Na primeira fase (2005), mais da metade dos municípios favorecidos apresentavam indicadores de saúde insatisfatórios, concentravam os menores IDH, contratavam agentes de saúde através de ONG e 70% não usavam protocolos de assistência nem realizavam pré-natal ou apenas algumas das ações preconizadas. Também verificou-se que 57% dos municípios realizavam ações pontuais de promoção da saúde ou não as realizavam. Entre os municípios mais vulneráveis estavam Eldorado, Iporanga, Pilar do Sul e Ubatuba. No monitoramento (2007), verificou-se melhora na organização da atenção básica, estrutura e processo de trabalho das equipes de todos os municípios com quilombos e incentivo Qualis. (Valim et al, 2007)

Ubatuba reflete uma situação especial pois apesar de ter médio porte e IDH de médio desenvolvimento as ações executadas pela equipe Qualis melhoram muito pouco em relação à implantação e durante algum tempo o incentivo Qualis foi descontinuado. O município realizou esforços para sanar a situação contratando enfermeira para coordenar a atenção básica que realizou mudanças positivas na equipe. Todavia graves disputas políticas entre a população nativa e imigrada do quilombo de Caçandoca impediram a atuação da Agente de Saúde que, agredida pelos imigrados foi transferida para outra micro-área. O quilombo de Cambury só vem sendo contemplado pelo programa Qualis a partir de 2008.

Houve flagrante melhoria do acesso ao ESF entre 2000 e 2007 nos municípios do Vale do Ribeira, em especial em Eldorado e Cananéia, com indícios de estabilização da ESF embora Eldorado tenha dificuldade em fixar o médico no município, desfalcando a equipe. O mesmo acontece em Iporanga, Barra do Turvo e Itaóca.

Quadro V. Resultado da avaliação/monitoramento do Programa Qualis em municípios com quilombos reconhecidos. Estado de São Paulo. 2005 a 2007.

Município	Itapeva	Salto de Pirapora	Iguape	Cananéia	Eldorado	Iporanga	Ubatuba
Indicador							
Cobertura de ESF	62%	10%	?	?	?	?	98,9
Pop delimitada	+	+	SI	SI	SI	SI	
Equipe	C	+	C	I	I	SI	I
Instalações	+	+	I	+	I	-	-
Medicamentos	+	+	-	+	SI	SI	SI0
Insumos	+	+	-	+/-		-	+
Transporte	+	+	-	+/-	*	-	I
Prontuário	+	+	+	+	+	SI	-
Pré natal	+	-	+/-	+	+	+	+
Coleta/registro exames PN	+	+	20%	40%	40%	25%	
Papanicolaou	+	+	50%	50%	50%	56%	
Imunização	+	+	1/3	62%	25%	66%	
Puericultura	+	+	40%	85%	48%	60,6	
Visita domiciliar	+	+	+	+			-
Hipertensão	+	+	+	+	70%	80%	
Diabetes	+	+	+	+	25%	37,6	
Tuberculose	+	+	0-	+	+	0	
Orientação nutricional	+	+	80%	2/3	70%	60%	
Ações de promoção	palestras	+	+/-	+/-	+/-	-	-

C – equipe completa

I – insuficiente

\* bicicletas para ACS

SI – Sem informações

+ sim - não

O quadro VI exibe os repasses Qualis anuais efetuados pela SES/SP. Não há informações dos repasses para Itaóca e só Itapeva informou a quantia destinada à equipe que assiste o quilombo Jaó. Os dados dos demais municípios mostram a dotação global das equipes de saúde. Os repasses são proporcionais ao número de equipes Qualis implantadas no município e comparando esses dados com os do quadro V percebe-se a baixa competência de Ubatuba para qualificar e estabilizar suas

equipes de ESF no município e em especial da equipe que assistem os quilombos.

Neste sentido a avaliação do projeto Qualis foi bastante positivo tanto para auxiliar municípios carentes a implementar e qualificar suas equipes em Atenção Básica quanto revelar claramente as necessidades de qualificação do gestor municipal e propiciar apoio técnico para gestão e planejamento em saúde.

Quadro VI. Repasses estaduais anuais referentes ao projeto QUALIS aos municípios com quilombos. Estado de São Paulo. 2.000 a 2.007.

Ano	DRS Registro				DRS Taubaté	DRS Sorocaba		
	Cananeia	Eldorado	Iguape	Iporanga	Ubatuba	Itaóca	Itapeva Equipe Guari / Jaó	Salto de Pirapora
2.000	SI	131,32	140,64	SI	189,31	SI	35,16*	47,22
2.001	324,45	SI	423,73	SI	468,78	SI	87,64	113,34
2.002	260,51	125,87	182,06	SI	324,54	SI	96,69	103,89
2.003	264,67	164,50	281,28	SI	396,66	SI	87,85	103,89
2.004	452,60	169,95	274,91	SI	396,66	SI	105,48	113,34
2.005	420,81	187,10	265,65	SI	108,18	SI	96,69	103,89
2.006	484,58	170,60	757,03	SI	27,04	SI	70,32	103,89
2.007	96,24	15,45	184,59	SI	54,09	SI	79,11	94,45

Fonte: Respetivas DRS. Valores em milhares de reais. SI – Sem informações

Paralelamente, no plano nacional, em 2003, o Conselho de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) promoveu discussões sobre as responsabilidades estaduais na gestão do SUS propondo que fossem incorporados o apoio técnico, financeiro, avaliação e monitoramento da atenção básica e atividades de regulação com vistas a redução das desigualdades na saúde. Essas proposições foram finalmente incorporadas nas Diretrizes do Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão bem como na Portaria MS sobre Política Nacional de Atenção Básica de 2006.

Os mecanismos de gestão propostos pelo Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (Ministério da Saúde, 2006a) e implantados no estado a partir de 2007 buscam reduzir e solucionar os percalços ainda existentes na integralidade e equidade, pela atuação coordenadora da instância esta-

dual através de planejamento e programação pactuados e integrados (PPI) do estado e municípios. (Ministério da Saúde, 2008b) Embora a PPI não seja recente no SUS, ela ainda não ocorrera satisfatoriamente no estado. A última tentativa abortou pela inexistência de diretrizes para a condução do processo. Em 2008 a PPI foi precedida por amplo debate do Plano Estadual de Saúde para 2008-2011 pelos gestores estaduais e municipais.

Os debates em torno do Plano Estadual de Saúde ensejaram o desenho dos Colegiados de Gestão de Saúde, grupo de municípios com referência formal, rede hierarquizada de serviços e capacidade instalada para resolver demandas de assistência secundária. Este embrião de distrito sanitário, acordado pelos gestores municipais e regionais, constitui o *locus* dos pactos intermunicipais rumo à resolução de problemas primários e secundários de saúde. O ideal é resolver na região as necessidades de alta complexidade dos Colegiados de um Departamento Regional de Saúde (DRS). Se a demanda excede a capacidade instalada é preciso pactuar com DRS capazes de absorvê-la. A regionalização solidária e cooperativa racionaliza os investimentos necessários para alcançar graus cada vez mais satisfatórios de integralidade e equidade na saúde. (Ministério da Saúde, 2006c)

O atual Plano Estadual de Saúde de São Paulo objetiva **aperfeiçoar a universalidade, garantir a equidade na atenção e reduzir desigualdades nos perfis de saúde**. Composto de 9 eixos prioritários, o sexto se refere ao “Desenvolvimento de serviços e ações de saúde para segmentos da população mais vulneráveis aos riscos de doença ou com necessidades específicas”, entre as quais a negra e a quilombola. (SES/SP, 2008)

Não há atualmente, no nível estadual um diagnóstico de saúde da população quilombola. Na maioria dos municípios os quilombos compartilham os serviços do PSF com bairros vizinhos e suas informações epidemiológicas não estão separadas nos bancos das informações de saúde. A única forma de obter essas informações hoje é através dos bancos municipais quando existir diferenciação de atendimento por equipe de saúde ou através dos mapas das agentes comunitárias de saúde. A ausência de desagregação dos dados também não permite comparar a situação de saúde dos quilombolas com a de seus vizinhos não quilombolas.

A rede de serviços de saúde instalada, sua complexidade e resolubilidade e o acesso à atenção secundária e terciária é diretamente proporcional ao porte populacional do município e ao desenvolvimento de sua região.

O município de Itapeva possui a maior e mais complexa rede de serviços de saúde com 13 unidades de PSF, 4 unidades básicas tradicionais, 4 equipes de PACS, 1 ambulatório de especialidades, hospital de média complexidade, 1 UTI de adultos e 1 UTI neonatal. Possui laboratório de análises clínicas, serviço de diagnóstico por imagem, eletrocardio e encefalograma, Pronto Atendimento e Pronto Socorro próprios. Ademais tem grande sensibilidade para as necessidades de saúde de sua única comunidade quilombola – Jaó.

Itatiba também apresenta boa infra-estrutura de saúde mas exhibe racismo institucional ao não investir nas necessidades de saúde do quilombo Brotas, em especial quanto ao saneamento, provisão de água e disposição do lixo. Por situar-se encravado entre condomínios de luxo onde as questões de infra estrutura são resolvidas pelas construtoras por ocasião do loteamento, espera-se que a comunidades de Brotas também resolva internamente essa questão uma vez que seu território é particular e a prefeitura não atua em áreas particulares.

Itaóca dispõe de uma equipe de PSF e baixa densidade demográfica em amplo território. Sua resolubilidade é baixa, não dispõe de médico e tem grandes dificuldades para manter sua única viatura. Eldorado e Iporanga possuem 3 equipes de PSF cada. A primeira possui 10 leitos de observação, laboratório de análises clínicas e RX na Santa Casa e a segunda um pequeno pronto-atendimento com pequena capacidade resolutiva.

São grandes as dificuldades das pequenas edilidades situados nos extremos de regiões pouco desenvolvidas para fixar profissionais de saúde, em especial médicos e enfermeiras, com grande rotatividade desses profissionais. Também é grande a falta de profissionais qualificados para atividades de vigilância e informação de saúde bem como a alta rotatividade e pequena qualificação dos gestores.

Muitos desses municípios tem população pequena dispersa em área grande. Assim, os quilombos de Morro Seco e Porto Velho distam mais de 50km de Iguape e Iporanga, com grandes trechos de estrada de terra. As viaturas estão desgastadas, manutenção precária e escassez de recursos para gasolina e contratação de motoristas. Muitos quilombos recebem visitas quinzenais da equipe de PSF e a maioria não dispõe de instalações adequadas para as consultas médicas, realizadas em salas escolares ou salões comunitários, sem equipamentos para exame clínico.

O Instituto Sócio-Ambiental (ISA) uma organização não governamental (ONG) de defesa dos direitos sociais e ambientais desenvolve diversos



projetos com os quilombolas do Vale do Ribeira. Em 2007 elaborou a Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, sistematizando um rico diagnóstico participativo de 14 comunidades, propostas de resolução e os parceiros indispensáveis em uma bela publicação. (Santos e Tatto, 2008)

O diagnóstico mostra que 47% da população têm até 20 anos e apenas uma comunidade (André Lopes) dispõe de escola de ensino fundamental completo. As demais tem apenas pré-escola e da 1 a 4ª série. Para concluir o ensino fundamental as crianças quilombolas precisam caminhar grandes distâncias, o transporte escolar é deficiente e a qualidade do ensino precária.

As principais fontes de renda são os auxílios e benefícios do governo, inclusive cesta básica, seguida da comercialização da banana e marginalmente do artesanato.

A fonte de água é de nascentes, sem tratamento. Menos da metade dos domicílios tem fossa negra. O restante joga nos rios. Não há periodicidade na coleta de lixo com grandes acúmulos. Em 5 quilombos não há coleta de lixo. O lixo sólido é queimado exceto vidros e latas e o orgânico serve de alimento aos animais.

As queixas de saúde mais frequentes foram dor de cabeça, dor de dente, verminose, resfriado, alergia e hipertensão, mostrando alta prevalência de problemas básicos de saúde ligados a pobreza, ausência de saneamento básico e baixa consciência sanitária. Dos 14 quilombos apenas 6 dispõem de consultórios médicos e as demandas mais importantes na área da saúde referem-se a ações de prevenção, tratamento e recuperação do alcoolismo; solução do problema de transporte de pacientes através de ambulância coletiva; maior frequência e regularidade nos atendimentos médicos e odontológicos; melhoria da qualidade dos serviços de saúde; conscientização dos bananicultores sobre as consequências do manejo inadequado dos agrotóxicos; instalação de consultórios médicos em 8 quilombos e alocação de agente comunitário de saúde residente em 4 comunidades. (Santos e Tatto, 2008)

Em novembro de 2003 a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde, assinou termo de cooperação técnica com a Fundação Palmares para obras de saneamento básico em comunidades quilombolas compreendendo abastecimento de água, esgotos e melhoria sanitária nos domicílios. Seria responsabilidade da FUNASA a liberação de recursos para as obras, o acompanhamento e participação no processo de execução das

obras nas comunidades apontadas pela Fundação Palmares. Nas visitas aos quilombos verificou-se que várias dessas intervenções foram efetuadas nos quilombos Cangume, Jaó, Pedro Cubas, Mandira e nos quilombos titulados. (Nery, 2004) Todavia o técnico responsável pelas atividades na Coordenação Regional da FUNASA de São Paulo foi exonerado e não há no momento alguém designado a prestar informações e esclarecimentos sobre os projetos realizados e os planejados para o futuro.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano da Secretaria de Estado da Habitação promoveu um concurso de projetos habitacionais para quilombos titulados paulistas a chamada Casa Quilombola. Apesar de entre os finalistas constar um projeto de casa com material tradicional (adobe) as comunidades consultadas escolheram um projeto de construção de tijolos. Este projeto vem sendo construído nas comunidades mas, verifica-se agora, que suas dimensões são muito reduzidas e apresenta problemas quanto à instalação da caixa d'água rente ao telhado não permitindo sua limpeza anual. A parte do esgoto do projeto seria executado sob a supervisão da Funasa. A construção tem progredido muito lentamente criando descontentamentos.

Visitas realizadas ao longo de 2008 aos quilombos paulistas reconhecidos e às secretarias municipais permitem afirmar que houve uma grande melhoria no acesso da população quilombola à atenção básica a partir da implantação do programa Qualis com distintos graus de implementação e estabilização do Projeto. Todavia ainda persistem insuficiências. Os problemas de saúde dos quilombos em São Paulo mostram o perfil da chamada transição epidemiológica – persistência dos velhos problemas relacionados à pobreza e subdesenvolvimento e alta prevalência das doenças da “modernidade” – hipertensão e diabetes. Os governos locais, exceto Itapeva e Itatiba, na maioria não tem escala para uma ampla e diversificada rede de serviços e as informações de saúde específicas sobre comunidades quilombolas são escassas, fragmentadas e de qualidade duvidosa.

Informações colhidas junto a gestores municipais de saúde os principais agravos mencionados foram hipertensão, diabetes, obesidade, péssima saúde bucal, “deficiências devidas a casamentos endogâmicos”, alcoolismo, leishmaniose cutânea. Em Ubatuba, além das citadas foram mencionados o abuso de drogas e a tuberculose. Essas impressões coincidem com os achados de um estudo sobre as condições sanitárias em Caiana dos Crioulos, um quilombo paraibano (Silva, 2007) mas discordantes do relato sobre a situação de saúde dos quilombolas de Kalunga. (Jardim et al, 1992) Não

obstante é preciso atentar que este último trabalho se refere a situação de mais de 15 anos passados, época em que essa comunidade era bem isolada.

Nas rodas de conversa durante as visitas aos quilombos foram frequentes as queixas por problemas de saúde não diagnosticados ou não informados aos familiares, casos de iatrogenia e erro médico e não resolubilidade dos serviços de saúde. Também importantes foram as queixas sobre deficiência de transporte de pacientes graves ou incapacitados até os hospitais de referência em Registro e Pariquera-Açu, distantes de 70 a 100km da maioria dos quilombos do Vale do Ribeira. Houve grande ênfase sobre a falta de informação das comunidades sobre as questões de saúde e a grande avidez por palestras, cursos e oficinas. As impressões trazidas pelos quilombolas são corroborados pelo estudo das desigualdades raciais na mortalidade de 2.005 nas regiões de saúde de saúde do estado que mostram mortalidade de pretos 2,4 vezes maior que a de brancos no DRS de Registro, a maior do estado. A sobremortalidade dos pretos em relação aos brancos ocorreu em todos os capítulos da Classificação Internacional de Doenças – 10<sup>a</sup> edição mas especialmente nos transtornos mentais em que a mortalidade de pretos foi 10,4 vezes maior; nas afecções do período perinatal afetando os menores de 1 ano (4,6 vezes), nas doenças do sistema nervoso (4,2); nas do aparelho digestivo (4 vezes), nas doenças circulatórias (3,1), nas causas maldefinidas (2,8), nas doenças endócrinas (2,4), nas do aparelho geniturinário (2), nas infecciosas e respiratórias (60%), no câncer (50%) e nas causas externas (40%). (Volochko et al, 2009)

Por fim, nas conversas com os gestores locais da maioria dos municípios sede de quilombos, transparece uma crítica velada de alguns, mais enfática de outros, atarantados com as demandas locais, sobre o excesso de “barulho” dos quilombolas sobre seus problemas de saúde.

Há nesse comentário duas lições sobre as quais é necessário refletir :

1. O exemplo a ser aprendido com os quilombolas – a persistência e a expressão de suas necessidades em todos os fóruns. Essa é a essência da participação popular na saúde. É através dessa participação que as necessidades serão percebidas e introduzidas na agenda do planejamento e programação, que a qualidade dos serviços de saúde será aprimorada e a situação de saúde e condições de vida melhoradas. Esta é uma das mais importantes expressões da cidadania

2. O tamanho do racismo institucional e das práticas tradicionais na condução do SUS onde a equidade é para alguns, não para todos.

A inclusão da preocupação com as desigualdades raciais na saúde, em especial da população negra e quilombola no Plano Estadual de Saúde foi uma vitória que se será seguida de um árduo trabalho de sensibilização e conscientização de gestores locais e regionais, da implantação e análise de sistemas de informações específicas, de intenso programa de ações de promoção e educação em saúde, de soluções criativas e solidárias dos Colegiados de Gestão e de pesquisas capazes de cada vez mais desvelar como opera o racismo institucional cada vez mais ilegal e ainda bastante atuante.

### Referências Bibliográficas

- Andrade, Tânia. In Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. Org Andrade, Tânia. São Paulo, IMESP, 1997.
- Anjos, Rafael SA. Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira Configuração Espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- Anjos, Rafael SA. Quilombolas: tradições e cultura da resistência. São Paulo. Aori Comunicação, 2006.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Título VIII Da Ordem Social, Capítulo II, Da Seguridade Social, Seção II, Da Saúde, Art. 196, 197 e 198.
- EACONE, 2007 apud Santos, Kátia MP; Tatto, Nilto eds, 2008. Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. São Paulo. Instituto Sócioambiental.
- ITESP, 2008. Mapa dos quilombos paulistas de outubro de 2007, atualizado mediante comunicação pessoal em setembro de 2008.
- Jardim, Paulo CBV; Carneiro, Omar; Carneiro, Sergio B e Baiocchi, Mari N. Pressão arterial em comunidade negra isolada remanescente de quilombo – norte de Goiás – Kalunga. Arq Brás Cardiol 58 (4); 289-93, 1992.
- Ministério da Saúde, 2006a. Pacto pela vida, em defesa do SUS e de gestão, Séria Pactos pela Saúde. 2006. volume 1 Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume1.pdf> acessado em 14/10/2008.
- Ministério da Saúde, 2006b. Diretrizes para a Programação Pactuada e Integrada da Assistência à Saúde. Pactos pela Saúde. 2006. volume 5 Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume5.pdf> acessado em 14/10/2008.

- Ministério da Saúde, 2006c. Regionalização solidária e cooperativa. Orientações para sua implementação no SUS. Pactos pela Saúde. 2006. volume 3 Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume3.pdf> acessado em 14/10/2008.
- Nery, Tito CS. Saneamento: ação de inclusão social. *Estudos Avançados* 18 (50), 313-21, 2004.
- Oliveira Jr, Adolfo N; Stucchi, Deborah; Chagas, Miriam F e Brasileiro, Sheila S. Laudo Antropológico. In *Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território*. Ed Andrade, Tânia; Pereira, Carlos AC e Andrade, Márcia RO. ITESP.São Paulo, 2.000.
- Santos, Kátia MP; Tatto, Nilto eds. *Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*. São Paulo. Instituto Sócioambiental. 2008.
- SES/SP, 2008. Plano Estadual de Saúde, 2008-2011. 11/2/2008 15:09. disponível em [http://portal.saude.sp.gov.br/resources/geral/agenda/pdfs/plano\\_estadual\\_de\\_saude\\_13fev.pdf](http://portal.saude.sp.gov.br/resources/geral/agenda/pdfs/plano_estadual_de_saude_13fev.pdf) acessado em 14/10/2008.
- Silva, José AN. Condições Sanitárias e de Saúde em Caiana dos Crioulos, uma Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. *Saúde e Soc.* São Paulo. 16, n 2, 111-24, 2007.
- Valim, Suely; Vieira, Ana ML e Osiano, Vera LLR. A Estratégia Saúde da Família – Qualis – em 1001 municípios de Estado de São Paulo.
- Volochko, Anna; Vidal, Natália P e Batista, Luiz E. Desigualdade raciais na saúde: perfil da mortalidade de pretos e brancos nos Departamentos Regionais de Saúde do estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, no prelo.

# Importância da Pesquisa do Traço e da Anemia Falciforme nos Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira-SP

Regina Célia Mingroni-Netto, Maria Teresa Balester de Mello Aurichio<sup>1</sup> e João Pedro Vicente

## RESUMO

Apresentamos os resultados da triagem molecular de mutações relacionadas à anemia falciforme, hemoglobina S (*HBB\*<sup>S</sup>*) e hemoglobina C (*HBB\*<sup>C</sup>*), em 1109 indivíduos de doze populações de remanescentes de quilombos localizadas no Vale do Ribeira, SP, nas imediações dos municípios de Eldorado e Iporanga. Os bairros remanescentes de quilombo estudados foram Abobral Margem Esquerda, Abobral Margem Direita, Galvão, São Pedro, Pedro Cubas, Pilões, Maria Rosa, André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Ivaporunduva e Poça. A metodologia empregada foi análise do gene da beta globina amplificado pela reação em cadeia da polimerase (PCR), seguida da digestão com as enzimas de restrição *Dde* I e *Bse* RI, que permitem a detecção molecular dos alelos mutados. Identificamos três indivíduos homocigotos *HBB\*<sup>S</sup> / \*<sup>S</sup>*, um total de 90 indivíduos com a *HBB\*<sup>S</sup>* em heterozigose (*HBB\*<sup>S</sup>/A*) e 3 indivíduos com a hemoglobina C em heterozigose (*HBB\*<sup>C</sup>/A*). A frequência média de portadores dos alelos mutados em heterozigose foi de 8,5 %. Nossos resultados indicaram elevadas frequências do traço falcêmico em várias das populações de remanescentes de quilombos investigadas. Esses dados indicam que essas populações merecem especial atenção em relação à continuidade de programas de triagem dessas hemoglobinopatias. Além disso, o desenvolvimento de programas de esclarecimento e aconselhamento genético voltados à questão da anemia falciforme em remanescentes de quilombos é desejável.

## INTRODUÇÃO

A anemia falciforme é a mais freqüente dentre todas as hemoglobinopatias no Brasil (Zago e Costa, 1985). É transmitida como uma caracterís-

tica de herança autossômica recessiva. A alteração molecular primária na anemia falciforme corresponde à substituição de uma única base nitrogenada do DNA, no códon 6, no gene da globina beta. Nessa posição, uma adenina (A) é substituída por uma timina (T); (GAC GTC). Essa mutação resulta na substituição do aminoácido glutamina na posição 6 por um aminoácido valina. A substituição de aminoácido tem como consequência final a polimerização das moléculas dessa hemoglobina anormal, chamada de hemoglobina S, quando desoxigenadas.

A polimerização da hemoglobina S é o evento fundamental na patogênica da anemia falciforme, resultando na alteração da forma do eritrócito e na acentuada redução de sua deformabilidade. Uma excelente revisão sobre os aspectos moleculares, genéticos e clínicos da anemia falciforme pode ser encontrada em Costa, 2005.

A anemia falciforme resulta da presença, em homozigose, da hemoglobina S (genótipo *HBB\*<sup>S</sup>/HBB\*<sup>S</sup>*). O estado heterozigótico em relação à hemoglobina S (genótipo *HBB\*<sup>S</sup>/HBB\*<sup>A</sup>*) não é considerado como doença falciforme, uma vez que a falcização das hemácias que ocorre em certas situações nesses indivíduos não conduz a manifestações clínicas evidentes. As complicações clínicas relacionadas à heterozigose da HbS são extremamente raras.

A hemoglobina C é também uma variante estrutural de cadeia beta da globina e resulta de mutação no mesmo códon do gene da beta globina que ocorre na hemoglobina S. No caso da Hemoglobina C, a substituição é GAG AAG no DNA, com a consequente substituição na cadeia polipeptídica do aminoácido ácido glutâmico pela lisina. A Hb C não participa da polimerização de moléculas de HbS, mas o indivíduo com genótipo *HBB\*<sup>S</sup>/HBB\*<sup>C</sup>* têm hemoglobinopatia, porém com evolução mais benigna do que a dos pacientes com genótipo *HBB\*<sup>S</sup>/HBB\*<sup>S</sup>*.

A mutação que leva à anemia falciforme, ou seja, o alelo *HBB\*<sup>S</sup>* tem frequência elevada nas populações africanas e sua distribuição geográfica coincide com a distribuição geográfica do *Plasmodium falciparum*, agente causador da malária. Indivíduos com HbS em heterozigose, quando infectados pelo *Plasmodium falciparum*, apresentam vantagem seletiva em relação aos indivíduos que não carregam esse alelo anômalo. Isso explica a elevada frequência do alelo mutado nas populações africanas em áreas onde a malária é endêmica e, consequentemente, a elevada incidência da doença nessas regiões. No entanto, os mecanismos exatos que levam à vantagem seletiva do heterozigoto ainda não foram completamente esclarecidos.

O Vale do Ribeira ocupa cerca de 10% do território paulista, abrigando 10 municípios: Eldorado, Jacupiranga, Pariquera-Açu, Registro, Sete Barras, Iguape, Cananéia, Iporanga, Apiaí, e Ribeira. O relevo é predominantemente montanhoso, o clima é quente e úmido e seu território abrange grandes extensões de mata atlântica, e, de fato, inclui as maiores extensões de mata atlântica contínua remanescentes do país.

A região do Vale do Ribeira foi alvo de exploração mineradora no século XVII. Na época, muitos escravos foram levados para a região para trabalhar nas minas de ouro e prata. Com o fim desse ciclo de mineração, o custo de manutenção de escravos tornou-se elevado, o que fez com que muitos senhores de terras abandonassem seus escravos, que, juntamente com outros escravos fugidos, fundaram populações que praticavam agricultura de subsistência. Por esse motivo, o Vale do Ribeira abriga nos dias de hoje diversas comunidades de remanescentes de quilombos.

Em virtude da alta frequência dos alelos mutados nas populações africanas, é esperado que as populações brasileiras afro-descendentes também exibam frequências elevadas de indivíduos com o traço falciforme (genótipo  $HBB^*S/HBB^*A$ ), o que tem sido de fato documentado em inúmeros trabalhos realizados no território brasileiro (Cardoso e Guerreiro, 2006). Portanto, os remanescentes de quilombos, populações com elevada proporção de ancestralidade africana, merecem investigações aprofundadas sobre a frequência e sobre a origem dos alelos HbS. A triagem de indivíduos dos remanescentes de quilombos é importante porque permite a identificação de indivíduos com genótipo heterozigoto e o aconselhamento genético dos núcleos familiares em que há risco de prole afetada.

Nesse trabalho apresentamos um resumo dos achados de nosso grupo de pesquisa sobre a frequência dos alelos  $HBB^*S$  e  $HBB^*C$  em remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo.

## MATERIAL E MÉTODOS

*Populações:* Foi estudado um total de 1109 indivíduos que residem em 12 bairros de remanescentes de quilombos, em processos diversos de identificação, reconhecimento e titulação de terras. Os bairros estudados estão localizados nas imediações dos municípios de Eldorado e Iporanga, no Vale do Ribeira, na região sudeste do Estado de São Paulo. Foram estudadas as populações de Abobral Margem Esquerda, Abobral Margem Direita, Galvão, São Pedro, Pedro Cubas, Pilões, Maria Rosa, André Lopes, Nhunguara,



Sapatu, Ivaporunduva e Poça. O número estimado de habitantes em cada bairro na época da coleta do material está apresentado na Tabela I. Foram convidados a participar do estudo todos os indivíduos com idade superior a 17 anos. Os indivíduos que concordaram em participar do estudo foram clinicamente examinados pelo médico da equipe. Foi coletado material de sangue periférico para extração de DNA e outros exames de rotina, como por exemplo, dosagens de hemoglobina e de glicose no sangue.

*Aspectos éticos da pesquisa:* O projeto de pesquisa que previa a coleta de material genético para o estudo da anemia falciforme foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo. Todos os indivíduos ou seus responsáveis legais assinaram termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo mesmo Comitê. Todos os indivíduos receberam laudos dos exames laboratoriais realizados com o sangue coletado. A distribuição de laudos com resultados normais ficou a cargo dos agentes comunitários de saúde ou dos líderes das comunidades. Os indivíduos com genótipos alterados (portadores de Hemoglobina S ou Hemoglobina C) foram visitados pessoalmente pela equipe e o aconselhamento genético da família foi realizado em domicílio.

*Análises moleculares:* O DNA foi extraído de sangue periférico por meio de protocolos padronizados de extração com fenol e clorofórmio. Os indivíduos mais recentemente examinados tiveram as amostras de DNA extraídas no aparelho *Autopure LS* da Gentra Systems. As mutações no gene da beta-globina, *HBB\*S* e *HBB\*C*, foram analisadas por meio da reação em cadeia da polimerase (PCR) seguida de digestão das amostras com enzimas de restrição. A digestão de um fragmento amplificado do gene da beta globina, com 282 pb, com a enzima de restrição *Bse* I permite a detecção tanto da Hemoglobina S como da Hemoglobina C, pois há modificação do sítio de restrição em consequência dessas mutações. (Saiki e col., 1985). Amostras com padrão de restrição alterado foram também submetidas à digestão com a enzima de restrição *Dde* I, que permite obter diferentes padrões de fragmentos para as mutações *HBB\*S* e *HBB\*C* e distingui-las. Os produtos da digestão foram analisados em gel de agarose após coloração com brometo de etídeo.

## RESULTADOS

Os resultados da triagem das mutações *HBB\*S* e *HBB\*C*, apresentados para cada população e no total das populações estão apresentados na Tabela I.

Tabela 1. Populações estimadas, número de amostras testadas, freqüências dos alelos  $HBB^*S$  and  $HBB^*C$  nos quilombos investigadas. Estado de São Paulo. 2006.

População de quilombo	Nº Estimado dos Habitantes	Nº de indivíduos estudados	Nº de heterozigotos $HBB^*A/HBB^*S$ (%)	Nº de Heterozigotos $HBB^*A/HBB^*C$ (%)	Nº de homozigotos $HBB^*S / HBB^*S$ (%)	Freqüência dos alelos $HBB^*S + HBB^*C$ (%)
1. Abobral Margem Esquerda	397	155	21 (13,6)	0	2 (1,3)	0,081
2. Abobral Margem Direita	176	53	6 (11,3)	0	1 (1,9)	0,075
3. Galvão	134	63	2 (3,2)	0	0	0,016
4. São Pedro	132	65	1 (1,5)	0	0	0,010
5. Pedro Cubas	286	145	3 (2,1)	0	0	0,010
6. Pilões	128	50	0	1 (2,0)	0	0,010
7. Maria Rosa	56	22	0	0	0	0
8. André Lopes	320	131	14 (10,7)	0	0	0,053
9. Nhunguara	447	129	18 (13,9)	0	0	0,070
10. Sapatu	295	102	8 (7,8)	0	0	0,039
11. Ivaporunduva	270	143	7 (4,9)	3 (0,3)	0	0,035
12. Poça	200	51	9 (17,6)	0	0	0,088
Total	2841	1109	89 (8,0)	4 (0,4)	3 (0,3)	0,045

(Modificada de Auricchio e col., 2007)

## DISCUSSÃO

A freqüência de indivíduos com genótipo heterozigoto  $HBB^*S/A$  variou de zero (em Pilões e Maria Rosa) até 17,6 % no bairro de quilombo da Poça. Aparentemente não há uma correlação clara entre a freqüência observada e a localização geográfica das populações. Por exemplo, Nhunguara é das comunidades mais próximas a Pilões e Maria Rosa, em que não ocorreu  $HBB^*S$ , mas apresenta uma das freqüências mais elevadas. Essas diferenças são notáveis se levarmos em consideração que são populações geograficamente muito próximas, pois a distância entre elas dificilmente ultrapassa 70 quilômetros.

O mesmo padrão heterogêneo de freqüências de traço falciforme foi observado em um estudo brasileiro comparativo entre remanescentes de

quilombos de diversas regiões geográficas do país (Oliveira e col., 2002). Nesse estudo em que foram comparadas as freqüências de indivíduos com traço falciforme entre quilombos do Nordeste, do Centro-Oeste e Sudeste (nossos resultados preliminares obtidos em Abobral, Galvão, São Pedro e Pedro Cubas foram incluídos) observaram-se padrões muito heterogêneos de distribuição de freqüências. Esses padrões podem ser explicados pelo fenômeno populacional conhecido como efeito do fundador. Uma vez que cada população de quilombo provavelmente foi fundada por um número pequeno de indivíduos, provavelmente poucos casais, a freqüência do traço falciforme nesses pequenos grupos de indivíduos fundadores pode ter sido muito diferente, o que acarretou diferenças substanciais na composição genética das populações que resultaram desses fundadores. Em adição ao efeito de fundador, o pequeno tamanho das populações de quilombo aliado ao seu isolamento genético, pelo menos parcial, deve ter acarretado flutuações aleatórias na freqüência dos alelos *HBB\**S**. Esse fenômeno, conhecido como deriva genética, deve ter acentuado as diferenças da freqüência do traço falciforme entre as populações.

A freqüência média observada de portadores heterozigotos de *HBB\**S** entre os indivíduos dos quilombos foi de 8,0 % e de portadores heterozigotos de *HBB\**C** foi de 0,3%. Essa freqüência é elevada e é comparável às freqüências observadas em diversas regiões da África, principalmente da África Central ( Cavalli-Sforza e col., 1995).

No estudo de Auricchio e col. (2007) determinamos por meio de análise de diversos polimorfismos vizinhos ao gene da beta globina, os haplótipos ligados à mutação *HBB\**S**. Estudos prévios haviam demonstrado que a mutação é encontrada associada a cinco tipos principais de haplótipos denominados de Senegal, República Central Africana ou Banto, Benin, Camarões e Árabe- Indiano ( Antonarakis e col., 1984, Pagnier e col., 1984, Kulozik e col., 1986, Lapoumériou e col., 1992). Identificamos os haplótipos presentes em 86 cromossomos com mutação *HBB\**S** (a população de Poça não foi incluída nessa publicação). Os quatro haplótipos observados foram os de origem africana: Senegal, Banto, Benin e Camarões. O haplótipo predominante, presente em 81,4% dos cromossomos, foi o Banto, seguido dos haplótipos Benin e Senegal (ambos presentes em 8,1% dos cromossomos estudados) e o menos freqüente foi o tipo Camarões (presente em 4% da amostra). O padrão de freqüências de haplótipos observado nas populações rurais dos remanescentes de quilombos é semelhante ao padrão obser-

vado em diversas amostras estudadas em cidades brasileiras. Por exemplo, nossos dados são similares aos resultados obtidos nas cidades de Ribeirão Preto e Campinas ( Zago e col., 1992; Figueiredo e col., 1994; Gonçalves e col., 1994) . O tráfico de escravos foi muito ativo no Brasil entre 1701 a 1846 e estima-se que 68% dos escravos vieram de Angola. Klein (2002) compilou que cerca de 2/3 dos escravos trazidos ao sudeste do Brasil vieram da África Oriental, Congo e Angola. Nessas regiões, o haplótipo ligado a *HBB\*<sup>S</sup>* do tipo Banto é o predominante, o que explica a preponderância desse haplótipo no sudeste do Brasil. A diversidade e a frequência dos haplótipos encontradas refletem a diversidade e a proporção da contribuição dos diferentes grupos étnicos africanos à formação dos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

## CONCLUSÃO

As elevadas frequências de indivíduos com traço falciforme observadas nos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, São Paulo, indicam a necessidade da continuidade de programas de triagem das mutações associadas à doença falciforme nessas populações. Programas de esclarecimentos sobre a doença, seu quadro clínico e mecanismo de herança devem ser direcionados a essas populações. Uma vez que o casamento entre dois indivíduos heterozigotos resulta em crianças com risco de 25% de serem afetadas pela anemia falciforme, o aconselhamento genético das famílias em risco é fundamental para que se façam escolhas de planejamento familiar conscientes ou que se intensifique a atenção sobre a saúde dos recém-nascidos.

## AGRADECIMENTOS

Pesquisa financiada pela FAPESP e CNPq.

Agradecemos aos alunos de pós-graduação do programa de Biologia/Genética do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva que tomaram parte das expedições e da coleta de material de pesquisa em especial, Cláudia Blanes Angeli, Daniel Rincon, Eliete Pardono, Lilian Kimura, Lúcia Inês de Macedo Souza e Nelson Henderson Cotrim. Agradecemos também aos médicos que nos auxiliaram nos exames clínicos ou na supervisão clínica do projeto: Roberto Maluf, Franklin Albert Kono, Prof. Dr. Paulo Alberto Otto, Prof. Dr. Cláudio Leoni. Aos Prof.Drs. Wilson da Silva Jr e José Eduardo Krieger agradecemos as sugestões de protocolos.

## Referências Bibliográficas

- Auricchio, MTBM; Vicente, JP; Meyer, D; Mingroni-Netto, RC. Frequency and origins of Hemoglobin S mutation in African-derived Brazilian populations. *Hum. Biol.* 79:667-78, 2007.
- Antonarakis SE, Boehm CD, Serjeant GR, Theisen CE, Dover GJ, Kazazian HH. 1984. Origin of the BS-globin gene in blacks: the contribution of recurrent mutation or gene conversion or both. *Proc Natl Acad Sci USA* 81:853-856.
- Cardoso GL e Guerreiro JF. 2006. African gene flow to north Brazil as revealed by HBB\*S gene haplotype analysis. *Am J Hum Biol* 18: 93-98.
- Cavalli-Sforza LL, Menozzi P, Piazza A. 1994. The history and geography of human genes. Princeton: Princeton University Press, 147p.
- Costa, FF. Anemia Falciforme. In: Zago MA; Falcão RP; Pasquini R. (Org.). Hematologia: Fundamentos e Prática. Edição Revista e Atualizada. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2005, v. 1, p. 289-308.
- Figueiredo MS, Silva MC, Guerreiro JF, Souza GP, Pires AC, Zago MA. The heterogeneity of the S cluster haplotypes in Brazil. 1994. *Gene Geogr* 8: 7-12.
- Gonçalves MS, Nechtman JF, Figueiredo MS, Kerbauy J, Arruda VR, Sonati MF, Saad SOT, Costa FF, Stoming TA. 1994. Sick cell disease in a Brazilian population from São Paulo: a study of the S haplotypes. *Hum Hered.* 44:322-.
- Klein HS. 2002. As origens africanas dos escravos brasileiros *in*: Homo Brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro. Pena, SDJ (org). Ribeirão Preto, SP. FUNPEC-RP.
- Lapoumériou C, Dunda O, Ducrocq R, Trabuchet G, Mony-Lobe M, Bodo JM, Carnevale P, Labie D, Elion J, Krishnamoorthy R. 1992. A novel sickle cell mutation of yet another origin in Africa: the Cameroon type. *Hum Genet.* 89:333- 337.
- Oliveira SF, Pedrosa MAF, Souza SMB, Mingroni-Netto RC, Abe-Sandes K, Ferrari I, Barbosa AAL, Auricchio MTBM, Klautau-Guimarães MN. 2002. Heterogeneous distribution of HbS and HbC alleles in Afro-derived Brazilian populations. *Int J Hum Genet* 2: 153-160.
- Pagnier J, Mears G, Dunda-Belkhdja, O, Schaefer-Rego, KE, Beldjord C, Nagel, RL and Labie D. 1984. Evidence for the multicentric origin of the sickle cell hemoglobin gene in Africa. *Proc. Natl. Acad. Sci USA* 81: 1771-1773.

Saiki RK, Scharf S, Faloona F, Mullis KB, Horn GT, Erlich HA, Arnheim N. Enzymatic amplification of-globin genomic sequences and restriction site analysis for diagnosis of sickle cell anemia. 1985. *Science* 230: 1350-1354.

Zago, MA e Costa FF. Hereditary Haemoglobyn disorders in Brazil. 1985. *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene* 79: 385-388.

Zago MA, Figueiredo MS, Ogo SH. Bantu S cluster haplotype predominates among Brazilian blacks. 1992. *Am J Phys Anthropol* 88:295-298.

# Doenças Modernas nos Antigos Quilombos: A Obesidade e a Hipertensão no Vale do Ribeira-SP

Regina Célia Mingroni-Netto, Cláudia Blanes Angeli, Lillian Kimura  
Maria Teresa Balester de Mello Auricchio e João Pedro Vicente

## INTRODUÇÃO

A obesidade pode ser definida como o estado de aumento do peso corporal, mais especificamente do tecido adiposo, de magnitude suficiente para produzir conseqüências adversas à saúde. O cálculo do Índice de Massa Corpórea (IMC) é o método mais utilizado para avaliar a obesidade. Esse índice é uma medida relativa do peso do indivíduo, em quilogramas, ajustado para sua altura, em metros ( $IMC = \text{peso Kg} / \text{altura m}^2$ ). A classificação dos indivíduos adultos com base no IMC, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é útil para a identificação de riscos de morbidade e mortalidade devido à obesidade. Assim, os indivíduos com  $IMC < 18,5$  são considerados com subpeso. Os indivíduos com  $18,5 \leq IMC < 25$  são considerados como apresentando peso normal. Os indivíduos com  $25 \leq IMC < 30$  são aqueles com sobrepeso. São considerados obesos aqueles que possuem  $IMC \geq 30$ . Segundo dados da OMS (<http://www.who.int>), estima-se que existam cerca de 1 bilhão de adultos com sobrepeso e obesidade no mundo e destes, cerca de 300 milhões são obesos. A urbanização, o rápido avanço tecnológico e a disponibilidade de alimentos calóricos promovem uma ingestão excessiva de calorias e pouca atividade física. De acordo com estimativas da OMS em 2005, em alguns países, tais como EUA e Argentina, mais de 30% da população é obesa.

O Brasil possui regiões em que a desnutrição ainda é um sério problema, mas nas regiões mais ricas a obesidade já é preocupante. No levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos anos de 2002 e 2003 (Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 – Análise da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos e do Estado Nutricional do Brasil) estimou-se que cerca de 40% dos adultos do país apresentam sobrepeso ou obesidade, não havendo diferença substancial entre homens e mulheres. Já a obesidade afeta 8,9% dos homens e 13,1% das mulheres.

Hipertensão é o termo utilizado para designar a pressão arterial elevada crônica, de caráter patológico. Classifica-se a hipertensão como primária ou essencial quando sua manifestação não pode ser atribuída à existência de outra doença; classifica-se como secundária quando se manifesta em consequência ou em associação com outros distúrbios. A Sociedade Brasileira de Hipertensão, seguindo as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial de 2002, considera como normal a pressão arterial mantida abaixo de 130/85 mmHg e ótima quando está abaixo de 120/80 mmHg. São classificadas como limítrofes as pressões sistólica entre 130-139 mmHg e diastólica entre 85-89 mmHg. Valores superiores a esses caracterizam a hipertensão. A hipertensão é considerada pela OMS como a terceira causa de morte no mundo. No Brasil, 300 mil pessoas por ano morrem por causa de doenças cardiovasculares, cerca de 50% delas decorrentes da pressão arterial. Dados de 2004 indicaram que 36% dos indivíduos adultos têm hipertensão (Projetos, Planos e Relatórios do Ministério da Saúde).

Diversos estudos sugerem que a hipertensão tem maior incidência em populações negras do que em outros grupos populacionais (Caufield e col., 1995; Cooper e Rotimi, 1997; Swift e MacGregor, 2004). Na população norte-americana, cerca de 25% dos adultos são hipertensos; entre os afro-descendentes a frequência da hipertensão pode chegar a 35% (Cooper e col., 1999). Em populações negras da África rural, um entre sete adultos é hipertenso; em populações afro-descendentes na América do Norte, essa taxa sobe para (Cooper e col., 1997). No Brasil, poucos estudos foram feitos sobre hipertensão em populações afro-descendentes. Jardim e col. (1992) encontraram uma baixa prevalência de hipertensão em uma população quilombola Kalunga (em Goiás). Sichieri e col. (2001) descreveram diferenças quanto à ocorrência da hipertensão, observando que as mulheres negras de uma população do Rio de Janeiro apresentavam uma maior probabilidade de desenvolverem hipertensão do que as brancas e as mulatas. A prevalência de hipertensão entre afro-descendentes tem gerado especulações a respeito da possibilidade de existirem diferenças genéticas que determinem susceptibilidade à hipertensão.

A obesidade e a hipertensão são consideradas pelos geneticistas como doenças multifatoriais, pois são fortemente influenciadas por fatores genéticos e também fatores ambientais. Em outras palavras, sua expressão pode ser modulada por numerosos genes modificadores, que interagem entre si e também interagem com fatores ambientais, como por exemplo, as escolhas alimentares, atividade física e tabagismo.



Diante da contribuição africana na formação das populações brasileiras, consideramos fundamental o estudo das bases genéticas relacionadas à hipertensão e à obesidade entre afro-descendentes. Nesse trabalho apresentamos os resultados preliminares de um projeto de pesquisa que visa definir os principais fatores de risco genéticos e ambientais relacionados à hipertensão e à obesidade nas populações rurais negras dos remanescentes de quilombos localizadas no Vale do Ribeira, São Paulo.

## MATERIAL E MÉTODOS

**Populações.** A amostra inclui cerca de 800 indivíduos adultos (com mais de 17 anos) dos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira – SP: Abobral Margem Esquerda, Galvão, São Pedro, Pedro Cubas, André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Pilões, Maria Rosa e Ivaporunduva. Essas populações estão localizadas nos municípios de Eldorado e Iporanga. A Tabela I mostra em cada população o número total de habitantes, o número de habitantes com idade igual ou maior que 17 anos, o número de indivíduos estudados e a porcentagem de cobertura do estudo em relação ao total de indivíduos com 17 anos ou mais. Excluimos da amostra as mulheres grávidas e os indivíduos diagnosticados como diabéticos.

Tabela I. População, número de pessoas com idade  $\geq$  17 anos, número de pessoas estudadas e cobertura do estudo, nos quilombos selecionados. Estado de São Paulo. 2008.

	Abobral	André Lopes	Galvão	Ivaporunduva	Maria Rosa	Nhanguara	Pedro Cubas	Pilões	São Pedro	Sapatu	Total
População	397	305	115	317	49	461	274	91	123	297	2520
Nº de pessoas $\geq$ 17 anos	240	158	62	178	28	222	135	65	69	183	1064
Nº de indivíduos analisados neste estudo	95	108	50	128	18	109	93	47	65	80	793
Nº de pessoas Cobertura (%)	39,5	68,4	80,6	71,9	64,3	49,1	68,9	72,3	94,2	43,7	74,5

Fonte: Angeli, 2008 e Pedroso Júnior e col., 2008

**Aspectos éticos da pesquisa:** As avaliações clínicas preliminares foram conduzidas dentro do projeto “Variabilidade molecular em populações brasileiras” aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Biomédicas da USP. A segunda etapa do projeto sobre hipertensão e obesidade foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Biociências da USP. Todos os indivíduos ou seus responsáveis legais assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Todos receberam laudos dos exames laboratoriais e clínicos realizados. A distribuição de laudos com resultados normais ficou a cargo dos agentes comunitários de saúde ou dos líderes das comunidades. Os indivíduos com resultados alterados tiveram os resultados explicados pelo médico da equipe, de quem receberam orientações para procurar acompanhamento do caso.

## Estudos clínicos

*Estudo da obesidade:* Foram obtidas medidas padronizadas de peso e altura. Os indivíduos foram medidos e pesados sem sapatos e com roupas leves. O Índice de Massa Corpórea (IMC) foi calculado através da fórmula  $IMC = \text{peso Kg/altura m}^2$  (em cerca de 800 indivíduos). Também foram realizadas medidas de perímetro braquial, pregas cutâneas do tríceps e subescapular, e circunferências do quadril e da cintura, coletadas de acordo com Frisancho (1990). A razão cintura-quadril foi calculada dividindo-se a circunferência da cintura pela circunferência do quadril. O conjunto mais completo de medidas foi realizado somente em um grupo de 590 indivíduos, dado que expedições para complementação do estudo antropométrico ainda estão em andamento.

*Estudo da Pressão arterial:* A pressão arterial foi medida de maneira padronizada. A primeira medida das pressões sistólica e diastólica foi obtida assim que o indivíduo chegou ao local do exame, após ficar sentado cerca de 15 minutos. Após cerca de 5 minutos em repouso após a primeira medida, nova medida das pressões foi obtida. Os valores de pressão arterial considerados foram a média aritmética das duas medidas da pressão sistólica e das duas medidas da pressão diastólica. Foram considerados hipertensos os indivíduos que apresentaram média das duas medidas da pressão sistólica superior ou igual a 140mmHg e/ou média das duas medidas da pressão diastólica superior ou igual a 90mmHg; também foram considerados como hipertensos aqueles que foram

diagnosticados anteriormente à pesquisa como hipertensos e faziam uso de medicamentos antihipertensivos.

*Questionário com histórico de doenças e hábitos:* Todos os indivíduos passaram por entrevista para coleta de informações sobre sexo, idade, tabagismo, histórico de doenças anteriores, história reprodutiva e outras atividades. A cada indivíduo foi atribuído um índice, referido como grau de atividade física (GAF), que variou de 1 a 4, em função das atividades diárias relatadas na entrevista (ver Quadro I).

Quadro I. Valor do GAF atribuído a cada indivíduo levando em consideração o tipo de atividade diária.

	Atividade física diária dos indivíduos
GAF 1	Indivíduos que permanecem em casa sentados durante o dia, sem muitas atividades devido a alguma limitação física, pela idade avançada ou com ocupações sedentárias.
GAF 2	Indivíduos que não trabalham na lavoura porém fazem serviços domésticos o dia todo, ficando a maior parte do tempo em pé.
GAF 3	Indivíduos que trabalham apenas meio período na lavoura, mas que realizam serviços domésticos o resto do dia.
GAF 4	Indivíduos que relatam trabalhar na lavoura em período integral e carregando peso.

## RESULTADOS

A Tabela II mostra o resultado do estudo antropométrico. Pudemos observar diferenças estatisticamente significativas nos valores das médias do IMC, peso, altura, pregas tricípital e subescapular, soma das pregas, circunferências da cintura e do quadril e razão cintura-quadril entre os dois sexos. A média da altura, do peso e da RCQ é maior no grupo dos homens no que no das mulheres, um resultado esperado devido às diferenças de constituição física entre os sexos. Porém, a média do IMC é maior entre as mulheres (25,39 Kg/m<sup>2</sup>) em comparação aos homens (23,15 Kg/m<sup>2</sup>). Além disso, as médias dos valores das pregas cutâneas mostraram-se maiores nos indivíduos do sexo feminino no que nos do sexo masculino. Esses resultados indicam que as mulheres têm maior acúmulo de gordura corporal do que os homens.

Tabela II. Parâmetros antropométricos estudados por sexo e na população total. Quilombos selecionados Estado de São Paulo. 2008.

	Idade a (anos)	Peso a (Kg)	Altura a (m)	IMCa (Kg/m <sup>2</sup> )	Perímetro braquial b (cm)	Prega tricaptal b (mm)	Prega subescapular b (mm)	Soma das Pregas b (mm)	Circunferência da cintura b (cm)	Circunferência do quadril b (cm)	Razão Cintura Quadril b	Pressão sistólica a (mmHg)	Pressão diastólica a (mmHg)	
POPULAÇÃO TOTAL	N	807	810	810	577	576	464	461	597	594	593	806	806	
	Média	41,71	62,06	1,60	24,38	28,82	13,19	16,99	30,50	82,75	92,78	0,89	125,13	81,10
	Mediana	38,08	61,52	1,59	23,57	28,50	10,72	13,83	25,00	81,50	92,00	0,89	120,00	80,00
	DP	17,523	11,497	0,092	4,265	3,675	8,270	10,371	18,437	10,074	10,854	0,073	24,476	13,476
HOMENS	N	362	365	365	250	250	192	191	260	260	259	364	364	
	Média	41,59	64,01	1,66	23,15	28,82	7,28	10,96	18,15	80,71	86,85	0,93	124,97	82,10
	Mediana	38,87	63,80	1,67	22,87	28,63	6,0	9,67	16,33	79,90	87,08	0,95	120	80
	DP	17,306	9,555	0,077	2,791	3,019	4,012	5,116	8,758	7,520	8,049	0,069	22,942	13,492
MULHERES	N	445	445	445	327	326	272	270	337	334	334	443	442	
	Média	41,82	60,47	1,54	25,39	28,81	17,74	21,25	39,23	84,32	97,40	0,86	125,26	80,28
	Mediana	37,00	59,15	1,54	24,77	28,5	17,0	20,0	37,50	84,00	96,00	0,86	120	80
	DP	17,716	12,662	0,065	4,949	4,112	7,812	11,014	18,500	11,434	10,513	0,061	25,693	13,423
p	0,929	0,000*	0,000*	0,000*	0,563	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,891	0,097	

Fonte: Angeli, 2008 (N=Número de indivíduos estudados; DP=Desvio Padrão)

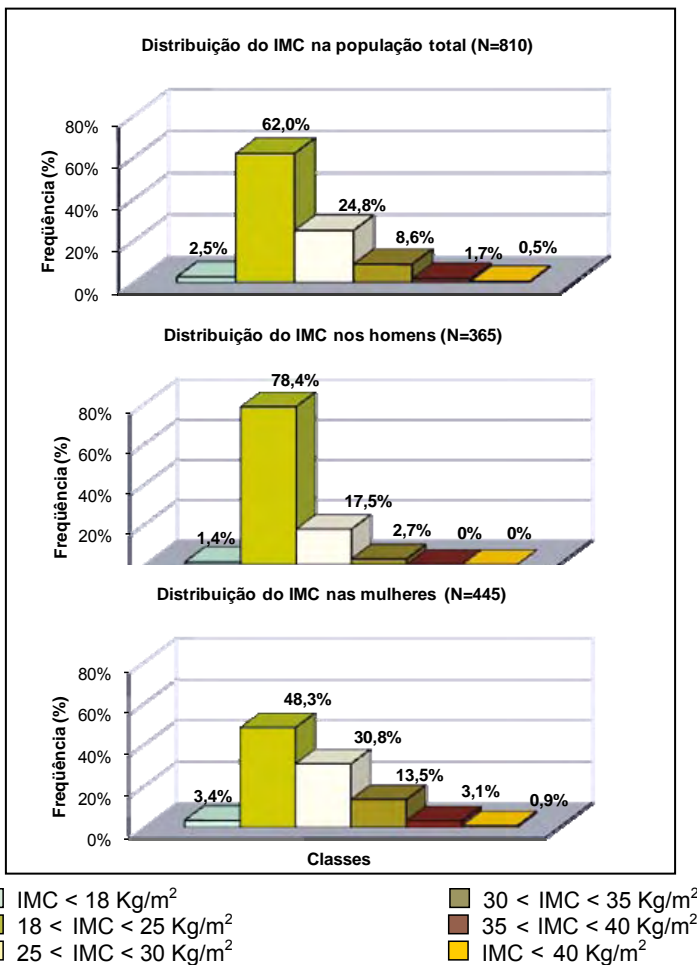
\* valores de p significativos (p < 0,05) intervalo de confiança de 95%, obtidos com o Teste Mann-Whitney.

a medidas obtidas de todos vistos na primeira e/ou segunda etapa.

b medidas obtidas dos que compareceram à segunda etapa da pesquisa.

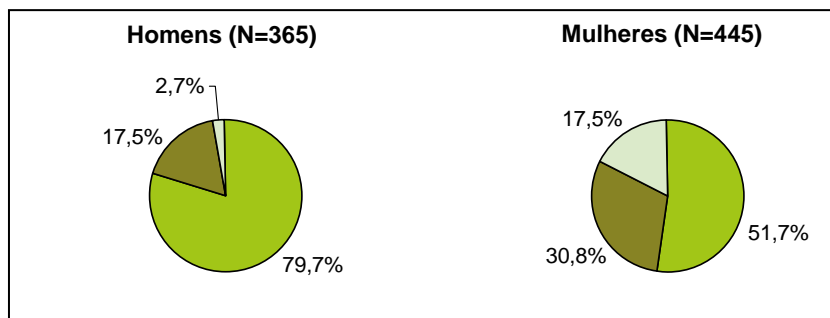
A Figura 1 mostra a porcentagem de indivíduos em cada faixa de IMC na população total e dividida por sexo. A Figura 2 apresenta, para cada sexo, a porcentagem de indivíduos com sobrepeso e obesidade, a qual reforça que o sobrepeso e a obesidade afetam principalmente as mulheres. A diferença entre frequência de obesidade e sobrepeso entre os sexos pode, sem dúvida, decorrer de alguns fatores biológicos e hormonais, mas buscamos compreender melhor essa diferença estudando o grau de atividade física dos indivíduos. Os resultados estão apresentados na Figura 3.

Figura 1. Distribuição do IMC por sexo e na população total. Quilombos selecionados. Estado de São Paulo. 2008.



Fonte: Angeli, 2008

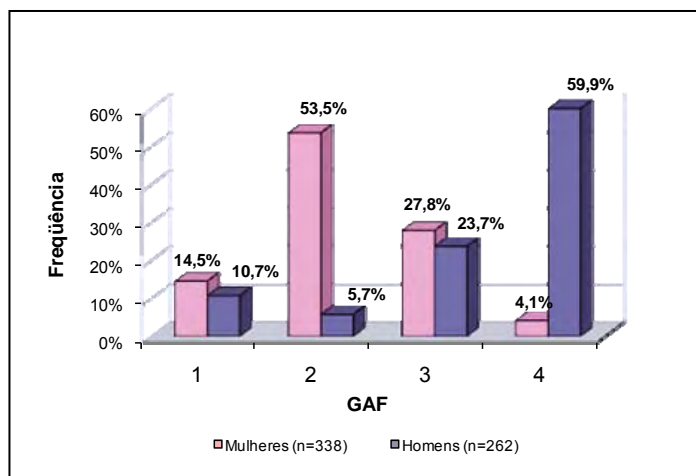
Figura 2. Distribuição dos IMC por sexo. Quilombos selecionados. Estado de São Paulo. 2008.



Subpeso e normal ■ IMC < 25 Kg/m<sup>2</sup>      Sobrepeso ■ 25 Kg/m<sup>2</sup> < IMC < 30 Kg/m<sup>2</sup>  
 Obeso ■ IMC ≥ 30 Kg/m<sup>2</sup>

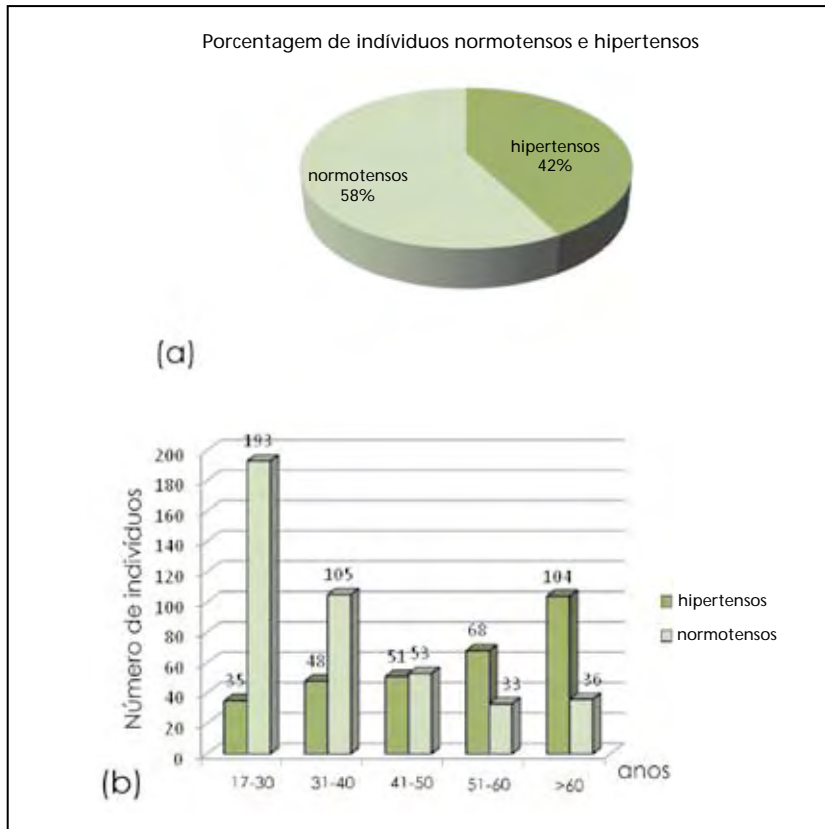
Fonte: Angeli, 2008

Figura 3. Distribuição do grau de atividade física (GAF) por sexo. Quilombos selecionados. Estado de São Paulo. 2008.



Fonte: Angeli, 2008

Figura 4: Distribuição da hipertensão por faixa etária e no total. Quilombos selecionados. Estado de São Paulo. 2008.



Fonte: Angeli, 2008

Os valores do GAF são maiores entre os homens do que entre as mulheres, sendo essa diferença estatisticamente significativa. Postulamos que as mulheres têm IMC maior que os homens por causa da diferença do grau de atividade física, que é maior entre os homens. Observamos também que a distribuição do GAF não é diferente entre os grupos de indivíduos (mulheres ou homens) com IMC < 25 e IMC ≥ 25 (dados não mostrados). Em outras palavras, não detectamos efeito significativo do GAF sobre o IMC entre os indivíduos do mesmo sexo.

Nossos resultados preliminares sobre hipertensão estão resumidos na Figura 4, que mostra que cerca de 42% da amostra total exibiu pressão arterial elevada. Embora nossa pesquisa não tenha realizado uma

cobertura total da população e possa ter havido viés na adesão à pesquisa (por exemplo, indivíduos que já sabiam ter a pressão alta compareceram preferencialmente ao exame), eles são fortemente indicativos de que essa condição é prevalente nos remanescentes de quilombos e que sua frequência é da mesma ordem de grandeza das observadas em grandes cidades. Esses fatos têm impacto apreciável na atenção à saúde desses indivíduos e na política de distribuição de medicamentos. Ao contrário da obesidade, em que diferenças apreciáveis de frequência foram observadas nos dois sexos, a ocorrência de hipertensão não difere entre os sexos.

## DISCUSSÃO

Observamos que nas populações remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, as médias da altura, do peso e da RCQ são maiores no grupo dos homens no que no das mulheres, mas observamos que as mulheres possuem valores médios do IMC e das pregas cutâneas significativamente maiores em comparação aos homens, indicando que elas têm mais gordura corporal. As frequências de sobrepeso e de obesidade são grandes, principalmente entre as mulheres (Figura 2) .

De acordo com realizado pelo IBGE nos anos de 2002 e 2003, o padrão de distribuição das frequências de sobrepeso e obesidade descritos para as populações brasileiras rurais masculina (cerca de 28%) e feminina (cerca de 40%) é muito semelhante às frequências observadas em nosso estudo. Entretanto, em relação às mulheres do Vale do Ribeira, pudemos observar que a frequência do sobrepeso e da obesidade (quase 50%) é maior ainda que as observadas tanto nas populações rurais como nas urbanas brasileiras. Uma das explicações para as diferenças de frequência observadas entre mulheres e homens pode ser a diferença no Grau de Atividade Física. (Figura 3), decorrente das atividades diárias praticadas por homens e mulheres, que são reflexos do estilo de vida dessas populações. De fato, enquanto os homens trabalham diariamente na lavoura, fazendo esforço físico e carregando peso, a maioria das mulheres declara permanecer em casa ocupando-se dos afazeres domésticos e de suas hortas. Apenas uma pequena parte das mulheres divide seu tempo entre os afazeres da casa e o trabalho na lavoura, deixando para os homens os trabalhos mais pesados na agricultura. Vale a pena colocar que a agricultura praticada por essas populações é do tipo de subsistência e não utiliza maquinaria que diminua o esforço físico do agricultor. Também nos foi informado que, após a



construção das escolas de educação infantil e ensino fundamental, que anteriormente não existiam nessas comunidades, as mulheres tenderam a permanecer na casa próxima à escola, trocando o trabalho na lavoura pelo trabalho doméstico, para garantir que seus filhos freqüentassem a escola.

As freqüências de sobrepeso e obesidade encontradas indicam que os remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira atravessam um processo de transição nutricional, que é característico do Brasil e de outros países de terceiro mundo (Batista Filho & Rissin 2003; Mendonça & Anjos 2004; Uauy e col., 2001; Bermudez & Tucker 2003; Kain e col., 2003). A transição nutricional caracteriza-se por uma rápida alteração na estrutura da dieta e nos padrões de atividade física da população, relacionada a mudanças sócio-econômicas e demográficas (Popkin, 2001). Outro fator que contribui a esse processo que ocorre em populações de baixa renda da América Latina é o aumento do consumo de alimentos processados e de alto valor calórico em substituição à alimentação tradicional (Popkin, 2003). Essa substituição tem sido observada também nos remanescentes de quilombos. Os alimentos industrializados (tais como óleo, açúcar refinado, refrigerantes, cerveja, massas, etc) podem ser adquiridos hoje muito mais facilmente que há 30 anos devido à melhoria do acesso e do transporte até as cidades. As recentes limitações de caça e pesca na região do Vale do Ribeira, que está situada dentro de áreas de proteção ambiental, também tiveram contribuição para as mudanças nutricionais, levando os indivíduos a substituir seus hábitos alimentares por hábitos mais semelhantes ao de populações urbanas de baixa renda.

Essas mudanças de hábitos podem também estar correlacionadas à alta freqüência de hipertensão encontrada em nossos estudos preliminares. Surpreende o fato de que as freqüências observadas sejam comparáveis às encontradas em grandes metrópoles. Parece que as mudanças de estilo de vida nos quilombos, associadas a uma possível predisposição à hipertensão herdada dos ancestrais africanos resultaram em freqüências elevadas dessa condição, o que tem importância crucial nas políticas de atenção à saúde.

## CONCLUSÃO

Observamos elevadas freqüências de sobrepeso e hipertensão arterial entre os indivíduos adultos dos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, freqüências comparáveis às observadas entre populações de grandes metrópoles. Esses achados podem estar correlacionados a fatores hereditários, o que está ainda em investigação, mas dados preliminares

indicam que mudanças no padrão de atividade física têm papel nesse processo. O excesso de peso e a hipertensão arterial merecem especial atenção, pois devem ser os problemas de saúde do adulto mais frequentes nessas populações.

## AGRADECIMENTOS

Pesquisa financiada pela FAPESP e CNPq. Agradecemos aos alunos de pós-graduação do IBUSP que contribuíram na coleta de material de pesquisa Daniel Rincon, Eliete Pardono, Lúcia de Macedo Souza e Nelson H.Cotrim. Agradecemos os médicos que nos auxiliaram nos exames clínicos ou na supervisão clínica: Roberto Maluf, Franklin Albert Kono, Prof. Dr. Paulo Alberto Otto e, especialmente, Prof. Dr. José Eduardo Krieger e Dr. Alexandre da Costa Pereira (do INCOR) pela elaboração dos protocolos de exame clínico e anamnese.

## Referências Bibliográficas

- Angeli, CB. Susceptibilidade genética e outros fatores de risco associados ao sobrepeso e à obesidade em populações afro-descendentes do Vale do Ribeira – SP. Tese de Doutorado. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, 2008.
- Batista-Filho M, Rissin A. Transição Nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cad. Saúde Pública*. 2003; 19 (Supl. 1): S181-S191.
- Bermudez OI, Tucker KL. Trends in Dietary Patterns of Latin American Populations. *Cad. Saúde Pública*. 2003; 19 (Supl.1): S87-S99.
- Caulfield M, Lavender P, Newell-Price J, Farrall M, Kamdar S, Daniel H, Lawson M, De Freitas P, Fogarty P, Clark AJ. Linkage of the angiotensinogen gene locus to human essential hypertension in African Caribbeans. *J Clin Invest*. 1995; 96(2):687-92.
- Cooper R, Rotimi C. Hypertension in blacks. *Am J Hypertens*. 1997; 10 (7 Pt 1):804-12.
- Cooper R, Rotimi C, Ataman S, McGee D, Osotimehin B, Kadiri S, muna W, Kingue S, Fraser H, Forrester T, Bennett F, Wilks R. The prevalence of hypertension in seven populations of west African origin. *Am J Public Health*, 1997 Feb; 87(2):160-8.
- Cooper RS, Rotimi CN, Ward R. The Puzzle of Hypertension in African-American. *Sci Am*. 1999 Feb; 280 (2): 56-63.

- Frisancho RA. Anthropometric Standards for the Assessment of Growth and Nutritional Status. 1990. The University of Michigan Press, USA.
- Jardim PC, Carneiro O, Carneiro SB, Baiocchi MN. Arterial blood pressure in the remaining isolated black community of a quilombo north of Goiás-Kalunga. *Arq Bras Cardiol.* 1992; 58(4):289-93.
- Kain J, Vio F, Albala C Obesity Trends and Determinant Factors in Latin America. *Cad. Saúde Pública.* 2003; 19 (Supl. 1): S77-S86.
- Mendonça CP, Anjos LA. Aspectos das Práticas Alimentares e da Atividade Física como Determinantes do Crescimento do Sobrepeso/Obesidade no Brasil. *Cad. Saúde Pública.* 2004; 20(3): 698-709.
- Ministério da Saúde (2004). Avaliação do plano de reorganização da atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus no Brasil / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde – Brasília. 64p. Série C. Projetos, Programas e Relatórios.
- Pedroso Júnior NN, Murrieta RSS, Taqueda CS, Navazinas ND, Ruivo AP, Bernardo DV e Neves WA. A casa e a roça: Socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil; Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, v.3 n.2, maio-ago 2008.
- Popkin BM. The Nutrition Transition and Obesity in the Developing World. *Journal of Nutrition.* 2001; 131: 871S-873S.
- Popkin BM. The Nutrition Transition in the Developing World. *Development Policy Review.* 2003; 21 (5-6): 581-597.
- Sichieri R, Oliveira MC, Pereira RA. (2001). High prevalence of hypertension among Black and Mulatto women in a Brazilian survey. *Ethn Dis.* Autumn; 11 (3): 412-8. Siffert W (2004). G Protein Polymorphisms in Hypertension, Atherosclerosis, and Diabetes. *Annu Rev Med.* 2004 Aug 11.
- Souza SC, de Vargas LM, Yamamoto MT, Lien P, Franciosa MD, Moss LG, Greenberg AS. Overexpression of perilipin A and B blocks the ability of tumor necrosis factor alpha to increase lipolysis in 3T3-L1 adipocytes. *J Biol Chem.* 1998 Sep 18; 273(38):24665-9.
- Swift PA, Macgregor GA. Genetic variation in the epithelial sodium channel: a risk factor for hypertension in people of African origin. *Adv Ren Replace Ther.* 2004 Jan; 11(1):76-86.
- Uauy R, Albala C, Kain J. Obesity trends in Latin America: transiting from under- to overweight. *Journal of Nutrition.* 2001; 131: 893S-899S.



# PARTE IV

## Propostas da Saúde

# Saúde nos Quilombos: Uma Proposta de Intervenção Governamental

Luís Eduardo Batista e Elisangela Martins de Queiroz

Atualmente são conhecidas 51 comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, das quais 22 são oficialmente reconhecidas, 6 são tituladas, 9 estão em fase de reconhecimento, e 19 são apontadas para o reconhecimento.

A população quilombola tem colocado suas demandas expondo seu grau de exclusão aos bens sociais. As carências expostas compõem um amplo leque - questão fundiária, habitacional, saneamento, previdência, geração de renda, agricultura familiar, transporte, comunicação, educação, cultura e saúde.

As demandas que se relacionam especificamente com a saúde compreendem: melhor acesso ao sistema de saúde; aumento da frequência das visitas de equipes de saúde da família às comunidades; maior resolutividade dos serviços de saúde disponíveis, principalmente com relação ao serviço dos ACS; necessidade de transporte coletivo para os ACS; melhor saneamento básico; melhores condições de moradia; maior aporte para questões de saúde reprodutiva e da mulher (principalmente no que refere à prevenção de doenças); menor tempo de espera para atendimento nos serviços; atendimento domiciliar para idosos; reforma/construção de unidades básicas de saúde; meios de comunicação rápidos entre a comunidade e os serviços de emergência. visto que não há telefone público nas comunidades; ampliação das equipes de saúde e; participação de representantes das comunidades nos conselhos municipais de saúde.

Diante disso e considerando o Plano Estadual de Saúde 2008-2011, que dispõe no seu eixo prioritário VI, o objetivo 20: aplicar estratégias para melhorar o acesso a serviços de saúde às populações remanescentes de quilombos, a Área Técnica de Saúde da População Negra inseriu no seu Plano Operativo Anual 2008 uma proposta para a criação de Curso de formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) Quilombolas.

Para viabilizar o projeto, principalmente no que se referia a metodologia a ser utilizada, foi feita uma articulação com o Centro de Formação

(CEFOP Dr. Antonio Guilherme de Souza). Após isso, houve uma mudança de proposta: para a elaboração do curso, seria necessário primeiramente, um diagnóstico que contemplasse as características das comunidades e suas necessidades.

Dessa maneira, o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra (CTSPN) convidou estudiosos de comunidades de remanescentes de quilombos, representantes da sociedade civil envolvidos com a temática e do Instituto de Terras de São Paulo, para que fosse apresentado o Plano Anual 2008 e discutida a proposta de formulação do curso. Em duas reuniões, foram trazidos dados que evidenciaram a complexidade de situação vivenciada pelas comunidades; que inclui tensões devido às questões fundiárias, a segurança alimentar, o reconhecimento do território, a relação das comunidades com as novas leis ambientais, o precário acesso aos serviços (não somente de saúde e saneamento básico) que impõem situação de vulnerabilidade e uma nova dinâmica na qual alguns remanescentes saem das comunidades rurais e seguem para as cidades em busca de uma vida melhor, comprometendo a continuidade das comunidades e a preservação das tradições.

Quatro grupos de trabalho (GT) foram formados de acordo com as prioridades elencadas pelo grupo: o GT Saúde Animal, devido a grande quantidade de animais e a presença de doenças transmitidas por estes à população; o GT Pesquisa, responsável pela realização do diagnóstico de saúde das comunidades; o GT Saúde Bucal e; o GT Saúde Quilombola, com a função de elaborar um projeto de formação aos profissionais sobre a saúde dessas comunidades e planejar coletivamente ações (não só referentes ao curso de ACS).

Nos próximos capítulos apresentamos detalhadamente a construção desses projetos.

# Formação dos Profissionais da Saúde e Gestores que atuam com Comunidades Quilombolas

Elisangela Martins de Queiroz; Luís Eduardo batista; Maria Lúcia da Silva; Maria do Carmo Monteiro; Luci Emi Guibu; Cecília Maria Castex Aly Heinemann

## A construção do projeto

O presente projeto, que será descrito abaixo é produto do trabalho do GT Saúde Quilombola, que teve a função de elaborá-lo com a perspectiva de formar profissionais sobre a saúde das comunidades de remanescentes e planejar coletivamente ações a serem implementadas no triênio 2009-2011. Almejamos a construção de um plano referente não só ao curso de ACS, como era a proposta inicial, mas que abranja a questão da saúde articulada com as condições de vida dessas comunidades.

## Introdução

A definição clássica caracteriza o Quilombo como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (Schmitt et al, 2002). Essa conceituação data de 1740, foi feita pelo Conselho Ultramarino e, dominou a historiografia sobre a escravidão no Brasil e influenciou o imaginário coletivo sobre o tema.

A publicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) dispõe que, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”, e faz suscitar uma discussão sobre os conceitos de Quilombo, com a finalidade de contemplar as comunidades que reivindicassem a titulação.

O que se colocou em pauta foi a adoção de uma visão mais ampla sobre os remanescentes de comunidades quilombolas, considerando suas

diversas origens (que se deram, não somente a partir de fugas, mas também da ocupações de terras doadas, herdadas, fornecidas como pagamento por serviços, entre outros), a antiguidade da ocupação das terras, a identidade étnica e a territorialidade (Schmitt et al, 2002).

A partir disso, a Associação Brasileira de Antropologia, em 1994, definiu que o termo Remanescente de Quilombo designa “(...) a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (ITESP, 2000).

O Brasil conta com aproximadamente 1289 comunidades de remanescentes de quilombolas certificadas, são aproximadamente 2 milhões de pessoas, distribuídas em 22 estados e 330 municípios segundo a Fundação Cultural Palmares (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2008).

No estado de São Paulo, segundo dados do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) de 2008, há 51 comunidades, dentre as quais 23 são reconhecidas, 8 estão em fase de reconhecimento, 19 são apontadas para reconhecimento e em uma, foram suspensos os trabalhos para o reconhecimento. Uma grande concentração dessas comunidades é encontrada no Vale do Ribeira, região localizada no sudeste e litoral do estado e que conta com uma população de 278 mil habitantes, dos quais 34% vivem na zona rural. As principais atividades econômicas nessas comunidades são a agricultura de subsistência, o extrativismo florestal, o trabalho volante assalariado e a venda de banana e mandioca (Paes, 2008).

Com relação aos serviços de saúde, os remanescentes enfrentam muitas dificuldades no acesso. Suas principais demandas são: aumento da resolutividade do serviço dos ACS e dos serviços de saúde; necessidade de transporte coletivo e para os ACS; melhor saneamento; melhor moradia; maior aporte para questões de saúde reprodutiva e da mulher (principalmente com relação ao exame Papanicolaou); menores filas de espera para atendimento; atendimento domiciliar para idosos; reforma/construção de unidades básicas de saúde; meios de comunicação rápidos, visto que, não há telefone público nas comunidades; ampliação das equipes de saúde e; participação nos conselhos municipais.

Os resultados de estudo realizado nessas comunidades, apresentados em reunião do GT Saúde dos Quilombos, revelam a alta taxa de crianças expostas ao parasita causador de toxocaríase e a alta prevalência de desnutrição e



anemia. Da população estudada, 8% possuía o traço falciforme e 3 pessoas tinham anemia falciforme, o que é considerada uma taxa elevada, uma vez que filhos de pessoas heterozigotas têm 25% de chance de terem a doença; com relação à hipertensão e sobrepeso, foram encontradas taxas similares às de grandes metrópoles (42% possuíam a pressão elevada, 30% das mulheres tinham sobrepeso e 13,5% eram obesas) (Mingroni Netto, 2008).

Considerando (1) o cenário descrito acima, que coloca as comunidades dos remanescentes em condições de grande vulnerabilidade, (2) a importância de conhecer as diferenças nos perfis de doença e morte a partir da variável raça/cor para assistir com equidade, (3) a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes do Estado de São Paulo, que institui que a Secretaria da Saúde, no âmbito de suas atribuições no SUS, deve estender o Programa Saúde da Família para todos os Quilombolas existentes no estado, garantindo o acesso e aperfeiçoamento da atenção primária à saúde, (4) o programa Qualis, que utiliza como critério de inclusão para recebimento de recursos, a presença de comunidades de remanescentes de quilombos no município e, (5) o Plano Estadual de Saúde 2008-2011, que dispõe no seu eixo prioritário VI, o objetivo 20: aplicar estratégias para melhorar o acesso a serviços de saúde às populações remanescentes de quilombos, construiu-se este projeto, com a finalidade de melhorar a situação de saúde nessas comunidades.

## Objetivos

O objetivo da formação é modificar os potenciais de desgaste e vulnerabilidades das seguintes comunidades de remanescentes de quilombolas do Vale do Ribeira: Ivaporunduva, Pedro Cubas, Andre Lopes, Sapatú, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Galvão, Nhunguara, Maria Rosa, Pilões, Praia Grande, Porto Velho, Mandira, Morro Seco, Jaó, Cangume, Cafundó, Caçandoca e Camburi.

### Como objetivos específicos:

a) Ampliar o conhecimento sobre os conceitos raça, racismo, preconceito racial, discriminação racial e saúde da população negra.

b) Sensibilizar e formar profissionais de saúde (de equipes de PSF, UBS, ambulatórios e Hospitais) que atuam no Vale do Ribeira quanto à temática da saúde da população negra e à situação de saúde nas comunidades de remanescentes de quilombolas;

c) Sensibilizar e formar gestores e coordenadores dos municípios com relação à temática saúde da População Negra e à situação de saúde nas comunidades de remanescentes de quilombolas;

d) Produzir um Plano de Ação a partir das demandas apresentadas pelos participantes, que será a base para o planejamento de ações nas comunidades e;

e) Formar multiplicadores sobre a temática Saúde da População Negra que atuarão na formação de Agentes Comunitários de Saúde Quilombolas.

## Metodologia

O público-alvo da formação é composto por aproximadamente 240 pessoas, incluindo profissionais das equipes de PSE, UBS, ambulatórios e hospitais que atendem a população remanescente de quilombos; gestores dos Departamentos Regionais de Saúde (DRS) de Sorocaba, Registro e Taubaté; representantes das Comunidades de Remanescentes de Quilombos, dos Conselhos Municipais de Saúde das cidades que têm em seu território essas comunidades, representante do Conselho Estadual de Saúde e representantes de Escolas Técnicas do SUS da região do Vale do Ribeira.

A formação dar-se-á através de uma oficina com duração de 03 (três) dias. A abordagem será teórica, vivencial e participativa e a estratégia será composta por rodas de conversa, exposições dialogadas sobre conceitos, dinâmicas de grupo e trabalhos dirigidos e, serão utilizados recursos áudio-visuais.

No primeiro dia ocorrerão atividades que propiciem aos participantes estabelecer um contato com a cultura afro-brasileira.

Pela manhã os participantes serão distribuídos igualmente em cinco grupos, cada um participará de uma atividade sócio-educativa com o apoio de uma equipe técnica, o foco de cada atividade será a arte e cultura afro-brasileira. O objetivo é suscitar a reflexão dos participantes sobre a importância da influência africana na formação da sociedade brasileira e sobre como essas influências são vitimadas pelo preconceito, além disso, pretende-se que os participantes consigam ver a si mesmos dentro dessa sociedade. No segundo período, os participantes se reunirão novamente e formarão os grupos reflexivos, nos quais, com a colaboração de facilitadores, serão estimulados a exporem como vivenciaram a experiência, o contato com a arte e cultura afro-brasileira e como isso se relaciona com a sua prática profissional. A realização de uma plenária é a próxima etapa do trabalho,

quando haverá o compartilhamento das experiências vivenciadas e a seguir, uma atividade de integração, que consistirá em uma construção coletiva do grupo sobre quem são eles, será utilizada a técnica da Linha da Vida.

O segundo dia é composto principalmente por exposições teóricas sobre a saúde da população negra e remanescente de quilombos e pela identificação de necessidades.

A primeira atividade consistirá em um aquecimento, desenvolvido pelos próprios participantes, seguido de um painel: Como estou chegando? onde os mesmos poderão escrever uma frase e expor algo que sintetize como estão com relação ao que vivenciaram no dia anterior. Após isso, ocorrerá uma exposição teórica sobre os conceitos de raça, racismo, discriminação racial, preconceito racial, estereótipos e sobre os perfis epidemiológicos da População Negra e da População Quilombola do estado de São Paulo, além disso será dado enfoque na relação entre o perfil epidemiológico da população humana e da população animal das comunidades quilombolas. A isto, seguirá um debate.

Num segundo momento, os participantes serão divididos em grupos de acordo com DRS, a partir de um roteiro, construirão um diagnóstico da situação de saúde das comunidades quilombolas da sua região, relatando quais são os problemas, as necessidades e buscando explicações para a situação. Após isso haverá uma plenária para a apresentação de cada grupo e um debate sobre os diagnósticos realizados.

No último dia, dando continuidade ao diagnóstico, os participantes planejarão ações. A primeira atividade consistirá em uma dinâmica de grupo que visa sensibilizar os participantes sobre a importância da cooperação. Em seguida será realizada uma exposição sobre o Qualis Mais cujo objetivo é expor quais recursos financeiros estão disponíveis e/ou são destinados à ações em prol das comunidades de remanescentes de quilombos. Grupos dos DRS então, se reunirão para elaborar o Plano de Ação Regional, ou seja, irão construir um planejamento de ações para o triênio 2009, 2010 e 2011, baseado no diagnóstico feito no dia anterior. Será feita uma plenária e nesse momento os participantes de cada DRS exporão o que construíram e pactuarão com os demais DRS os compromissos a serem cumpridos juntos.

O encerramento se dará após os participantes responderem questionário de avaliação e a apresentação de uma atividade construída coletivamente por eles, o *Nosso Recado*, ou seja, uma mensagem que eles queiram transmitir sobre todo o processo pelo qual passaram nos três dias.

Nas tabelas abaixo segue programa da formação:

**Tabela 1 - Formação dos Profissionais da Saúde e Gestores que atuam com Comunidades Quilombolas – Primeiro dia. São Paulo. 2008.**

Primeiro Dia	
Manhã	Abertura
	Roda Vivências Tambores Danças Regionais Poemas Meio Ambiente e Animais Contação de História
Tarde	Rodas de Conversas Processamento da vivência: articulação com a prática profissional: compartilhar o processo Plenária
	Linha da Vida - Integração

**Tabela 2 - Formação dos Profissionais da Saúde e Gestores que atuam com Comunidades Quilombolas – Segundo dia. São Paulo. 2008.**

Segundo Dia	
Manhã	Aquecimento – Como estou chegando?
	Conceitos: raça, racismo, discriminação racial, preconceito, estereótipo.
	Exposição Perfis epidemiológicos: População Negra, População Quilombola e População Animal nos Quilombos Plano Estadual Política Nacional
	Debate
Tarde	Delineando as Necessidades
	Plenária – Apresentação das Necessidades

**Tabela 3 - Formação dos Profissionais da Saúde e Gestores que atuam com Comunidades Quilombolas – Terceiro dia. São Paulo. 2008.**

Terceiro Dia	
Manhã	Aquecimento
	Recursos - Qualis Mais Formulação do Plano de Ação
	Plenária – Apresentação do Plano de Ação Pactuando Compromissos
Tarde	AVALIAÇÃO E ENCERRAMENTO
	Almoço e Confraternização

## Resultados esperados

Almeja-se que ao término dessa formação os participantes conheçam a situação de saúde da população negra e da população remanescente de quilombos dentro de um contexto maior, no qual influem a formação racista da sociedade brasileira e a conseqüente marginalização do povo negro e invisibilidade de suas contribuições e necessidades.

Espera-se que sejam identificadas as reais necessidades das comunidades de remanescentes e formuladas estratégias pactuadas e viáveis, que visem modificar os determinantes do processo saúde e doença.

Pretendemos ainda que estes participantes sejam futuros multiplicadores que possam formar ACS Quilombolas.

## Referências Bibliográficas

- Schmitt, A; Turatti, MCM; Carvalho, MCP. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambient. soc.*, Campinas, n. 10, p. 129-136, Jun, 2002.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Manole, 2005. 512p.
- ITESP. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo: Páginas e Letras, 2000. 198p.
- Fundação Cultural Palmares. Comunidades certificadas. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2008.
- Paes, GSM. Tabela Quilombos 2008. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por emqueiroz@saude.sp.gov.br em 16 de dezembro de 2008.
- Mingrotti Netto, RC. Genética e Saúde nos Remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira – SP. São Paulo. [2008]. 69 slides, color.

# Saúde Bucal em Comunidades Quilombolas: Uma Proposta de Educação em Saúde Bucal

Aylton Valsecki Junior; Luís Geraldo Vaz e Raquel M. Scarel Caminaga

## Apresentação

O presente texto abordará a proposta de educação em saúde bucal para populações remanescentes de quilombos, comunidades *quilombolas*. Para atender as necessidades de saúde bucal o gestor público deve realizar suas atividades em etapas: a) efetuar mapeamento epidemiológico da saúde de populações quilombolas enfocando a saúde bucal; b) promover ações educativas em saúde; c) capacitar os agentes comunitários; d) investigar a predisposição à hipertensão, diabetes e doença periodontal, polimorfismos e análise de microrganismos orais.

Acredita-se que além dos objetivos acima é possível estabelecer um protocolo de procedimentos que atenda as necessidades reais das populações envolvidas e que, a seguir, possam ser sistematizados pelas equipes de saúde locais em atenção às diretrizes operacionais do Pacto pela Saúde, o que tange ao objetivo de inserir tais comunidades no atual contexto das políticas públicas do Estado de São Paulo. No mais, pode-se aventar que proposta estimula a extensão universitária, a medida que a produção de saberes atende as singularidades das comunidades em questão, aproximando as práticas da universidade aquelas do cidadão comum no desenvolver de suas práticas nos cuidados com a saúde.

## Introdução

### O Pacto pela saúde:

A elaboração de políticas relativas à saúde evoca questões importantes relacionadas à identificação de problemas prioritários para populações específicas com vulnerabilidade, física ou psicossocial, aos riscos de doença e para as necessidades diferenciais de distintos grupos sociais.

A integralidade, enquanto princípio constitutivo do Sistema Único de Saúde, deve atentar para a incorporação dos cuidados integrais em áreas que

os indicadores epidemiológicos apontam sua relevância social, a exemplo da atenção à saúde bucal integral. A universalidade se configura e se qualifica pela integralidade incluindo as necessidades específicas da população negra, da população indígena, o ciclo de vida, e de pessoas portadoras de deficiência. Ainda, nesta perspectiva, deve-se promover a equidade na atenção à saúde, considerando as diferenças individuais e de grupos populacionais, por meio da adequação da oferta às necessidades de saúde, e ampliação do acesso do usuário às políticas setoriais (atenção à mulher, à criança, ao idoso, às pessoas com deficiência, às populações em situação de desigualdade por fatores genéticos ou por condicionantes de exclusão social).

A formulação de políticas públicas e a organização do sistema de saúde devem produzir respostas suficientes e qualificadas que diminuam as iniquidades e promovam ações que devem ser privilegiadas diante desses problemas. Para isto, é fundamental a organização dos serviços de uma forma abrangente, desde a atenção primária até a atenção especializada, a qual deve estar organizada de forma relacionada quanto à sua complexidade, através de redes hierarquizadas e regionalizadas de oferta de serviços que devem ser compreendidas como ferramentas estratégicas de disseminação das ações de saúde.

Nesse sentido, há interesse da Área Técnica de Saúde da População Negra/GTAE, da Secretaria Estadual da Saúde do Estado de São Paulo (SES-SP) em atuar em comunidades remanescentes de quilombos, em consonância com a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Programa Estadual de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes e a Política Estadual de Saúde, em razão do Estado de São Paulo possuir 21 Comunidades Quilombolas reconhecidas situadas em 10 municípios, abrangendo 5 Departamentos Regionais de Saúde (DRS), com cerca de 829 famílias, estando a maioria na região sul do estado (Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, 2007).

Comunidades Remanescentes de Quilombos: os quilombolas no contexto do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo.

No universo rural da região do Vale do Ribeira há vários grupos sociais, como os posseiros – pequenos agricultores, os pequenos agricultores proprietários (mais capitalizados), os moradores de Parques ou outras Unidades de Conservação, o pescador ribeirinho, o trabalhador rural diarista que trabalha no campo e mora na periferia das cidades, o

trabalhador fixo que mora nas fazendas, o trabalhador de casas de veraneio, o setor envolvido em atividades voltadas para o turismo rural (pousadas, comércio, monitores ambientais etc), que vem emergindo com rapidez, os artesãos, as comunidades indígenas, os extratores de recursos florestais (como o palmito, samambaia, plantas medicinais, etc) e os moradores em comunidades remanescentes de quilombos – os quilombolas.

Este grupo social (quilombolas), apesar de semelhante aos pequenos posseiros, mini-fundistas em geral, tem uma característica histórica e racial diferente. São comunidades formadas por negros que no período da escravidão se refugiavam dos donos das fazendas que os dominavam, formando pequenas comunidades de resistência, mata adentro. Conservam costumes, tradição, tem fortes laços de solidariedade e cooperação mútua como, por exemplo, as formas de trabalho coletivo como os mutirões ou troca de dias.

Conforme definição da Associação Brasileira de Antropologia, quilombo é “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Além da riqueza cultural e histórica deste grupo, ele também se diferencia porque a Constituição Federal garante no artigo 68 que: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas área é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A partir daí, a luta destes tem sido a de fazer cumprir a lei, o que ainda não ocorreu definitivamente.

Segundo estudos do governo do estado, o Vale do Ribeira tem a maior concentração de comunidades quilombolas do estado. Considerando aquelas já reconhecidas (mesmo que ainda não tituladas) tem-se 21 comunidades no estado sendo que 13 destas se localizam no Vale do Ribeira.

Quadro I. Quilombos reconhecidos e número de famílias em município selecionados. Estado de São Paulo. 2004.

Região	Município	Comunidade	Nº Famílias
Vale do Ribeira	Cananéia	Mandira	16
	Eldorado	Nhanguara, Galvão, São Pedro, Ivaporunduva, Pedro Cubas, André Lopes, Sapatu, Pedro Cubas de Cima	449
	Iporanga	Maria Rosa, Pilões, Praia Grande, Porto Velho	135
Total	03	13	600

Fonte ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. 2004.



## Os quilombolas no contexto da região de Eldorado (Vale do Ribeira).

Na região do Vale do Ribeira um universo de aproximadamente 700 famílias ou 3 mil pessoas vivem em comunidades comprovadamente remanescentes de quilombos. Destas estão localizadas nos municípios de Eldorado 7 comunidades, conforme se segue:

**Quadro II. Algumas características de quilombos selecionados. Município de Eldorado. 2004.**

Município	Quilombo	Nº de famílias	Distancia do centro urbano	Situação fundiária
ELDORADO	Ivaporunduva	70	40 km	Titulada
	São Pedro	39	47 km	Titulada
	Pedro Cubas	62	43 km	Reconhecida
	Sapatu	82	35 km	Reconhecida
	André Lopes	76	32 km	Reconhecida
	Nhunguara	91	38 km	Reconhecida
	Galvão	29	40 km	Reconhecida
Total	07	449		

Fonte ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. 2004.

**Quadro III. Algumas características do Setor de Saúde. Município de Eldorado. 2004.**

Forma de Gestão	Gestão Plena de Atenção Básica
População	14.446 habitantes
População Quilombo	449 famílias (1.796 habitantes)
QUALIS	02
Nº EPSF	02
Nº EPSF Bucal	00
Cobertura Populacional	48,09

Eldorado, com uma taxa de urbanização de 48,44% tem 02 equipes do PSF implantadas na área rural, sendo as 02 com recursos também do Qualis.

Possui sete comunidades quilombolas: Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes, Nhunguara, Galvão, totalizando 449 famílias. Esta população quilombola é atendida por uma das duas equipes do PSF desde abril de 2000, sendo que cada uma das comunidades tem pelo menos um ACS trabalhando na área.

Esta população teve acesso durante a década de 80 e 90 à um modelo de atendimento de saúde na área assistencial curativa e preventiva, implantada apenas nesta região do estado, denominado de **Projeto de Extensão de Serviços e Ações de Saúde para as Comunidades Rurais**, com Postos de Atendimento Rural, atendimento médico eventual realizado pelo médico dos chamados centros de saúde que localizavam nos centros urbanos e por um agente de saúde que residia na área e era capacitado para ações de enfermagem, para alguns atendimentos na área médica e para ações de prevenção e promoção de saúde.

Nesta região o único quilombo de Eldorado contemplado é o de André Lopes – com Posto de Atendimento e Agente de Saúde - mas parte da população dos quilombolas das áreas adjacentes se deslocavam até este Posto de Atendimento Rural. Ainda nesta área havia também Posto de Atendimento Rural do Bairro da Barra do Batatal que atendia o quilombo do Pedro Cubas. Com a implantação do PSF todos os quilombos integraram uma única área, além de agregar o bairro de Barra do Batatal. Todas as micro-áreas têm ACS residente no próprio bairro.

#### Condições de atendimento em saúde:

As equipes de saúde da família tem condições de trabalho precárias, uma vez que o atendimento médico e de enfermagem é descentralizado para os bairros, mas não se tem infra-estrutura necessária para o atendimento. Isto é, em apenas 1 quilombo tem um Posto de Saúde: André Lopes.

O atendimento é feito em casas, igrejas, sede de associações de bairros. Mesas são improvisadas como macas. Não há água de qualidade para a higienização para alguns procedimentos e não há privacidade para atendimento individualizado em muitos dos casos. O atendimento odontológico é inexistente.

#### Condições de transporte/ freqüência da equipe do PSF no local:

A equipe não tem carro específico para o trabalho e durante muito tempo foi usado carro particular de seus membros.

Considerando a distancia entre os bairros e a dificuldade de veículo, a freqüência de atendimento médico e de enfermagem não é sistemático e não tem a freqüência desejável. Em quilombos como São Pedro, Galvão e Pedro Cubas o atendimento ocorre, via de regra, a cada vinte

a trinta dias. Nos quilombos de Ivaporunduva, Sapatu e André Lopes é realizado semanalmente. No entanto, raramente atendem livre demanda e o agendamento fica com prazos muito distantes, chegando a 90 dias de espera. Esta pequena capacidade de resposta na área assistencial tem frustrado equipe e população.

**Quadro IV. Alguns indicadores de saúde e de assistência. Quilombos selecionados. Município de Eldorado. 2001-2003.**

INDICADORES	2001		2002		2003	
Vacina em dia < 1 ano	33		38		24	
Numero de crianças com idade <1 ano	30		24		10	
Óbitos < 28 dias	02		0		0	
Óbitos de 28 dias 11 meses e 29 dias	0		01		0	
Total de óbitos em < 01 ano	02		01		0	
Óbitos de mulheres em idade fértil	0		0		01	
Hospitalização em < 5 anos com pneumonia	05		03		02	
Numero de crianças com idade <5 anos	257		326		250	
	Cadastr.	Acomp.	Cadastr.	Acomp.	Cadastr.	Acomp.
Gestantes	18	17	10	09	14	14
Pessoas c/ Tuberculose	0	0	0	0	1	1
Pessoas c/ Hanseníase	01	01	03	03	07	07
Pessoas c/ Diabetes	23	21	23	23	20	20
Pessoas c/ Hipertensão	106	106	128	120	130	130
	Estimad.	Acomp.	Estimad.	Acomp.	Estimad.	Acomp.
Total de famílias	449	409	449	339	449	385

A enfermagem tem um calendário semanal em que percorre todos os bairros realizando vacina (primeira semana do mês), atendimento de enfermagem para diabéticos, hipertensos e gestantes (na segunda semana do mês), coleta de papanicolaou para todas as quilombolas que tem se que deslocar para os duas únicas Unidades de Saúde (em André Lopes e Barra do Batatal).

## Medicamentos e recursos de diagnose

A falta de medicamentos é freqüente. Os resultados de exames, até mesmo de patologia clínica, têm um tempo de espera muito grande dificultando diagnóstico e tratamentos. Alguns medicamentos são transportados pela equipe diariamente até o local de atendimento.

## Organização da equipe

As equipes de saúde da família vem, desde a sua implantação, tendo muitos problemas com fixação de profissionais, principalmente do profissional médico. A alegação principal para o desligamento dos médicos tem sido a falta de condições de transporte, a falta de local adequado para atendimento nos bairros e a falta de retaguarda da média complexidade.

## Saúde Bucal: Projetos já desenvolvidos com comunidades do Vale do Ribeira

No período de 2005 e 2006 foi desenvolvido o projeto de pesquisa *Afro-Brasileiros e o Mapeamento da Saúde Bucal*, sob coordenação do Prof. Dr. Luís Geraldo Vaz, subsidiado por uma parceria com o MEC, e que teve por proposta efetuar um estudo de educação e determinadas condições de saúde bucal de afro-brasileiros, na qual Ivaporunduva (comunidade de Eldorado) constituiu um dos espaços amostrais.

O referido mapeamento, evidenciou as necessidades em saúde bucal da comunidade - cáries, doença periodontal, edentulismo e lesões bucais, bem como o estado relativo às condições preventivas. A inexistência de uma política voltada para a saúde bucal para esta comunidade, tornou-se um verdadeiro problema de saúde pública neste ambiente onde pôde ser observado um enorme acometimento dos habitantes por problemas de saúde bucal.

De maneira geral, os indivíduos da comunidade não possuíam grande esclarecimento sobre saúde bucal e prevenção, independente da faixa etária, além de uma grande incidência das principais afecções bucais (cáries, periodontopatias e câncer bucal), o que de forma geral, os constituem grupos de alto risco a doenças bucais e configuram problemas sérios de saúde pública. Lideranças e cidadãos foram enfáticos ao considerarem extremas suas necessidades de atendimento odontológico, pela alta

prevalência, desconforto e risco de mutilações severas ou mesmo de óbito, em casos avançados.

Como conclusão, foi possível observar que as comunidades quilombolas da região são extremamente politizadas e conscientes de sua importância dentro da história de nosso país. Com isso, demonstram serem conscientes das necessidades de atenção à saúde bucal e buscam por recursos para tal assistência odontológica.

#### Proposta acadêmico-pedagógica:

a) Pesquisa: treinamento de acadêmicos na elaboração e execução de metodologias e investigação científica no contexto de políticas públicas; elaboração de saberes científicos que possam demonstrar o caráter especial das referidas comunidades e que contribuam em sustentar a necessidade de maior atenção à prevenção de cárie e doença periodontal.

b) Pedagógica: formação profissional do odontólogo com perfil generalista em atenção às premissas dos Ministérios da Educação e Saúde; treinamento acadêmico em metodologias não usuais no curso de graduação a partir de atividades de extensão e comunitárias; apresentação de uma realidade comum aos grupos populacionais de baixa renda.

#### Justificativa social:

a) Responsabilidade social da Universidade com projetos de extensão;

b) Resgate do compromisso ou responsabilidade histórica da necessária atenção às comunidades quilombolas;

c) Produção de orientações no direcionamento de políticas públicas de que as comunidades carecem.

#### Justificativa em Políticas Públicas em Saúde:

a) Levantamento epidemiológico: tecnologias em epidemiologia e informação para a geração de indicadores de medidas de atenção básica e constituição de grupos de risco à saúde bucal.

b) Implantação da educação em saúde: formação e treinamento das equipes de saúde, em especial os agentes comunitários, nas questões associadas à saúde bucal e geral, a partir das prerrogativas da educação popular e, apresentação a comunidade dos resultados das avaliações realizadas, empoderando-as de suas necessidades em saúde bucal.

c) Consolidação de parcerias: estabelecer parcerias com órgãos públicos de saúde para a consolidação das diretrizes do SUS: universalização, equidade e integralidade, através de uma co-gestão pactuada ao exercício simultâneo de definição de prioridades articuladas e integradas ao compromisso do Pacto pela Vida. A parceria para uma estratégia participativa de superação da fragmentação das políticas e programas de saúde vigentes, onde a produção de saberes pela universidade efetivamente seja compatível e eficiente no recobrar as necessidades de saúde da população.

### Objetivos:

**Objetivo Geral:** A partir do mapeamento epidemiológico da saúde de comunidades quilombolas é necessário gerar informações que instruem o planejamento, programação e pactuação do SUS em atendimento das necessidades em saúde dessas comunidades.

**Objetivo Específico 1:** Mapeamento epidemiológico da saúde bucal nas comunidades quilombolas;

**Objetivo Específico 2:** Atuar em educação em saúde, capacitando agentes comunitários em saúde bucal e esclarecimento das comunidades quanto suas necessidades de prevenção em saúde bucal.

### Plano de Trabalho

#### Fase I:

- Visitas precursoras às comunidades quilombolas (contatos com os líderes e representantes comunitários), junto ao governo municipal de Eldorado (prefeito, secretários, equipes de saúde) e Colegiado de Gestão Regional.
- Obtenção de dados referentes às comunidades quilombolas no que se refere à sua cultura e expectativas em saúde, documentando esse processo através de entrevistas gravadas e filmadas e armazenando informações importantes que posteriormente serão transferidas para os alunos que integrarão a equipe de trabalho na execução da Fase II deste projeto.
- Capacitação das equipes de saúde que colaborarão com o desenvolvimento do projeto.
- Estruturação da logística necessária para realização da Fase II, ou seja, levantamento do número de alunos necessários para realizar

os diversos procedimentos (exames clínicos e coleta de dados), transporte e acomodação dos mesmos e material necessário para desenvolvimento do projeto.

Fase II:

- Capacitação dos acadêmicos que irão participar das atividades de vinculadas ao projeto.
- Visitas às comunidades quilombolas para o desenvolvimento das atividades planejadas: levantamento epidemiológico, atuação de educação em saúde.

Fase III: Implementação de Políticas Públicas com a consolidação das Parcerias entre os setores envolvidos no projeto.

## Material e Métodos

Considerando o que foi explicitado no Plano de Trabalho, a fim de alcançar os objetivos propostos, a metodologia empregada contemplará:

### **1 – Avaliação Epidemiológica:**

Essa avaliação terá por premissa mapear as comunidades alvo em diferentes aspectos da incidência de doenças bucais e suas repercussões, bem como identificar os saberes associados a cuidados e atitudes na promoção da saúde bucal. Para tanto, deverá ser aplicada uma sistemática de avaliações adaptada daquelas originalmente preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS - 1997) para estudos epidemiológicos. Assim, foi desenvolvida uma ficha de avaliações com múltiplas análises (anexo A), passando pela coleta de dados relacionados ao perfil socioeconômico, ao rol conhecimentos sobre saúde bucal, a uma anamnese sistêmica, a medição da pressão e taxa glicêmica, ao peso e altura, exame da mucosa oral (intra e extra-oral), condições de higiene e saúde periodontal, condições de saúde dentária e necessidades de tratamento nas diferentes especialidades (próteses, ortodontia, dentística, etc), com a determinação de prioridades de tratamento e graduação do risco para recebimento da atenção.

À abrangência desse levantamento também pode-se associar o estabelecimento de estratégias de atenção básica, de média e alta complexidade, no sentido de apoiar ações condizentes a realidade das

necessidades locais no cumprimento de redução do impacto dessas enfermidades e promoção da saúde.

## **2 – Educação em Saúde:**

Mediante os resultados do levantamento epidemiológico, sistematizar atividades educativas, na proposta de educação popular, no sentido de devolver às comunidades as informações obtidas, até que as políticas públicas sejam instauradas.

### **Referências Bibliográficas**

- Baena, A; Leung, JY; Sullivan, AD et al. TNF-promoter single nucleotide polymorphisms are markers of human ancestro. *Genes & Immunity*, 2002. 3:482-487.
- Bulman, JS; Osborne, JF. Measuring diagnostic consistence. *British Dental J.*, 1989. v.166, p.377-81.
- Cesco, RT. Avaliação clínica e microbiológica da periodontite e peri-implantite inducidas. Estudo em cães. Piracicaba, 1999. 83p. Dissertação (Mestrado em Clínica Odontológica) Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas.
- Cohen, JA. Coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and psychological measurement*, 1960. v.20, p.37-46.
- Holmlund, A; Holm, G.; Lind, L. Severity of periodontal disease and number of remaining teeth are related to the prevalence of myocardial infarction and hypertension in a study based on 4,254 subjects. *Journal of Periodontology*, 2006. 77:1173-1178.
- Landis, JR; Kock, GG. The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 1977. v.33, p.159-74.
- Organização Mundial de Saúde (OMS) – Levantamento Epidemiológico Básico de Saúde Bucal – Manual de Instruções. OMS, 4ª ed., Genebra, 1977. p.63.
- Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SES-SP) - Plano Estadual de Saúde de São Paulo – 2008 – 2011 – Eixos Prioritários, 2007. 75 pag.
- Reiner, AP; Ziv, E; Lind, DL et al. Population structure, admixture, and aging-related phenotypes in African American adults: the cardiovascular health study. *American Journal of Human Genetics*, 2005. 76:463-477.
- Scarel-Caminaga, RM; Trevilatto, PC; Souza, AP et al. Frequencies of the -330 (T/G) of IL-2 and -590 (T/C) of IL-4 gene polymorphisms in Southeastern Brazilian population. *European Journal of Immunogenetics*, Copenhagen, 2002. v. 29, p. 293-296.



- Scarel-Caminaga, RM; Trevilatto, PC; Souza, AP et al. Investigation of IL-4 gene polymorphism in individuals with different levels of chronic periodontitis in a Brazilian population. *Journal of Clinical Periodontology*, Gothenburg, 2003. v. 30, n. 4, p. 341-345.
- Scarel-Caminaga, RM; Trevilatto, PC; Souza, AP et al. Interleukin 10 gene promoter polymorphisms are associated with chronic periodontitis. *Journal of Clinical Periodontology*, 2004. v. 31, n. 6, p. 443-448.
- Schelleman, H; Stricker, B; Verschuren, W et al. Interactions between five candidate genes and antihypertensive drug therapy on blood pressure. *The Pharmacogenomics Journal*, 2006. 6:22-26.
- Smith, MW; Lautenberger, JA; Shin, HD et al. Markers for mapping by admixture linkage disequilibrium in African American and Hispanic populations. *American Journal of Human Genetics*, 2001. 69:1080-1094.
- Slots, J. et al. Detection of putative periodontal pathogens in subgingival specimens by 16S ribosomal DNA amplification with the polymerase chain reaction. *Infectious Disease Clinics of North America*, v. 20, 1995. n. (suppl) 2, p.S304-S307.

# Construção e Avaliação de um Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos no Quilombo São Pedro, Eldorado/SP, Brasil

Rosely Bianca dos Santos Kuroda, Luciana Hardt Gomes, José Soares Ferreira Neto, Ricardo Augusto Dias, Rita de Cassia Maria Garcia e Fernando Ferreira

## Apresentação

Os quilombolas constituem uma população com um longo histórico de lutas pela melhoria da qualidade de vida em suas comunidades e preservam seus princípios sócio-culturais, além de manter um forte vínculo com os ecossistemas naturais. Neste sentido, desde que o homem começou a domesticar os caninos e felinos, estes animais foram assumindo um papel cada vez mais presente na sociedade e esse quadro não é diferente em comunidades remanescentes de quilombo. Entretanto, mundialmente a superpopulação de cães e gatos representa um sério problema de saúde pública e compromete o bem-estar animal. Em situações de desequilíbrio populacional destes animais, é fundamental para a promoção da saúde que se realize um processo de intervenção para controle animal associado com a conscientização da população sobre a guarda responsável. Diante disso, é necessário planejar programas que objetivam a redução da densidade populacional canina e felina considerando também os aspectos culturais e demográficos da população humana. É essencial que exista um controle de natalidade destes animais para haver o equilíbrio entre estas espécies com os seres humanos, sendo a esterilização cirúrgica de machos e fêmeas um recurso humanitário frequentemente utilizado para este fim. O sucesso de um programa de controle canino e felino é garantido quando há um comprometimento multiprofissional para se conhecer a dinâmica populacional destes animais

na área em que se pretende intervir, além de estimular a responsabilidade social da comunidade. Neste sentido, a presente proposta tem o objetivo de elaborar, implantar e avaliar ações estratégicas para o controle populacional de cães e gatos, bem como construir intervenções junto às demais populações animais existentes em uma comunidade remanescente de quilombo da Região do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, visando o convívio harmônico na tríade humano - animal - ambiente, contribuindo dessa forma, para a promoção da saúde nestas comunidades.

## 1- Introdução

Os negros foram trazidos ao Brasil sob a condição de escravidão e porém após um longo histórico de resistência em busca de liberdade, fincaram suas raízes em território livre e travaram uma luta, que perdura até os dias atuais, pela sua afirmação cultural, social e econômica. Os quilombolas possuem uma tradição em batalhas pelos títulos de propriedade de suas terras e pela melhoria da qualidade de vida de suas comunidades (Andrade et al, 2000).

Embora pouco conhecidas por grande parte dos brasileiros, existem comunidades quilombolas espalhadas por vários estados do Brasil. Os quilombolas formam uma população representante da memória viva da história afro-brasileira. Em 1988, a Constituição reconheceu o direito dessas comunidades à propriedade de suas terras, o qual foi ratificado pelo Decreto 4887/03, que, além de garantir a posse de terra, garante também acesso a serviços como saúde, educação e saneamento básico.

Geograficamente, a região do Vale do Ribeira é formada por 24 municípios e entre eles está localizada a cidade de Eldorado, onde existem 338 famílias distribuídas entre sete comunidades quilombolas: Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes, Nhunguara e Galvão.

Todas as comunidades do município de Eldorado apresentam um forte vínculo com o meio ambiente que ocupam, onde se pode observar um alto grau de preservação dos ecossistemas naturais, com conseqüente diversificação de fauna e flora. Do ponto de vista epidemiológico, essa proximidade do homem com os animais pode acarretar na transmissão de enfermidades com potencial zoonótico relevante, dependendo da forma como acontece a relação homem-animal.

Em um estudo realizado por Vicente (2004), para avaliar a situação socioeconômica e de saúde nas comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Ribeira/SP, o autor relata as condições sanitárias precárias em que vivem estas populações ressaltando o alto número de cães soltos, com aspecto sofrível que mantinham contato direto com as crianças de algumas comunidades.

Historicamente, os cães (*Canis familiaris*) e gatos (*Felis catus*) começaram a ser domesticados pelo homem há muitos anos atrás e desde então estes animais foram assumindo um papel cada vez mais presente na sociedade. Atualmente a superpopulação de cães e gatos é um problema comum a vários países do mundo, se convertendo em um sério problema de saúde pública, por determinar aumento dos riscos na transmissão das zoonoses, além de inviabilizar o bem-estar animal. (Molento et al., 2005).

Mesmo com o advento de novas tecnologias auxiliando no progresso da ciência e dos esforços das entidades governamentais para controlar e erradicar as zoonoses, ainda é possível observar tais doenças figurando nas estatísticas de saúde dos países tropicais revelando elevadas taxas de morbidade (Acha e Szyfres, 2003; Veronezi, 2005) sendo que um dos fatores que justificariam esta manutenção de doença é o excedente populacional animal co-habitando com humanos.

O convívio entre os animais e o homem é considerado um tema polêmico no âmbito da saúde pública, pois geralmente culmina em argumentos conflitantes entre os profissionais que estimulam essa convivência com base nos benefícios que ela traz e os que consideram os animais como uma importante fonte de infecção que deve ser eliminada quando representa ameaça a população humana (Magnabosco, 2006).

De acordo com Schoendorfer (2001), o manejo inadequado de cães e gatos, gera risco de agressão à população humana e a outros animais domésticos, favorecendo a transmissão de doenças, além de causar uma considerável contaminação do meio ambiente com seus dejetos.

Em um estudo realizado nos Estados Unidos da América foi estimado que os cães produzissem, diariamente, aproximadamente 3.000 toneladas de fezes e 36 milhões de litros de urina, e o depósito destes volumes no ambiente certamente propicia a proliferação de insetos e roedores, além de servir como fonte de contaminação por agentes zoonóticos (Molento et al., 2005)

O vínculo estabelecido entre os seres humanos e os animais domésticos está diretamente relacionado com variações epidemiológicas associadas

às condições sócio-econômicas e diferenças de hábitos culturais de cada população de indivíduos. Diante disso, o planejamento de programas que objetivam a redução da densidade populacional canina e felina em uma região não deve considerar somente as características biológicas de cada espécie, mas também os aspectos culturais e demográficos da população humana local (Caceres, 2004).

Em situações de desequilíbrio populacional animal, é fundamental para a promoção da saúde que se realize um processo de intervenção para o controle destas espécies concomitante com a conscientização da população para a guarda responsável (Magnabosco et al, 2005).

Estas situações exigem que o serviço público utilize estratégias de intervenção visando, primariamente, preservar a saúde da população humana, porém estas ações não podem acarretar prejuízos para os animais. Entretanto estabelecer o equilíbrio entre saúde pública e bem-estar animal não é uma missão de fácil desempenho (Soto, 2003).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde a apreensão sistemática e eutanásia de cães foram utilizadas em várias partes do mundo em função do desconhecimento sobre a composição e dinâmica da população canina. Estudos atuais demonstram que a eutanásia é menos efetiva e apresenta maior custo que o controle da reprodução animal e programas educativos para a população (WHO; WSPA, 1990).

Dada a importância, e a necessidade, da redução na população de cães e gatos para que se possa estabelecer uma relação harmônica no convívio destas espécies com os seres humanos, é fundamental que exista um controle de natalidade destes animais. Para esta finalidade, muitas técnicas já foram desenvolvidas, porém a esterilização cirúrgica de machos e fêmeas é o recurso comumente utilizado como proposta para reduzir o nascimento de indivíduos destinados ao abandono (Olson, 1993; Howe, 1997).

Avaliando a esterilização cirúrgica de cães e gatos do ponto de vista da saúde pública, podemos observar que as vantagens deste método estão além do simples controle animal, pois segundo Gershman et al., (1994) e Sacks et al., (1996) os animais esterilizados possuem tendência menor a agressividade em relação aos não submetidos a esterilização, e conseqüentemente, ocorre uma redução no número de agressões a seres humanos, onde as crianças constituem o grupo mais exposto ao risco de mordedura.

Segundo a Organização Mundial de Saúde a base do problema da superpopulação de cães e gatos é a reprodução descontrolada destas espécies associada com a ausência de responsabilidade do ser humano quanto a guarda do seu animal. A junção destes fatores determina que as atividades de recolhimento e eliminação de caninos e felinos, isoladamente, não sejam efetivas no controle populacional destas espécies (WHO, 1988).

A manutenção da disponibilidade de abrigo, água e alimento após a simples retirada de cães e gatos de uma área, propicia a ocupação desse mesmo espaço por outros indivíduos. Dessa forma, diminuir a renovação populacional conseqüentemente reduz o número de animais susceptíveis a doenças infecciosas contribuindo satisfatoriamente para o controle de zoonoses.

De acordo com o Artigo 11, capítulo III do Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo (LEI 11.977, de 25/08/2005) os Municípios do Estado devem manter programas permanentes de controle de zoonoses, através de vacinação e controle de reprodução de cães e gatos, ambos acompanhados de ações educativas para propriedade ou guarda responsável. [<http://www.legislacao.sp.gov.br>, acessado em 21 de agosto de 2008]

Para garantir o sucesso de um programa de controle canino e felino, é imprescindível que se tenha o conhecimento da dinâmica populacional destes animais na área em que se pretende interferir (VIEIRA, 2008). Dessa forma, os censos populacionais podem ser desenvolvidos a partir da implantação de um programa de registro e identificação animal que irão constituir um sistema de dados que relaciona os animais com seus respectivos proprietários (WSPA, 1990).

O registro e a identificação de animais são instrumentos de responsabilização do proprietário e possibilitam dimensionar as populações de cães e gatos de uma região (VIEIRA, 2008) sendo a identificação permanente com o uso de microchip, o sistema recomendado pela European Convention for the Protection of Pet Animals (UNIVERSITIES FEDERATION FOR ANIMAL WELFARE, 1989).

De acordo com Westphal (2000) para estimular a responsabilidade social de uma comunidade é necessário que sejam desenvolvidas estratégias de trabalhos participativos e intersetoriais com os habitantes, objetivando uma maior compreensão da necessidade de se controlar a população de cães e gatos. Nesse sentido, o autor ressalta que expandir e consolidar alianças

multiprofissionais são componentes indispensáveis para que um programa de promoção da saúde seja bem-sucedido.

Para um adequado planejamento de programas de controle para animais de estimação, há necessidade de estimar o número de cães e gatos habitantes na comunidade, conhecer as causas da existência de cães e gatos sem controle e/ou não supervisionados, os seus números, as suas origens, estipular o melhor método de intervenção para o controle e avaliar a sua efetividade (Slater, 2001).

A presente pesquisa tem por objetivo avaliar a relação comunidade/animal de estimação, o potencial do local para o crescimento desordenado destes animais, a dinâmica populacional dos cães e gatos, construir através de trabalhos participativos e intersetoriais uma proposta de intervenção para o controle de populações de cães e gatos e avaliar o impacto destas ações sob a ótica da promoção da saúde em Comunidades Remanescentes de Quilombo da região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, Brasil.

### 1.1 Justificativa

Com o intuito de se estabelecer o convívio harmônico entre os seres humanos e os cães e gatos que habitam comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira/SP, é imprescindível que ocorra uma redução na taxa de natalidade destes animais com a finalidade de controlar a população excedente destas espécies, naquela localidade.

O equilíbrio populacional dos animais de companhia é necessário para a promoção da saúde humana e ambiental, uma vez que o manejo inadequado destes animais gera risco de agressão aos humanos, favorece a transmissão de enfermidades entre diferentes espécies e ocasiona a poluição do meio ambiente.

Considerando todos os aspectos negativos da superpopulação de cães e gatos, as autoridades governamentais planejam programas de controle populacional direcionado a estes animais e para o sucesso destas atividades é fundamental que se tenha ciência da dinâmica populacional destas espécies, da demografia humana regional, o que engloba também estar familiarizado com a cultura local observando principalmente, a percepção da comunidade em relação a esses animais.

Para que um programa de promoção da saúde seja bem-sucedido é indispensável que sejam consolidadas alianças multiprofissionais com a

finalidade de desenvolver estratégias de trabalhos participativos e intersetoriais com os habitantes da comunidade, uma vez que a responsabilidade social destes indivíduos é estimulada a partir da compreensão da necessidade de se eliminar o excedente populacional de cães e gatos que co-habitam a região.

Algumas regiões do Brasil têm obtido melhorias na saúde pública com a utilização de estratégias voltadas para a educação em saúde, controle reprodutivo de cães e gatos, registro e identificação animal, legislações pertinentes e controle ambiental, porém estas ações são restritas às suas regiões e não estão inseridas em políticas públicas. Desse modo, estabelecer cientificamente que a promoção da saúde humana depende indiretamente do controle populacional de cães e gatos ainda vai demandar tempo, em virtude da escassez de estudos específicos sobre o tema.

Ainda que ignoradas por grande parte da nação brasileira, as comunidades remanescentes de quilombo podem ser encontradas em todas as regiões do Brasil, onde os quilombolas representam a memória viva da história afro-brasileira com preservação dos princípios sócio-culturais. Adicionalmente o Decreto 4887/03 garante a essas populações acesso gratuito aos serviços de educação, saneamento básico e saúde.

A questão da sanidade dos animais que habitam os quilombos de São Paulo está inserida no Programa VIII.8 do Plano Operativo 2008 da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo (SES/SP), que desenvolve projetos de atenção à saúde da População Negra, dentro de um eixo voltado aos serviços e ações de saúde para segmentos das populações mais vulneráveis aos riscos de doença.

Neste sentido, o Núcleo de Controle de Populações de Cães e Gatos e suas Zoonoses da Coordenadoria do Controle de Doenças (CCD/SP) em associação com a Área Técnica de Saúde da População Negra do Grupo de Ações Estratégicas da SES/SP identificaram a necessidade de intervenção, dentro do preconizado pela Organização Mundial de Saúde, junto à população de cães e gatos que convivem de forma muito próxima com os quilombolas, e avaliar o impacto dessa intervenção para desenvolver uma política pública para o controle de zoonoses em populações quilombolas do Estado de São Paulo.

Vale ressaltar que promover a sanidade animal significa proteger indiretamente a saúde pública humana em qualquer situação ou população.



## 2 Objetivos:

### 2.1 Geral:

O presente projeto tem o objetivo de elaborar, implantar e avaliar ações estratégicas para o controle populacional de cães e gatos, bem como construir intervenções junto às demais populações animais existentes nas comunidades remanescentes de quilombo da Região do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, visando um convívio harmônico na tríade humano - animal - ambiente, contribuindo dessa forma, para a promoção da saúde nestas comunidades.

### 2.2 Objetivos específicos:

- Conhecer as interações homem/animal/ambiente na comunidade, avaliando as espécies de animais presentes e os problemas advindos desta convivência.

- Edificar a responsabilidade social, a partir de trabalhos participativos e intersetoriais em comunidades quilombolas pelo equilíbrio da população animal;

- Caracterizar a dinâmica das populações de cães e gatos considerando:

- A faixa etária e sexo;

- Taxa de fertilidade, taxa de mortalidade e taxa de natalidade;

- Conhecer o número de cães e gatos que possuem ou não responsáveis;

- Construir proposta de intervenção junto à população animal, tendo como meta o controle populacional de cães e gatos e a saúde dos animais na comunidade, com conseqüente controle de zoonoses;

- Avaliar o impacto das ações implantadas;

- Estabelecer propostas de intervenção junto às demais espécies presentes na região que estejam representando riscos à saúde da população humana e contaminação do meio ambiente.

## 3 Plano de Trabalho

O presente projeto de pesquisa foi delineado de acordo com programas para controle populacional de cães e gatos que não utilizam a eutanásia de

animais saudáveis como alicerce, como preconiza o Artigo segundo da Lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008 da Constituição do Estado de São Paulo.

Ao sul do Estado de São Paulo encontra-se a região do Vale do Ribeira e nela se localiza o município de Eldorado, onde existem sete comunidades quilombolas e entre elas está a comunidade São Pedro.

O quilombo São Pedro está localizado em uma região geográfica que possui mais de dois terços do território coberto de Mata Atlântica bem preservada, com grande diversidade de fauna e flora, que é banhada pelo leito de vários rios que, devido ao relevo montanhoso, formam cachoeiras. O povoado é constituído por 132 habitantes distribuídos em 47 famílias, onde se estima a existência de aproximadamente 125 animais entre cães e gatos.

O trabalho nesta comunidade será desenvolvido em três etapas, que juntas, totalizam trinta meses. A etapa um, considerada como observacional, será constituída de atividades que envolvem a observação da relação homem/animal, o envolvimento da comunidade e demais setores para a participação social, as intervenções educativas de orientação sobre a importância do controle de cães e gatos e acompanhamento da dinâmica dos animais. Esta etapa terá início em novembro de 2008 e término previsto para novembro de 2009.

A etapa dois será composta por ações práticas para o registro e identificação de todos os animais da comunidade (com e sem responsável) e será iniciado o controle da reprodução dos cães e gatos pelo método cirúrgico de esterilização. As ações teóricas visando conscientizar a comunidade sobre posse responsável também continuarão sendo executadas. Esta etapa está prevista para iniciar em dezembro de 2009, e terá 10 (dez) meses de duração.

Durante a etapa três, todas as ações executadas nos últimos 22 meses serão analisadas concomitantemente a realização de eventos que possibilitarão avaliar o grau da responsabilidade social adquirido pela comunidade em relação ao controle populacional de cães e gatos. O início da etapa três está previsto para setembro de 2010, e será realizada em oito meses.

#### Etapa 1:

**Justificativa:** Observar como se estabelece a relação homem/animal dentro da comunidade para montar um quadro inicial de comportamento, atitude e hábito individual e coletivo para com estes animais. Formar parcerias integradas entre diversos setores a fim de envolver a comunidade e

estimular a participação social a partir da conscientização quanto aos riscos inerentes ao excedente populacional de cães e gatos. Realizar intervenções educativas sobre a propriedade responsável dos animais de estimação.

#### Ações:

- Participação dos diversos atores sociais no processo: envolver representantes da comunidade quilombola, Prefeitura Municipal de Eldorado, Secretaria de Estado da Saúde (Coordenadoria de Controle de Doenças, Área Técnica Saúde da População Negra/Grupo Técnico de Ações Estratégicas, Coordenadorias de Recursos Humanos, Serviços em Saúde e Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Instituto de Saúde), Universidade de São Paulo (Laboratório de Epidemiologia e Bioestatística LEB/FMVZ), terceiro setor (organizações de proteção animal e de proteção ambiental), representantes de escolas, igrejas, comerciantes e demais parceiros para a discussão do problema da superpopulação de cães e gatos, seguida de capacitação e nivelção dos conhecimentos para o empoderamento de todo o grupo;

- Organizar um grupo de coalizão dos parceiros e que seja representativo de todos os setores citados no item acima. Esse grupo deverá participar de todas as discussões e decisões, dando legitimidade às atividades a serem desenvolvidas na comunidade. Este grupo será retro-alimentado durante o projeto.

- Início do Projeto de Educação Humanitária onde serão capacitados os professores, diretores e líderes de grupos como multiplicadores para que o processo de sensibilização comunitária sobre posse responsável assuma caráter permanente naquela comunidade.

- Atividade educativa para proprietários de animais casa a casa. Educadores trabalharão em campo reunindo vizinhos e discutindo as questões relevantes.

Tempo estimado: 12 (doze) meses.

## Etapa 2

**Justificativa:** Registrar e identificar todos os cães e gatos, com e sem proprietário, independente do grau de supervisão ou restrição dos mesmos, bem como avaliar o entorno principalmente em relação à disposição de

água, alimento e abrigo para a sobrevivência de possíveis cães ferais na comunidade. Agendar e realizar esterilizações cirúrgicas em machos e fêmeas caninas e felinas visando diminuir e/ou eliminar o excedente populacional destas espécies. Manter os trabalhos participativos e intersetoriais com a comunidade ressaltando as vantagens que o controle da população de cães e gatos oferece para a promoção da saúde humana e bem-estar animal. Esta etapa será desenvolvida em duas fases, que juntas, totalizam dez meses.

#### Ações:

**Fase 1:** Serão montadas duas equipes: uma de pesquisadores ou entrevistadores e outra de microchipagem que será composta por dois integrantes (1 médico veterinário e um oficial de controle animal).

Atividades a serem desenvolvidas no tempo estimado de oito meses:

Pesquisadores ou entrevistadores:

- Aplicação do Questionário “Moradia” e “Animal” casa a casa;
- Cadastramento dos proprietários e dos animais no próprio domicílio;
- Observação do entorno de cada quarteirão.

Equipe de microchipagem:

- Identificação dos animais no próprio domicílio: implantação de microchips;
- Identificação e implantação de microships em animais sem controle.

**Fase 2:** Será oferecido a comunidade acesso gratuito, a cirurgias de esterilização dos cães e gatos (machos e fêmeas), estimando alcançar o atendimento de 80% da população canina e felina no período de dois meses. Esta atividade deverá adquirir caráter permanente a partir dessa fase. As ações para estímulo da responsabilidade social na comunidade prosseguirão nesta etapa.

#### Etapa 3:

**Justificativa:** Avaliar a dinâmica populacional dos cães e gatos após as intervenções de controle da reprodução e educação comunitária, bem como avaliar o entorno principalmente em relação à disposição de água, alimento

e abrigo que possam atrair possíveis cães ferais. Acompanhar e avaliar os processos, teóricos e práticos, implantados nessa população, durante oito meses. Prosseguir com as atividades implantadas, avaliando o processo em três fases distintas, com dois meses de duração cada uma, e intervalo de 30 dias entre elas.

#### Ações de cada Fase:

- Continuação das atividades das etapas 1 e 2
- Leitura do microchip dos animais presentes nas casas e nas ruas, registrando a situação de cada um;
- Cadastro e microchipagem de animais recentemente introduzidos na comunidade;
- Leitura da identificação (ou identificação) dos animais livres;
- Reuniões com a comunidade para explanação dos resultados obtidos até aquele momento, motivando a responsabilização social sobre a guarda responsável.
- Tempo total estimado para esta etapa: oito meses

#### 4 Forma de Análise dos Resultados

Tanto os processos como os resultados e impacto das ações serão avaliados por métodos quantitativos e qualitativos. Como instrumentos para a coleta de dados serão utilizados inquéritos por questionários, com abordagem pontual e objetiva, e coleta de dados das diferentes opiniões e atitudes durante reuniões do grupo intersetorial representativo dos indivíduos, comunidade, prefeitura, terceiro e primeiro setores.

Os dados quantitativos serão preparados em tabelas ou gráficos para visualização mais objetiva e melhor comparação. Para a análise inicial serão utilizados os números absolutos coletados ou taxa ou razão, que serão submetidos ao tratamento estatístico posteriormente. Quanto aos dados qualitativos, as principais idéias serão compiladas de maneira a apoiarem as conclusões do grupo. Sendo, seguidamente, categorizadas de acordo com as informações mais importantes.

Os parâmetros referenciais para avaliação estarão baseados no diagnóstico da situação inicial que necessita ser alterada, ajustando ao

contexto local as informações científicas identificadas na literatura, pela aceitação e comprometimento dos atores sociais, visando alcançar os objetivos gerais e específicos que motivaram a execução desse projeto.

Serão calculadas as taxas de natalidade, mortalidade e fertilidade, além de pirâmides etárias que contribuirão para a compreensão da dinâmica populacional dessas espécies fornecendo parâmetros atualmente inexistentes mas que serão úteis para utilização em modelos matemáticos desenvolvidos no LEB/FMVZ/USP (Amaku et al., 2007; 2008) que avaliam o impacto das ações de esterilização no crescimento populacional de cães e gatos.

### Referências Bibliográficas

- Acha, PN; Szyfres, B. Zoonosis Y Enfermedades Transmisibles Comunes al Hombre y a los animales. 3.ed, Organización Panamericana de la Salud. Publicación Científica y Técnica n. 580, Washington, 2003.
- Amaku, M; Dias, RA; Ferreira, F. Modeling dog population control. In: II Conference on Computational and Mathematical Population Dynamics, Campinas, São Paulo, 2007.
- Amaku, M; Dias, RA; Ferreira, F. Dinâmica populacional canina: potenciais efeitos de campanhas de esterilização. Revista Panamericana de Salud Pública (no prelo).
- Andrade, T; Pereira, CAC; Andrade, MRO. Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. 2. Ed. São Paulo: ITESP, 2000. 198 p., il. (Cadernos ITESP, N. 3).
- Caceres, LPN. Estudo do programa de esterilização canina e felina no município de São Paulo, período de 2001 a 2003. [Dissertação] Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, USP, 2004. 83p.
- Gershman, KA; Sacks, JJ; Wright, JC. Which dogs bite? A case-control study of risk factors. Pediatrics, 1994. v.93, n.6, p.913-917. Disponível em: <http://www.pediatrics.org>. Acesso em: 21/08/2008.
- Howe, LM. Short term results and complications of prepubertal gonadectomy in cats and dogs. Journal of American Veterinary Medical Association, 1997. Washington. v.211, n.1, p.57-62.
- Magnabosco, C; Almeida, AB; Ferreira, JCP; Brant, JL; Gomes, LH; Reichmann, ML; Paranhos, NT; Garcia, RC; Luna, SLP; Vieira, AML. Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo - Módulo II Controle da Reprodução de Cães e Gatos. Boletim Epidemiológico Paulista - BEPA, 2005. São Paulo, v. 02, n. 19.

- Magnabosco, C. População domiciliada de cães e gatos em São Paulo: perfil obitido através de um inquérito domiciliar multicêntrico. [Dissertação] Faculdade de Saúde Pública, USP, 2006.
- Molento, CFM; Inoe, AP; Rego, MIC; Lago, E; Meza, SKL; Leme, MC; Molento, MB. Controle populacional de cães e gatos em dez vilas rurais do Paraná, Brasil, Arq. Ciênc. Vet. Zool., 2005. v.8, n.1, p. 25-31.
- Olson, PN; Johnson, SD. New developments in small animal population control. Journal American Veterinary Medicine Association, , 1993. v. 202, p. 904-909
- Quilombos Do Ribeira. Comunidade São Pedro: Histórico. Disponível em: <<http://www.quilombosdoribeira.org.br/comunidades/9/29>>. Acesso em 21/08/2008.
- Sacks, JJ; Lockwood, R; Hornreich, J; Sattin, RW. Fatal dog attacks, 1989-1994. Pediatrics, v. 97, p. 891-895, 1996. Disponível em: <http://www.pediatrics.org>. Acesso em: 21/08/2008.
- São Paulo, Governo do Estado, Assembléia Legislativa. Constituição Estadual: Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo Lei nº 11977 de 25 de agosto de 2005, cap.III, art.11. Disponível em: [<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>], acessado em 21/08/2008.
- Schoendorfer, LMP. Interação homem-animal de estimação na cidade de São Paulo: o manejo inadequado e as conseqüências em saúde publica. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, USP, 2001.
- Slater, MR. The role of veterinary epidemiology in the study of free-roaming dogs and cats. Preventive Veterinary Medicine, 2001. v. 48, p. 273-286.
- Soto, FRM. Dinâmica populacional canina no município de Ibiúna-SP: estudo retrospectivo de 1998 a 2002 referente a animais recolhidos, eutanasiados e adotados. [Dissertação] Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, USP, 2003.
- Universities Federation for Animal Welfare, 1989: Dogs Identification and Registration – the agreed document of a UFAW Technical Workshop. UFAW, Potters Bar, UK.
- Vicente, JP. Os remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira no Sudoeste de São Paulo: piora na situação Socioeconômica e de saúde? Pediatría, 2004. (São Paulo), v.26, n.1, p.63-65.
- Vieira, AML. Controle populacional de cães e gatos: aspectos técnicos e operacionais Ciênc. Vet. Trop., 2008. Recife, v.11, suplemento. 1, p.102-105.

Westphal, M. F.; Ziglio, E. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 5 (1): 39-52, 2000.

World Health Organization – Who. Report of WHO consultation on dog ecology studies related to rabies control. Geneva, 1988. 35p.

World Health Organization – Who; World Society for the Protection of Animals – WSPA: Guidelines for dog population management. Geneva, 1990. 116p.



# PARTE V

## Legislação

A. Legislação Federal

B. Legislação Estadual

# Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

**Art. 1º** - Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

**Art. 2º** - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

**Art. 3º** - Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

**Art. 4º** - Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

**Art. 5º** - Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

**Art. 6º** - Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

**Art. 7º** - O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

**Art. 8º** - Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

**Art. 9º** - Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7o, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

**Art. 10º** - Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

**Art. 11º** - Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

**Art. 12º** - Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

**Art. 13º** - Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editais do art. 7o efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

**Art. 14º** - Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de

agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

**Art. 15º** - Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

**Art. 16º** - Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

**Art. 17º** - A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

**Art. 18º** - Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

**Art. 19º** - Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

a) da Justiça;

b) da Educação;

- c) do Trabalho e Emprego;
- d) da Saúde;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) das Comunicações;
- g) da Defesa;
- h) da Integração Nacional;
- i) da Cultura;
- j) do Meio Ambiente;
- k) do Desenvolvimento Agrário;
- l) da Assistência Social;
- m) do Esporte;
- n) da Previdência Social;
- o) do Turismo;
- p) das Cidades;

III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:

- a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- b) de Aqüicultura e Pesca; e
- c) dos Direitos Humanos.

§ 1º O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

**Art. 20º** - Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de

financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.

**Art. 21º** - As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

**Art. 22º** - A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.

**Art. 23º** - As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

**Art. 24º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 25º** - Revoga-se o Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001.

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Miguel Soldatelli Rossetto

José Dirceu de Oliveira e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.11.200



# Instrução Normativa N° 20, de 19 de Setembro de 2005

DOU nº 185, de 26/9/05, Seção 1, p. 79.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 18, inciso VII, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.011, de 11 de março de 2004, e art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovada pela Portaria/MDA/nº 164, de 14 de julho de 2000, resolve:

## OBJETIVO

**Art. 1º** - Estabelecer procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Art. 2º** - As ações objeto da presente Instrução Normativa têm como fundamento legal:

Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

Artigos 215 e 216 da Constituição Federal;

Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

- Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
- Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992;
- Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
- Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
- Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;
- Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
- Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003;
- Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT;
- Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

## CONCEITUAÇÕES

**Art. 3º** - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

**Art. 4º** - Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.

## COMPETÊNCIAS DE ATUAÇÃO

**Art. 5º** - Compete ao INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º - As atribuições contidas na presente Instrução serão coordenadas e executadas pelos setores competentes da Sede, dos órgãos regionais, e também por grupos ou comissões constituídas através de atos administrativos pertinentes.

§ 2º - Fica garantida a participação dos Gestores Regionais e dos Asseguradores do Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia da Superintendência Regional em todas as fases do processo de regularização das áreas das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

## PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ABERTURA DO PROCESSO

**Art. 6º** - O processo administrativo terá início por requerimento de qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas ou de ofício pelo INCRA, sendo entendido como simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou reduzida a termo por representante do INCRA, quando o pedido for verbal.

§ 1º - A comunidade ou interessado deverá apresentar informações sobre a localização da área objeto de identificação.

§ 2º - Compete às Superintendências Regionais manter atualizadas as informações concernentes aos pedidos de regularização das áreas remanescentes das Comunidades de Quilombos e dos processos em curso no Sistema de Obtenção de Terras - SISOTE e no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, para monitoramento e controle.

## CERTIFICAÇÃO

**Art. 7º** - A caracterização dos remanescentes das Comunidades de Quilombos será atestada mediante auto-definição da comunidade.

§ 1º - A auto-definição será demonstrada através de simples declaração escrita da comunidade interessada, nos termos do Artigo 2º do Decreto 4.887/03.

§ 2º - A auto-definição da Comunidade será certificada pela Fundação Cultural Palmares - FCP, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do referido órgão, nos termos do § 4º, do artigo 3º, do Decreto 4.887/2003.

§ 3º - O processo que não contiver a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da FCP será remetido pelo INCRA, por cópia, àquela Fundação, para as providências de registro, não interrompendo o prosseguimento administrativo respectivo.

## IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

**Art. 8º** - O estudo e a definição do território reivindicado serão precedidos de reuniões com a comunidade e contarão com a participação do Grupo Técnico interdisciplinar, nomeado pela Superintendência Regional do INCRA, para apresentação dos trabalhos e procedimentos que serão adotados.

**Art. 9º** - A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o artigo 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica e sócio-cultural do território ocupado pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, com elaboração a cargo da Divisão Técnica da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Superintendente Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes.

**Art. 10** - O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação será feito por etapas, abordando informações cartográficas, fundiárias, agrônomicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, e compor-se-á das seguintes peças:

- I - relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do território quilombola identificado, devendo conter a descrição e informações sobre:
- a) as terras e as edificações que englobem os espaços de moradia;
  - b) as terras utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural do grupo humano a ser beneficiado;
  - c) as fontes terrestres, fluviais, lacustres ou marítimas de subsistência da população;
  - d) as terras detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos costumes, tradições, cultura e lazer da comunidade;
  - c) as terras e as edificações destinadas aos cultos religiosos;

- e) os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- II - planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área;
- III - cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do SIPRA;
- IV - cadastramento dos demais ocupantes e presumíveis detentores de títulos de domínio relativos ao território pleiteado;
- V - levantamento da cadeia dominial completa do título de domínio e de outros documentos similares inseridos no perímetro do território pleiteado;
- VI - levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, ou situadas em terrenos de marinha, em terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou SPU e em terras dos estados e municípios;
- VII - Parecer conclusivo da área técnica sobre a legitimidade da proposta de território e a adequação dos estudos e documentos apresentados pelo interessado por ocasião do pedido de abertura do processo.

§ 1º - Fica facultado à comunidade interessada apresentar peças técnicas necessárias à instrução do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, as quais poderão ser valoradas e utilizadas pelo INCRA.

§ 2º - O início dos trabalhos de campo deverá ser precedido de comunicação prévia a eventuais proprietários ou ocupantes de terras localizadas no território pleiteado, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

## PUBLICIDADE

**Art. 11** - Estando em termos o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, o Superintendente Regional publicará resumo do mesmo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área estudada.

§ 1º - A publicação será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º - A Superintendência Regional notificará os ocupantes e confinantes, detentores de domínio ou não, identificados no território pleiteado, informando-os do prazo para apresentação de contestações.

## CONSULTA A ÓRGÃOS E ENTIDADES

**Art. 12** - Concomitantemente à sua publicação, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação será remetido aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, apresentarem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências:

- I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e seu correspondente na Administração Estadual;
- III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;
- VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único - Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância sobre o conteúdo do relatório técnico.

## CONTESTAÇÕES

**Art. 13** - Os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação junto à Superintendência Regional, juntando as provas pertinentes.

§ 1º - Competirá ao Comitê de Decisão Regional - CDR o julgamento das contestações oferecidas.

§ 2º - As contestações e os recursos oferecidos pelos interessados serão recebidos apenas em efeito devolutivo.

## JULGAMENTO

**Art. 14** - As contestações e manifestações dos órgãos e interessados indicados no artigo 12 serão analisadas e julgadas pelo Comitê de Decisão Regional - CDR, após ouvidos os setores técnicos e a procuradoria regional.

Parágrafo único - Se o julgamento das contestações ou manifestações implicar em alteração das conclusões do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, será realizada nova publicação na forma do artigo 11 desta Instrução.

**Art. 15** - Realizado o julgamento a que refere o artigo 14, o Comitê de Decisão Regional - CDR aprovará em definitivo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território e o submeterá à Presidência do INCRA, para publicação de portaria reconhecendo e declarando os limites do território quilombola.

Parágrafo único - A portaria do presidente do INCRA será publicada no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área e trará o memorial descritivo do perímetro do território.

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS TERRITÓRIOS PLEITEADOS

**Art. 16** - Incidindo os territórios reconhecidos e declarados sobre unidades de conservação constituídas, áreas de segurança nacional e áreas de faixa de fronteira, a Superintendência Regional deverá adotar as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade dessas comunidades, ouvidos, conforme o caso, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente -IBAMA, ou a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

**Art. 17** - Se os territórios reconhecidos e declarados incidirem sobre terrenos de marinha, a Superintendência encaminhará o processo a SPU, para a emissão de título em benefício das comunidades quilombolas.

**Art. 18** - Constatada a incidência nos territórios reconhecidos e declarados de posse particular sobre áreas de domínio da União, a Superintendência Regional deverá adotar as medidas cabíveis visando a retomada da área.

**Art. 19** - Incidindo os territórios reconhecidos e declarados sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios,

a Superintendência Regional encaminhará os autos para os órgãos responsáveis pela titulação no âmbito de tais entes federados.

**Parágrafo único** - A Superintendência Regional poderá propor a celebração de convênio com aquelas unidades da Federação, visando a execução dos procedimentos de titulação nos termos do decreto e desta instrução.

**Art. 20** - Incidindo nos territórios reconhecidos e declarados imóvel com título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, a Superintendência Regional adotará as medidas cabíveis visando a obtenção dos imóveis, mediante a instauração do procedimento de desapropriação previsto no artigo 184 da Constituição Federal.

**Parágrafo único** - Sendo o imóvel insusceptível à desapropriação prevista no caput, a obtenção dar-se-á com base no procedimento desapropriatório previsto no artigo 216, § 1º, da Constituição Federal, ou, ainda, mediante compra e venda, na forma prevista no Decreto 433/92 com alterações posteriores.

**Art. 21** - Verificada a presença de ocupantes não quilombolas nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a Superintendência Regional providenciará o reassentamento em outras áreas das famílias de agricultores que preencherem os requisitos da legislação agrária.

## DEMARCAÇÃO

**Art. 22** - A demarcação do território reconhecido será realizada observando-se os procedimentos contidos na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis rurais aprovada pela Portaria/ INCRA/P/n. 1.101, de 19 de novembro de 2003, e demais atos regulamentares expedidos pelo INCRA em atendimento à Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001.

## TITULAÇÃO

**Art. 23** - Concluída a demarcação, a Superintendência Regional realizará a titulação mediante outorga de título coletivo e pró indiviso às comunidades, em nome de suas associações legalmente constituídas, sem qualquer ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrado no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.



Parágrafo único - Incidindo os territórios reconhecidos e declarados nas áreas previstas nos artigos 17, 18 e 19, aos remanescentes de comunidades de quilombos fica facultada a solicitação da emissão de Título de Concessão de Direito Real de Uso, em caráter provisório, enquanto não se ultima a concessão do Título de Reconhecimento de Domínio, para que possam exercer direitos reais sobre o território que ocupam. A emissão do Título de Concessão de Direito Real de Uso não desobriga a concessão do Título de Reconhecimento de Domínio.

**Art. 24** - A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pela Superintendência Regional far-se-ão sem ônus de qualquer espécie aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, independentemente do tamanho da área.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 25** - Os procedimentos administrativos de titulação das áreas das comunidades remanescentes dos quilombos em andamento, em qualquer fase em que se encontrem, passarão a ser regidos por esta norma, aproveitando-se, no que couber, os atos praticados em consonância com as disposições e requisitos ora instituídos.

**Art. 26** - A Superintendência Regional promoverá em formulários específicos o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

**Art. 27** - Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, bem como o acompanhamento dos processos de regularização em trâmite na Superintendência Regional, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

**Art. 28** - As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas nesta Instrução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento.

**Art. 29** - A Superintendência Regional encaminhará à Fundação Cultural Palmares e ao IPHAN todas as informações relativas ao patrimônio cultural, material e imaterial, contidos no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação territorial, para as providências de destaque e tombamento.

**Art. 30** - A Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário manterá o MDA, a SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares informados do andamento dos processos de regularização das terras de Remanescentes de Quilombos.

ROLF HACKBART

# Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

**Art. 2º** - Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**Art. 3º** - Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

- I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- I - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
- III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.2.2007.

## ANEXO

### POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

#### PRINCÍPIOS

**Art. 1º** - As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

- I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desprezar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;
- II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;
- III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a

- diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;
- IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;
- VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;
- VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;
- VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;
- X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;
- XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

## OBJETIVO GERAL

**Art. 2º** - A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

**Art. 3º** - São objetivos específicos da PNPCT:

- I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- III - implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
- IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;
- V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;
- VI - reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;
- VII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características

- sócio-culturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional;
- VIII - garantir no sistema público previdenciário a adequação às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, no que diz respeito às suas atividades ocupacionais e religiosas e às doenças decorrentes destas atividades;
- IX - criar e implementar, urgentemente, uma política pública de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais;
- X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;
- XI - garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;
- XII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;
- XIII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e a gestão facilitados aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo;
- XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;
- XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;
- XVI - apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais; e
- XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

## DOS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

**Art. 4º** - São instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

- I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006;
- III - os fóruns regionais e locais; e
- V - o Plano Plurianual.

## DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**Art. 5º** - Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais têm por objetivo fundamentar e orientar a implementação da PNPCT e consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de implementar, nas diferentes esferas de governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política:

- I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderão ser estabelecidos com base em parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico-socio-culturais e deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos;
- II - a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderá se dar por meio de fóruns especialmente criados para esta finalidade ou de outros cuja composição, área de abrangência e finalidade sejam compatíveis com o alcance dos objetivos desta Política; e
- III - o estabelecimento de Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais não é limitado, desde que respeitada a atenção equiparada aos diversos segmentos dos povos e comunidades tradicionais, de modo a não convergirem exclusivamente para um tema, região, povo ou comunidade.



## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 6º** - A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá, no âmbito de suas competências e no prazo máximo de noventa dias:

- I - dar publicidade aos resultados das Oficinas Regionais que subsidiaram a construção da PNPCT, realizadas no período de 13 a 23 de setembro de 2006;
- II - estabelecer um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais, o qual deverá ter como base os resultados das Oficinas Regionais mencionados no inciso I; e
- III - propor um Programa Multi-setorial destinado à implementação do Plano Nacional mencionado no inciso II no âmbito do Plano Plurianual.

# Instrução Normativa N° 49, de 29 de Setembro de 2008

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

## O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO

E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VII, do Anexo I, do Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, e art. 110, inciso IX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 69, de 19 de outubro de 2006, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, e tendo em vista o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, resolve:

## OBJETIVO

**Art. 1º** - Estabelecer procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**Art. 2º** - As ações objeto da presente Instrução Normativa têm como fundamento legal:

I - art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

- II - arts. 215 e 216 da Constituição Federal;
- III - Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
- IV - Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
- V - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- VI - Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
- VII - Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992;
- VIII- Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
- IX - Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
- X - Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;
- XI - Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
- XII - Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;
- XIII - Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003;
- XIV - Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
- XV- Convenção sobre Biodiversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

## CONCEITUAÇÕES

**Art. 3º** - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

**Art. 4º** - Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

## COMPETÊNCIA

**Art. 5º** - Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desinversão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocu-

padas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência comum e concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

## CERTIFICAÇÃO

**Art. 6º** - A caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante auto-definição da comunidade.

Parágrafo único - A auto-definição da comunidade será certificada pela Fundação Cultural Palmares, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do referido órgão, nos termos do § 4º, do art. 3º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

## PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ABERTURA DO PROCESSO

**Art. 7º** - O processo administrativo terá início por requerimento de qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas ou de ofício pelo INCRA, sendo entendido como simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou reduzida a termo por representante do INCRA, quando o pedido for verbal.

§ 1º - A comunidade ou interessado deverá apresentar informações sobre a localização da área objeto de identificação.

§ 2º - Compete às Superintendências Regionais manter atualizadas as informações concernentes aos pedidos de regularização das áreas remanescentes das comunidades de quilombos e dos processos em curso nos Sistemas do INCRA.

§ 3º - Os procedimentos de que tratam os arts. 8º e seguintes somente terão início após a apresentação da certidão prevista no parágrafo único do art. 6º.

§ 4º - Os órgãos e as entidades de que trata o art. 12 serão notificados pelo Superintendente Regional do INCRA, imediatamente após a instauração do procedimento administrativo de que trata o caput, com o objetivo de apresentarem, se assim entenderem necessário, informações que possam contribuir com os estudos previstos nos arts. 8º e seguintes.

## IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

**Art. 8º** - O estudo e a definição da terra reivindicada serão precedidos de reuniões com a comunidade e Grupo Técnico interdisciplinar, nomeado pela Superintendência Regional do INCRA, para apresentação dos procedimentos que serão adotados.

**Art. 9º** - A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sócio-cultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes.

**Art. 10** - O RTID, devidamente fundamentado em elementos objetivos, abordando informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, sócio-econômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, abrangerá, necessariamente, além de outras informações consideradas relevantes pelo Grupo Técnico, dados gerais e específicos organizados da seguinte forma:

I - Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da área quilombola identificada, devendo conter as seguintes descrições e informações:

a) introdução, abordando os seguintes elementos:

1. apresentação dos conceitos e concepções empregados no Relatório (referencial teórico), que observem os critérios de autoatribuição, que permita caracterizar a trajetória histórica própria, as relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida;
2. apresentação da metodologia e dos condicionantes dos trabalhos, contendo, dentre outras informações, as relativas à organização e caracterização da equipe técnica envolvida, ao cronograma de trabalho, ao processo de levantamento de dados qualitativos utilizados e ao contexto das condições de trabalho de campo e elaboração do relatório;

## b) dados gerais, contendo:

1. informações gerais sobre o grupo auto-atribuído como remanescente das comunidades dos quilombos, tais como, denominação, localização e formas de acesso, disposição espacial, aspectos demográficos, sociais e de infra-estrutura;
2. a caracterização do(s) município(s) e região com sua denominação, localização e informações censitárias com dados demográficos, sócio-econômicos e fundiários, entre outros;
3. dados, quando disponíveis, sobre as taxas de natalidade e mortalidade da comunidade nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

## c) histórico da ocupação, contendo:

1. descrição do histórico da ocupação da área com base na memória do grupo envolvido e depoimentos de eventuais atores externos identificados
2. levantamento e análise das fontes documentais e bibliográficas existentes sobre a história do grupo e da sua terra;
3. contextualização do histórico regional e sua relação com a história da comunidade;
4. indicação, caso haja, dos sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;
5. levantamento do patrimônio cultural da comunidade a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, constituído de seus bens materiais e imateriais, com relevância na construção de suas identidade e memória e na sua reprodução física, social e cultural.
6. levantamento e análise dos processos de expropriação, bem como de comunidade;
7. caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminhos e percursos, uso dos recursos naturais, realização dos cultos religiosos e festividades, entre outras manifestações culturais;

8. análise da atual situação de ocupação territorial do grupo, tendo em vista os impactos sofridos pela comunidade e as transformações ocorridas ao longo de sua história.

d) organização social, contendo:

1. identificação e caracterização dos sinais diacríticos da identidade étnica do grupo;
2. identificação e análise das formas de construção e critérios do pertencimento e fronteiras sociais do grupo;
3. identificação das circunstâncias que levaram a eventual secessão ou reagrupamento do Grupo;
4. descrição da representação genealógica do grupo;
5. mapeamento e análise das redes de reciprocidade intra e extra-territoriais e societários dos membros do grupo em questão;
6. levantamento, a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, das manifestações de caráter cosmológico, religioso e festivo, atividades lúdico-recreativas em sua relação com a terra utilizada, os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário;
7. levantamento das práticas tradicionais de caráter coletivo e sua relação com a ocupação atual da área identificando terras destinadas à moradia, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico, demonstrando as razões pelas quais são importantes para a manutenção da memória e identidade do grupo e de outros aspectos coletivos próprios da comunidade;
8. descrição das formas de representação política do grupo;

e) ambiente e produção, contendo:

1. levantamento e análise das categorias êmicas relacionadas às terras e ao ambiente onde vivem as comunidades e sua lógica de apropriação dessas áreas e configuração de seus limites;
2. análise da lógica de apropriação das áreas nas quais vive o grupo, considerando as informações agronômicas e ecológicas da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo;

3. identificação e explicitação da forma de ocupação quanto ao seu caráter tradicional, evidenciando as unidades de paisagem disponíveis no presente e no plano da memória do grupo, bem como seus usos, necessários à reprodução física, social, econômica e cultural;
  4. descrição das práticas produtivas, considerando as dimensões cosmológicas, de sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho;
  5. descrição das atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade com a identificação, localização e dimensão das áreas e edificações utilizadas para este fim;
  6. identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural da comunidade e explicitação de suas razões;
  7. avaliação das dimensões da sustentabilidade referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto ao grupo em questão;
  8. indicação de obras e empreendimentos existentes ou apontados como planejados, com influência na área proposta;
  9. descrição das relações sócio-econômico-culturais com outras comunidades e com a sociedade envolvente e descrição das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;
  10. identificação e descrição das áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais, tais como áreas de preservação permanente, reserva legal e zonas de amortecimento das unidades de conservação.
- f) conclusão, contendo:
1. proposta de delimitação da terra, tendo como base os estudos previstos neste inciso I;
  2. planta da área proposta, que inclua informações e indicação cartográfica de localização dos elementos anteriormente referidos;
  3. descrição sintética da área identificada, relacionando seus diferentes marcos identitários, espaços e paisagens, usos, percursos, caminhos e recursos naturais existentes, tendo em vista a reprodução



física, social e cultural do grupo, segundo seus usos, costumes e tradições;

4. indicação, com base nos estudos realizados, de potencialidades da comunidade e da área, que possam ser, oportunamente, aproveitadas;

II - levantamento fundiário, devendo conter a seguinte descrição e informações:

a) identificação e censo de eventuais ocupantes não-quilombolas, com descrição das áreas por eles ocupadas, com a respectiva extensão, as datas dessas ocupações e a descrição das benfeitorias existentes;

b) descrição das áreas pertencentes a quilombolas, que têm título de propriedade;

c) informações sobre a natureza das ocupações não-quilombolas, com a identificação dos títulos de posse ou domínio eventualmente existentes;

d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor;

III - planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno e, se possível, a indicação da área ser averbada como reserva legal, no momento da titulação;

IV - cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do INCRA;

V - levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; e

VI - parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os estudos e documentos apresentados.

§ 1º - O início dos trabalhos de campo deverá ser precedido de comunica-

ção prévia a eventuais proprietários ou ocupantes de terras localizadas na área pleiteada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 2º - O Relatório de que trata o inciso I deste artigo será elaborado por especialista que mantenha vínculo funcional com o INCRA, salvo em hipótese devidamente reconhecida de impossibilidade material, quando poderá haver contratação, obedecida a legislação pertinente.

§ 3º - A contratação permitida no parágrafo anterior não poderá ser firmada com especialista que, no interesse de qualquer legitimado no processo, mantenha ou tenha mantido vínculo jurídico relacionado ao objeto do inciso I.

§ 4º - Verificada, durante os trabalhos para a elaboração do Relatório de que trata o caput, qualquer questão de competência dos órgãos e entidades enumerados no art. 12, o Superintendente Regional do INCRA deverá comunicá-los, para acompanhamento, sem prejuízo de prosseguimento dos trabalhos.

§ 5º - Fica facultado à comunidade interessada apresentar peças técnicas necessárias à instrução do RTID, as quais poderão ser valoradas e utilizadas pelo INCRA.

§ 6º - Fica assegurada à comunidade interessada a participação em todas as fases do procedimento administrativo de elaboração do RTID, diretamente ou por meio de representantes por ela indicados.

§ 7º - No processo de elaboração do RTID deverão ser respeitados os direitos da comunidade de:

- I - ser informada sobre a natureza do trabalho;
- II - preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais;
- III - autorizar que as informações obtidas no âmbito do RTID sejam utilizadas para outros fins; e
- IV - acesso aos resultados do levantamento realizado.

## PUBLICIDADE

**Art. 11** - Estando em termos, o RTID será submetido à análise preliminar do Comitê de Decisão Regional do INCRA que, verificando o atendimento dos critérios estabelecidos para sua elaboração, o remeterá

ao Superintendente Regional, para elaboração e publicação do edital, por duas vezes consecutivas, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

- I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;
- II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;
- III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e
- IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º - A publicação será afixada na sede da Prefeitura Municipal onde está situado o imóvel, acompanhada de memorial descritivo e mapa da área estudada.

§ 2º - A Superintendência Regional do INCRA notificará os ocupantes e confinantes, detentores de domínio ou não, identificados na terra pleiteada, informando-os do prazo para apresentação de contestações.

§ 3º - Não sendo verificado o atendimento dos critérios estabelecidos para a elaboração do RTID, o Comitê de Decisão Regional do INCRA o devolverá ao Coordenador do Grupo Técnico Interdisciplinar para sua revisão ou complementação, que, uma vez efetivada, obedecerá ao rito estabelecido neste artigo.

§ 4º - Na hipótese de o RTID concluir pela impossibilidade do reconhecimento da área estudada como terra ocupada por remanescente de comunidade de quilombo, o Comitê de Decisão Regional do INCRA, após ouvidos os setores técnicos e a Procuradoria Regional, poderá determinar diligências complementares ou, anuindo com a conclusão do Relatório, determinar o arquivamento do processo administrativo.

§ 5º - A comunidade interessada e a Fundação Cultural Palmares serão notificadas da decisão pelo arquivamento do processo administrativo e esta será publicada, no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área estudada, com o extrato do Relatório, que contenha os seus fundamentos.

§ 6º - Da decisão de arquivamento do processo administrativo, de que trata o § 4º, caberá pedido de desarquivamento, desde que justificado.

§ 7º - A Superintendência Regional do INCRA encaminhará cópia do edital para os remanescentes das comunidades dos quilombos.

## CONSULTA A ÓRGÃOS E ENTIDADES

**Art. 12** - Concomitantemente a sua publicação, o RTID será remetido aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de 30 (trinta) dias, apresentarem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências:

- I - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e seu correspondente na Administração Estadual;
- III - Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN;
- VI - Fundação Cultural Palmares;
- VII - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICM-Bio, e seu correspondente na Administração Estadual; e
- VIII - Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

§ 1º - O Presidente do INCRA encaminhará o RTID a outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, quando verifique repercussão em suas áreas de interesse, observado o procedimento previsto neste artigo.

§ 2º - O INCRA remeterá o arquivo digital do memorial descritivo (shape file) à Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, para inclusão em sistema georreferenciado, de amplo acesso a todos os órgãos e entidades.

§ 3º - Expirado o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da cópia do RTID, e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o seu conteúdo.

§ 4º - O INCRA terá um prazo de 30 (trinta) dias para adotar as medidas cabíveis diante de eventuais manifestações dos órgãos e entidades.

§ 5º - Fica assegurado à comunidade interessada o acesso imediato à cópia das manifestações dos órgãos e entidades referidos neste artigo, bem como o acompanhamento das medidas decorrentes das respectivas manifestações.

## CONTESTAÇÕES

**Art. 13** - Os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. As contestações oferecidas pelos interessados serão recebidas nos efeitos devolutivo e suspensivo.

**Art. 14** - As contestações dos interessados indicados no art. 12 serão analisadas e julgadas pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA, após ouvidos os setores técnicos e a Procuradoria Regional em prazo comum de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo da contestação.

§ 1º - Se o julgamento das contestações implicar a alteração das informações contidas no edital de que trata o art. 11, será realizada nova publicação e a notificação dos interessados.

§ 2º - Se o julgamento das contestações não implicar a alteração das informações contidas no edital de que trata o art. 11, serão notificados os interessados que as ofereceram.

**Art. 15** - Do julgamento das contestações caberá recurso único, com efeito apenas devolutivo, ao Conselho Diretor do INCRA, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação.

§ 1º - Sendo provido o recurso, o Presidente do INCRA publicará, no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área, as eventuais alterações das informações contidas no edital de que trata o art. 11 e notificará o recorrente.

§ 2º - Não sendo provido o recurso, o Presidente do INCRA notificará da decisão o recorrente.

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS PLEITEADAS

**Art. 16** - Incidindo as terras identificadas e delimitadas pelo RTID sobre unidades de conservação constituídas, áreas de segurança nacional, áreas de faixa de fronteira e terras indígenas, a Superintendência Regional do INCRA deverá, em conjunto, respectivamente, com o Instituto Chico Mendes,

a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional ou a FUNAI, adotar as medidas cabíveis, visando a garantir a sustentabilidade dessas comunidades, conciliando os interesses do Estado.

§ 1º - A Secretaria do Patrimônio da União e a Fundação Cultural Palmares serão ouvidas, em todos os casos.

§ 2º - As manifestações quanto às medidas cabíveis, referidas no caput, ficarão restritas ao âmbito de cada competência institucional.

§ 3º - Verificada controvérsia quanto às medidas cabíveis, de que trata o caput, o processo administrativo será encaminhado:

- I - em se tratando do mérito, à Casa Civil da Presidência da República, para o exercício de sua competência de coordenação e integração das ações do Governo, prevista no art. 2º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;
- II - sobre questão jurídica, ao Advogado-Geral da União, para o exercício de sua competência, prevista no art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e o art. 8º C, da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

§ 4º - Aplica-se, no que couber, aos órgãos e entidades citados no caput e no § 1º do art. 12 o disposto neste artigo.

§ 5º - Os Órgãos e as Entidades de que trata este artigo definirão o instrumento jurídico apropriado a garantir a permanência e os usos conferidos à terra pela comunidade quilombola enquanto persistir a sobreposição de interesses.

**Art. 17** - Concluídas as fases a que se referem os arts. 14, 15 e 16, o Presidente do INCRA publicará, no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área, portaria reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 18** - Se as terras reconhecidas e declaradas incidirem sobre terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, a Superintendência Regional do INCRA encaminhará o processo a SPU, para a emissão de título em benefício das comunidades quilombolas.

**Art. 19** - Constatada a incidência nas terras reconhecidas e declaradas de posse particular sobre áreas de domínio da União, a Superintendência Regional deverá adotar as medidas cabíveis visando à retomada da área.

**Art. 20** - Incidindo as terras reconhecidas e declaradas sobre áreas de

propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, a Superintendência Regional do INCRA encaminhará os autos para os órgãos responsáveis pela titulação no âmbito de tais entes federados.

Parágrafo único - A Superintendência Regional do INCRA poderá propor a celebração de convênio com aquelas unidades da Federação, visando à execução dos procedimentos de titulação nos termos do Decreto e desta Instrução.

**Art. 21** - Incidindo as terras reconhecidas e declaradas em imóvel com título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, a Superintendência Regional do INCRA adotará as medidas cabíveis visando à obtenção dos imóveis, mediante a instauração do procedimento de desapropriação.

**Art. 22** - Verificada a presença de ocupantes não quilombolas nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a Superintendência Regional do INCRA providenciará o reassentamento em outras áreas das famílias de agricultores que preencherem os requisitos da legislação agrária.

## DEMARCAÇÃO

**Art. 23** - A demarcação da terra reconhecida será realizada observando-se os procedimentos contidos na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis rurais aprovada pela Portaria nº 1.101, de 19 de novembro de 2003, do Presidente do INCRA e demais atos regulamentares expedidos pela Autarquia, em atendimento à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

## TITULAÇÃO

**Art. 24** - O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.

§ 1º - Incidindo as terras reconhecidas e declaradas nas áreas previstas nos arts. 19 e 20, aos remanescentes de comunidades de quilombos fica facultada a solicitação da emissão de Título de Concessão de Direito Real

de Uso Coletivo, quando couber e em caráter provisório, enquanto não se ultima a concessão do Título de Reconhecimento de Domínio, para que possam exercer direitos reais sobre a terra que ocupam.

§ 2º - A emissão do Título de Concessão de Direito Real de Uso não desobriga a concessão do Título de Reconhecimento de Domínio.

**Art. 25** - A expedição do título e o registro cadastral a serem procedidos pela Superintendência Regional do INCRA far-se-ão sem ônus de nenhuma espécie aos remanescentes das comunidades de quilombos, independentemente do tamanho da área.

**Art. 26** - Esta Instrução Normativa aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade das fases iniciadas ou concluídas sob a vigência da Instrução Normativa anterior.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese, contudo, pode ser aplicado o art. 16.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 27** - A Superintendência Regional do INCRA promoverá, em formulários específicos, o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

**Art. 28** - Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, bem como o acompanhamento dos processos de regularização em trâmite na Superintendência Regional do INCRA, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

**Art. 29** - As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas nesta Instrução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento.

**Art. 30** - A Superintendência Regional do INCRA encaminhará à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional todas as informações relativas ao patrimônio cultural, material e imaterial, contidos no RTID, para as providências de destaque e tombamento.

**Art. 31** - O INCRA, através da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) e da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), manterá o Ministério do Desenvolvimento Agrário -



MDA, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares informados do andamento dos processos de regularização das terras de remanescentes de quilombos.

**Art. 32** - Revoga-se a Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005.

**Art. 33** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF HACKBART

#### PORTARIA Nº 323, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I e IV do art. 18, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com o incisos I, IV e V, do art. 110 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006, e

**Art.1º** - Aprovar “ad referendum” do Conselho Diretor a Instrução Normativa nº 49, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF HACKBART

# Decreto N° 40.723, de 21 de Março de 1996

Institui Grupo de Trabalho para os fins que especifica e dá providências correlatas

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a existência no Estado de São Paulo de várias comunidades remanescentes de quilombos;

Considerando o disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a regularização fundiária dos remanescentes das ocupações de quilombos;

Considerando a multiplicidade de fatores a serem equacionados para a plena consecução dos objetivos, tais como: questão fundiária, questão ambiental, situação sócio-econômica e outros que integrem com essas comunidades,

Decreta:

**Artigo 1º** - Fica instituído junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Grupo de Trabalho para dar plena aplicabilidade aos dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos.

**Artigo 2º** - O Grupo de Trabalho instituído pelo artigo anterior será constituído por:

- I - 2 (dois) representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, sendo um deles do Instituto de Terras;
- II - 1 (um) representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- III - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;
- IV - 1 (um) representante da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica;

V - 2 (dois) representantes da Secretaria da Cultura, sendo um deles do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT;

VI - 1 (um) representante do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo;

VII - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, integrante da Subcomissão de Negros, da Comissão de Direitos Humanos;

VIII - 1 (um) representante do Fórum Estadual de Entidades Negras do Estado de São Paulo.

**§ 1º** - A Coordenação do Grupo de Trabalho caberá à um dos representantes referidos no inciso I deste artigo, mediante indicação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania.

**§ 2º** - No prazo de 3 (três) dias, contados da data de publicação deste decreto, os dirigentes dos órgãos referidos neste artigo, indicarão seus representantes ao Secretário do Governo e Gestão Estratégica, que os designará mediante resolução.

**Artigo 3º** - Compete ao Grupo de Trabalho:

I - estabelecer critérios para definir as comunidades que serão beneficiárias do dispositivo constitucional em todo o território do Estado, observados os requisitos delimitados no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal;

II - definir critérios de territorialidade e medidas adequadas para as áreas de regularização fundiária;

III - propor ações aptas a compatibilizar a política ambiental em vigor, com os objetivos dos dispositivos constitucionais ora tratados;

IV - desenvolver estudos para diagnosticar a situação dominial destas áreas (terras devolutas, particulares, incorporadas, destinadas, etc) bem como traçar as diretrizes necessárias para a regularização destas;

V - definir, no âmbito das esferas de competência dos diversos órgãos governamentais, as ações a serem executadas;

VI - propor, no âmbito estadual, minutas de anteprojeto de lei, decretos, portarias e demais instrumentos legais que se fizerem necessários

para a implantação de ações governamentais acima citados, bem como a celebração de convênios, resoluções conjuntas e demais medidas necessárias quando da necessidade de se institucionalizar parcerias com o Governo Federal ou organismos da sociedade civil afeta ao tema.

Parágrafo único - O Grupo de Trabalho poderá convidar para prestar informações ou participar dos trabalhos, órgão públicos, membros da comunidade científica ou especialista da matéria, quando assim for necessário, bem como, convidar para participar dos trabalhos, 2 (dois) representantes das comunidades remanescentes dos quilombos, após serem identificadas segundo o disposto no inciso I, do artigo 3º retro.

**Artigo 4º** - A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania fornecerá o suporte técnico e administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho ora criado.

Parágrafo único - O Grupo de Trabalho contará, ainda, com um Secretário Executivo e um Relator, para esse fim designados pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania.

**Artigo 5º** - O Grupo de Trabalho apresentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o relatório de seus trabalhos.

**Artigo 6º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de março de 1996

MÁRIO COVAS

Antônio Angarita, Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de março de 1996.

# Decreto N° 41.774, de 13 de Maio de 1997

Dispõe sobre o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta a ser implementado entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Cultura, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria da Educação e a Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo e sua regularização fundiária ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos, implantando medidas sócio-econômicas, ambientais e culturais.

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a prioridade governamental no sentido da identificação e regularização fundiária nas áreas ocupadas pelos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, nos termos do que dispõe o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

Considerando as conclusões do Grupo de Trabalho instituído pelo DECRETO N° 40.723, de 21 de março de 1996;

Considerando que, a par dos objetivos de identificação e de regularização fundiária, emerge o de proteção dos ecossistemas, desenvolvimento sócio-econômico cultural das comunidades e do efetivo tombamento previsto no artigo 216 da Constituição Federal; e

Considerando a importância e o dinamismo da ação integrada dos setores da Administração Pública diretamente interessados na preservação da tradição histórica e de resgate da cidadania dessas comunidades,

Decreta:

**Artigo 1º** - Fica instituído Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta a ser implementado entre a Procuradoria Geral do Estado, a Se-

cretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Cultura, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria da Educação e a Secretaria do Governo e Gestão Estratégica, para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo, ocupadas pelos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, sua regularização fundiária, e implantação de medidas sócios-econômicas, ambientais e culturais.

**Artigo 2º** - É facultado aos participantes referidos no artigo anterior, a utilização do concurso dos demais órgãos públicos ou privados, que sejam necessários ao alcance das finalidades do Programa.

**Artigo 3º** - Para implementação do Programa, fica instituído um Grupo Gestor, vinculado ao Gabinete do Governador, que será composto por:

- I - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Estado;
- II - 2 (dois) representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, sendo 1 (um) do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP;
- III - 2 (dois) representantes da Secretaria da Cultura, sendo 1 (um) do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT;
- IV - 2 (dois) representantes da Secretaria do Meio Ambiente, sendo 1 (um) da Fundação Florestal;
- V - 1 (um) representante da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica;
- VI - 1 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- VII - 1 (um) representante da Secretaria da Educação;
- VIII - 1 (um) representante do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra;
- IX - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - Subcomissão do Negro, da Comissão dos Direitos Humanos;
- X - 1 (um) representante do Fórum Estadual de Entidades Negras do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - Os integrantes do Grupo Gestor serão indicados, respectivamente, pelo Procurador Geral do Estado, pelos Secretários de Estado e Entidades nele representadas.

**Artigo 4º** - As atividades de coordenação do Grupo Gestor caberão ao representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

**Artigo 5º** - Os membros do Grupo Gestor terão, de acordo com as respectivas esferas de competência dos órgãos que representam, as seguintes atribuições:

- I - coordenar e acompanhar o andamento dos serviços;
- II - estabelecer permanentemente intercâmbio de informação visando a padronização de linguagem de documentos relativos à questão quilombola;
- III - realizar estudos para o estabelecimento de métodos de trabalho de campo e de escritório que, sem prejuízo de precisão e acuidade, tornem mais dinâmico o desenvolvimento das diversas fases dos trabalhos;
- IV - estabelecer cronograma de atuação;
- V - estabelecer os contatos que se fizerem necessários, propondo a celebração de convênios, com órgãos públicos ou privados, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Palmares, Universidades e Entidades correlatas, visando à troca de informações e experiências comuns no trato das questões quilombolas.

§ 1º - Os programas específicos de cada comunidade quilombola serão definidos em conjunto com os Remanescentes das Comunidades de Quilombos, que participarão, também, de todas as etapas de sua implementação e execução.

§ 2º - Identificada a Comunidade como sendo Remanescentes das Comunidades de Quilombos e definido o seu território, o Grupo Gestor terá prazo não superior a 90 (noventa) dias para apresentar proposta de programa técnico, a ser desenvolvido junto à comunidade.

**Artigo 6º** - O Grupo Gestor reunir-se-á periodicamente, pelo menos uma vez por mês, devendo elaborar ata sucinta dos assuntos e decisões tomadas e apresentar, trimestralmente, relatórios das atividades realizadas.

**Artigo 7º** - Compete à Procuradoria Geral do Estado:

- I - priorizar o ajuizamento e o andamento das ações discriminatórias e os Planos de Legitimação de Posses nas áreas ocupadas pelos Remanescentes das Comunidades de Quilombos;
- II - designar Procuradores do Estado para prestarem serviços indicados, no âmbito de jurisdição da Procuradoria Regional competente e dar suporte jurídico, através da Procuradoria de Assistência Judiciária, na hipótese de cabimento da declaração de propriedade às comunidades, por meio de Ação de Usucapião, desde que solicitado pelos remanescentes, podendo ainda ingressar como litisconsorte na respectiva ação;
- III - acompanhar o andamento dos trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento de terras devolutas, sua discriminação, medição e demarcação.

**Artigo 8º** - Compete à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:

- I - realizar, através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, os trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento de perímetros ou áreas destacadas dos mesmos (glebas), onde haja incidência de ocupação de Remanescentes das Comunidades de Quilombos, visando sua discriminação, medição e demarcação de acordo com os critérios de precisão exigidos pela Procuradoria Geral do Estado, bem como levantar as características de posses em terras devolutas, podendo, para tanto, utilizar apoio aerofotogramétrico;
- II - estudar, elaborar e implementar normas e métodos de trabalhos, através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, objetivando a elaboração de projetos de exploração agrônômica e extrativista, bem como prestar assistência técnica visando o desenvolvimento econômico e social das Comunidades de Remanescentes de Quilombos;
- III - solicitar à Secretaria do Meio Ambiente subsídios e apoio técnico para assistência técnica agrônômica e extrativista em áreas contíguas às Unidades de Conservação;
- IV - colher dados, documentos e informações para subsidiar o encaminhamento de solução de eventuais conflitos que envolvam Remanescentes das Comunidades de Quilombos;



V - promover a capacitação técnico-agrária dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

**Artigo 9º** - Compete à Secretaria do Meio Ambiente:

I - instituir programas de extensão ambiental e fomento de atividades sustentadas de utilização de recursos florestais junto às comunidades;

II - acompanhar em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, demarcação das divisas das Unidades de Conservação, consolidando e compatibilizando os limites dessas unidades nas regiões onde se encontram os Remanescentes das Comunidades de Quilombos;

III - proceder a regulamentação das Áreas de Proteção Ambiental e áreas de entorno das Unidades de Conservação, visando a compatibilização de regiões onde possa ser mantida a ocupação já existente, da forma de utilização da terra e a viabilidade da expedição de título de domínio pelo Poder Público;

IV - propor medidas aptas a compatibilizar as ocupações de Remanescentes das Comunidades de Quilombos com áreas de unidades de conservação, alterando os limites das mesmas, quando necessário;

V - prestar, sempre que for solicitada, informações e serviços especializados à Procuradoria Geral do Estado, no caso das ações interpostas por particulares contra a Fazenda do Estado, envolvendo as terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos cujos limites estão sobrepostos aos das Unidades de Conservação.

**Artigo 10** - Compete à Secretaria da Cultura:

I - implantar Programas Culturais objetivando a valorização da cultura dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos;

II - desenvolver estudos, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, para tombamento das áreas, conforme disposto no artigo 216 da Constituição Federal;

III - desenvolver e implementar programas, com a participação dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, visando a recuperação, preservação, manutenção e restauração do patrimônio cultural, material e não material das comunidades.

**Artigo 11** - Compete à Secretaria da Educação:

I - instituir projeto, com a participação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos, integrando a educação formal com a educação voltada para:

- a) a recuperação e valorização da cultura e história afro-brasileira;
- b) enfatizar os direitos humanos e o combate ao racismo e à discriminação.

**Artigo 12** - Compete à Secretaria de Agricultura e Abastecimento desenvolver estudos técnicos específicos, através de seus órgãos de pesquisas, visando:

- I - a melhoria de condições de exploração, extração, beneficiamento e comercialização dos produtos agropecuários;
- II - o resgate e a valorização de suas práticas tradicionais de utilização da terra e de seus produtos agropecuários de subsistência;
- III - ações na área de associativismo e cooperativismo, nas terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

**Artigo 13** - Compete à Secretaria do Governo e Gestão Estratégica compatibilizar as ações dos diversos órgãos com os fins especificados no presente decreto.

**Artigo 14** - Os trabalhos técnicos realizados pelo Programa a que se refere este decreto poderão ser desenvolvidos, mediante convênio, em áreas já declaradas e demarcadas como sendo de domínio particular, objetivando a desapropriação pela União, nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

**Artigo 15** - O relatório dos trabalhos previstos no artigo 5º do DECRETO Nº 40.723, de 21 de março de 1996, que instituiu o Grupo de Trabalho norteará, quanto a conceito e diretrizes, a execução do Programa previsto no presente decreto.

**Artigo 16** - Os recursos orçamentários necessários à implantação do Programa a que se refere o artigo 1º correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Procuradoria Geral do Estado e das Secretarias de Estado nele envolvidas.

**Artigo 17** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de maio de 1997

MÁRIO COVAS

Francisco Graziano Neto  
Secretário de Agricultura e Abastecimento

Marcos Ribeiro de Mendonça  
Secretário da Cultura

Teresa Roserley Neubauer da Silva  
Secretária da Educação

Belisário dos Santos Junior  
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Stela Goldenstein  
Secretária-Adjunta da Secretaria do Meio Ambiente

Walter Feldman  
Secretário-Chefe da Casa Civil

Antônio Angarita  
Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos  
13 de maio de 1997.

# Lei N° 9.757, de 15 de Setembro de 1997

Dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

**Artigo 1º** - O Estado expedirá títulos de legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

Parágrafo único - Não se aplica à hipótese prevista neste artigo o limite de 100 (cem) hectares previsto no artigo 11 da Lei nº 4.925, de 19 de dezembro de 1985.

**Artigo 2º** - O título de legitimação de posse será expedido, sem ônus de qualquer espécie, a cada associação legalmente constituída, que represente a coletividade dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade.

**Artigo 3º** - O Poder Executivo estabelecerá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação desta lei, as diretrizes que definirão os Remanescentes das Comunidades de Quilombos beneficiários, bem como os critérios de territorialidade para a demarcação de suas posses, garantida a participação das associações referidas no artigo anterior.

**Artigo 4º** - Aplica - se subsidiariamente o disposto na Lei nº 3.962, de 24 de julho de 1957, exceto em relação à posse por preposto e à obrigatoriedade do pagamento da taxa de transferência.

**Artigo 5º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 15 de setembro de 1997.

**MÁRIO COVAS**

**Belisário dos Santos Junior**

**Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania**

**Walter Feldman**

**Secretário-Chefe da Casa Civil**

**Antonio Angarita**

**Secretário do Governo e Gestão Estratégica**

**Publicada na Assessoria Técnico - Legislativa, aos 15 de setembro de 1997.**

# Decreto Nº 42.839, de 4 de Fevereiro de 1998

Regulamenta o artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997,

Decreta:

**Artigo 1º** - Compete à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, através do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, identificar as áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos e demarcá-las para fins de legitimação de posse, obedecidos os critérios de precisão exigidos pela Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único - O procedimento para identificação e demarcação das áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos deverá ser iniciado de ofício pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP ou mediante requerimento das associações de Remanescentes de Comunidades de Quilombos.

**Artigo 2º** - Os Remanescentes de Comunidades de Quilombos, assim definidos, conforme conceituação antropológica, obedecido o disposto no artigo 15 do Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997, serão identificados a partir de critérios de auto-identificação e dados históricos-sociais, escritos e/ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico, elaborado no âmbito do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP.

**Artigo 3º** - Dos mesmos Relatórios Técnico-Científicos constarão os limites totais das áreas ocupadas, conforme territorialidade indicada pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos, que levarão em consideração os espaços de moradia, exploração econômica, social, cultural

e os destinados aos cultos religiosos e ao lazer, garantindo-se as terras necessárias à sua reprodução física e sócio-cultural.

Parágrafo único - A partir da elaboração dos Relatórios Técnico-Científicos, realizar-se-ão, por técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - ITESP, as propostas de memoriais descritivos das áreas a serem objeto de legitimação de posse, bem como das áreas de domínio particular para fins de encaminhamento nos termos do artigo 14 do Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997, e as áreas de domínio indefinido.

**Artigo 4º** - As associações dos Remanescentes de Comunidades de Quilombos terão, em todas as fases, participação nos processos de identificação e demarcação de suas respectivas áreas.

Parágrafo único - Ouvidas as associações dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos sobre as propostas finais dos memoriais descritivos, terão início os planos gerais de legitimação de posse.

Artigo 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de fevereiro de 1998

MÁRIO COVAS

Belisário dos Santos Junior

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Walter Feldman

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antônio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 4 de fevereiro de 1998.

# Decreto N° 48.328, de 15 de Dezembro de 2003

DOE seção I – 16/12/03

Institui, no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes e dá providências correlatas GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

**Artigo 1º** - Fica instituída, nos termos deste decreto, no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, a Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes.

Parágrafo único - Compreendem-se como afrodescendentes os pretos e os pardos, assim definidos, quando necessário, por autotransclassificação.

**Artigo 2º** - Fica criada, junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes, composta dos seguintes membros, designados pelo Governador do Estado:

I - o Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, que será seu Presidente;

II - 1 (um) representante de cada uma das seguintes Secretarias de Estado:

a) Casa Civil;

b) Secretaria de Economia e Planejamento;

c) Secretaria da Segurança Pública;

d) Secretaria da Educação;

e) Secretaria da Saúde;

f) Secretaria da Cultura;

g) Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo;



- III - 1 (um) representante da Unidade de Assessoramento em Comunicação, da Casa Civil;
- IV - 3 (três) representantes do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra;
- V - 1 (um) representante da Universidade de São Paulo - USP;
- VI - 1 (um) representante da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;
- VII - 1 (um) representante da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP;
- VIII - 4 (quatro) representantes de organizações não-governamentais ligadas à proteção e defesa dos direitos dos afrodescendentes;
- IX - 4 (quatro) representantes de entidades a serem escolhidas pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, dentre os nomes a serem indicados pelas mesmas.

§ 1º - A Comissão poderá dispor sobre a constituição de Subcomissões e Grupos de Trabalho para análise e discussão de temas específicos.

§ 2º - Cada Secretaria de Estado poderá disciplinar, internamente, a consulta ou participação de representantes de organizações não-governamentais ligadas à proteção e defesa dos interesses dos afrodescendentes na elaboração das respectivas propostas.

**Artigo 3º** - À Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes cabe:

- I - sugerir diretrizes e procedimentos administrativos com vistas a garantir a adequada implementação da Política;
- II - submeter à apreciação do Governador do Estado as propostas de diretrizes complementares, com vistas à adequada execução da Política e ao seu aprofundamento;
- III - apoiar, avaliar e supervisionar a implementação da Política, sugerindo a adoção de medidas destinadas a garantir a continuidade e a efetividade das suas ações;
- IV - coordenar a realização de oficinas e cursos sobre ações afirmativas para os servidores de recursos humanos e coordenadores de área, bem como campanhas de sensibilização dos servidores para o problema da exclusão social e necessidade de ações afirmativas.

**Artigo 4º** - A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania deverá:

- I - instituir o Prêmio “Ações Afirmativas para Afrodescendentes”, contemplando as políticas internas e externas de organizações, públicas ou privadas, que mais se destaquem na promoção das referidas ações afirmativas;
- II - organizar concurso para escolha da propaganda de divulgação do Prêmio “Ações Afirmativas para Afrodescendentes”;
- III - coordenar a realização de censo sócio-econômico e étnico dos servidores paulistas, da Administração direta e indireta, a fim de orientar o planejamento e a definição de ações afirmativas neste campo, a ser realizado pela Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM;
- IV - contribuir para o atendimento e a orientação dos indivíduos que sofrerem discriminação, mediante seu atendimento nos Centros de Integração da Cidadania - CICs;
- V - providenciar a titulação de terras das comunidades quilombolas de Galvão (entre os Municípios de Eldorado e Iporanga), Pedro Cubas (Município de Eldorado) e Praia Grande (Município de Iporanga), até o final de 2003;
- VI - providenciar o reconhecimento para titulação através de Relatório Técnico-Científico - RTC das comunidades de Morro Seco (Município de Iguape), Biguazinho (Município de Miracatu) e Pedro Cubas de Cima, até o final de 2003.

Parágrafo único - A promoção de ações afirmativas para afrodescendentes, segundo as diretrizes deste decreto, considera-se promoção de direitos humanos, para os fins dispostos na Lei nº 10.992, de 21 de dezembro de 2001.

**Artigo 5º** - A Secretaria da Saúde deverá, observadas suas atribuições no Sistema Único de Saúde:

- I - estender o Programa de Saúde da Família - PSF para todos os Quilombolas existentes no Estado de São Paulo, se necessário com a adoção de incentivo do Governo do Estado para os municípios envolvidos, garantindo o acesso e o aperfeiçoamento da qualidade da atenção primária em saúde, para 100% (cem por cento) dessas comunidades, que costumam ser isoladas (rurais) ou com condições sociais que aumentam os riscos de doenças;

II - realizar grande campanha educativa para todos os médicos, com relação à anemia falciforme, envolvendo a Sociedade de Pediatria e voltada para o diagnóstico precoce e a prevenção de danos à saúde dos portadores desta doença;

III - incluir o tema de doenças epidemiologicamente prioritárias para a Comunidade Negra, nos treinamentos e capacitações realizados pelos órgãos formadores dos profissionais do Programa de Saúde da Família - PSE, ligados à Secretaria da Saúde.

**Artigo 6º** - A Secretaria da Educação deverá:

I - no exercício das prerrogativas fixadas no artigo 24, IX e § 1º a 4º, da Constituição Federal, desenvolver um plano de ação para capacitação dos docentes e inclusão, no currículo das escolas da rede pública estadual, do ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira, na forma da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração prevista na Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e legislação correlata;

II - desenvolver o “Programa São Paulo: Educando pela Diferença para a Igualdade” - Capacitação dos professores das áreas de Educação Artística, Literatura e História a ser discutida com os representantes da Comunidade Negra.

Parágrafo único - O Secretário da Educação criará, mediante resolução, comissão para o desenvolvimento do programa a que se refere o inciso II deste artigo.

**Artigo 7º** - A Secretaria da Cultura deverá:

I - realizar o Censo dos Servidores Públicos da Secretaria da Cultura, estabelecendo comparações a partir de variáveis sexo (gênero) e raça (etnia) identificando em que aspectos e graus se reproduzem a exclusão, a segregação ocupacional e as desigualdades e publicar um caderno com os resultados;

II - instituir cursos da cultura da África e dos afrodescendentes e de história dos deuses africanos e incluir nas oficinas culturais artistas afrodescendentes, como escritores, autores, diretores de teatro, músicos, artistas plásticos, etc.;

III - instituir:

a) oficinas regulares para educadores, na Divisão de Arquivo do Estado, sobre a história cultural dos afrodescendentes de São Paulo;

b) a produção de instrumentos de origem africana no Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos”, de Tatuí;

c) cursos livres sobre a influência da música africana na música brasileira, no Centro de Estudos Musicais “Tom Jobim - Maestro Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim”;

d) a Semana do Continente Africano no Museu da Casa Brasileira;

e) o prêmio Solano Trindade para Jovens Criativos das Escolas de Arte Cênica;

IV - criar um observatório de monitoramento e avaliação dos projetos e experiências positivas no combate à discriminação de gênero e raça nas diferentes áreas da cultura;

V - estabelecer a inclusão de afrodescendentes no Conselho Estadual da Cultura, no Conselho Paulista de Cinema, no Conselho Consultivo do programa estadual de leitura denominado “SÃO PAULO: UM ESTADO DE LEITORES” e na Comissão Especial de Programação Cultural da Loteria da Cultura;

VI - junto aos quilombos, instituir uma programação cultural, criar salas de leitura, publicar sua história cultural e elaborar um calendário de suas manifestações culturais;

VII - articular a instituição de cursos para jovens criativos, nas Escolas de Comunicação, referentes ao Dia da Consciência Negra e a criação de núcleos de pesquisa da Cultura Negra Regional em parceria com universidades;

VIII - promover a preservação e revitalização do patrimônio material e imaterial dos sítios, terreiros e casas da cultura tradicional de matrizes africana;

IX - desenvolver um manual com sugestões para implementação de ações afirmativas e estimular a sociedade civil e as secretarias de cultura dos municípios a formularem programas e projetos para a promoção da igualdade racial e a apoiarem manifestações culturais dos afrodescendentes;

X - incorporar, junto ao Mapa Cultural da Secretaria da Cultura, as manifestações culturais relacionadas à comunidade afrodescendente, bem como incentivar e propiciar a realização de feiras étnicas temáticas e criar a 1ª Mostra de Arte Cênica Afrodescendente.

**Artigo 8º** - A Secretaria da Segurança Pública deverá:

- I - avaliar e adotar meios e medidas que contribuam para o aumento das denúncias e a eficiência da investigação de crimes raciais, dotando as unidades policiais pertinentes dos meios e da capacitação adequados;
- II - analisar a conveniência da criação de Delegacias Especializadas de Crimes Raciais;
- III - inserir, no curso de Direitos Humanos ministrado aos policiais em formação, o tratamento das questões relativas a etnia e discriminação.

**Artigo 9º** - A Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo fornecerá ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo - CRUESP o suporte necessário para a realização de estudos objetivando a instituição do Programa Estadual de Inclusão Social e Ação Afirmativa no Ensino Superior.

**Artigo 10** - A publicidade institucional do Governo do Estado de São Paulo, na administração direta e indireta, observará a pluralidade étnica da população brasileira, buscando aproximar-se das proporções obtidas pelo Censo realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Artigo 11** - Ficam mantidas as disposições em vigor que instituem ações em benefício dos afrodescendentes, em especial o Decreto nº 41.774, de 13 de maio de 1997.

**Artigo 12** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de dezembro de 2003

GERALDO ALCKMIN

## Sobre os Autores

### **Anna Volochko**

Médica sanitaria. Mestre em Saúde Pública pela USP e Doutora em Ciências pela CCD-SESP. Pesquisadora do Instituto de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Atua na área de Sistemas e serviços de saúde e Saúde de populações vulneráveis em especial mulheres e negros. volochko@isaude.sp.gov.br

### **Aylton Valsecki Junior**

Cirurgião-dentista, Professor Livre Docente da Faculdade de Odontologia, UNESP – Araraquara. Atua nas áreas de odontologia preventiva e sanitária e sistemas de saúde pública e coletiva, com ênfase em prevenção/atenção básica, educação em saúde, formação profissional e SUS.

### **Benedito Alves da Silva - Ditão**

Lavrador e monitor ambiental do quilombo Ivaporunduva. Coordenador da Associação de Ivaporunduva e da Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras, EAACONE e representante quilombola no Conselho curador do Itesp.

### **Carlos Henrique Gomes**

Sociólogo e Bacharel em Direito, Assessor Especial de Quilombo na Fundação ITESP. Foi Secretário Executivo da Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras - ANOTER e Diretor do Centro de Solução de Conflitos Fundiários do ITESP. cgomes@sp.gov.br

### **Cláudia Blanes Angeli**

Bióloga. Doutora pela IBUSP. Centro de Estudos do Genoma Humano, Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo Experiência em Genética Humana.

---

### Elisangela Martins de Queiroz

Enfermeira, Aprimorando do Instituto de Saúde e Estagiária da Área Técnica Saúde da População Negra do Grupo Técnico de Ações Estratégicas/GTAE da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

### Fernando Ferreira

Médico Veterinário. Doutor pela Universidade de São Paulo, professor assistente da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, Dpto de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, experiência em Epidemiologia Animal.

### Gabriela Segarra Martins Paes

Psicóloga, mestre e doutoranda em História Social pela USP. Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP.

### Geni Barros da Silva

Socióloga. Analista de desenvolvimento agrário do ITESP.

### Gustavo Ungaro

Advogado, Bacharel e Mestre em Direito pela FDUSP. Diretor Executivo da Fundação Itesp. Membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo. Ex-Secretário Adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Gerente Nacional na Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.  
gustavoungaro@itesp.sp.gov.br

### Iracema Pereira de Almeida.

Lavradora e ex-coordenadora do quilombo Praia Grande. Liderança quilombola.

### João Paulo de Almeida.

Monitor de alfabetização e coordenador do quilombo Praia Grande.

### João Pedro Vicente

Médico. Doutor em Pediatria pela USP. Professor assistente do Institu-

to da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Departamento de Pediatria, Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

#### **José Soares Ferreira Neto**

Médico Veterinário, Doutor pela USP. Professor titular da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Dpto de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, com ênfase em epidemiologia veterinária e programas sanitários.

#### **Juliana Dia dos Santos**

Técnica em Gestão Ambiental e monitora de alfabetização. Secretária da Associação do quilombo Pedro Cubas.

#### **Karin Ingrid Retzl**

Administradora de Empresas, Especialista em Gestão Ambiental, mestranda em Empreendedorismo Social na FEA/USP, Analista de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental do Instituto Socioambiental, ISA.

#### **Lilian Kimura**

Bióloga doutoranda do IBUSP. Centro de Estudos do Genoma Humano, Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, com experiência em Biologia Humana.

#### **Luciana Hardt Gomes**

Médica Veterinária. Especialista em Saúde Pública. Assessora Técnica para Reservatórios e Zoonoses da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD/SESSP. Experiência em controle de raiva, roedores e vetores na SMS- São Paulo.

#### **Luís Eduardo Batista**

Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia pela UNESP – Araraquara.



Pesquisador do Instituto de Saúde e coordenador da Área Técnica Saúde da População Negra do Grupo Técnico de Ações Estratégicas/GTAE, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

**Luís Geraldo Vaz**

Químico, Livre Docente em Materiais Odontológicos pela UNESP – Araraquara. Experiência em química, materiais odontológicos, propriedades mecânicas, análise química fluoretos e dureza.

**Maria Ignes Maricondi**

Arquiteta. Analista de desenvolvimento agrário do ITESP

**Maria Teresa Balester de Mello Auricchio**

Biomédica. Centro de Estudos do Genoma Humano, Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo. Experiência em Genética Humana.

**Osvaldo dos Santos**

Lavrador e apicultor do quilombo Porto Velho. Ex coordenador da Associação de Porto Velho.

**Raquel M. Scarel Caminaga**

Bióloga, Doutora em Biologia Patológica pela UNICAMP. Docente na Faculdade de Odontologia da UNESP – Araraquara, responsável pela disciplina de Genética Humana.

**Raquel Pasinato**

Bióloga. Mestre em Ecologia de Agroecossistemas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP. Coordenadora Técnica de Projetos do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental, ISA

**Regina Célia Mingroni-Netto**

Bióloga. Doutora pelo Instituto de Biociências USP. Professora e Pesquisadora do Centro de Estudos do Genoma Humano, Departamento de

Genética e Biologia Evolutiva, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, com experiência em Biologia Humana.

#### **Ricardo Augusto Dias**

Médico Veterinário, Doutor pela USP. Professor assistente da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Dpto de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, com experiência em Epidemiologia Animal.

#### **Rita de Cássia Maria Garcia**

Médica Veterinária, mestre pela USP, com experiência em epidemiologia e controle de populações caninas e felinas.

#### **Rosely Bianca dos Santos Kuroda**

Médica Veterinária, mestre pela UNESP - Botucatu, doutoranda da FMVZ da USP. Experiência em medicina veterinária preventiva e epidemiologia experimental aplicada a zoonoses.

#### **Sonia Mara Pereira França**

Artesã e lavradora do quilombo Sapatú. Liderança das mulheres quilombolas.

#### **Vandir de Souza**

Lavrador e apicultor do quilombo Porto Velho. Coordenador da associação.

#### **AUTORES DAS IMAGENS**

CAPA – Vanessa Martins. Instituto de Saúde

CONTRACAPA – Anna Volochko

editoração, ctp, impressão e acabamento

**imprensaoficial**

Rua da Mooca, 1921 São Paulo SP  
Fones: 2799-9800 - 0800 0123401  
[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)